

brasil 1964 / 19??

memórias do exílio



1. de muitos caminhos

obra coletiva dirigida e coordenada por
Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos
sob o patrocínio de Paulo Freire,
Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré

EDITORAL
LIVRARIA
LIVRAMENTO
LTDA

**memórias
do
exílio**

COLEÇÃO

Memórias do Exílio, Brasil 1964 - 19??

TÍTULO DESTE VOLUME

De muitos caminhos

CAPA

Altamir Tedeschi e Roberto M. Agune

Foto da Capa - Abril Press

© Editora Arcadia, S.A.R.L.

1.^a Edição em português e 1.^a edição mundial
desta obra – Novembro de 1976

1.^a Edição no Brasil – Setembro de 1978

Direitos de Reprodução reservados para o
Brasil, pela EDITORA E LIVRARIA
LIVRAMENTO LTDA., Av. Waldemar
Ferreira, 174 - São Paulo - Capital
Fone: 813-2227 - CEP: 05501.

BYBLOS
LIVROS RAROS E USADOS

AV. PROF. ALFONSO BOVERO, 696

FONE: 872-6046

PREÇO:

2X

memórias do exílio

brasil

1964—19??

1

DE MUITOS CAMINHOS

OBRA COLETIVA

dirigida e coordenada por

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos

sob o patrocínio de

Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré

EDITORAL
LIVRARIA
LIVRAMENTO
LTD A

ÍNDICE

| | |
|--------------------------|---|
| <i>Introdução</i> | 9 |
|--------------------------|---|

I PARTE. ENTREVISTAS

| | |
|--------------------------------------|-----|
| Abdias do Nascimento | 23 |
| Anina de Carvalho... .. | 53 |
| Betinho (Herbet José de Souza)... .. | 67 |
| José Barbosa Monteiro... .. | 113 |
| José Maria Rabêlo | 145 |
| Juliana Rocha | 175 |
| Magno José Vilela | 185 |
| Márcio Moreira Alyes | 223 |
| Marijane | 237 |

II PARTE. MANUSCRITOS

| | |
|---|-----|
| Artur José Poerner: <i>Passagem de ida e volta</i> | 257 |
| Deodato Rivera: <i>Poesias</i> | 271 |
| Fernando Batinga: <i>Carta a Paulo Freire</i> | 277 |
| Francisco Julião: <i>Esperança é meu signo</i> | 287 |
| Leandro Konder: <i>Depoimento</i> | 301 |
| Luís Alberto Sanz: <i>Carta circular aos amigos e companheiros a quem, relapso, não tenho respondido</i> | 307 |
| Maria Auxiliadora Lara Barcellos: <i>Continuo sonhando</i> | 315 |
| Roberto Morena: <i>Sentir, mesmo de longe, a vida do Brasil</i> | 321 |
| Schrage, Ida e Clemens: <i>Um diálogo</i> | 329 |
| Anônimo: <i>Geralda</i> (conto) | 335 |
| Anônimo: <i>Brasil, Maio, 1972</i> | 343 |

III PARTE. DOSSIER FREI TITO

| | |
|---|-----|
| O testemunho de frei Tito | 347 |
| Exame clínico | 353 |
| A tortura e a morte de Tito | 357 |
| <i>Ele lutou contra a opressão</i> | 363 |
| Poema, de Tito de Alencar... .. | 367 |
| <i>Oração para frei Tito de Alencar</i> , por Fernando Batinga | 367 |

INTRODUÇÃO

I — A História das Memórias do Exílio

A idéia inicial

A idéia nasceu de uma experiência de exílio. Brasileiros exilados na Polônia ficaram impressionados com o peso da memória coletiva na vida intelectual e política desse país. A Polônia tem uma longa experiência de emigrações políticas e as publicações de poloneses vivendo no estrangeiro formam uma parte fundamental da bagagem cultural do país. Não satisfeitos com os rastros deixados por escritores de profissão, sociólogos poloneses iniciaram, na década de 1920, uma coleta sistemática de documentos pessoais (sobretudo cartas e memórias) de emigrantes políticos e dos de origem econômica. Hoje eles dispõem de um acervo histórico de valor inestimável ¹.

Refletindo sobre o assunto, alguns de nós chegamos à seguinte conclusão: em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem de ser feita pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional.

O projeto *Memórias do Exílio* nasceu assim de uma preocupação com o passado, uma preocupação que, sendo típica de historiadores, é também comum entre exilados, excluídos que foram da vida pública de seu país. Mas o projeto é outrossim uma ponte para o futuro, um documento da presença ativa de gente atualmente marginalizada pela propaganda governamental com a pecha de «maus brasileiros».

O processo de coleta das memórias modificou consideravelmente o nosso projeto inicial. Pressões exteriores e a dinâ-

¹ Mencione-se, *a propos*, as grandes contribuições metodológicas dadas por Florian Znaniecki, hoje clássicas na história do pensamento sociológico, com *The Polish Peasant in Europe and America*, publicado em 5 volumes entre 1918 e 1920.

mica interna do trabalho coincidiram em mostrar que neste caso a obra para o futuro envolvia também um material basicamente destinado à construção de pontes sobre as divisões do presente. Aliás, isto parece ser típico da situação do exílio, um dos traços que o distingue da emigração de fundo econômico (os exilados insistem em ser agentes políticos, apesar de viverem como estrangeiros).

Em conseqüência, nosso trabalho tornou-se «naturalmente» menos histórico e mais envolvido politicamente pela sua inserção no contexto do exílio. Passamos a conceber *Memórias do Exílio* também como um palco de reflexões críticas dos exilados, um chamamento ao debate.

O desenvolvimento do trabalho

Formada a equipe de coordenação, seguiu-se o convite a que os exilados brasileiros escrevessem seus testemunhos. Em dezembro de 1974, foram enviados cerca de 1 500 convites em pequenos pacotes para brasileiros vivendo nas Américas, na Europa de Leste e Oeste, África, e mesmo uns poucos na Ásia. Solicitava-se que *escrevessem* de 15 a 20 páginas sobre uma série de temas relacionados com o exílio. Eis um trecho da abertura do convite:

«O exílio é parte da experiência brasileira na última década. Líderes sindicais, políticos, acadêmicos, artistas, militares, estudantes — uma parcela significativa da vida nacional passou estes anos no estrangeiro. Alguns estiveram em Paris, Roma, Berkeley, Nova York; outros em Moscou, Praga, Varsóvia; há os que viveram em Santiago do Chile, em Lima, em Havana; e há gente que está na China, Argélia, Israel».

«Como é que esta internacionalização de brasileiros afeta a sua visão de mundo?»

«Como é que esta experiência modifica a visão de Brasil dos exilados?»

«Que impacto terá o exílio sobre a cultura do país?»

«Perguntas como estas precisam ser respondidas, pois os brasileiros no exílio não estão fora, mas sim dentro da história do Brasil contemporâneo.»

Recebemos muitas reações entusiásticas e também algumas críticas (veja-se adiante), mas as «memórias» que procurávamos só vieram poucas e aos poucos. Escritores de profissão atenderam ao nosso pedido, mas os demais adiam a tarefa. Em meados de 1975, decidimos modificar as regras do jogo. Ao invés dos editores esperarem pelas respostas no correio, eles passariam a *procurar os exilados para entrevistá-los*. As entrevistas seriam gravadas, transcritas para o papel, editadas, e enviadas de volta

para os entrevistados corrigirem. A adoção da forma de entrevista trouxe várias conseqüências.

1. O trabalho ficou muito mais caro. Viagens, o tempo de preparação e execução de cada entrevista, transcrição da fita para o papel, tudo isso custa dinheiro;

2. A equipe de trabalho teve de ser aumentada, não só para cobrir regiões geográficas diversas, como também para ganhar acesso a círculos ideológicos e políticos diversos. O contato direto entre coordenadores e autores exigia uma base de confiança pessoal mútua;

3. A equipe de coordenação passou a ter uma influência ativa sobre o material recolhido, com conseqüências positivas e negativas. Entre as positivas, os textos ganharam em espontaneidade, dizendo mais coisas mais livremente. O bate-papo é mais provocador do que a situação do autor sentado à mesa, num quarto de portas fechadas. Entre as negativas, o material como um todo passou a sofrer as deficiências dos contatos e das dificuldades de locomoção da equipe de coordenação (apontaremos algumas dessas deficiências mais adiante);

4. As entrevistas envolveram os coordenadores num constante processo de discussão sobre *quem* entrevistar. Forçaram os coordenadores, portanto, a ter de escolher, pois o tempo e os recursos são limitados.

Mas, em poucos meses, já havíamos recolhido cerca de 2 000 páginas de «memórias», incluindo textos originais e transcrições de entrevistas. Era tempo de preparar o primeiro volume. Isso levou à nova seleção: nenhuma editora estrangeira, na crise atual, investiria num volume de 2 000 páginas. É um primeiro volume precisava aparecer para demonstrar a vitalidade do projeto.

II — Método

As perguntas

Nossas perguntas foram organizadas em torno de dois grupos de problemas. O primeiro, de ordem temporal, referia-se a mudanças e continuidades: *o antes e o depois* do exílio.

São muitos os níveis em que a ruptura do exílio modifica a vida das pessoas — relações financeiras, de trabalho, de família, de estudo, de política, de visão de mundo, etc. Isso não implica que, apesar de tantas mudanças, não haja meios insti-

tucionais de recuperação de uma certa continuidade para alguns: universidade para estudantes e professores, igreja para os religiosos, organismos internacionais para os profissionais liberais, círculos políticos de solidariedade internacional, organizações criadas pelos próprios exilados, etc. Entretanto, as perguntas sobre *o antes e o depois* deveriam não só gerar um maior conhecimento da influência desses condicionamentos institucionais mas principalmente averiguar as transformações a nível pessoal, no social e no ideológico.

Assim, na linha do tempo, não se podiam ignorar as perguntas sobre as perspectivas do futuro. O problema da provisoriedade marca profundamente o estilo de vida e de pensamento dos exilados. É tal a instabilidade que, por exemplo, a pergunta «a volta?» adquire rapidamente um caráter globalizante, como se fosse uma questão sobre o destino de cada um.

Em relação à «volta», as perguntas tendiam a se agrupar em torno do dilema cujos pontos extremos são: 1. adaptar-se às transformações introduzidas no Brasil pela ditadura, encontrar, se possível, uma forma de trabalho dentro do sistema que preserve um sentido de oposição, embora abdicando da exigência de mudança democrática imediata; 2. ou ligar-se incondicionalmente à possibilidade da revolução socialista, abdicar das oportunidades de adaptação ao regime e enfrentar então o risco da própria vida daí decorrente, com a luta ilegal dentro do país.

Há várias alternativas possíveis dentro desse dilema, as quais dependem, somente em parte, da escolha de cada um. (Como é sabido, uma parcela considerável dos exilados brasileiros não pode retornar legalmente.) Ademais, as oportunidades de reintegração com alguma atração ideológica tendem a ser altamente seletivas, exigindo títulos e *know-how* de difícil acesso (a conquista de títulos nas instituições acadêmicas vigentes exige um espírito de resignação descomunal que só aqueles que são motivados pela carreira profissional ou pelo ideal intelectual por si mesmo possuem).

Entre as alternativas intermediárias, há as oportunidades de participação política em outros países, recolocando a perspectiva da «volta» num quadro de transformações de dimensões internacionais. No Chile, por exemplo, quem sabe agora na África, um contingente diversificado de brasileiros marcou e pode marcar sua presença, carregando consigo expectativas políticas nascidas no Brasil.

Foi nossa intenção documentar um pouco das trajetórias seguidas pelos brasileiros exilados. Julgamos que, embora os dilemas fundamentais fossem comuns aos exilados de todas as épocas, havia muito a aprender sobre os condicionamentos e as escolhas do grupo brasileiro em particular.

Como se pode imaginar, as perguntas sobre *o antes e o depois* implicavam um outro conjunto de problemas, um segundo grupo, este de ordem espacial, resumíveis na expressão: *de onde e para onde*. Um de nós, depois de tantas e tantas experiências, sonhou uma vez que havia seqüestrado um avião com uma eficiência perfeita. O sonho transformou-se em pesadelo diante da pergunta inocente do piloto: «Para onde vamos?» «A gasolina diminuía cada vez mais e eu não conseguia escolher um país onde quisesse descer. Que agonia!», contou-nos. «Acordei todo suado...»

Essa dúvida não é geral nem constante. Entre os documentos reunidos encontramos vários depoimentos de satisfação, ou mesmo entusiasmo, com a chegada a um certo lugar. Contudo, é um fato que as viagens dos exilados tendem a ser problemáticas: os documentos nem sempre são impecáveis! E no estrangeiro, o dilema da integração ou da renovação de rupturas radicais mantém uma constante perspectiva de provisoriedade, pois as ligações com os «nativos» são recentes e, salvo casos extremos, os exilados não compartilham de nenhuma situação em todos os seus aspectos. Isso tampouco depende sempre e exclusivamente da escolha de cada um.

Um outro aspecto da dimensão espacial são as passagens pela «escala social»: figuras nacionais que passam ao quase anonimato, profissionais que retornam ao nível estudantil, pessoas super-ativas que passam à quase marginalidade dos processos sociais por imposição das circunstâncias, estudantes que se profissionalizam em organismos internacionais, etc. Os significados dessas mudanças dependem do que essas pessoas conseguem fazer, no que lhes é possível, da sua nova situação.

A experiência de outros países mostra que, mais além do estritamente político, a internacionalização e o expatriamento provocados pelo exílio formam um potencial cultural de valor excepcional. É nossa esperança que este projeto de *Memórias* ajude a estimular as potencialidades criadoras do exílio brasileiro. E que elas possam realizar-se plenamente um dia no Brasil.

A abordagem

Sem mais rodeios, nosso método de pesquisa pode ser resumido à observação de que não há meio de comunicação «mais quente» do que um bom bate-papo. Além dos convites por escrito, dedicamo-nos a entrevistas onde o papo era orientado para memórias focalizadas por perguntas feitas no espírito anteriormente descrito. Quando possível, convidamos um pequeno número de amigos e amigas da pessoa entrevistada para participarem da conversa, acrescentando perguntas e reações espontâneas. Com frequência, a «coleta do material» deixou de ser um

processo mecânico para gerar uma experiência profunda para todos os presentes. A participação pessoal no processo de pesquisa foi expressa nas cartas trocadas pelos membros da equipe de coordenação. Eis um exemplo: «...Sinto que as entrevistas têm tido, em geral, um efeito muito grande sobre as pessoas. Você chega, motiva a pessoa, pergunta pelas suas experiências, ajuda-a a refletir, e ela começa a ver-se valorizada. Começa a sentir que o que viveu e vive tem, afinal, alguma importância. E tem tido efeito em mim também, pois me ponho a dialogar sobre tanta experiência política e pessoal, e isso me expande, me abre para entender atitudes, posições e experiências que eu não conhecia nem percebia, ou às vezes não aceitava...»

Há também as limitações. Queremos salientar três aspectos negativos da nossa abordagem:

1. O material acumulado é pobre estatisticamente. Os números são relativamente pequenos e, portanto, não oferecem, pelo menos até agora, elementos adequados para generalizações de tipo quantitativo. Embora possível, uma pesquisa desse gênero de tipo quantitativo enfrenta sérias dificuldades. Não é fácil manter sequer um bom fichário de endereços, pois se trata de viajantes notórios! Ademais, são pessoas com todas as razões do mundo para desconfiarem de perguntas específicas do tipo que se presta à quantificação. Longe de nós o menosprezo pelos dados estatísticos, mas neste caso buscávamos um material que não seria bem captado, por exemplo, pelos questionários de múltipla escolha. Queríamos recolher *histórias* onde os fatos são contados com a mistura do certo, do incerto e do inventado que caracteriza o nosso pensamento diário.

Nesta época de cientificismo desvairado nas principais tendências sociológicas dominantes, gostaríamos de citar velhas palavras de Znaniecki, já que com ele começamos:

«Sentimo-nos seguro em dizer que material de vida pessoal, tão completo quanto possível, constitui o tipo *perfeito* de material sociológico, e que se a ciência social tem que usar outros materiais isto deve-se somente à dificuldade prática em obter no momento um número suficiente de tais materiais de vida pessoal para cobrir a totalidade dos problemas sociológicos, e a enorme quantidade de trabalho necessária para uma análise adequada de todos os materiais pessoais necessários para caracterizar a vida de um grupo social. Se somos forçados a usar fenômenos de massa como material, ou qualquer tipo de acontecimentos colhidos sem ligação com a história das vidas dos indivíduos que neles participaram, isso é um defeito, e não uma vantagem do nosso método sociológico presente.»¹

¹ In Znaniecki e Thomas, *The Polish Peasant in Europe and America*, New York, 1927, vol. 3, p. 1.

2. Embora tivéssemos um esquema básico de perguntas a fazer em cada entrevista, a dinâmica da conversa escapava a um controle rígido, seguindo pressões do momento. Daí que o material não ofereça dados comparativos com a consistência que seria desejável. O nosso objetivo era acumular memórias diversas sobre os mesmos fatos e problemas, mas nosso método limitou — embora por outro lado expandisse — o alcance do que poderia ser feito nesse sentido.

Por outro lado, não nos preocupamos em eliminar eventuais contradições e ambigüidades do que foi dito. As contradições são significativas, é melhor que apareçam em vez de serem escondidas. Esta não é uma documentação de ensaios científicos, e o rigor lógico dos documentos nunca foi a nossa maior preocupação. Buscamos fundamentalmente conhecimento, coisa muito mais ampla que o mero e restrito conhecimento científico.

3. Embora tratando de pessoas eminentemente políticas, esta não é uma documentação da atividade política enquanto tal. Via de regra, a política é feita por intermédio de organizações sociais. Seus documentos têm de acomodar as pressões e as regras próprias às formações coletivas. *Aqui*, buscamos ouvir os indivíduos! Não é possível separar o indivíduo do membro desta ou daquela organização, mas fizemos um esforço para relaxar os mecanismos de autocensura implicados na disciplina organizativa. O clima de bate-papo favoreceu essa disposição. Bem entendido, cada autor teve oportunidade para corrigir o seu texto posteriormente. Alguns julgaram melhor cortar partes do que haviam dito, outros ficaram prazerosamente surpresos por terem posto para fora certas convicções que mantinham escondidas. Em muitos casos, os documentos expressam uma certa conciliação entre o que se gostaria de dizer e o que se julgou que deveria ser dito. Reconhecendo a inevitabilidade dessa conciliação, os coordenadores partiram, porém, do suposto de que, embora a censura possa ter a sua utilidade a curto prazo, a longo prazo ela é uma causa de estupidez.



Parece-nos que a forma de *Memórias* por nós adotada favoreceu a coleta de documentos de cunho pessoal. Os exilados brasileiros, sendo majoritariamente de orientação socialista, tendem a pensar o seu futuro em termos de integração em empreendimentos coletivos. E, à medida em que se fala de projetos coletivos e socialistas, tem-se a tendência a adotar uma linguagem ou

científica ou programático-organizativa. É claro que, como todo mundo, há um sonhar sobre o futuro, mas a linguagem neste caso tende a ser impessoal. Isto não significa que não haja ego-cêntricos entre os exilados (pois que, como se sabe, a «mosca azul» sobrevoa todos os círculos), mas as linguagens científica e organizativa tendem a encobrir aspirações pessoais. A área dos fatos passados, coberta pelas *Memórias*, é mais facilmente aberta à expressão de reflexões individuais.

Resistências

Gostariamos de mencionar três resistências principais à realização deste projeto com as quais nos defrontamos.

1. A preocupação com o aspecto policial foi constante. Nas condições atuais, a polícia é provavelmente a instituição que mais se interessa por informações de cunho pessoal sobre atores políticos brasileiros. Na maioria dos casos, a confiança nos coordenadores, o uso eventual de pseudônimo, a convenção de cortar referências comprometedoras a terceiros bastaram para remover esse tipo de crítica.

Contudo, muitos, desejosos de voltar ao país o mais rapidamente possível dentro de uma «normalização», preferiram não associar seus nomes às *Memórias*, o que foi mais um fator de limitação da nossa «amostragem» do que é o exílio. Alguns mesmo julgaram que os riscos policiais eram tão grandes que seria melhor não recolher estas memórias. A esta crítica respondemos que não se deve reconhecer à ditadura «o direito» de nos silenciar. Se riscos há, procuramos eliminá-los cuidadosamente. Mas o silêncio não seria nunca a solução.

2. Houve a crítica de que o projeto das *Memórias* não era suficientemente político (ouvimos até que «este livro não vai derrubar a ditadura!»). Olhar para o passado denotaria uma atitude saudosista e, quem sabe mesmo, um tanto derrotista. A isso respondemos que a convicção de que o futuro pode ser diferente exige o suporte da lembrança de que o passado foi diferente, de que as tendências do presente não são dados naturais.

Ademais, via de regra, as entrevistas deram ocasião a reavaliações num espírito positivo. Contudo, parece-nos que o pessimismo também pode ter o seu valor num certo momento. Preferimos não definir de antemão o que as *Memórias* deveriam dizer, pois que realmente iniciamos o trabalho com uma curiosidade genuína: nosso objetivo, neste caso, é procurar fazer com que as tendências existentes, nos diversos campos, se expressem.

3. Houve, enfim, a crítica de que o projeto era político demais. A simples manifestação dos «maus brasileiros», na linguagem ditatorial, criaria um choque com o governo brasileiro num nível mais radical do que é desejável no quadro da realidade nacional atual. Melhor, quem sabe, recolher as *Memórias* e arquivá-las para serem publicadas num futuro menos repressivo. Essa crítica expressa, no mínimo, uma falta de curiosidade pelos brasileiros no exílio. É «natural» que a maioria dos exilados contactados pelos editores não estivesse de acordo com ela.

Míni-ideologia (do projeto)

Ouvindo os exilados, as *Memórias* colocam-se naturalmente em oposição à ditadura reinante no Brasil. Contudo, como dissemos no convite, «essa oposição é variada e absolutamente não se identifica à pequena parcela que foi banida ou que decidiu e pôde viajar». Na discussão sobre o título a dar a este primeiro volume, os coordenadores consideraram a sugestão *O Outro Lado da História*. Esta sugestão foi descartada diante da objeção de que ela sugeria uma identificação entre «oposição» e «exílio». A intenção dos coordenadores não foi a de promover uma apologia dos exilados brasileiros. Evitamos também a martirologia. Salvo exceções, os exilados brasileiros não podem ser consistentemente caracterizados como «vítimas inocentes de uma injustiça». Via de regra, foram e são agentes políticos suficientemente maduros para reconhecer os riscos acarretados pela luta política. A ditadura brasileira é uma monstruosidade, não uma «injustiça».

Porque a intenção primária era a de documentar as experiências e reflexões do exílio em toda a sua diversidade, o projeto das *Memórias* enquanto tal não se propunha traçar um perfil ideológico coerente dos exilados brasileiros. Aliás, encontramos perspectivas ideológicas muito diferentes não só entre os autores aqui publicados como também entre os próprios editores. Dada essa diversidade, a ênfase na documentação desprovida de censura de qualquer parte refere-se a um princípio ideológico mínimo, qual seja, o direito de expressão livre do pensamento.

Situadas na oposição a uma ditadura, estas *Memórias* deveriam documentar não só os projetos políticos globais dos exilados brasileiros, como também a convicção específica de que o direito à liberdade de opinião deve ser parte das razões que podem justificar o próprio exílio.

III — Este I Volume

A seleção

A publicação numa editora comercial impôs limites de tamanho que nos forçaram a uma seleção do material arquivado. O critério principal foi o da representatividade. Julgamos que o primeiro volume deveria apresentar um panorama variado dos muitos caminhos trilhados pelos exilados brasileiros. Nossa classificação observou os seguintes critérios: 1. lugares; 2. datas; 3. sexo; 4. profissão; 5. política; 6. tipos de texto; 7. temas desenvolvidos no texto; 8. tamanho do texto.

Neste primeiro volume o leitor encontrará depoimentos que incluem:

1. *quanto a lugares*: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília, Pernambuco (vários falam ainda de migrações dentro do Brasil), Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Panamá, Cuba, México, Guiana Francesa, E.U.A., Canadá, Portugal, Bélgica, França, Itália, República Federal Alemã, Dinamarca, Noruega, Suécia, Tchecoslováquia, Guiné.

2. *quanto a datas*: com relação ao nascimento, há pessoas na geração dos 60, 50, 40, 30, 20. Com relação ao exílio, partiram «na leva» de 1964 e depois de 1968. Houve quem voltasse e partisse mais de uma vez, seja depois de 1968, seja por um recrutamento da repressão.

3. *quanto a sexo*: a distribuição desigual, o dobro de homens com relação às mulheres, deve-se ao fato de que alguns textos de mulheres, apesar de selecionados, não puderam ser publicados por várias razões de última hora. A maioria das mulheres pertence à geração dos 20 ou 30 e partiu depois de 1968. Os homens são mais regularmente distribuídos entre as categorias temporais.

4. *quanto a profissão*: há jornalistas, biólogo, educadora, padres, professores, sociólogo, escritores, advogada, operários, estudantes, políticos, ex-parlamentares, livreiro, cineasta.

5. *quanto à política*: ativos no movimento camponês, no movimento operário, no movimento estudantil, no parlamento, na política cultural. Há membros de vários partidos — o que cobre um vasto espectro, desde o parlamentarismo até a guerrilha urbana —, além de pessoas não filiadas a organizações.

6. *quanto a tipos de texto*: há entrevistas e textos originais, incluindo depoimentos, cartas, ficção e um dossier preparado pelos coordenadores.

7. *quanto a temas*: são muitos. Preferimos aguardar os próximos volumes para propormos uma «tematização» das *Memórias do Exílio*.

8. *quanto a tamanho*: o material é variado, desde fragmentos cobrindo não mais do que uma página, até textos de 70 páginas datilografadas em espaço duplo. Mantivemos o limite de vinte páginas para textos originais e um número maior para as entrevistas. Mas isso não será rígido.

Não consideramos esta amostragem acima como representativa do exílio brasileiro. É simplesmente uma expressão do material recolhido por nós. Com a acumulação dos próximos volumes, chegaremos talvez a um quadro mais representativo.

Fomos forçados a não incluir vários textos preciosos, seja porque representassem tipos já representados neste volume, seja porque fossem longos demais, ou porque houvessem chegado depois do prazo estipulado. Outros volumes estão, porém, em preparação.

Escolhendo entre textos parcialmente repetitivos, aplicamos o critério da diversidade: seria escolhido o que apresentasse mais dados em relação às várias categorias classificadoras. Somente em última instância apelamos para o critério de «qualidade», pois não é fácil definir critérios claros numa coleção de documentos, onde em princípio tudo é significativo.

A edição

Respeitamos os textos escrupulosamente. Contudo, decidimos corrigir erros flagrantes de português. Entre estes, encontramos grande quantidade de um tipo significativo: estrangeirismos. Muito espanhol, francês, inglês misturados com o português. Muitas palavras incompreensíveis para um leitor que desconhece línguas estrangeiras. Sinal das pressões do exílio sobre a nossa linguagem.

Por força das coisas, os coordenadores foram responsáveis pela forma das entrevistas. Mas todas elas foram corrigidas e aprovadas pelos autores.

O que está faltando

Como já foi dito, o método de entrevistas acarretou uma limitação sobre o material: ele contém as lacunas dos contatos e das possibilidades de locomoção da equipe coordenadora. Além das muitas omissões individuais, há três falhas evidentes na nossa amostragem. Temos poucos depoimentos de: 1. exi-

lados residentes na América Latina; 2. exilados residentes em países socialistas; 3. exilados que voltaram ao Brasil. Os dois primeiros grupos não foram devidamente alcançados por dificuldades de locomoção, mas esperamos corrigir essa falha nos próximos volumes. O terceiro grupo não foi procurado por motivo de segurança dos autores potenciais.

IV — **Perspectivas**

Este primeiro volume é o começo. Nosso trabalho continua. Aguardamos ansiosamente as críticas, queremos participação dos muitos milhares de exilados pois o trabalho é nosso, deve ser coletivo. É disto que dependerá muitíssimo o crescimento e a melhoria desta obra.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti
Jovelino Ramos

I PARTE
ENTREVISTAS

ABDIAS DO NASCIMENTO

«...É nos pontos riscados e cantados que nasce minha arte...»

«A perspectiva de libertação dos negros brasileiros exige a passagem por uma experiência de independência cultural, a afirmação de uma autonomia. Sem isto, não se pode falar em 'igualdade de direitos', pois 'igualdade' sem autonomia significa despersonalização — a fonte da fraqueza e da dependência»

Lugares

Franca, São Paulo, Rio de Janeiro, Lima, Buenos Aires,
Nova York, Búfalo

Datas

Nasceu em 1914. Exílio em 1914. Mudou-se para os
Estados Unidos em 1968

Profissão

Escritor, economista, diretor de teatro, ator, pintor, professor

«Crime»

Ser negro

Nasci no exílio

Minha situação neste depoimento é a mais paradoxal possível. Aqui estou eu, falando a intelectuais brancos, filhos das classes que oprimem as pessoas da minha cor há quatrocentos anos. Por esta e outras razões é preciso esclarecer desde já que minha situação é diferente da situação de vocês. Meu exílio é de outra natureza. Não começou em 1968 ou 1964, nem em momento algum dos meus sessenta e dois anos de vida. Hoje, mais do que nunca, compreendo que nasci exilado, de pais que também nasceram no exílio, descendentes de gente africana trazida à força para as Américas.

Não sou um opositor simplesmente do governo militar instalado em 1964, pois todos os governos que o Brasil já teve foram contra o negro. De fato todas as tendências políticas discriminaram, direta ou sutilmente, o negro no Brasil. Os liberais paternalizaram à distância. A direita é abertamente racista. A esquerda é cega, surda e muda no que se refere aos problemas específicos do negro, e despreza a sua tradição cultural. A esquerda, e sobretudo a marxista, está no fundo de acordo com o legalismo dos liberais que acreditam resolver todos os problemas com a simples declaração de que «todos são iguais perante a lei». Trata-se, sem dúvida, da lei da magia branca... A única diferença está em que os marxistas definem a legalidade em termos de classe. Para eles também, «todos são iguais perante a lei... do proletariado». Pobre de quem quiser ser diferente! Obviamente não ignoro que estas correntes políticas têm orientações distintas uma da outra. Mas, em relação ao problema específico do negro, elas se combinam e se complementam no esforço de destruir as raízes africanas e moldar o negro e sua cultura segundo padrões da cultura européia. Não tirei isto de livros, não. Tenho muita estória para contar nestas memórias!...

Infância

Eu não sabia bem por que, mas tinha uma coisa de protesto dentro de mim desde garoto. Minha mãe — doceira, cozi-

nheira, costureira — era também ama de leite de filhos de fazendeiros de café. Naquelas ocasiões ela nos levava com ela da cidade para a zona rural. Nós, os negrinhos, ficávamos por ali, vivendo aquela situação de protegidos de sinhazinhas. Meus irmãos ganhavam presentinhos e ficavam felizes; enquanto eu, recebia com desconfiança qualquer dádiva, pois pressentia um jogo desagradável naquelas relações. Éramos sete irmãos, todos aparentemente ajustados na sociedade «branca» brasileira. Constituí uma exceção, e a outra foi minha única irmã, de quem não gosto de falar: ela se suicidou, certamente porque também não era uma ajustada.

Há um fato da infância que até hoje permanece vivo na minha memória. Havia um garoto preto e órfão, meu colega de escola, mais pobre do que nós éramos. Certa feita, uma vizinha branca se encontrava dando uma surra no menino (nem me lembro por que); isto se passava na rua, defronte de nossa casa. Minha mãe, sempre tão doce e calma, encheu-se de fúria inesperada, correu em defesa do moleque. Esta cena marcou o começo da minha consciência sobre a realidade da situação do negro no Brasil.

Se eu quisesse, se fosse um domesticado, teria feito uma bem sucedida carreirinha pessoal, sem nem sair de Franca, lá no interior do Estado de São Paulo, lugar onde nasci. Com 13 anos, já ensinava o primário e funcionava como guarda-livros em fazendas e sítios das vizinhanças. Meu pai, como sapateiro, ganhava pouco mais de cem mil-réis por mês; o prefeito da cidade ganharia uns quinhentos. Eu ganhava uns trezentos. Para qualquer garoto negro tal situação já representava a conquista do céu, não precisava de mais nada. Mas não para mim. Jamais me acomodaria as regrinhas da cidade, me deixar transformar em negrinho excepcional: «... sim, ele é negro, mas inteligente, um preto de alma branca!»

Sempre fui arredio. Estudei quase contra a vontade de meu pai que temia os riscos de uma vida fora dos modelos conhecidos. Citava freqüentemente a estória do filho do dr. Petraglia (filho nada, parece que era apenas adotivo): «Você não se lembra do filho do dr. Petraglia? Estudou, se tornou médico, e acabou se enforcando?» O rapaz se formara em medicina, mas acabou frustrado porque ninguém queria saber de médico preto. Uma estória que meu pai evocava para me convencer de que não devia estudar. Para ele o conhecimento só me levaria ao caminho do sofrimento e do suicídio. Mas eu tinha orgulho do que já sabia e queria continuar, saber mais.

Mais um fato ilustrativo: certo dia me apareceu um emprego novo de guarda-livros rural. Um tipo veio me buscar e me ordenou trepar na traseira do caminhão, junto com vários engradados de galinhas. Naturalmente me recusei. Qualquer mestre-escola

e guarda-livros, se fosse branco, mereceria um tratamento respeitoso, entretanto o cara me atirou na traseira do veículo como se eu também fosse galináceo. Não, eu não era. Peguei minha trouxa de roupas e ali mesmo, na praça principal da cidade, mandei o emprego às favas. Nunca mais quis saber desse tipo de «empregos» e de ofensas.

Meu pai, católico praticante (minha mãe era diferente), quis que eu me tornasse sacerdote. Naturalmente sou um daqueles católicos compulsórios: aulas de catecismo, primeira comunhão, toda aquela formação católica tradicional, coisas que confundiam a cabeça da gente. A Semana Santa em Franca era impressionante, um teatro fantástico que chegava ao clímax na procissão do Encontro. Uma Nossa Senhora com o peito cravado de espadas, um Cristo banhado em sangue sob a pesada cruz, aguilhoava meu senso dramático, minha imaginação desabalava para os caminhos do misticismo. O encontro da Mãe e do Filho, tudo tingido de roxo, constituía um ritual inesquecível. Mas só foi muito mais tarde que me senti bastante motivado para a vida monástica. Procurei inicialmente a Ordem dos Franciscanos. Eram uns alemães racistas: me aceitariam caso eu permanecesse como «irmão leigo». Respondi: «Ser empregado de padre? Essa não!» Porém não desisti, fui aos Agostinianos, estes agora eram espanhóis. A mesma estória se repetiu. Me aconselharam humildade cristã e outras virtudes que eles não praticaram comigo. Posteriormente, muito mais tarde, iniciando-me no candomblé, foi que voltei a dedicar-me seriamente à religião.

Frente Negra Brasileira — anos trinta

Foram muitas as primeiras influências recebidas. Uma que muito me impressionou, por exemplo, foi a história de Luís Gama: nascido homem livre (sua mãe negra já não era escrava), ele foi vendido pelo próprio pai, um aristocrata branco. Mesmo assim, com todas as coisas contra, Luís Gama tornou-se advogado famoso em São Paulo, lutou no Foro contra a escravidão, e todo o dinheiro que ganhou na profissão ele destinou à compra da liberdade de seus irmãos de raça.

Minhas primeiras experiências de luta foram na Frente Negra Brasileira. Alguns dos dirigentes da FNB desde a década de vinte se esforçavam tentando articular um movimento. Houve, assim, um projeto de reunir o Congresso da Mocidade Negra, em 1928, em São Paulo, o que não chegou a se concretizar. Somente em 1938 eu e outros cinco jovens negros realizamos o I Congresso Afro-Campineiro e, em 1950, o Teatro Experimental do Negro promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro. As pessoas e as idéias já vinham de antes, mas

foi nos inícios dos anos trinta que o movimento se institucionalizou na forma da Frente Negra Brasileira. Entre seus fundadores estavam Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite e, como movimento de massas, foi a mais importante organização que os negros lograram após a abolição da escravatura em 1888.

A Frente fazia protestos contra a discriminação racial e de cor em lugares públicos... sob a perspectiva de integrar os negros na sociedade nacional. Dessa forma combatia a FNB os hotéis, bares, barbeiros, clubes, guarda-civil, departamentos de polícia, etc. que vetavam a entrada ao negro, o que lembrava muito o movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos. Uma perspectiva que eu hoje critico. Minhas lembranças não são muito seguras, mas acho que o movimento ia além das reivindicações citadas. Eu não podia me envolver profundamente na ação, pois estava servindo o exército, cujo regulamento disciplinar proibia qualquer participação em atividades sociais e políticas. Assim minha participação era mais simbólica e espiritual. Mas me lembro de *O Clarim da Alvorada*, o jornal que transcrevia notícias e artigos do movimento que Marcus Garvey, o grande negro jamaicano, desencadeara nos Estados Unidos sob o lema da *Volta à África*. Apesar da barreira da língua, da pobreza dos meios de comunicação, a FNB permanecia alerta a todos os gestos emancipacionistas acontecidos em outros países. Foi uma vanguarda com o objetivo de preparar o negro para assumir uma posição política e econômica na representação do povo brasileiro ao Congresso Nacional. E o movimento se espalhou de São Paulo para outros Estados com significativa população negra: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão... O chamado Estado Novo ou a ditadura de Getúlio Vargas, instaurada em 1937, fechou a FNB, juntamente com todos os partidos políticos então existentes.

A Frente, como qualquer outra instituição de massas, teve seus problemas internos de orientação e liderança, o que aliás é um bom índice da sua vitalidade. O dirigente Arlindo Veiga dos Santos se achava ligado ao Movimento Patrianovista, de orientação de direita, enquanto José Correia Leite se filiava ao pensamento socialista. Tal polarização levaria inevitavelmente ao fracionamento que ocorreu. Entretanto, não creio que o fato teve qualquer ligação ou influência com o Partido Comunista.

Foi numa delegação dos negros paulistas que fui ao Rio de Janeiro pela segunda vez. Anteriormente, em 1936, quando fui excluído do exército, transferi-me para o Rio pela primeira vez. Voltei a São Paulo em 1938 a fim de organizar o I Congresso Afro-Campineiro, na cidade paulista de Campinas. Mas a história da delegação a que me refiro foi a seguinte: havia aos

domingos um *footing* na rua Direita, o então centro comercial da cidade. Juntava um bocado de negros e negras passeando pra cá e pra lá, ocupando as calçadas e as ruas adjacentes. Houve, ao que parece, reclamação dos negociantes, contra aquela «negrada» que ocultava as vitrinas; tempo de governo forte, o chefe de polícia, um tal Alfredo Issa, baixou uma portaria proibindo o romântico entretenimento dominical dos negros. Deve ter sido aí por 1938, em plena ditadura. Em comissão fomos ao Rio de Janeiro, a capital do país, levar o nosso protesto: Fernando Goes, Rossini Camargo Guarnieri, José Galdino e eu. Os jornais, então sob forte censura, não puderam publicar nada, com exceção de um artigo de Osório Borba que «furou» a censura, mas que não ajudou muita coisa. Valeu pela coragem de Osório Borba.

Integralismo e comunismo

Entrei para o Exército com 16 anos, um voluntário no quartel de Quitaúna, perto de São Paulo; vindo do interior, completamente ignorante, tolo, sem meios de me orientar em assunto político, mas transbordante de vontade de atuar. Contudo, era muito arriscado participar nos movimentos de reivindicação negra, porque soldado está proibido de se meter em política ou qualquer atividade de cunho social. Mesmo assim, eu distribuí por certo tempo no quartel exemplares do *Lanterna Vermelha*, jornal comunista clandestino, e fundei um jornalzinho *O Recruta* que chegou a circular por alguns números.

Fundamentalmente estas coisas aconteciam confusamente. A gente fazia aquele troço sem contato com ninguém esclarecido. Estava ali de soldado, pronto para obedecer ordens; até para atirar no pessoal da Aliança Nacional Libertadora, se por acaso os oficiais dessem a ordem. Não havia escolha. Não tinha informação, nem ambiente, nem leitura. Isso constituía um quebra-cabeças. Mas eu sempre na busca. Não me permitia ficar ali imobilizado, com uma bruta energia, com aquela necessidade interior de encontrar meu caminho, e sair daquela teia de aranha... Mas, ir para onde? Para que lado?

Refletindo hoje, agora, é fácil dizer que o caminho certo era o da esquerda. Mas aí é que é. A coisa é meio complicada. Todas as minhas coisas foram e são complicadas. Andei por todo canto, e tive problemas tanto na direita quanto na esquerda. Naquele momento de perplexidade, antes mesmo de sair do exército, já me alistara no movimento integralista!

Fui compulsoriamente excluído do Exército, depois de uma encrenca à porta de um bar — Magestic — onde me discriminaram, a mim e a Sebastião Rodrigues Alves, por causa da nossa

cor. Isso aconteceu em fevereiro de 1936. Houve grossa pancadaria, apanhou o porteiro racista do bar, apanhou o delegado de ordem política e social, dr. Egas Botelho, que endossou a proibição racista. Desaparecemos na noite, que aliás era de carnaval. Mas fomos afinal descobertos, sempre há um delator.

Certa manhã, estávamos ainda dormindo, cercaram a casa onde alugávamos um quarto, com um bruto aparato bélico, nos dominaram à força; iguais a novos Tiradentes pretos, lá fomos eu e Rodrigues Alves levando porradas pelas ruas de São Paulo até o famoso gabinete de investigações da rua dos Gusmões, que era a própria imagem do pavor. Assim acabou minha carreira militar (aliás, houve um tempo em que almejei entrar para a aeronáutica e ser piloto, mas fui recusado, naturalmente por causa da cor).

As lutas nacionalistas e antiimperialistas, a oposição ao capitalismo e à burguesia, foram os temas que me atraíram para as fileiras integralistas. Etapa importante da minha vida. No integralismo foi onde pela primeira vez comecei a entender a realidade social, econômica e política do país e as implicações internacionais que o envolviam. A juventude integralista estudava muito e com seriedade. Encontrei e conheci pessoas de primeira qualidade como um San Thiago Dantas, Gerardo Mello Mourão ou Roland Corbisier; assim como um Rômulo de Almeida, Lauro Escorel, Jaime de Azevedo Rodrigues (falecido), o bravo embaixador brasileiro num país europeu que se demitiu da carreira após o golpe militar de 1964; ou ainda d. Hélder Câmara, Ernâni da Silva Bruno, Antônio Galloti, M. Mazei Guimarães e muitos outros. Conheci bem de perto o chefe integralista Plínio Salgado de quem em certa época fui amigo. Dentro do integralismo eu me separava do movimento negro, mantendo assim duas atividades paralelas. Logo que percebi, concretamente, o racismo dentro do integralismo, me desliguei definitivamente desse movimento político.

Em dezembro de 1937 fui preso juntamente com um grupo de estudantes universitários quando distribuíamos panfletos denunciando a ditadura Vargas e o imperialismo norte-americano. Condenado pelo famigerado Tribunal de Segurança Nacional, fui mantido na penitenciária do Rio de Janeiro até abril do ano seguinte. Na penitenciária aconteceu um fato interessante: o grupo de estudantes, todos ex-integralistas, se confraternizou com vários comunistas, entre os quais o cap. Trifino Correa, presos por causa da Intentona de 1935. Foi um encontro tenso, dramático, nos primeiros instantes; mas depressa nossa relação mudou, e formamos até uma espécie de seminário de estudos brasileiros durante o qual todos falaram e eu contribuí com um estudo sobre as estradas, os caminhos das boiadas, como nossos primeiros meios de comunicação no período colonial.

Muitas vezes pudemos observar o «cavaleiro da esperança», Luís Carlos Prestes, tomando sol no pátio da capela onde se encontrava preso. Eu já conhecia o Prestes anteriormente, numa ocasião espetacular. Como repórter do jornal *O Povo* fui fazer a cobertura do julgamento do capitão Prestes pelo Supremo Tribunal Militar. Foi uma visão horrível quando ele surgiu na sala todo ensangüentado. Prestes se dirigiu aos oficiais-juizes e falou numa linguagem enérgica e altiva contra os guardas que o surraram covardemente momentos antes.

Encontrei Prestes outras vezes, muito mais tarde, em casa de amigos, em pequenas reuniões. Pude conversar com ele o bastante para constatar nele a ausência de uma atitude positiva em relação às aspirações do negro brasileiro. Naturalmente ele «simpatizava» ou mesmo «apoiava» o movimento mas definitivamente ele não compreendia nem respeitava a especificidade de nossa luta.

I Congresso Afro-Campineiro

Conforme já tive ocasião de dizer, depois que saí da prisão em abril de 1938, no Rio de Janeiro, fui para Campinas, Estado de São Paulo, onde residia Geraldo Campos, amigo da infância francana e companheiro de penitenciária carioca. Organizamos, comemorando o 13 de maio, uma abolição que não houve, um Congresso Afro-Campineiro, com a colaboração do professor da cadeira de sociologia da Escola Normal, Nelson Omegna. Local: o Instituto de Ciências e Letras daquela cidade tão pretensiosamente racista. Omegna dirigia também um jornal que publicava notícias sobre o congresso e artigos nossos sobre a problemática negra.

Dividindo comigo os encargos da realização do congresso lá estavam Geraldo Campos, Aguinaldo Camargo, Agur Sampaio, João Gualberto, o tipógrafo Jerônimo. Durante uma semana discutiram-se as condições de vida do negro brasileiro sob os vários aspectos: econômico, social, político, cultural. O importante para mim foi uma determinada sessão durante a qual os promotores do congresso fizeram o juramento de voltar um dia à África, a fim de ajudar a luta de libertação do continente negro, nossa terra ancestral. Tenho cumprido modestamente a minha parte: em 1974 estive em Dar-es-Salam, Tanzânia, como único delegado brasileiro ao VI Congresso Pan-Africano, e em fevereiro de 1976 compareci, em Dakar, no Senegal, ao Seminário sobre Alternativas Africanas.

Comitê Democrático Afro-Brasileiro

Pelo fim da guerra, já tínhamos o Teatro Experimental do Negro (1944), que funcionava na sede emprestada da UNE, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro. Mas necessitávamos de um instrumento de participação política. Nosso primeiro objetivo era a luta pela anistia dos presos políticos. Não queríamos envolver o TEN nessa atividade, por isso criei, com Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Uma organização ampla, que incluía pretos e brancos, mas com a explícita afirmação da perspectiva afro-brasileira.

Tal posição, enfatizando os valores negros, causava muita irritação em certos grupos e pessoas, sobretudo depois da conquista da anistia. As discussões ideológicas passaram a dominar nossas reuniões. Em certo momento a maioria do comitê pertencia aos quadros da UNE e nós, os negros, passamos a sofrer um ataque frontal daquela maioria não negra. Ao invés de discutir questões de fundo, passaram a usar meu passado integralista como um slogan de confrontação. Certa vez exigiram uma retratação pública de minha parte. Eu me neguei. Não tinha nada a declarar naquela espécie de autocrítica sob coação. Nada havia no meu passado para lamentar ou arrepender. Não me submeteria àquela chantagem.

Passsei por aquilo e larguei pra trás. Mudei. Foi difícil, doloroso. Aprender a vida não vestindo ou tirando a camisa verde, mas dilacerando a própria pele. Sofri o racismo no meio integralista e denunciei o fascismo. Não iria agora me submeter a uma nova manobra de cunho nazi-fascista. Então eles (os donos da UNE) expulsaram a mim, ao Aguinaldo Camargo e ao Rodrigues Alves sob a acusação de que éramos racistas! Esta era a questão: não podiam admitir que os negros tivessem seus problemas específicos, suas reflexões autônomas, e suas lutas próprias dentro da sociedade brasileira. Teríamos de nos curvar à orientação e direção de pessoas alheias a nossa situação, as nossas necessidades. Um abuso e um absurdo inomináveis. A ponto de um preto, como Raimundo Souza Dantas, ter despudor de declarar publicamente, numa das reuniões do comitê, que ele havia entrado para a organização a mando do Partido Comunista com o propósito de levar a nós todos para as fileiras do PC. E a verdade é que o comitê morreu pouco depois da nossa saída, pois os que restaram nada tinham a dizer ou a fazer com relação à gente negra.

Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial

Depois do fechamento do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Teatro Experimental do Negro promoveu a Con-

venção Nacional do Negro, em São Paulo, em 1946, e depois uma outra no Rio de Janeiro, em 1947. Na de São Paulo, com a conclusão dos trabalhos, lançamos um manifesto no qual, por proposta minha, junto a outras medidas, reivindicávamos uma lei antidiscriminatória no país. Tal documento recebeu o apoio formal praticamente de todas as organizações e partidos políticos existentes na época. O manifesto foi lido pelo senador Hamilton Nogueira, da UDN, na Assembléia Constituinte (1946), fazendo ainda esse parlamentar um excelente discurso encaminhando o projeto de lei que reivindicávamos.

Por aqueles dias conversei com muita gente da política nacional. Um exemplo: o Otávio Mangabeira, dirigente da UDN, a quem fui apresentado por R. Magalhães Jr. Me recebeu o velho político baiano com aquela simpatia característica do político profissional, mas foi logo botando panos quentes:

«Veja você que, na Bahia, quando fulano de tal, um negro, morreu, teve um dos maiores enterros de que tenho memória. Tudo que era autoridade apareceu, merecendo grande respeito e grandes homenagens!»

Respondi: «Exatamente, excelência, o que nós queremos é que o negro goze em vida esse respeito e essa homenagem».

Ele e sua corte de raposão político riram bem-humorados. Ele ainda tentou desviar o fio da questão mas eu tornei a pegá-lo pelo rabo, pelo rabo do lobo, porque Mangabeira foi um negro escapista, igual a muitos outros baianos, que tudo fez para se afastar de suas origens africanas.

Recebi também uma carta do secretário-geral do PC, Luís Carlos Prestes, apoiando nossas reivindicações. Porém, qual não foi minha surpresa quando o deputado do PC pelo Estado do Rio de Janeiro, Claudino José da Silva, votou contra o projeto de lei. Justificou em discurso dizendo que a lei proposta iria restringir o conceito amplo de democracia! Mais tarde ele confessaria, numa sessão pública da convenção, no Rio, que apenas seguira a orientação recebida do partido para votar contra uma aspiração saída de um movimento puramente de negros.

Com tudo isto contra, a lei não foi aprovada. Concordaram, na época, voltar ao assunto caso acontecessem exemplos concretos de discriminação. Como se faltassem exemplos! Mas logo aconteceu um que se tornou bastante escandaloso: o da bailarina negra norte-americana, Katherine Dunhan, barrada num hotel de São Paulo. Os jornais abriram manchetes, grande badalação da imprensa. Isso sucedia em 1950, quando o deputado Afonso Arinos de Melo Franco apresentou à Câmara novo projeto, o qual, aprovado, recebeu o nome de Lei Afonso Arinos. Na verdade tal lei deveria chamar-se «Lei Hamilton Nogueira» ou «Lei Convenção Nacional do Negro».

Outro fato daqueles tempos: na qualidade de presidente da Convenção Nacional do Negro fui recebido, juntamente com outros dirigentes negros tais como Sebastião Rodrigues Alves, José Pompílio da Hora e Isaltino Veiga dos Santos, pelo então candidato a presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra. Ele fora durante muitos anos ministro da guerra, portanto conhecia muito bem a estrutura do Exército. A convenção foi até o general reclamar contra a discriminação do negro no oficialato militar. Eurico Gaspar Dutra nos ouviu e respondeu na sua fala característica, e sem precisar discutir o assunto, que havia, sim, *circulares reservadas* restringindo a ascensão do negro nas fileiras do Exército. A nosso pedido, determinou ao coronel seu chefe de gabinete que nos fornecesse cópia da *circular reservada*. Várias vezes procuramos o coronel atrás da tal cópia, que jamais nos chegou às mãos.

Tentando a política

Sempre fora penoso para mim constatar a ausência de negros na política do país. Este desapontamento se agudizava quando eu lia em Joaquim Nabuco que foi o negro, sozinho, quem construiu o Brasil. Entretanto, a imagem que minha memória guardara desde a infância foi a do meu tio Laureano do Valle em toda eleição trabalhando como cabo eleitoral do Partido Republicano ou do Partido Democrático, e meu pai votando «de cabresto». Quando Franca mandou um deputado federal ao Rio, elegeu o Antônio Pereira Lima, aquele racista fundador da Guarda Civil de São Paulo.

Quis ajudar a mudar a imagem política do negro. Fui candidato, várias vezes, a vereador do Distrito Federal (Rio de Janeiro), a deputado estadual; por vários partidos, mas sempre derrotado. Certa vez a candidatura não vingou porque exigiram de mim um atestado de ideologia. Uma exigência arbitrária. Entrei com mandato de segurança, alegando a inconstitucionalidade do documento, mas os tribunais arrastaram os pés, não julgaram meu recurso, esgotou o prazo do registro da candidatura, e não pude ser candidato do PST. Noutra oportunidade, criamos um departamento para assuntos negros no PTB da Guanabara. A coisa ganhou vibração, os negros me indicaram como seu candidato a ser incluído na chapa de deputados do PTB. Tudo parecia correr bem. Parecia... De repente alguma coisa encencou, não sei bem aonde. Talvez no diretório regional do partido. Sei que me cortaram da chapa. Por que? Alegaram meu passado integralista... Como se naquele saco de gatos que era o PTB tivesse havido, em qualquer tempo, coerência ideológica... Outra tentativa foi no PSD, que para mim aqueles partidos eram

todos a mesma coisa. Sempre ocorria idêntica trapaça contra o negro. À ultima hora o PSD também me torpedeou. Candidato a vereador, de surpresa o marechal Mendes de Moraes, presidente do PSD guanabarrino, me transferiu para a chapa de deputado federal, colocando no lugar seu chofer, o negro Rosa Branca. Ora, eu mal tinha chance de vencer como vereador, onde o número de votos era bem menor, como poderia disputar uma vaga federal? Tudo não passava de um embuste, um jogo para drenar voto negro. Não disputei aquela eleição também.

A última tentativa se passou outra vez no PTB, até com uma tênue ligação com Leonel Brizzola. Desta vez obtive cerca de uns mil votos para deputado estadual. Novamente derrotado. Eu quis provar e provei como funcionavam aquelas legendas partidárias. Por isso insisti tanto. Minha experiência está baseada em fatos que fazem a história, e não em suposições.

Teatro Experimental do Negro

Eu já era um adulto e pouco sabia de teatro. Mas há muito gostava dele. Ainda menino, em Franca, assistia ao teatro de marionetes, e sempre tive uma vontade oculta de participar das representações de fim de ano no grupo escolar que freqüentava. Nunca me escolhiam, por causa da minha cor, naturalmente. Freqüentemente eu ia ao circo, onde geralmente havia uma pantomima, quer dizer, um drama que encerrava o segundo ato do espetáculo. Influenciado pelo circo, eu reunia a garotada da vizinhança no quintal da minha casa e reproduzia um cirquinho. Todos dançavam, cantavam, faziam palhaçadas. Sem divisão de tarefas, todos fazendo de tudo. Teatro para mim era o espetáculo circense, ou aquela vaga evocação de meu pai preparando-se para tomar parte no folguedo popular da contra-dança. Ele ia ao campo colher folhas de pita, um vegetal de folhas longas e carnudas; amassava bem tais folhas, espremendo-lhes todo o caldo, restando então umas fibras muito brancas e finas com as quais se fabricavam longas barbas...

Por volta do ano 1940/41 juntei-me à Santa Hermandad Orquidea, um grupo de poetas argentinos e brasileiros: Efraim Bó, Gofredo Iommi, Juan Raul Young, Napoleão Lopes Filho e fizemos longa viagem por todo o rio Amazonas, até o Ucaiyaly, na base da cordilheira dos Andes. Após viver algum tempo em Lima e Buenos Aires, regressei ao Brasil. Procurei em São Paulo alguns escritores, meu amigo Fernando Góes, que me apresentou a Mário de Andrade e outros. Mas não encontrei receptividade à idéia de fundar um teatro negro. Talvez estivesse buscando apoio em lugar errado...

Mas havia no ar um clima que favorecia a idéia. Por exemplo: li na época um artigo, em não sei que jornal paulista, assinado pelo escritor Galeão Coutinho, falando da necessidade de se fundar no país um teatro dos negros.

Resolvi tentar meu teatro negro no Rio de Janeiro. A primeira reunião foi no café Amarelinho, na Cinelândia: Aguinaldo Camargo, o pintor Tibério, Teodorico dos Santos, José Herbel. Foi nessa altura que Paschoal Carlos Magno, regressando da Europa, fez uma conferência — na A.B.I. ou Ministério da Educação? Não me lembro — dizendo coisa semelhante, isto é, precisávamos ter um teatro negro. Então havia a preocupação: «Como é isto, o negro constrói este país e não entra nas coisas?» Então nós gritamos noutra reunião, esta no antigo teatro Fênix: «Está aqui o Teatro Experimental do Negro. Acabamos de fundá-lo agora mesmo!»

Seguiu-se outra reunião, esta em casa do Aníbal Machado, aquele escritor mineiro que tinha sua casa sempre aberta, apoiando tudo que valesse a pena. Durante a conversa ele pegou o telefone e chamou o secretário de *O Jornal*, que era o Carlos Lacerda. Este incentivou a idéia, publicou notícias, mas não podíamos caminhar. Onde funcionaria nosso teatro? Se não tínhamos casa nem para morar? Depois de muito andar, procurar, pedir, conseguimos o prédio da União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo. Quando terminava o movimento do restaurante, lá pelas 7, 8 horas da noite, nós reuníamos o pessoal do teatro negro. Ironides Rodrigues, estudante de direito, se encarregou das aulas de alfabetização; o advogado Aguinaldo Camargo, um sujeito fabuloso, inteligente, sem dúvida um dos melhores atores que o Brasil já teve, dava aulas de cultura geral. O recrutamento das pessoas era muito eclético. Queríamos gente sem qualquer tarimba, pois tarimba de negro no teatro se restringia ao rebolado ou às palhaçadas. Veio gente dos morros, empregadas domésticas... Teve muita «madame» que se aborreceu com o TEN: nós estávamos botando minhocas nas cabeças de suas empregadas...

Fundamos o TEN em outubro, e já em novembro colaboramos numa peça montada pelo Teatro do Estudante do Brasil, texto de Stela Leonardos, *Palmares*. Não se tratava de um teatro negro, mas havia uma cena evocando o quilombo dos Palmares, e nela Aguinaldo fez o papel de Zumbi, rodeado por cerca de duzentos atores e atrizes que constituíam o povo rebelado da Tróia Negra. Com um mês de existência e poucos ensaios enfrentamos uma responsabilidade com tanta gente em cena e três papéis bem destacados. Saímos muito bem do teste.

Nossa primeira produção foi um sucesso estrondoso. Muita gente não acreditava. Nós éramos abertos, aceitávamos brancos desde que assumissem os valores do nosso teatro. Muitos qui-

seram ajudar, mas a maioria já se aproximava com atitudes paternalistas: «Vocês não têm conhecimento, isso é assunto técnico...» Quando decidi inaugurar com *O Imperador Jones*, de Eugene O'Neill, os «ajudantes» entendidos pularam: «Vocês não têm fôlego para isto! Necessitariam de um grande ator e de um extraordinário diretor; onde encontrá-los entre vocês?»

Apoio real veio de Eugene O'Neill, desde sua cama de enfermo em São Francisco, nos Estados Unidos. Escreveu-nos uma bela carta nos estimulando e abrindo mão dos direitos autorais.

Foi quando tive meu primeiro encontro com Getúlio Vargas. Uma reunião com gente de teatro organizada por Paschoal Carlos Magno. O ditador-presidente me puxou para um canto, no palácio do Catete, e através da janela ambos contemplávamos os jardins lá fora. Botou a mão no meu ombro como se fôssemos velhos amigos, pronunciando meu nome com intimidade: «Abdias...» Mas eu me mantinha numa guarda cerrada, de um lado porque nunca antes tinha falado com presidente, depois porque se tratava daquele presidente cuja política eu vinha combatendo. Getúlio mostrava um rosto sorridente e amigo de quem desejava ajudar.

«Abdias, tudo isto que você está dizendo ainda não está muito objetivo... precisa ajeitar melhor as idéias...» (Claro que eu falava daqueles assuntos de integração, valorização social do negro etc.). Ele foi prático: telefonou para o então prefeito do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), ordenando que a primeira peça do teatro negro seria montada no Teatro Municipal. Ora, o Municipal constituía o supra-sumo da reação — o grã-finismo glorificado! Negro lá não entrava nem como ator, nem como platéia. Preto lá era só para a limpeza depois de acabado o espetáculo.

Houve muita intriga e fofoca de grã-fina para impedir nosso espetáculo de estréia. Alegavam a necessidade do teatro para um show comemorativo da vitória aliada na Segunda Guerra. Mas nós fincamos o pé: «É ordem do presidente...» E conseguimos, naquele único dia, 8 de maio de 1945, apresentar a obra de Eugene O'Neill. Uma noite histórica no teatro brasileiro e no processo de libertação do negro. Bastava para começar, para dar o «plá» inicial. Foi aquela correria louca no Municipal. Sem ensaio nem nada. Sem dinheiro para cenário, feito de algodãozinho barato, mas que ficou extraordinariamente belo e funcional graças ao pintor Enrico Bianco. Foi lá só para ajudar em solidariedade a nossa idéia. Mas também lá estavam o Ricardo Werneck de Aguiar que traduziu O'Neill, o José Medeiros fotografando, Sadi Cabral na pele do *Smithers*, a música impressionante de Abigail Moura flutuando no interior do teatro. Agora me lembro um detalhe daquela noite inesquecível: dentro

da cena, que se passava no interior do palácio do imperador, havia um gongo que Aguinaldo Camargo, o grande *Imperador Jones*, tocava chamando seus vassalos. Numa das batidas, o gongo caiu e tive de ficar segurando ele atrás do palco, numa agonia terrível até o fim do ato, sem poder me mexer. Mas o gongo bateu na hora certa, e o espetáculo foi aquele sucesso.

Entretanto, a expectativa de muita gente era liquidar o TEN na primeira noite. O *Globo*, para citar um exemplo, havia publicado um editorial nos atacando e nos rotulando de «grupo palmarista, tentando criar um problema artificial no país, utilizando o brilho das luzes da ribalta». Por azar de *O Globo*, a crítica nos aplaudiu e nas colunas do mesmo jornal Henrique Pongetti não poupou elogios, ressaltando a profundidade e a seriedade da iniciativa. Levantamos um debate sério, principalmente quando mais tarde encenamos, no mesmo Municipal, e após longa luta contra a proibição da censura, a minha peça *Sortilégio*, um mistério negro. Reacionários tipo Paulo Francis e Luíza Barreto Leite tentaram calar nossa denúncia do racismo que está nos fundamentos da sociedade brasileira, nos chamando de «racista», «nazista». Mas tudo foi positivo, os ataques e os elogios: o Teatro Experimental do Negro nasceu num parto vigoroso, cheio de acidentes e de afirmação de vida. A leitura de volumes como *Teatro Experimental do Negro — Testemunhos* ou *O Negro Revoltado* ilumina e documenta o que estamos afirmando.

Depois do problema com a direção da UNE e o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, já mencionado, chegou a vez de o TEN ser também desalojado do prédio. Topamos o desafio e fizemos ensaios na rua, ao ar livre, sob os pilares do Palácio da Cultura (Ministério da Educação). Tivemos o problema de local até o fim de nossa história, em 1968, quando vim para os E.U.A. Sempre que alguém perguntava: «Onde fica a sede do TEN?», «Fica aqui», respondia apontando para a pastinha que carregava debaixo do braço. A casa do teatro negro era aquela pastinha cheia de papéis, fotografias, recortes de jornais: o nosso arquivo, a nossa instituição.

Quando eu abria a pasta o expediente do TEN começava a funcionar; nos primeiros tempos isso acontecia no café Amarelinho, depois no café Vermelhinho ou no 11.º andar da ABI. Dava entrevistas, fazia testes com candidatos ao palco, audiências, ensaios. No período do presidente Juscelino, o Paschoal Carlos Magno, como acessor cultural da presidência, quase conseguiu a doação de uma casa para sede do teatro. Mas a escola de canto orfeônico também pediu o prédio, e o ministro da educação Clóvis Salgado decidiu em favor do canto. Tentamos um terreno para construir em Brasília. Mas Israel Pinheiro e os donos da capital federal doaram terreno para todo o mundo, menos

para os negros despossuídos. Na velha ou na nova capital, a história foi sempre a mesma: lugar de negro é no sereno...

É oportuno relatar um fato contado por Thiers Martins Moreira, um amigo querido, que foi o diretor do Serviço Nacional do Teatro. Um mulato baiano, Clemente Mariani, também banqueiro, costumava falar no pé do ouvido do Thiers: «Não ajude esse teatro de negros. Devemos é acabar com ele. Você devia encontrar um jeito de fazer isto suavemente...» É típico da classe dominante no Brasil: aparentar uma simpatia pela frente e dar aquela porretada por trás. Mas nós nos virávamos. Expulsos da UNE, funcionamos durante um tempo no sótão do teatro Fênix, graças a uma concessão da Bibi Ferreira. Era pouco acessível, não comportava a movimentação da UNE, mas era o possível. Quem trabalhava no TEN não ganhava coisa alguma como salário. Pelo contrário, a gente sofria para sobreviver. Arinda Serafim, uma das primeiras, assim como Ruth de Sousa e Marina Gonçalves, trabalhavam o trabalho duro da doméstica; Ilena Teixeira, funcionária pública; Claudiano Filho e Haroldo Costa, estudantes sem endereço certo; Marcílio Faria ou José Silva vinham das favelas; enquanto Aguinaldo Camargo, advogado, Lea Garcia, estudante, eu e uma infinidade de outros elementos, operários, sem trabalho, todos nós vivíamos na corda bamba, inclusive o dançarino João Elísio, originário dos «terreiros» de Caxias.

Já assinalamos nosso problema de *Sortilégio* com a censura. É necessário dizer que houve um permanente conflito do TEN com a mesma. Na peça *O Imperador Jones*, por exemplo, havia uma frase do herói assim: «Meu Deus, estou encagaçado!» Não pôde ser dita tal frase, que ficou: «Estou com medo!» Problema violento ocorreu com *O Anjo Negro*, de Néelson Rodrigues, lá por volta de 1948. Não só foi proibida, mas numa possível programação de temporada oficial do Teatro Municipal fizeram a exigência de que o herói, o negro *dr. Ismael*, fosse representado por um ator branco pintado de preto. Após longa luta do autor à qual nos associamos, a obra acabou sendo liberada pela censura e montada pela companhia de Maria Della Costa, sob a direção de Ziembinski. Não sei por que cargas-d'água, colocaram um branco brochado de negro no papel principal. Algo lamentável sob o aspecto artístico e simplesmente criminoso sociologicamente falando; pois significa o genocídio ou linchamento artístico do negro, um aspecto do linchamento social que o negro vem sofrendo há quatrocentos anos de construir o Brasil.

Esta estória de pintar branco de preto não tem base num país com cerca de cinquenta por cento da população com sangue e cor dos antigos escravos africanos. Alegar falta de atores negros para papéis de responsabilidade artística é uma impostura deslavada. E até pessoas metidas a progressistas, como o já citado

Paulo Francis, quando dirigiu a peça *Pedro Mico*, de Antônio Callado, cometeu a mesma agressão ao negro brasileiro. Entretanto ele tinha e tem coluna em jornais, atacou o nosso movimento como um típico representante da sociedade racista, reacionário e genocida. Não só pretendiam sufocar um movimento, que embora numericamente pequeno, possuía enorme significação social e artística, como tudo fizeram para me destruir como pessoa. Eis em rápidas linhas a minha experiência com as chamadas «vanguardas» ou «esquerdas brasileiras».

O TEN entusiasmou a muita gente, e inspirou a formação de vários outros teatros negros pelo Brasil afora. Eu mesmo dei permissão para que Geraldo Campos criasse o Teatro Experimental do Negro de São Paulo; no Rio, um grupo que havia trabalhado na peça *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, produzida pelo TEN, resolveu continuar por conta própria e fundou o Grupo dos Novos, o qual depois se tornou a Brasileira; o poeta Solano Trindade, também tocado por essa inspiração, fundou o Teatro Popular Brasileiro; Mercedes Batista fundou seu grupo de dança folclórica, após um ano de estudos com Katherine Dunhan, em Nova York; houve tanto no Rio como em São Paulo grupos ou espetáculos esporádicos testemunhando, até os dias de hoje, que a semente lançada pelo TEN continua germinando. E os frutos virão com certeza num forte e irresistível Teatro Nacional do Negro.

I Congresso do Negro Brasileiro

Anteriormente, já havíamos promovido as convenções nacionais do negro, a primeira em São Paulo, 1946, a segunda no Rio de Janeiro, 1947; em seguida uma conferência nacional do negro em 1949 preparatória do I Congresso do Negro Brasileiro. Presidi todas essas reuniões, às quais compareceram representantes de vários Estados, de organizações religiosas («terreiros»), pais e filhos-de-santo, mães-de-santo («ialorixás»), etc. Durante a conferência de 1949, Arthur Ramos fez uma palestra que deveríamos ter gravado, pois foi sua última mensagem aos negros: em breve ele faleceria em Paris como diretor da UNESCO. Nesta reunião votou-se um temário para o I Congresso, o qual fora elaborado por Guerreiro Ramos, Edison Carneiro e por mim. Em maio de 1950 teve lugar o I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro. Um processo lento, mas nós não descansamos. O Congresso marcou uma etapa importante na história do afro-brasileiro em nosso país. Pela primeira vez os próprios negros discutiram publicamente seus problemas, como donos de seus próprios destinos. Não só sob a forma de teses academicamente elaboradas, comu-

nações verbais e escritas, mas principalmente o improviso. Neste havia sempre o acento que marcava a radical diferença entre o I Congresso do Negro e os anteriores congressos afro-brasileiros do Recife e da Bahia, nos quais predominou a orientação de cientistas brancos. Estes dirigiram e organizaram tudo, o negro figurando como simples «material etnográfico», objeto de estudos.

Quem liderou o I Congresso do Negro foram os próprios negros e em várias sessões eles confrontaram agressivamente toda a forma, ainda que sutil, de paternalismo, oriunda dos «cientistas» e outras brancuras. Neste grupo incluímos, entre outros, Costa Pinto, Edison Carneiro, Darci Ribeiro. Presenças marcantes foram as de Roger Bastide, Hamilton Nogueira, Ironides Rodrigues, Sebastião Rodrigues Alves, Arinda Serafim, Aguinaldo Camargo. Já Edison Carneiro constituiu um equívoco entre nós. Com ele mantive sempre uma relação de amizade paralela a uma firme divergência no enfoque da problemática negra. Para Edison o problema do negro se reduzia a um mero aspecto da luta de classes. Para mim essa perspectiva é insuficiente.

Jornal Quilombo

Por volta de 1949/50 publicamos um periódico chamado *Quilombo* (vida, problemas e aspirações do negro), o qual teve a existência de dez números ou edições. Deveria sair mensalmente, mas sabem como é tal tipo de publicação: sem dinheiro, sem anúncios, vivendo de empréstimos — «papagaios» —, não tinha condições de uma vida regular. Guerreiro Ramos foi um que entrou pelo cano ajudando financeiramente o jornal. Mas *Quilombo* teve sua importância. Publicava ensaios, como os de Guerreiro sobre sociodrama e psicodrama, de Sartre, «Orfeu Negro», poesia de Carlos Drummond de Andrade, conferência de Katherine Dunhan sobre o estado dos cultos entre os povos deserdados, e vários outros tipos de artigos; até o capítulo de um romance inédito de minha autoria, *Zé Capetinba*, cuja redação final nunca terminei. Imprimíamos noticiinhas de aniversários, pequenas histórias de vida como as do poeta Solano Trindade, do Edison Carneiro, do Guerreiro Ramos. *Quilombo* mantinha bom nível de ilustrações — fotos e desenhos —, o que lhe conferia bela apresentação gráfica. Feito com cuidado e amor. Impresso nas oficinas do *Jornal do Brasil*. Conseguíamos equilibrar uma leitura para a intelectualidade e para o povo.

Basicamente o objetivo de *Quilombo*, conforme sugere seu próprio título, consistia em reatar a antiga luta de libertação do negro, inaugurada em terras brasileiras pelos heróis de Palmares,

por Chico-Rei, Luís Gama, José do Patrocínio, Karucango, Luísa Mahin, os mártires da revolta dos alfaiates, e muitos outros.

A Beleza, o Cristo e o Museu de Arte Negra

Ainda antes de 1950, organizamos um concurso de beleza entre mulheres negras. Nós, do TEN, éramos sensíveis a esses assuntos, questões de estética. O teatro rebolado sempre incluiu negras e mulatas reboativas em seu elenco, mas, quando é hora de falar em «beleza brasileira», os juízes sempre assumem gostos helênicos. Importam da Europa e da Grécia Antiga os padrões do que é bonito. Pura alienação cultural. Houve críticos esquerdistas fazendo confusão dos concursos com exploração meramente sexual da mulher negra. Essas pessoas não compreendiam, não podiam compreender, a distância que nos separava, qual uma linha eletrificada, de tais preocupações. Pois o alvo de tais concursos era exatamente pôr um ponto final na tradição brasileira de só ver na mulher negra e mulata um objeto erótico, o que vem acontecendo desde os recuados tempos do Brasil-Colônia.

Outra iniciativa perturbadora: o concurso plástico sobre o tema do *Cristo Negro*, em 1955. Idéia do Guerreiro Ramos que acolhi com entusiasmo. Julguei oportuna e válida a discussão dos símbolos culturais em sua dimensão mais profunda: a religiosa. Era ainda mais uma tentativa de integração, e foi inclusive apoiada por figuras respeitáveis do mundo branco: o cardeal do Rio de Janeiro, d. Jaime Câmara, e meu amigo, d. Hélder Câmara, foram os patrocinadores (a Igreja Católica sempre foi sábia nesse assunto de incorporar culturas alheias ao seu domínio).

Mais de cem artistas, brancos e negros, apresentaram trabalhos; fizemos uma exposição deles no edifício do Ministério da Educação, e o evento mexeu de fato com a face do Cristo no Brasil. Depois disso Jesus também começou a aparecer com uma digna cara de cor preta. Venceu Djanira com o *Cristo na Coluna*, evocando um negro no pelourinho escravocrata.

Foi resultado deste concurso a idéia de fundar um Museu de Arte Negra, a qual eu só concretizaria mais tarde, em maio de 1968. A inauguração do Museu de Arte Negra foi precedida por um curso de Arte Negra que organizei no auditório do Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio. Foi muito gratificante. O auditório para duzentas pessoas ficava cheio, super-lotado de gente interessada. Vários especialistas falaram: R. Teixeira Leite, Flexa Ribeiro, Raymundo Souza Dantas, Grande Otelo (sobre humorismo), Edison Carneiro, Nelson Pereira dos Santos, Adonias Filho, Thiers Martins Moreira, Florestan Fernandes, Alceu Amoroso Lima. Um curso movimentado, talvez um pouco eclé-

tico demais. Porém eu estava sempre alerta, botando os calços onde necessário fosse, para manter o caráter, a identidade do curso.

Logo em seguida, em colaboração comigo, o *Correio da Manhã* promoveu uma enquete sobre a importância do museu, e a primeira mostra pública das obras coletadas aconteceu no Museu da Imagem e do Som, cedido pelo Cravo Alvim, a 13 de maio de 1968.

Autocrítica

O Museu de Arte Negra sofre de uma ambigüidade profunda. É sobre o negro, mas inclui trabalhos de artistas brancos, também. Mais grave é a própria natureza do museu, um troço estático só conhecido e visitado por gente da classe média para cima, só apreciado pelos «entendidos». Para preencher o seu sentido, o museu tinha de ser móvel, subir os morros, viajar pelo interior do país. Recolher o material criado, exibi-lo para ser discutido, difundido, enriquecido com outras experiências. Valorizar a arte afro-brasileira tendo em vista o povo afro-brasileiro: nós não tivemos condições para este tipo de revolução estética e cultural.

Devo porém fazer uma autocrítica: a perspectiva da «integração», que me orientou, mal ou bem, desde a década dos trinta, significava uma direção que conduzia ao afastamento do povo. O Teatro Experimental do Negro, por exemplo, chegou a fazer alguns espetáculos nos subúrbios, uma vez num terreiro de «macumba». Foi a coisa mais gostosa, aquela reação imediata e viva, o público entendendo tudo, participando integralmente do espetáculo. Mas isso foi exceção. No geral, nos dirigíamos ao público tradicional de teatro, que, claro, é branco e de elite. Foi um erro insistir tanto em projetos para o meio intelectual. Havia o equívoco de querer se «civilizar», a expectativa de ser «compreendido» pelas elites do país. A «integração» significava um esforço para que a cultura negra fosse reconhecida pela sociedade brasileira, e são as elites (brancas) que controlam os mecanismos de reconhecimento e de prestígio. Então circulávamos num meio que não era exatamente o nosso, sempre aquela ambigüidade, pedindo apoio, buscando patrocinadores, usando a linguagem e os contatos de gente que não só explora o negro economicamente, como ignora e despreza a sua cultura.

A ambigüidade tem muitos aspectos e níveis, é uma sinuca das bravas. O negro que quer fazer alguma coisa pelo seu grupo está sempre sob a mira da polícia. É sempre uma barra pesada, sempre violenta; preto leva mais porrada na polícia, seja qual for o seu «crime». Os meios de informação tampouco ajudam.

Estão sempre prontos a fornecer notícias bobocas, mas censuram os assuntos mais sérios. Os jornais, as revistas, o rádio, a TV podem dar uma notícia aqui ou ali, mas a constante é a manutenção de atitudes preconceituosas e discriminativas. Alguns exemplos: certa vez criaram no Rio um jornal chamado *O Sol* e me deram uma coluna para escrever. Já na terceira colaboração me vetaram. Eu mostrava o racismo imperante no Itamarati (Ministério de Relações Exteriores), e acontecia que um dos donos do jornal militava na diplomacia. Aquele sol não nasceu para todos... Doutra feita, o jornalista negro João da Conceição começou a publicar uma coluna no *Diário da Noite*, também no Rio. Não completou duas semanas de colaboração: expulsaram sua coluna que tentava penetrar fundo na questão negra.

Ocorrência análoga na televisão Tupi, quando apresentei *O Imperador Jones* à audiência carioca: foram tantos os telefonemas de protesto que a estação resolveu suspender a apresentação das demais peças programadas só com elenco do TEN. Outro fato aconteceu com o ator negro Jorge Coutinho. Ele trabalhava numa novela televisada, interpretando o papel de um empregado que se enamora da filha do patrão branco. Iam se casar. Foi aquela zoeira de telefonemas, protestos escritos, desaforos. Resultado: tiveram de matar o personagem antes que se consumasse matrimônio tão ignominioso aos olhos da «democracia racial» brasileira.

O outro lado da moeda: não há qualquer problema em publicar material explicitamente racista, ou sutilmente racista, contra o negro. Com freqüência, nem tão sutil, podemos ler coisas como a seguinte nota publicada no *Jornal do Brasil* (4/6/1975), coluna social do Zózimo:

«Segunda-feira foi a vez do decorador Júlio Sena receber para um jantar *black tie* dentro do festival anual de homenagens com que é festejado o aniversário de d. Maria Cecília Fontes.

O Largo da Mãe do Bispo foi decorado com motivos do século XVIII e servido por *garções negros*, fazendo as vezes de escravos. A liteira em que os mais desembaraçados convidados foram carregados salões a dentro foi desencavada novamente pelo *host* e utilizada fartamente para divertimento de uns poucos presentes».

Isto é ofensivo, criminoso. Mas o pior é que encontramos a mesma ambigüidade nos meios de esquerda, na chamada «vanguarda». Nós procuramos participar das lutas da primeira metade da década de 1960. Estive com o CPC e no filme *Cinco Vezes*

Favela, sempre tentando colaborar, dar presença. Mas fomos invariavelmente tratados marginalmente. «Folclore» da esquerda, para os mais simpáticos, «divisionistas» para os mais raivosos. Porque no fundo a esquerda está identificada com uma ideologia européia, e as suas «vanguardas» pertencem aos círculos da chamada elite do país. A bossa nova, por exemplo, usou motivos negros, mas na hora de fazer um filme Vinicius de Moraes apelou para a mitologia grega, seguindo o seu ideal estético, os seus símbolos de prestígio. Os atores pintados de preto, o Cristo Negro, o Orfeu Negro compactuam, no fundo, com a violação histórica do meu povo. A mitologia africana é riquíssima e é cultuada nos terreiros pelo Brasil afora, não precisamos da Grécia para elevar o nosso carnaval ao nível da mitologia. A Grécia ou a Europa, sim, devem à África grande parte do acervo do que chamam de «civilização ocidental».

Por todas essas razões é que mudei de posição. Hoje estou convencido de que namorar o branco para receber reconhecimento é tempo perdido, além de ser uma perspectiva falsa. O negro tem que fazer a coisa dele, sem esperar, sem nem olhar para a cara do branco. Depois pode dar uma colher de chá para os brancos, mas antes tem de se afirmar como negro. Senão, acaba sendo manipulado. É o caso por exemplo do Partido Comunista (que aliás, não está sozinho nisso). Acha que afirmar a tradição africana e manter um estilo de vida africano não faz sentido; mas está sempre lá, dando opinião, procurando influir e desviar o movimento para a sua linha ideológica. Se acham que questão negra é besteira, por que então se imiscuem em nosso assunto, por que tentam nos manipular? Vai manipular branco, porra!

Os excluídos

A situação ambígua de nosso movimento, colocado entre aspirações populares e aspirações de elite, se tornava manifesta nos dias de festa. Por exemplo, sofri uma decepção num carnaval — mais uma — acontecido lá pela época do Dutra na presidência. Eu, Ruth de Sousa e Claudiano Filho recebemos convites para o baile do Hotel Glória, de propriedade da família Rocha Miranda. Baile de grã-fino, mas, se tínhamos convite, por que não ir brincar lá? Dito e feito, na porta, convite na mão, até um convite especial, e o porteiro não deixa entrar. Disseram que era por causa do estandarte que carregávamos. «Então a gente joga fora o estandarte!»

E a nossa festa virou problema. Os caras dizendo que não nos queriam, e nós brigando, apelando. Uma loucura! As horas passando e nós ali do lado de fora, na porta, criando caso. Amigos

brancos chegavam, trocavam palavras conosco, e nos deixavam para trás. Todo mundo tinha o direito de se divertir, menos nós, os marcados pela cor. Passa um, passa outro; passa o Paschoal Carlos Magno, passa aquele escritor francês muito nosso amigo, o Michel Simon, passa o diretor do Serviço Nacional de Teatro, todo mundo vai passando e nos deixando para trás...

No dia seguinte denunciei o fato numa carta aberta ao chefe de polícia, publicada pelo *Diário de Notícias*. O dr. Santana, um médico preto de São Paulo, escreveu uma carta ao presidente. Conclusão: o comissário de polícia de serviço no Glória, Agnaldo Amado (que nem era tão branco assim), como responsável pelo incidente, foi transferido para um outro distrito policial. Expliquem que a punição foi branda porque «ele estava cumprindo ordens...»

Outro episódio em que me sai melhor. Irene Diggs, uma cientista negra norte-americana, foi barrada no Hotel Serrador, no Rio. Estava em missão cultural do Departamento de Estado dos EUA, tinha apartamento reservado com antecedência pela própria embaixada americana. Mas quando se apresentou à portaria do hotel aquela preta, disseram que não havia lugar. Ela deu entrevista, armou barulho, a imprensa criou caso. Aí o jornalista R. Magalhães Jr. desafiou o Hotel Serrador que negava a discriminação: «Se não há preconceitos, que aceite um casal negro como hóspedes».

Perguntaram se eu topava a parada do teste, e respondi: «Claro, comigo não tem dessas coisas, não. Prefiro um discriminador arrependido do que cem racistas na cadeia».

Certa manhã lá fomos eu e minha esposa curtir a grã-fina-gem do Serrador. Não sei se eles pensavam que negro é besta, porque estão sempre pensando assim, mas nos receberam com as maiores cortesias. Pudera! Um jogo com cartas marcadas. Fui logo cedinho. Na hora do almoço, descí para o *Night and Day*, que na época era a «menina dos olhos» no Rio, freqüentado pela nata das finanças e da política. Instalei-me numa mesa e veio o gerente, um tal Freixinhas, se bem me lembro!

Freixinhas: «Vocês não podem sentar aqui».

Eu: «Por que?»

Freixinhas: «Este restaurante é exclusivo, reservado para os hóspedes do hotel».

Eu: «Ah, é? Então está reservado para mim».

Freixinhas: «Você é hóspede deste hotel? Qual é o número do seu apartamento?»

Eu: «716».

Freixinhas: «Cadê a chave?»

Eu: «Tá aqui».

Freixinhas fez uma cara de espanto e sumiu pelos corredores, certamente para esclarecer aquela aberração. Quando voltou estava inteiramente mudado, parecia até uma dama. Eu poderia não só almoçar, mas seria servido com cuidados especiais. Eu não podia quase respirar sem que os garçons corressem em minha direção perguntando o que eu desejava. Então pensei: «Tenho de inventar outra, porque esta já era». Convidei meus amigos negros e brancos para uma recepção no *hall* do hotel. Foi aquele reboliço. Negros que nunca haviam posto os pés num hotel começaram a subir e descer pelas escadas, tomando elevador social, falando alto. Um escândalo! A gerência se assustou e proibiu meus convidados de transitarem por outras dependências do hotel. Teriam de permanecer só no *hall*. Isto criou problemas, porque entre meus convidados estavam também brancos da política e da imprensa; tenho fotos desse acontecimento: lá estavam os vereadores Tito Lívio, o Ari Barroso (compositor), o Lacerda, o pintor Santa Rosa, o maestro Abigail Moura, todo mundo bebendo, rindo, houve discursos, aplausos, um verdadeiro comício anti-racista. Os donos do hotel não sabiam o que fazer. Devem ter dito ou pensado: «É, não devemos mesmo permitir negros aqui dentro».

Depois de 1964

As coisas endureceram depois de 1964 mas, no que me diz respeito, a mudança pior foi a de 1968. Até 1968 continuamos fazendo muitas coisas. A criação do Museu de Arte Negra em maio de 68 foi um testemunho. Também promovemos uma mesa redonda, patrocinada pela revista *Cadernos Brasileiros*, a respeito dos 80 *anos de abolição*, cujo material foi publicado em livro com o mesmo título, edição daquela revista; também colaboramos na organização do número especial de *Cadernos Brasileiros* intitulado 80 *anos de abolição*. Antes disso a revista *Realidade*, de São Paulo, projetou publicar uma edição sobre o racismo, mas, sob pressões ocultas, teve de sair um número muito fraco. A censura cortou os artigos mais sérios, um de Florestan Fernandes, outro de Fernando Góes. Na última página publicaram a resposta do Afonso Arinos e a minha àquela tradicional pergunta:

«Acha que a luta racial dos E.U.A. poderia acontecer também no Brasil?»

Obviamente Afonso Arinos respondeu negativamente e eu disse que sim. Até agora a estrutura de nossa sociedade tem conseguido silenciar o problema de nossas relações raciais, sob o slogan de uma democracia racial que de fato não existe. E a incriminação de subversiva a qualquer discussão desse tópico,

contida na justificação da lei de segurança nacional, constitui outro elo no amordaçamento do negro. Sem as liberdades democráticas, o movimento não pode se manifestar, fica encubado, reprimido, à espera de oportunidades, arriscando explosões repentinas tipo Watts ou Newark.

Nos Estados Unidos

Já disse e repito, sempre fui um exilado em meu próprio país, não tenho uma «terra natal». Ou melhor, tenho: África. A sociedade brasileira recusou minhas raízes africanas, quis cortá-las, arrancá-las à força, fazer de mim um desenraizado. Tive de lançar minhas raízes de cima para baixo, pelo esforço consciente, lançando-as no ar como certas plantas fazem. Não foi a vinda para os Estados Unidos que criou o meu exílio. Pelo contrário: aqui pude me expressar muito melhor, continuando o que já fazia, noutro contexto.

Uma grande diferença é que, aqui nos E.U.A., o valor do meu trabalho foi reconhecido, é coisa que não posso negar. Parti com 54 anos, sempre como um marginal. Por exemplo, a única vez que recebi um convite para falar em universidade brasileira foi em 13 de maio de 1968, no Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Vejam as condições: o diretor da faculdade proibiu que a palestra fosse realizada no salão principal, forçando-nos logo para a ilegalidade. Então falei no pátio da escola, com ameaças de todos os lados, até professores se metendo para acabar com a conferência, com esse «negócio de negros» (meu tema era a negritude). Na base dessa conferência, aliás, um grupo de estudantes negros criou uma organização, a qual certamente não durou muito tempo.

Chego aos E.U.A. em fins de 68 para ficar um mês. Havia começado a pintar naquele período, no meu apartamento de Copacabana. Um departamento da Columbia University comprou um quadro meu por mil dólares. Uma verdadeira alegria. Não tanto pelo dinheiro em si, que não contava tanto, mas pelo reconhecimento. Em seguida a Yale School of Drama convidou-me como *lecturer* visitante. Nenhuma escola de teatro no Brasil jamais pensou na minha existência. Depois a Wesleyan University (em Middletown, Estado de Connecticut) chamou-me como *visiting fellow*, professor visitante. A seguinte foi a Universidade do Estado de Nova York, em Búfalo, me oferecendo a posição de professor associado, no departamento de estudos portorriquenhos; dentro de dois anos me promoveram a *full professor*, isto é, professor catedrático, com *tenure*, ou seja, a vitaliciedade.

Além do mais recebo constantes convites de todos os lados para exposições, seminários, conferências. Assim tenho falado às

audiências da Harvard, da Howard, da UCLA, da Colúmbia, etc., denunciando a discriminação contra os quarenta ou cinquenta milhões de negros e mulatos brasileiros, que estão lá oprimidos, sem poder falar e expressar os seus valores de maneira efetiva.

Claro que tenho sofrido discriminações (já fui inclusive aos tribunais de Nova York denunciar uma dona de apartamento que não quis me alugar o imóvel por ser negro). Claro que os brancos norte-americanos participam da opressão aos negros. Mas aqui o movimento de protesto atingiu um nível que força o respeito da sociedade dominante. Também sendo verdade que o pluralismo político dos E.U.A. oferece mais brechas para o trabalho construtivo, mesmo sabendo-se que tais brechas têm custado muito sangue e muitas vidas.

A pintura e os orixás

Uma coisa sensacional aconteceu comigo nos E.U.A. Bloqueado pelo inglês, desenvolvi uma nova forma de comunicação. Ao invés de aprender a falar bem uma outra língua, descobri que possuía uma outra forma de linguagem dentro de mim mesmo: descobri que podia pintar; e pintando eu seria capaz de mostrar o que palavreado nenhum diria. Uma experiência difícil de explicar. O mais apropriado mesmo é dizer que os orixás baixaram e que pinto em estado de comunicação íntima com os orixás. Não faço pintura convencional, nem ritual. Tampouco se trata de invenção arbitrária. Expresso uma vivência profunda da cultura afro-brasileira. Apreendo certas visões, certas fantasias, sobretudo certas revelações configuradas nos invocados símbolos do candomblé. Não é nada folclórico, sou contrário ao que a sociedade branca costuma rotular de «primitivo».

Tenhamos em conta que as religiões de origem européia só cultuam, de modo geral, deuses mortos. Religião africana é diferente. Os orixás (divindades) descem de suas moradas celestes para ganhar corpo humano: eles dançam, comem, bebem. Pura vitalidade, o candomblé não é o «ópio do povo». Seus deuses são dinâmicos, incorporam um profundo sentido de libertação. São divindades históricas, envolvidas na dinâmica libertadora do negro. Em minha pintura procuro distinguir entre os símbolos e mitos que só existem como tradição, e aqueles que preenchem necessidades do nosso tempo, podendo abrir uma perspectiva de futuro. Não advogo que simplesmente lembremos o nosso passado. Meus orixás não estão imobilizados no tempo e no espaço. São forças do presente. Emergem na vida diária e em assuntos seculares. Os orixás recebem nomes de pessoas vivas, assumem a defesa dos heróis e mártires que ainda

hoje são oferecidos pela raça negra como sacrifício na busca da liberdade.

Mencionar Ogun é evocar uma idéia-força que se opõe à submissão dos povos africanos e negros em qualquer parte do mundo. Orixá do ferro e da guerra, por extensão de todos os metais e da tecnologia, Ogun encarna a vingança armada. Divindade responsável pelo reino da natureza, Ossaim é o orixá-folha; está implicado não só com as ervas, plantas e raízes que servem à farmácia e à medicina tradicionais, como são do seu domínio as matérias-primas que alimentam a economia dos países desenvolvidos. Iemanjá, divindade das águas, mãe de todos os orixás, preside a fecundação e a procriação da espécie: está diretamente relacionada aos problemas do controle da natalidade, da pesca e das secas. Enquanto Xangô, o deus do fogo, das tempestades e da justiça, vela pelos direitos humanos e pela liberdade; seu símbolo, o machado de duplo fio, significa a disposição bélica do orixá no cumprimento de suas funções rituais. Já Oxum clama pelo amor e a criatividade que devem inspirar a vida em todos seus instantes. Ifá revela o passado, sabe o presente e revela o futuro; isto é, ele nos fornece o conhecimento da história, nos habilita a fazer projetos. Omulu, o médico dos pobres, trata da vida e da morte. Exu, que os cristãos identificam com o demônio, é o senhor das encruzilhadas da vida, de todos os caminhos do universo; divindade ambivalente, simboliza a contradição inerente à existência humana e o perpétuo movimento da vida. Exu é a divindade mais polêmica e controvertida, já que enfeixa vários níveis de funções rituais e poderes muitos.

Devo esclarecer que minhas «revelações» não incluem autênticos transe místicos. Nunca entrei em transe, a não ser no palco, quando representava o herói de *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro. Nunca fui mais do que um aprendiz do candomblé. Me dava muito com a ialorixá *Senhora*, cabeça do terreiro do Opô Afonja, um dos mais antigos templos da Bahia. Frequentei para aprender, mas não cheguei a ser um iniciado, não fiz a cabeça. Muitos pais e mães-de-santo insistiram. Mas eu conheço as limitações, o peso da responsabilidade sacerdotal. Exige total dedicação, submissão à disciplina, à hierarquia. A vida mística do candomblé não é demasiado rígida, porém tudo é cuidadosamente regulado pelo ritual. Não tive a disposição nem o temperamento para assumir tal regime de vida. Ademais acredito que posso prestar bons serviços aqui na vida leiga. Tanto na Baixada Fluminense como nos subúrbios do Rio me liguei a vários terreiros, e me lembro que quando Albert Camus visitou o Rio, levei-o a participar de um ritual de candomblé. Ele recordou isto no seu diário. Mas o místico para mim aparecia no entusiasmo das lutas, e, agora, mais serenamente, no cuidado da pintura. Uma coisa não nega a outra. Tudo converge. Tudo é complementar.

É nos pontos riscados e cantados que nasce minha arte. Ai está a base de tudo. Nas encruzilhadas, nessa coisa que vai e vem, as contradições da vida ganham sentido, e o nosso retrato vai tomando forma.

Apesar de serem muito mais organizados, e no atual momento, muito mais combativos, os negros norte-americanos não possuem a bagagem cultural dos afro-brasileiros. Por várias razões históricas eles perderam os fios da tradição. Mas há a procura ativa, às vezes dramática, o que confere um grande papel à minha pintura. Quando eles se defrontam pela primeira vez com meus quadros, eles não entendem. Mas sentem o quadro; se esforçam por compreender, perguntam, se interessam, estudam. Já vi gente chorando em exposições de meus quadros. São muitos os convites para expor. Mostrar meus quadros nos guetos é o que mais me alegra, porque é uma questão de fraternidade, de irmandade. Mas também exponho em lugares menos negros, como nas branquíssimas universidades de Yale, Harvard, Tulane e muitas outras. Certa vez, na galeria da Yale University, visitei uma exibição de peças afro-brasileiras cujo material vinha dos arquivos de polícia e de instituições psiquiátricas do Brasil. Pois é assim que a sociedade brasileira tem visto a criatividade dos negros: coisa de bandidos ou de malucos.

Aqui nos Estados Unidos já é diferente (fruto das lutas) e meus quadros são adquiridos tanto por pessoas de posses modestas como por pessoas e instituições das classes altas. Mas meu propósito na pintura é absolutamente cultural. Sofro quando, por insistência do interessado, vendo um quadro. Tenho o suficiente para viver. O que não tenho ainda é a paz de espírito que só poderá vir com a total liberdade do meu povo.

Perspectivas

A experiência dos E.U.A. me mostrou que as fronteiras dos Estados nacionais não são realmente importantes. Estou aqui, volto ao Brasil, vou ao Caribe, e a problemática negra continua a mesma. Naturalmente a história criou diversidade e conflitos. Os negros norte-americanos assimilaram muito, melhor dito, foram assimilados à mentalidade fria e individualista dos anglo-saxões.

Tive muita alegria em rever o Rio e os amigos, quando estive lá em 1975 e 76. Foi um banho de juventude rever aquele pessoal quente do Brasil. Tive encontros verdadeiros com jovens negros, os quais me deram a certeza de que a luta continua. Entretanto, no fundo, minha relação com o Brasil é cheia de revolta, é paradoxal, emaranhada de sentimentos contrários. Só me senti em casa na África. Estive na Tanzânia, na Nigéria, em Uganda, no

Senegal, na Guiné-Bissau. Em Uganda visitei as nascentes do rio Nilo. Aquelas águas que alimentaram tantas antigas civilizações negras me emocionaram extremamente; elas encharcaram a minha alma. Banhei-me nelas como num batismo primordial, como se de fato estivesse nascendo de novo. Entrei com sessenta nas costas e saí fresquinho com dezesseis, pronto para começar tudo de novo...

Mas o assunto não é só meu. Seria loucura pensar em levar os negros brasileiros de volta para a África. Mais do que romantismo, utopia, seria suicídio; o mesmo raciocínio é válido para um movimento que pretendesse criar no Brasil um Estado autônomo. Não dá pé tampouco voltar à sociedade tribal, no tipo de vida agrícola comunal dos nossos antepassados. Isso exigiria uma revolução mundial que transformasse todos os valores. Estamos aqui, no meio da sociedade industrial, e é dentro dela que temos de encontrar as soluções. O problema, antes de ser a busca de uma volta à África, é o de como formar o Brasil Negro, institucionalmente falando, já que de fato ele sempre existiu. Para tanto é preciso inicialmente romper com o mito do «mulato», do negro virando branco, do sucesso através da «integração», cuja mistura de cores sempre acaba no embranquecimento. Nos E.U.A., quem tem uma gota de sangue negro é considerado negro, mesmo que sua pele seja clara, seu cabelo corrido, seu nariz e lábios parecendo de branco; no Brasil é o contrário, quem tem uma gota de sangue branco é branco (ou embranquecido, «clarinho»). Não pratico racismo ao contrário. Há brancos que reconhecem isso, como o Florestan Fernandes, por exemplo. A perspectiva de libertação dos negros brasileiros exige a passagem por uma experiência de independência cultural, a afirmação de uma autonomia. Sem isso, não se pode falar em «igualdade de direitos», pois «igualdade» sem autonomia significa despersonalização — a fonte da fraqueza e da dependência. Mais concretamente, é preciso retomar o trabalho de organização em torno de afirmações culturais, reivindicações sociais, enfim o caminho da libertação e da dignificação do afro-brasileiro.

Já é tempo de pensarmos na convocação do Segundo Congresso do Negro Brasileiro, provavelmente para maio de 1978 quando transcorrerá o 90.º aniversário da falsa abolição da escravidão.

ANINA DE CARVALHO

«Advocacia é advocacia. Jurei defender qualquer um em qualquer circunstância»

«Não existe liberdade individual. Não existe garantia de defesa. Não existe nada»

«Para meu pai lugar de menina é em casa. Não tem nada que pensar em outras coisas. Cultura é cultura adquirida em casa, sem precisar de escola»

Lugares

Bélgica, São Paulo, Chile, França.

Datas

Nasceu em 1933. Exílio em 1971.

Profissão
Advogada

«Crime»

«Os meus delitos são de defender presos políticos e de denunciar as torturas»

Vocação de defesa

O lado negativo do exílio é a falta de adaptação. Se você chega numa nova terra e não fala a língua, tem péssimas condições materiais e não consegue se integrar intelectualmente, o que acontece? Há o pessoal que se junta em panelas. E a panela não é boa, pois cultiva a fossa. Isso é o grande problema de todos os grupos de exilados. Conversei com amigos gregos e hoje vejo os companheiros chilenos com o mesmo tipo de problema.

Devemos fazer tudo para superar essa situação. Infelizmente o exílio é longo, e não se pode viver de forma transitória por muito tempo. O mal é que muita gente vive transitoriamente durante anos, e não percebe que o tempo passa. Há gente que aqui chegou em idade de estudante. O tempo foi passando e continuam na situação de estudante... Os colegas deles que ficaram no Brasil se formaram e já estão dentro do mercado de trabalho com a vida ajeitada. Isso é muito chato. Acho que uma das coisas mais importantes para se dizer aos jovens é que tenham coragem para progredir. Amanhã vão ser chamados a voltar e a trabalhar ao lado dos que ficaram.

Ainda existem dois problemas. O dos que saem como estudantes, e o dos que chegam aqui já profissionais. Para estes acho que o problema é ainda maior, porque com uma profissão já definida não podem exercê-la. Existem inúmeros advogados chilenos aqui trabalhando de secretários. Eu não sou a única heroína da fábula, infelizmente! Gostaria de ser um caso isolado, mas não sou. Os médicos não podem exercer a profissão. Trabalham praticamente de empregados em hospitais, de enfermeiros. Para os outros não há mercado de trabalho. Sociólogos não encontram emprego, economistas, dificilmente. Para um que se ajeita existem pelo menos 14 ou 15 que não.

Fico desesperada às vezes pensando em toda essa intelectualidade latino-americana, toda essa geração que se exilou e que pouco a pouco foi se afastando da profissão e perdendo o contato. Como se sabe, profissão é prática. Não adianta dizer que daqui a 10 anos se sabe o que se sabia no dia que se deixou a

profissão, porque é mentira. No caso de direito, se você não está a par das modificações constantes das leis, se você não usa do direito, se não faz petições, se não sabe dos prazos, você acaba esquecendo que um prazo é de 10 dias ou 5 dias, em tal e tal caso. Com a medicina é a mesma coisa. Se não continua lendo revistas médicas, perde o contato com a profissão e deixa de saber quais as novas conquistas, os novos medicamentos, etc. Para um profissional liberal, a morte é o afastamento da profissão. Estamos vendo toda uma geração de intelectuais sendo golpeada. Uma das grandes tarefas a se tentar no exílio é fazer com que os profissionais possam exercer suas profissões.

Mas há panelas. Toda ordem profissional, seja a ordem dos médicos, dos advogados, são panelas fechadas que não permitem a entrada de estrangeiros. É um problema quase insolúvel. É um problema muito duro. A gente vê os jovens que conseguem terminar sua formação, com o diploma na mão e não têm mercado de trabalho para absorvê-los. São aspectos negativos do exílio.

O lado positivo é o dos que continuam estudando e discutindo problemas brasileiros, sem se sentirem afastados e podendo contribuir com alguma coisa. Há gente que escreve, gente que redige bons trabalhos. Muita coisa foi produzida no exílio; coisa que não pode ser produzida dentro do Brasil por causa das dificuldades internas. É o lado positivo. Mas os lados negativos são muito grandes, e somados talvez sejam maiores do que os positivos. O exílio é uma coisa dura e acho que é muito bom que se tome consciência de todos esses lados negativos para vencê-los. Porque deixando-se levar pelo seu lado negativo, a gente dá mais uma vitória à repressão. Inclusive a repressão acha tão bom nos deixar no exílio que recusa passaporte a todo mundo. Para ela é útil que não voltemos ao Brasil, porque sabe que não temos muitas chances no exterior. A recusa do passaporte é uma das formas contra a qual devemos lutar e fazer com que se lute dentro do Brasil. Que organismos como a Ordem dos Advogados do Brasil se levantem e comecem a impetrar mandato de segurança para todos os exilados que necessitam. O grande problema da maioria dos companheiros é que deixaram de ter contatos no Brasil e não sabem a que advogado recorrer. A família muitas vezes não entende porque impetrar um mandato de segurança. Acha que um documento a mais, um a menos não tem tanta importância assim. E ao procurar um advogado acaba recuando diante dos preços que tem que pagar. Acho que uma das lutas seria conseguir da Ordem dos Advogados do Brasil um mandato de segurança coletivo, sem ônus econômico para o exilado. Alguns companheiros conseguiram com mandato de segurança obter o passaporte. O passaporte é um direito sacrossanto de todo cidadão. Mas as embaixadas e

consulados brasileiros têm recusado não só o passaporte mas até registro de filhos de cidadãos brasileiros nascidos no exterior. Filho de banido, então, nem se fala. São coisas que para a repressão é fácil e que nos isolam ainda mais. São pequenas vitórias da repressão mesmo no exílio. Continuamos sendo castigados mesmo no exílio. Não nos podem pôr na cadeia mas fazem o que podem para nos perseguir aqui fora. Contra esse estado de coisas temos que nos insurgir!

Criação tradicional

Sou pequeno-burguesa de família burguesa. De pai italiano e mãe belga. Nasci e fui criada na Bélgica. Logo depois da guerra emigramos por razões políticas. Meu pai, como líder fascista da colônia italiana na Bélgica, teve que se mandar. Escolheu a América Latina e o Brasil como poderia ter escolhido qualquer outro lugar.

Tinha muitas profissões. Era jornalista e dirigiu um jornal italiano fascista durante a guerra ainda na Bélgica. No Brasil foi ser industrial. Éramos então uma família siciliana burguesa, de tradição, em que mulher não tinha vez para nada. Ingressar na faculdade foi uma luta. Para meu pai lugar de menina é em casa. Não tem nada que pensar em outras coisas. Cultura é cultura adquirida em casa, sem precisar de escola... Durante muito tempo tive uma certa aversão à política, por causa da experiência familiar. Tínhamos sofrido muito e minha mãe sempre resmungava cada vez que se falava em política.

Comecei a entender um pouco de política quando entrei na faculdade na época do suicídio do Getúlio. Na faculdade todo mundo falava, se metia, e então comecei a me interessar um pouco mais. Frequentei inicialmente a faculdade de história natural, que abandonei. Por vocação, fui para direito. Na época do meu primeiro casamento o marido era médico e militante do PCB e andávamos com gente de esquerda. Isso antes do golpe, por volta de 61, 62. Comecei a ter uma noção do que era a esquerda, conversar com amigos, pessoal da USP (Universidade de São Paulo). Comecei a assistir a reuniões, comícios, e depois de 63 passei a ir a um mundaréu de comícios. Já pude reagir em situações como a da renúncia do Jânio. Em 1963 fui presa. Estava grávida da minha segunda filha. Presa por poucas horas, num movimento universitário com o pessoal do Mackenzie, onde me formei.

Em 64, o golpe! Em 65 fui procurada para defender presos políticos. Primeiramente os estudantes da filosofia da USP. Aí tive sorte. Um primeiro caso, não sei mais se foi fácil ou difícil, mas tive sorte. Resolvi bem o negócio e o pessoal ficou entusiasmado com o meu trabalho. Fui então contratada como advogada do grêmio da faculdade de filosofia.

Até 68, cada vez que havia manifestações, passeatas, ou qualquer outra coisa, causando prisões, eu intervinha. Defendi algumas centenas de pessoas que ainda se lembram de mim porque era a advogada delas, mesmo sem conhecê-las. Nos congressos da UNE (União Nacional dos Estudantes), onde centenas de pessoas foram presas, sempre intervinha ajudando a soltar o pessoal. Cheguei a ter, numa leva, 300 que foram soltos de uma vez só.

Esse primeiro período de advocacia política foi relativamente fácil. Ainda existia o *habeas-corpus* e algumas garantias individuais. Depois é que o trabalho começou a ficar difícil.

Como disse sou advogada por vocação. Acredito na beleza da profissão, na justiça, e sei que fui uma idealista. No decorrer dos anos de 65 a 71 revi o conceito de justiça e pouco a pouco fui percebendo injustiças, desrespeitos. Ainda não acreditava em torturas. Levei um bom tempo para acreditar. O primeiro cliente torturado foi o Tarzan de Castro, em 1967, antes do AI-5¹. Foi um caso difícil, importante, que mobilizou toda a imprensa. Ele ficou desaparecido muito tempo. Levou mais de um mês para localizá-lo. Impetrei *habeas-corpus* contra tudo que foi autoridade do Rio, de São Paulo e de Brasília. Bati em tudo o que foi porta de general e no fim encontrei-o no Serviço Secreto do Ministério da Guerra. Aí fui interrogada pela primeira vez. Morri de medo! Foi a primeira fase de opção. Uma opção política, muito mais que opção profissional. Sabia que profissionalmente eu podia ganhar muito mais fazendo advocacia normal, sem me meter naquilo.

Depois veio o AI-5 e outros fatores que me levaram a fazer essa opção. Tenho a impressão de que no começo foi teimosia da minha parte. Durante o primeiro caso que defendi fui procurada por uns colegas, amedrontados, que não queriam enfrentar esse tipo de advocacia. Foi como dizer: «Bem, eu tenho mais peito do que muito marmanjo. Não tenho medo. Advocacia é advocacia. Jurei defender qualquer um em qualquer circunstância. É minha profissão e acho-a a mais bela do mundo. Não

¹ AI-5 — Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, que dá poderes discricionários à ditadura.

vou, por circunstâncias políticas, deixar de defender alguém». Era uma espécie de brio profissional, uma necessidade de mostrar que a gente é profissional em qualquer circunstância.

Aí veio o AI-5 e com ele a triste realidade da tortura, com todas as dificuldades que surgiram para o exercício da profissão. Então tivemos que enfrentar a tortura, não havia outra saída. O advogado deixou de ser o mero defensor e passou a ser um elemento de ligação do prisioneiro com o mundo exterior. O preso precisa dessa ligação. Depois de passar a fase dos interrogatórios na Operação Bandeirantes ¹ e no DOPS ² e chegar à cadeia o advogado é a única pessoa que tem uma certa liberdade de ver o preso e ajudá-lo.

Sabia que se deixasse de fazer o que estava fazendo estaria deixando muita gente sem qualquer defesa. Esse caráter utilitário da profissão foi importante para mim. Havia outros colegas mas o número deles era tão limitado que um a menos faria falta. Era importante continuar...

Tive meus momentos de dúvida. Era desquitada, com duas crianças pequenas. Era arrimo de família e sozinha. É lógico que a gente pensa um pouco. Mas achei que o dever profissional era mais importante do que os problemas pessoais, e toquei pra frente. Da gente que passou pela cadeia de São Paulo, pelo menos 30 % foram meus clientes. Tenho muito orgulho em dizer isso. Acho isso bacana. É uma das coisas mais bonitas da minha vida.

Em 1969 fui interrogada mais uma vez. Já era uma situação bem mais difícil, com ameaça de tortura. Uma pessoa que tinha caído falou em mim, deu meu nome, não como advogada, mas como militante. Tive que assinar uma declaração de que só trabalhava como advogada, que não defendia ninguém de graça, que avisaria à polícia a qualquer momento se alguém de organização me procurasse, que só aceitaria ser procurada por familiares de presos e só trabalharia mediante contrato de honorários.

A partir de meados de 70 as coisas foram piorando muito. Sofri muita perseguição, ameaças, na própria Auditoria e na Operação Bandeirantes. Houve censura em minha correspondência. Sentia um clima de tensão muito grande em torno de mim. Nos primeiros dias de 71, as coisas pioraram e achei que era preferível sair do Brasil. Não tinha mais condições para exercer a profissão naquela situação. Cada vez que entrava com uma petição na Auditoria me devolviam dizendo: «O juiz não aceitou esta sua petição, faça o favor de fazer outra». Além das limitações ao exercício profissional, sofria ameaças. Cada vez que entrava ou saía da cadeia era super-revistada.

¹ Um dos centros de tortura do Exército brasileiro, este em São Paulo.

² DOPS — Departamento de Ordem Política e Social.

A luta dos advogados para melhorar a situação dos prisioneiros não teve resultado. Lembro-me do caso de um cliente que foi preso e estava escondido pela própria polícia quando entrei com uma petição na Auditoria. Ele estava envolvido em vários processos e na condição de *sub judice*. Pedi imediatamente que o prisioneiro fosse apresentado ao juiz — sabia que ele se encontrava preso e sob tortura — e que fossem verificadas suas condições físicas. O juiz recebeu minha petição, não disse nem sim, nem não. Dia seguinte devolveu-me a petição, dizendo: «Doutora, oficialmente essa pessoa não está presa». Eu falei: «Bem, oficialmente não está presa, mas o senhor sabe que sim, eu sei que sim, nós sabemos que ele está preso. Não tomando nenhuma atitude o senhor estará colaborando na tortura dele. Se morrer, o senhor é co-responsável». Quando falei isso, fui ameaçada outra vez de Operação Bandeirantes. Mas afinal isso ajudou, porque sabiam que eu tinha conhecimento de sua prisão e por isso não morreu sob as torturas.

De 68 a 71 sofri dois anos e meio de pesadelo profissional. Você gradativamente deixa de acreditar em tudo aquilo que era bacana. A justiça deixa de existir. Não existe liberdade individual. Não existe garantia de defesa. Não existe nada. Todos os textos de lei existem no papel mas não na prática. Temos no Estatuto do Advogado a garantia de nos avistarmos com o cliente — em qualquer momento e em qualquer lugar. Mas isso nunca foi respeitado. Enquanto durava o período de interrogatório nos centros da repressão, nunca advogado algum se avistou com os clientes. Isso não mudou. Continua a mesma situação. É duro para um advogado esse tipo de advocacia. Os que continuam, os que puderam continuar, merecem todo o respeito, porque ser advogado de preso político no Brasil de hoje não é tarefa fácil. Você se sente útil ao preso. Eu ia à cadeia todos os dias, das 9 da manhã ao meio-dia, durante dois anos. Vendo uma leva cada dia, já que todos no mesmo dia não podia. Com a vantagem que todos sabiam que eu estava lá na parte da manhã, e que se houvesse algum galho eles me mandavam um recado por um outro preso. Então requisitava o preso, imediatamente.

A cadeia, o contato permanente com meninos presos foram uma grande escola para mim. Alguns eram muito bacanas, me ensinaram muita coisa pela coragem, pela forma de enfrentar a cadeia, pela forma de reagir à tortura. Não vou dizer que foram heróis e que todo mundo que passou pela tortura não falou. Mas muita gente que inclusive falou na tortura reagiu de uma forma muito bacana depois. Acho que isso é importante. Há gente que julga as pessoas porque falaram na tortura. Acho que isso é injusto. Algumas pessoas foram mais fracas. Mas a maioria

das pessoas (muitos acabaram falando porque a polícia já estava a par e não adiantava continuar negando) reagia muito bem. Eu me apeguei a um monte de meninos que julgo bacanérrimos, de várias organizações. Eu não pertencia e fiz questão de não pertencer a nenhuma organização enquanto permaneci no Brasil, porque eu era mais útil assim como franco-atirador, como mulher de esquerda que lutava por gente de esquerda.

Os episódios marcantes são todos ligados à tortura. Coisas que você não espera. Por exemplo, o caso de uma pessoa que foi torturada na própria Auditoria Militar. Torturaram o cara durante a interrupção da audiência, com os advogados e outros réus esperando. Levaram-no para o sótão da Auditoria e aí torturaram-no. O interrogatório continuou depois. Protestos não adiantavam nada. O juiz e o pessoal da Auditoria eram conscientes das torturas e cúmplices. Um dos funcionários da Auditoria era um torturador — um rapaz que tinha trabalhado na Polícia Especial do Exército, durante muito tempo em 69 —, onde torturou um monte de clientes meus. No Conselho Permanente de Justiça havia militares da P.E. que tinham sido torturadores, e agora julgavam gente que tinham ajudado a interrogar.

Tensão, euforia e frustração

Saí, peguei um avião e saí. Fui para o Chile sem a sensação de estar deixando as crianças. Pensei que eu as deixaria por 8 dias, certa que depois elas estariam comigo. E nesse momento, como o clima psicológico que eu estava vivendo era muito tenso, era quase um alívio saber que elas estavam em segurança, enquanto eu saía, e que depois elas viriam me encontrar. Nunca me ocorreu que levaria anos sem vê-las. E que não sei quando tornarei a vê-las.

Eu me desquitei quando a filha caçula tinha 3 meses e a mais velha 2 anos. Então me tornei pai e mãe de duas crianças, e desenvolvi uma ligação afetiva muito grande com elas. A mais nova tinha 7 anos quando saí, portanto durante 7 anos eu vivi em função das filhas e da profissão. Era a minha vida. E do dia pra noite eu me vi privada das duas coisas que eu amava, a profissão e as crianças. Tudo caiu por terra. A gente consegue superar intelectualmente porque encontra outro tipo de atividade, e sabe que pode ser útil no exterior também. Mas afetivamente não dá pra superar. Do ponto de vista afetivo eu sou uma mulher extremamente frustrada.

Saí, fui para o Chile alguns dias, como a maioria das pessoas. Foi um período curto mas de profundo alívio. Depois da tensão que a gente estava vivendo no Brasil, foi enfim um clima de euforia, aquela beleza que era o Chile naquele período. Aí dis-

cuti com companheiros qual seria a coisa mais útil a se fazer no exterior.

Passada essa primeira fase, que me obrigou a viajar durante meses ininterruptos comecei a me fixar em Paris, mas solicitada, como ainda sou, cada vez que havia necessidade de um orador sobre o Brasil, que entendia de legislação militar, leis de exceção, enfim, que podia falar da repressão no Brasil, sobre tortura.

As organizações internacionais que a meu ver procuravam apoiar a questão dos direitos humanos no Brasil foram todas as organizações juristas — juristas democratas, juristas católicos, Liga Internacional dos Direitos do Homem e a Anistia Internacional. Trabalhei muito com a Anistia Internacional, inclusive fizemos aquele relatório sobre a tortura no Brasil, que custou muito esforço, e que foi um bom trabalho. Durante dois anos e pouco — 71 a 73 — recebi toda a imprensa brasileira, e fiz um arquivo de presos políticos, 3 000 fichas de processados. E foi muito útil porque muitos companheiros aqui precisavam provar que tinham processo político para pedir o refúgio, usaram do meu arquivo. O arquivo também foi útil à Anistia Internacional e às outras organizações internacionais, para listas de presos, levantamentos, etc. Aqui em Paris continuo, para a colônia, sendo a advogada. O pessoal que tem ainda problemas políticos, ou outro tipo de problema precisando de uma orientação jurídica, costuma me procurar. Eu gosto que me procurem. Fico satisfeita quando recebo um telefonema de alguém que não conheço e me diz: «Olha, precisava de uma orientação, de uma consulta, você pode me atender?» Eu tenho imenso prazer em saber que um pouco de conhecimento jurídico que a gente tem pode ajudar os companheiros no exílio. E tem sido bom porque, às vezes, besteirinhas, problema de registro de filhos, problema de autorização para filho viajar, coisas assim simples, como redigir uma procuração para um advogado no Brasil exigem um linguajar jurídico que é específico. Então o pessoal me telefona: «Você pode me ajudar?» Eu acho muito bacana isso. Continuo sendo, de uma certa forma, a advogada.

O pessoal também me consulta sobre coisas ligadas à França. Encaminho muitas vezes a colegas franceses, ou pelo menos dou um palpite do colega francês, e isso dá uma certa confiança, uma certa garantia. É lógico que no exílio a gente sempre gosta de ouvir a opinião de um concidadão, o que dá uma certa confiança na gente.

Campanha solidariedade

Eu era advogada, oficialmente não tinha processo nas costas (perseguida pela polícia, sim, mas sem processo), conhecia bem

os meandros da Justiça Militar, da polícia militar, dos centros de interrogatórios, enfim, conhecia aquilo bem e podia dar um testemunho do que tinha presenciado e de tudo que tinha ouvido. Era lógico que durante todos esses anos ouvi inúmeros relatórios de torturas, conheço a história de cada um dos presos, o que ele passou, o seu sofrimento. Estava a par da realidade. Vim pra França e durante alguns meses percorri toda a Europa, dei entrevistas à imprensa em todos os países, fiz conferências públicas, participei de inúmeros programas de rádio e televisão. Foi muito útil. Não como na cadeia, porque na cadeia eu tinha o elemento humano perto de mim, eu via o meu preso, sabia, por um sorriso, por um olhar de satisfação, que tinha trazido alguma coisa a ele. É lógico que quando você faz uma campanha de denúncia você não sente isso. Mas racionalmente você sabe que está alcançando muito mais, a milhões de pessoas a quem você levou uma mensagem.

Vida dura

No exílio nunca parei de me preocupar com o Brasil. Participo de debates, de reuniões, de estudos. Acho importante a gente não parar de se preocupar com o que ocorre no Brasil. É uma forma de militância ativa, diária, uma obrigação constante de estar ligada.

No Brasil, como eu não pertencia a nenhuma organização, não tinha esse tipo de diálogo, de estudo. A minha militância foi exclusivamente profissional, enquanto que no exílio comecei a estudar. Para mim pessoalmente acho que foi bom porque eu comecei a estudar e a me interessar por uma realidade. Por exemplo, nunca me preocupei com a economia. Enquanto que agora, sem dizer que eu entenda de economia, digo que entendo aquele mínimo necessário para saber o que ocorre no Brasil. Posso mais ou menos entender o que é ou deixa de ser o milagre econômico brasileiro. Acho que isso é importante. Do ponto de vista profissional o exílio foi muito ruim para mim, porque infelizmente não posso ser advogada na França. O mercado de trabalho na França é muito difícil, até hoje não arrumei um emprego como realmente gostaria. Faço pesquisa para o Ministério da Justiça no setor da delinquência infantil. Mas não tenho um cargo; não existe o posto. Tenho um emprego de «vacatária», que é um emprego avulso, mal pago, com poucas horas de trabalho por mês, e sem nenhuma garantia de emprego. É uma dificuldade muito grande. O mercado de trabalho está muito difícil, e tenho muita dificuldade de me reencontrar profissionalmente. A minha primeira experiência de trabalho foi dramática. Arrumei um emprego de secretária com uma mulher

que representava o sindicato dos fabricantes de cintos, suspensórios e acessórios do vestuário masculino. Existe uma série de sindicatos do vestuário em geral, e os fabricantes de cada parte do vestuário têm o seu sindicato; são sindicatos patronais tão reacionários quanto é possível ser todo sindicato patronal. Era uma senhora meio chata, que se ocupava disso. Comecei a trabalhar com ela como datilógrafa, com o problema de não saber mais escrever à máquina e porque a máquina francesa é diferente da brasileira. Depois fui participar dos desfiles de moda e a minha obrigação era ajudar os modelos a pôr os cintos e os suspensórios, a vestir as calças. Num clima psicológico de começo de exílio, em que você perdeu tudo o que era importante, você estava na fossa em todos os sentidos, passando problemas econômicos, não tendo muitas vezes dinheiro para comer. Você se sentia assim aniquilada, tendo que desempenhar tarefa de ajudar o modelo a enfiar a calça. Agüentei muito pouco tempo. Foi uma experiência curta porque adoeci e tive que parar. Não foi possível continuar.

No começo, morei como todo mundo, em quarto de empregada. Os dois primeiros onde vivi não tinham nem água quente, nem privada e nem banheiro. Havia uma piazinha de água fria no quarto, mas sem aquecimento central, além dos sete andares para subir a pé. Era uma luta conseguir *ticket* de restaurante universitário, não tinha dinheiro mesmo.

Mas vamos dizer que eu tive sorte. Logo arrumei um emprego de secretária do Centro Francês de Direito Comparado. Era o único cargo que existia e não consegui sair daquilo, o salário era melhor. Deu para virar. Depois encontrei um companheiro fabuloso e as coisas modificaram-se muito. Quero dizer que o período duro do exílio, economicamente falando, foi relativamente curto. Mas ele surgiu na época em que psicologicamente eu estava menos preparada para enfrentá-lo, embora eu creia que a gente nunca está preparada para certas coisas. Vejo companheiros que chegaram mais ou menos na mesma época e que ainda continuam nesse mesmo período difícil. Tenho amigas que há anos moram em quarto de empregada, nessa luta, nessa dificuldade, trabalhando de «jeune fille au pair», de faxineiras ou de ama-seca. Meninas com nível universitário fazendo doutoramento e fazendo faxina ao mesmo tempo. Não creio que haja desonra em fazer faxina, mas, como a maioria dos nossos companheiros vem de uma camada social que não foi acostumada a isso, há uma certa fossa; não adianta esconder as coisas, há uma certa fossa e precisa muito *fair play*, muita base política, para agüentar tudo isso. Eu acho que isso desgasta muito e que muitos companheiros estão desgastados no exílio pelas condições materiais. A falta de adaptação muitas vezes é consequência das condições materiais. Há gente que fez

de tudo, que agüentou qualquer coisa para sobreviver. E gente com nível intelectual que merecia coisa melhor. Mas infelizmente até agora não conseguiu um emprego fixo.

O emprego é muito instável, depende da renovação de contrato cada seis meses e não me dá todas as perspectivas intelectuais que poderia dar um cargo integral, de pesquisadora mesmo. O meu sonho é isso: que um dia se abra uma vaga no serviço em que eu estou, em que possa ser realmente pesquisadora e fazer algum trabalho se possível de direito comparado. Eu sou antes de tudo uma advogada, e eu vou morrer advogada, mesmo que nunca mais possa exercer minha profissão.

Saudades

Quanto às perspectivas, tenho a esperança de um dia arrumar um cargo que me garanta um emprego, preparando-me para a volta. Não existe nenhum processo no Brasil, nenhuma acusação formal contra mim, e no entanto também estou sofrendo as conseqüências. Estou sem passaporte também. Sofri outro tipo de punição: perdi a guarda das minhas filhas. A sentença que tirou a guarda das crianças se baseia unicamente em motivos políticos, junto com uma entrevista minha ao *Le Monde*, e o juiz no Brasil declarou que eu era uma má cidadã, sem condições cívicas para educar duas pequenas brasileiras. E até hoje eu não consegui o direito de visita, o direito de minhas filhas me visitarem aqui. O juiz respondeu que se eu quisesse ir vê-las que fosse ao Brasil.

Os meus delitos são de defender presos políticos e de denunciar as torturas.

De toda maneira continuo me sentindo profundamente ligada ao Brasil. A gente morre de saudade! E lá tenho as filhas. A terra da gente é aquilo, né?

Por fim, sendo mais velha do que muitos, gostaria de dar um conselho aos jovens: por favor não fiquem parados em reuniões estéreis, batendo caixa até de madrugada. Procurem realmente estudar, progredir e acumular títulos e diplomas, para amanhã serem homens capazes, dentro do Brasil, de ocupar os cargos de direção.

BETINHO

(Herbet José de Souza)

«Nossa política era o nacionalismo, a aliança operário-estudantil-camponesa, a reforma universitária, a defesa da escola pública. Tudo isto nos punha agora em aguda contradição com a Igreja»

«Começa o exílio (...) Quer você esteja dentro ou fora, você está exilado. O Golpe é a definição do seu exílio»

Lugares

Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Uruguai, Chile, Panamá, Canadá

Datas

Primeiro exílio em 1964. Segundo, a partir de 1971

Profissão

Cientista político

«Crime»

Líder estudantil e organizador da Ação Popular (AP)

Vida anterior às atividades políticas

Eu vivia uma semana são, três semanas doente, mais ou menos essa a média mensal. Nos primeiros anos do ginásio vem uma tuberculose. Durante três anos fico na cama, num quarto no fundo da casa. Do nascimento até os 18 anos minha vida foi um longo processo de sobrevivência. O meu mundo era a família e mais o que entrava na minha consciência através de atividades tais como aeromodelismo, cerâmica, fotografia... Coisas que um hemofílico pode fazer. E, com a tuberculose, foram então três anos de leitura contínua e permanente.

Em 1953, quando entro na JEC, começo a ter uma atividade mais ampla. Até então a vida tinha sido uma imensa preparação, cheia de tensões, de obstáculos, de impossibilidades e de superação. E também uma vida cheia de uma vontade, de uma decisão, de uma fome imensa de sair e ir para a frente. Quando saio e entro na Ação Católica tinha vontade de tirar uma diferença com 18 anos, de viver sem estar na ativa. Realmente foi uma excelente preparação para uma atividade marcada pelo voluntarismo, pelo otimismo, como se uma pessoa passasse 20 anos amarrada e depois se soltasse ... E foi o que realmente ocorreu, quando me soltei ... entrei na JEC! Ali, o cristianismo virou a revolução, sob todos os aspectos, de liderança, de conversão, de companheiro, de camarada, de amigo.

A JEC surgiu para mim como um episódio muito bizarro. Até o período de adolescência passei por um processo de repressão sexual violentíssimo. De fato, articulei uma ligação entre pureza e cura: se eu fosse puro espiritualmente, ficaria curado da tuberculose. A tuberculose, até essa altura, tinha-me levado a duas ameaças de hemoptise, e quase à decisão de morrer como o melhor caminho, como a única saída. Mas de repente há um giro, e toda uma mística religiosa abre essa porta.

Duas pessoas influíram nas minhas leituras: meu pai, que comprava nos sebos todos os policiais. Agatha Christie, Ellery Queen, na primeira fase; e depois a Zilá, minha irmã da Ação Católica, que começa a fazer proselitismo comigo, trazendo a literatura dos católicos franceses e toda a influência européia

que a Ação Católica absorvia. Por minha iniciativa começo a ler romances, leio todo o Dostoiévski, e aí uma coisa puxa a outra. Depois os autores cristãos, Bloy, que é aquele místico louco ... Maritain, até que, quase automaticamente, vai chegar a Chardin, Mounier, e entrar na panela dos católicos franceses. Essa era a formação básica da Ação Católica da época. Foi esse *background* que criou a chance para uma saída mística. Três anos de visitas ao Iapetec, cada vez a mesma resposta do médico, a mancha pendurada na radiografia, duas ameaças de hemoptise e a prisão num quarto dos 15 aos 18 anos poderiam ter-me levado ao desânimo total, não tivesse eu encontrado essa saída mística. Eu tinha duas chances: ou o desânimo total, ou então o esforço de juntar as energias e criar uma disciplina. Foi aqui que entrou a religião: o esquema místico funcionou como uma ampla mobilização psicológica, como uma disposição de cura.

O elemento material da história foi o aparecimento da Idrazida. Passei a crer que ficaria curado se tomasse Idrazida. Efetivamente, três meses depois eu estava são. O esquema místico passou então a funcionar de outra forma. De modo geral, o tuberculoso na época sarava mas ficava muito doente. Vivía cheio de medo. No meu caso, esqueci completamente que havia tido tuberculose durante três anos e que era hemofílico. Foi esse otimismo que deu no ativismo da JEC, JUC, movimento estudantil e político.

Porém, o preço era muito alto. Era um movimento diabólico, realmente contraditório. Esse esquema todo vai ser desmontado aí por volta de 62, com o tratamento psicanalítico. Entro numa nova etapa de atividade, em que não preciso mais negar o meu lado afetivo, emocional e sexual. Mas as mudanças de ordem afetiva e sexual chocavam-se com a imagem religiosa e mística de mim mesmo. Há que ver que os militantes da JEC e da JUC só se permitem ter ato sexual com o casamento. Quem podia casar naquela altura ou quem podia esperar até o casamento para se realizar sexualmente? Era um sistema sacana. Mas a parte emocional dependia muito do tipo de assistente religioso e o nosso assistente era excelente. Foi por isso que essa mesma JEC deu o maior número de vocações religiosas para a ordem dos dominicanos, coisa como 60, 70 %, em gerações sucessivas. Era como um vestibular para a ordem dos dominicanos.

Introduzi aí uma argumentação, um tipo de mística que dava uma volta na questão da figura do Cristo em relação ao sexo. O cristianismo sempre apresentava Cristo como uma figura desligada, assexuada, mística, descomprometida, ele no céu e nós aqui na terra a pensar. Porém, na JEC, os assistentes apresentavam o Cristo como o macho, o forte, o homem, o cara que veio para fazer uma revolução, não uma revolução em termos políticos, mas de qualquer maneira uma revolução,

pessoal, humana, de salvação. Isso continha uma mística tremendamente forte para nós. Essa era a religião que nós estávamos querendo. Isso teve um aspecto muito positivo: ao invés da religião ser transformada num elemento de impotência e castração das possibilidades tanto dos homens quanto das mulheres, na JUC e na JEC ela se transformava num elemento de impulso. Foi a presença de frei Mateus como nosso assistente eclesiástico que marcou essa geração. Foi com esse embalo místico que chegamos à AP: temos uma missão, somos uma geração com uma missão salvadora. Nessa missão salvadora o testemunho pessoal é básico. Mais tarde, quando o maofismo, na versão idealista e voluntarista da pequena burguesia do Brasil, absorve a AP, é essa mesma mística que lhe vai servir de base, como um reencontro histórico, com uma base já existente. Essa idéia de missão, de testemunho, de compromisso radical com uma causa e com a idéia de revolução: «A vida só tem sentido na medida em que ela é uma grande aventura, uma grande revolução. A vida comum, a vida no seu dia-a-dia, não tem sentido. Temos que viver pelas grandes causas». Não se tinha mais nada que fazer em Belo Horizonte, uma das cidades mais chatas do Brasil, senão sonhar com essas grandes transformações...

O outro lado bom que ficou dessa experiência religiosa foi um sentido muito forte de compromisso e responsabilidade. É uma experiência em que a vida se faz em função de um permanente processo, em que o futuro é sempre importante, o presente é algo que você enfrenta com sentido de risco, um valor profundamente vinculado à religião.

De 1958 até 1962, a minha presença na JUC foi marcada por uma ativa participação no movimento estudantil, que tinha então relativa força na política nacional. Assim como a vinculação religiosa nos jogou no movimento estudantil, o movimento estudantil nos jogou na política nacional. Ao crescer esse movimento de participação, a religião já não dizia mais nada. Passamos então de uma visão religiosa a uma perspectiva política. Só que passamos à política com a mesma mística que havíamos vivido na religião, a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, auto-renúncia. É claro, a própria prática dirigia o nosso conhecimento para uma amplitude maior para o marxismo. Começamos a sair do mundo da «gestalt cristã», da visão de mundo cristã, e a entrar na visão de mundo marxista. A visão cristã já havia permitido condenar o capitalismo em nome dos valores morais. Isso já era a AP no início. Era preciso agora encontrar uma nova posição no socialismo, agora dentro do marxismo. De 59 até 62 vivi essa transição. Em 1962 a AP aparece como negação do capitalismo e proposição do socialismo. Se o impulso para fazer essa negação

era cristão, o método e a forma como então se procedeu já eram marxistas. Era realmente uma transição. Nós não estávamos vindo, como outros grupos de esquerda, de uma tradição marxista. Nós viemos de uma tradição cristã. Então tinha que haver uma fase de transição, com uma certa solução de compromisso se estabelecendo. Negar hoje o valor disso dizendo simplesmente que até então nós éramos um grupo pequeno-burguês cristão, e que depois viramos marxistas, por volta de 1967, é pura idiotice. É não entender que nós éramos uma resultante de um processo com profundas raízes sociais encontradas no Brasil. E, no Brasil, até 64, uns 90 % dos militantes políticos, ou eram católicos, ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo. Nós não estávamos na Rússia de 1917. Nem tínhamos raízes bolcheviques. Há que entender essa ligação, essa continuidade, essas rupturas de uma tradição cristã, que toma depois um aspecto político, se radicaliza na política. Então tanto as virtudes como as graves deficiências estão vinculadas a esse processo. Ao chegarmos a adotar o maolismo como uma religião em 1968-1969, tínhamos uma base para isso. Por que fomos nós e não os outros grupos? Nós saímos da Ação Católica e os outros não. Depois de Cristo, deu-se o vazio, mas o maolismo chegou e o camarada Mao pegou de novo a bandeira ...

Aparecimento da Ação Popular (AP)

A JEC e a JUC eram movimentos nacionais. Parece que na época só a Igreja e o Estado conseguiam ser realidades nacionais no Brasil. Universidade era de cada Estado, clube de futebol também, o Brasil realmente era um conglomerado. A JUC e a JEC possibilitam que a juventude de todos os Estados se encontrasse e fizesse programas nacionais. Esse pessoal, em seu conjunto, funda a AP com base na militância no movimento estudantil. Uns eram mais de esquerda outros mais de direita. No movimento estudantil havia uma diferença muito mínima entre a direita e a esquerda, em termos de voto, nos congressos. Uma corrente da esquerda descobriu que, colocando candidatos de JUC da esquerda, poderia atrair votos da direita. Então, em 58/59, propõem que eu seja candidato para a UEE ¹, que era tradicionalmente da direita. Era a tendência do que se chamava o *Grupão*, setor nacionalista do movimento estudantil. Claro que o PC era também nacionalista, mas esse grupo era independente. O PC vai adotar essa tática até o momento em que

¹ UEE — União Estadual dos Estudantes, no caso, a de Minas Gerais. (N. E.)

sente que a AP pode tomar a hegemonia do movimento estudantil. Vou ao congresso da UEE e perco por 4 votos ... da JUC! A derrota foi considerada uma vitória! Depois de perder, os caras que ganharam o congresso perguntam se eu gostaria de fazer um discurso. Nesse discurso eu passo por cima de facções, de grupos, e faço uma denúncia do movimento universitário, da situação da universidade, do privilégio, do que significava ser estudante num país miserável, faço uma crítica radical do próprio movimento estudantil, seu privilégio de estar ocupando um lugar elitista. Minha surpresa foi que me aplaudem de pé. Tanto os que perderam quanto os que ganharam.

Naquela época as eleições eram feitas exclusivamente na base do conchavo. Depois é que foi apresentada uma proposta de que o candidato teria que ganhar a batalha na base de suas idéias. Esse episódio do discurso vai ocorrer uma segunda vez. Perco a UEE, mas saio virtual candidato à UNE. Porque haviam provado que o esquema daria certo. Antes a esquerda perdia a UEE de muito, mas dessa vez ela só perde por 4 votos. Em 60, há um Encontro Nacional da JUC, comemorativo de seus dez anos. Chego nesse encontro candidato à UNE. Foi a primeira vez que um membro da JUC foi candidato à UNE. Quer dizer, a JUC abria os olhos à sua própria força. E com teses bastante radicais para aquela época. As teses que nós do grupo de Minas levamos para os «10 anos de JUC» eram explicitamente a condenação do capitalismo e uma proposição de socialismo. Toda a discussão vai se dar em que alguns não queriam o nome de socialismo. Mas concordavam com o conteúdo. O plenário rachou em função disso. Nós dizíamos: esqueçam o nome e aprovem o conteúdo. A ala direita da Igreja estava presente e esse encontro vai constituir-se num grande escândalo. O Gustavo Corção lança suas campanhas de denúncia de invasão do marxismo dentro da Igreja. Frei Cardonnel, dominicano francês, junta-se a nós na defesa da escola pública. Outro escândalo, porque a Igreja estava comprometida com a sobrevivência das escolas privadas, porque era a defesa de sua participação nas verbas do Ministério da Educação.

O contexto de surgimento de um grupo da AP é interessante. Vivíamos uma miniatura de intensa experiência política na Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, que passou em dois ou três anos a ser o centro político do movimento estudantil mineiro. Além de exercer liderança no DCE ¹, passou a ter influência também na UEE, que era de direita ... Os acontecimentos políticos gerados nessa faculdade vinham

¹ DCE — Diretório Central dos Estudantes, órgão estudantil máximo, por cada universidade. (N. E.)

basicamente da minha turma. Daí saem alguns que vão fundar a AP e, outros, a POLOP¹. Participação na Liga da Juventude Trabalhista, agitação de ruas, mobilização, campanhas pela reforma universitária, pela criação de faculdades, promoções culturais, apoio a Cuba, solidariedade com o movimento operário, tudo isso jorrando da Faculdade de Ciências Econômicas. Foi um aprendizado de prática política para a nossa geração.

Não tínhamos muita experiência com o movimento camponês. Mas tínhamos contatos com os têxteis, com os bancários, com os mineiros de Morro Velho, tudo isso favorecido pela Ação Católica, que na época tinha alguma liderança nesses lugares.

O Aldo Arantes é eleito em julho de 61 presidente da UNE. Vem a renúncia de Jânio, a crise da legalidade, eu vou com o Aldo para o Rio Grande do Sul, para dentro do Palácio Piratini, onde lançamos a palavra de ordem de greve nacional.

Junto ao movimento estudantil a UNE passa a ter de fato um grande poder. Percebemos, então, que, para a UNE crescer, sua influência não poderia estar ali na Guanabara. Nasce daí a idéia da UNE volante. Começamos a pensar na reforma universitária, a estruturar o CPC² (que já existia), a propor a formulação de uma política de cultura popular. Tudo isso, procurando participação a nível nacional da massa estudantil, faculdade por faculdade, assembleia por assembleia, do Rio Grande do Sul ao Amazonas. Era um poder nacional solidamente enraizado que queríamos criar.

O CPC marcou época! O Oduvaldo Viana Filho, e outros, todo esse pessoal que cria a arte engajada no Brasil nasce no CPC da UNE. Então, com base na nossa política para a massa, nos armamos do CPC, da campanha pela reforma universitária — com proposta de participação nos conselhos universitários e congregações à base de 1/3 —, da peça teatral, fantástica, chamada *Auto dos 99%*, uma crítica radical ao sistema universitário, e criamos a UNE volante. Uma caravana de 45 pessoas com todas essas bombas na mão percorre o país do Rio Grande do Sul ao Amazonas. Trabalho exaustivo! Através dos debates gerados pela peça chegamos a ganhar várias assembleias para a esquerda em redutos tradicionais.

Paralelamente, eu articulava a AP ao nível nacional. Enquanto o presidente da UNE entrava em contato com lideranças estudantis, eu entrava em contato com intelectuais, profissionais liberais, padres, líderes operários, camponeses, mostrando a necessidade de um movimento nacional alternativo ao PC.

1 POLOP — Política Operária.

2 CPC — Centro Popular de Cultura.

Achávamos que a nossa posição poderia somar um vasto apoio em todo o país. Dessa forma é que quando surge a AP em fim de 62 nós vamos reunir cerca de 80 representantes do movimento estudantil de todos os Estados, bancários, alguns setores operários e alguns camponeses.

Nossa política era o nacionalismo, a aliança operário-estudantil-camponesa, a reforma universitária, a defesa da escola pública. Tudo isto nos punha agora em aguda contradição com a Igreja.

Um gosto de poder

Estávamos, na verdade, descobrindo a política. As estruturas do país estão erradas, devem ser transformadas, e a forma de fazê-lo é criar um amplo movimento popular. Daí a Ação Popular. Ação num sentido profundamente voluntarista.

Qual era o nosso programa? A estratégia que deveríamos seguir estava ainda muito virgem. Se bem que havia uma sensibilidade para o problema do poder, não havia uma compreensão exata do sistema existente. É a época em que Jânio abre a questão de que o poder no Brasil era tudo e era nada. O «poder» do Jânio era uma manifestação muito efêmera do que era realmente o problema do poder. Seu curto mandato foi capaz de criar uma sensibilização popular para o poder, mas ilusória, sem mostrar o que estava realmente por detrás. Uma visão de poder ao mesmo tempo clara e difusa, como uma «coisa» que se pode ter e perder.

Até 64 pudemos perceber o que é um sistema de poder e penetramos ao vivo nas suas estruturas.

No movimento estudantil em dois ou três anos éramos a força hegemônica. De 100 sindicatos rurais criados em Minas sob jurisdição da Supra (Superintendência para a Reforma Agrária), 70 foram fundados pela AP. A permeabilidade entre as estruturas do poder nos anos 60-63 era muito grande.

O desbalanço entre a AP e o PC

Um dos fatores era a linguagem. Nós éramos um grupo de radicais mas que em nenhum momento tínhamos entrado em áreas difíceis de conquista cultural. O PC esforçava-se sempre por se auto-afirmar como PC. Mas isso afastava a massa, que estava impregnada de pregação anticomunista. Nós dizíamos o que o PC queria dizer mas sem usar nenhum *slogan*. Tínhamos uma maneira de falar que se adaptava ao nosso contexto cultural, e isso num período de ascenso da luta de massas.

O segundo fator era o sentido de iniciativa. Como não tínhamos o peso de uma tradição, tudo o que aparecia era bem vindo. Assim, tínhamos mais flexibilidade diante da realidade social. O PC, por exemplo, não fazia trabalho no movimento de favelas. Nós, por várias razões, começamos a fazer, e, de repente, esse movimento começou a ficar importante. Surgiu uma federação! O PC trabalhava em certos setores sindicais tradicionais. Nós entrávamos em outros, e daí a pouco esses estavam importantes também.

Essa flexibilidade, esse sentido de iniciativa, essa abertura e sensibilidade para o movimento real, e mais esse problema da linguagem vão-nos diferenciar. Além disso, éramos basicamente um movimento da pequena burguesia, e esta classe começava a despertar para as lutas sociais. Se tivéssemos continuado com a Ação Popular, podia ter-se transformado numa grande alternativa política para a pequena burguesia. A AP nasceu como uma organização de massa avançada, como um movimento. Foi este seu caráter que gerou sua força, sua sensibilidade e capacidade de expansão.

Parece que o PC percebeu que, onde nós entrávamos, nós continuávamos o movimento das coisas. Por exemplo, eles tinham tido controle do movimento estudantil por décadas. Quando tomamos o movimento estudantil, a hegemonia foi tão avassaladora que no final só havia candidatos da AP e a AP sozinha podia competir contra as forças da esquerda e da direita juntas. Isso gerou crises internas no PC.

Acho que nós vivemos um movimento com direção para um partido de massa. Isso ficou claro em 64, e se não houvesse 64 a AP poderia ter vindo a ser um partido de massas, ainda que limitado. Mas seria um partido político, com quadros, com militantes e com uma força de apoio popular.

Da crise da legalidade ao golpe de 64

Esse é um período dos mais ricos de experiência política brasileira. Só posso compará-lo com o período de 71/73 no Chile. Nesse período sentíamos que algo de novo ia surgindo. Vivíamos um clima de permanente tensão e ação, nos quais você se sentia ator, parte ativa, ao contrário do pós-golpe, em que viramos espectador ou vítima.

A sensação era de um país em movimento. Sua luta de classes, sua luta política, davam a sensação que algo era possível fazer, que um processo revolucionário estava em curso. Estou convencido de que até 63 um processo revolucionário era possível no Brasil. Possivelmente não o socialismo. Mas uma democracia mais avançada era possível. E um desenvolvimento eco-

nômico mais nacionalista. Era como se todas as classes sentissem que essa possibilidade era real, o que levava a que elas participassem no processo. Então, havia o movimento camponês lutando por uma reforma agrária, porque era possível. Por seu lado, os latifundiários se armando, criando condições para uma guerra civil no campo, porque sentiam que a reforma agrária que os camponeses queriam era possível. O movimento operário avançava porque sentia que o clima favorecia uma luta por aumento de salários, contra a inflação e por uma política nacionalista. Era um movimento de começar a romper com as amarras do economicismo e, inclusive, começar a virar os sinais de sua vinculação com a máquina de Estado. Nessa conjuntura, o sindicato começava a perceber que poderia provocar grandes problemas ao Estado, mas como este tinha um caráter populista na época o operário dizia: «Ele não vai me punir. Então, posso me aproveitar dessa vinculação». As lideranças sindicais que mantinham essa vinculação jurídica, através do PTB, com o Estado, politicamente começavam a desenvolver uma grande independência de iniciativa.

A Igreja também se lança na luta social, e um crescente distanciamento interno separa a esquerda da direita. Por outro lado, setores conservadores da pequena e média burguesia começam a comparecer na arena. Começa-se a ver, então, à semelhança do Chile, que a luta de classes está nas ruas, os atores e também o Estado estão nas ruas: a repressão, os assassinatos, as contradições e as crises no Exército, os limites do poder. Só que, nesse período, o movimento prevalecia sobre o entendimento. Principalmente para quem não tinha um *background* histórico, nem uma tradição política. Para nós de AP era muito difícil entender, na conjuntura tumultuada do momento, na ação e nas novas chances que se abriam para fazer política, que você devia parar para fazer uma análise e ter um entendimento mais profundo do que era aquilo tudo. Isso só vai ser possível com o movimento reflexivo posterior.

Seria exigir que fôssemos o que não éramos. Seria difícil que alguém que começa a fazer política em 62 possa entender, em dois anos de experiência estudantil e um ano de experiência nacional, a grande tragédia que se estava passando numa das épocas mais decisivas da história brasileira.

Existia, então, a possibilidade de o Brasil não se integrar, como se integrou, no sistema capitalista internacional, de sair dele, não para uma revolução socialista, mas para uma posição mais nacionalista, com uma democracia mais real e uma posição internacional, senão independentista, pelo menos neutralista, no contexto da América Latina e da África. É claro que essa alternativa, que, na época, era bastante revolucionária, iria levar a sucessivas crises e, num nível mais avançado, a um processo

revolucionário. Todas as classes perceberam o que se estava passando, todos os atores entenderam essa conjuntura. Mas chega o golpe. Daí para a frente vai ser necessário destruir por alguma forma essa muralha para se chegar a uma outra possibilidade histórica, pois o Brasil vai estar tão transformado na sua institucionalidade, na sua economia, na sua percepção, que a sua alternativa não vai ser mais a do início dos anos 60.

Para quem conseguiu perceber isso, foi um período intensamente dramático. Era como se estivesse sentindo que estava perdendo algo real. Mas, com o tempo, você vai vendo que era muito mais difícil do que se pensava. Mas ainda acho que não era impossível. Tanto é assim que quem fez o golpe não esperava que fosse ganhar tão fácil. Acho que foi fácil porque não se criou anteriormente nenhum esquema de liderança capaz de iniciar uma resposta. Em 61, a crise da legalidade teve essa liderança, e o golpe não venceu. O golpe então poderia gerar uma guerra civil. Em 64, se houvesse um dispositivo, mesmo regional, que tivesse de forma decisiva tomado uma atitude e a partir daí elevado a resistência a nível nacional, acho que o destino do Brasil poderia ser outro, hoje. A tradição do Exército brasileiro é só ser forte quando se apresenta como um bloco, sem divisões internas; quando tem que fazer guerra entre si, como em 61, então todo o heroísmo e arrogância desaparecem. Passam a contar tanques, metralhadoras, divisões, no final negociam e fazem qualquer acordo. Mas quando se sentem um bloco e decidem atacar a população civil, então são duríssimos ...

Antecedência ao golpe

Passsei os dias anteriores fazendo reuniões anunciando o golpe. Tive uma reunião com o movimento estudantil de todos os Estados em Minas. Grande parte do pessoal não conseguiu sair de Minas Gerais. Chegando ao Rio, passei a noite e o dia do golpe no Departamento dos Correios e Telégrafos, que funcionava como a central de comunicações. Fui um dos últimos a sair. Passei pela praia do Flamengo, a UNE pegando fogo ...

Para mim esse era o símbolo visível do golpe. Fiquei ali no Flamengo dentro de um apartamento assistindo ao carnaval da pequena burguesia carioca.

Quem viveu aquilo, quem entendeu e estava ali presente, não pode esquecer aquilo nunca. Era como se um pedaço de história que eu tinha vivido tivesse sido cortado, posto fora ... Agora é diferente. Minha perspectiva de futuro, meus amigos, meus hábitos, inclusive meu passado, tudo mudou. Esse fenômeno foi tão forte que muita gente se desestruturou: foi um choque que colocou em cheque a sua adaptação ao real.

Começa aí a história da repressão. Se você era um personagem da história de seu país, de seu povo, a partir desse momento passa a ser caçado, querem a sua destruição.

Dá-se o divórcio entre o seu país e seu povo, toda a substância afetiva da sua vida se corta e você passa a ser um inimigo, um estranho, aquele que deve fugir, escapar de algo que está dentro mesmo de seu país, que se apossou do país e que passa a caçá-lo. Algo dicotômico, agressivo, permanente se estabelece. Uma esquizofrenia global, mas muito ativa: se você brincar, ela te pega ...

Comecei então a minha trajetória de escape. Nos primeiros dias fui dormir num hospital psiquiátrico. Ficava trancado num quarto, tinha visões fantásticas ao observar os loucos no pátio, o que completava a tragédia de toda a situação. No final do terceiro dia houve uma batida no edifício do lado. Passei por casas de amigos, depois fui para uma chácara, quando tive uma segunda experiência com loucos: alguém que acreditava que a casa era sua começou a agredir do lado de fora, até que fugiu. Pensei que também eu estava ficando louco.

Aí por junho vou para São Paulo. Depois começam a cair os companheiros. Nada mais havia a fazer que nos reorganizar. Toda a liderança do movimento popular brasileiro estava no Uruguai. Assim decidimos ir alguns de nós para lá.

Aí por volta de julho parto numa viagem fantástica pelo Mato Grosso, Paraguai, Argentina e Uruguai. Minha primeira saída clandestina do país.

Primeiro exílio — Uruguai

Começa o exílio. Mas o exílio se define para muitos, no Brasil mesmo, a partir do golpe. Quer você esteja dentro ou fora, você está exilado. O golpe é a definição de seu exílio.

Você só não é exilado se está dentro do sistema. Para mim o exílio começou em 64, no Brasil mesmo. No Uruguai é o reencontro de toda a liderança do movimento popular. Aí, as realidades, vistas de longe, parecem teatro. Como se você reagrupasse os atores reais, enquanto atores de papel seguem o jogo. Fazíamos reuniões da Frente de Mobilização Popular com os atores reais. Mas eles mesmos estavam cheios de ilusões. Por exemplo: «*Nós, representando 5 milhões de operários brasileiros ...*», ou «*Nós, os sargentos das Forças Armadas brasileiras ...*», ou «*Nós, os oficiais nacionalistas ...*»; e assim o ex-governador, o ex-deputado, o ex-ministro ... Era como se não se tivesse aceito a realidade, se tentasse espichá-la para além das suas fronteiras.

Exploravam-se as possibilidades de uma reconquista. Com que estratégia não se sabia bem, mas se somassem todas as forças,

talvez no Rio Grande do Sul pudesse ocorrer algo, talvez em Goiás, quem sabe no nordeste, com oficiais nacionalistas, setores das FA ... Havia uma grande expectativa, uma grande ilusão! Aprendi num segundo momento a entender melhor o que havia se passado. Comecei a comparar o que existia no Uruguai com o que estava acontecendo no Brasil. Era como se eu estivesse digerindo pela segunda vez. No fim de um ano, todo o esquema se desmitificou, e começamos a adquirir nossa dimensão política real. «Não temos nada que fazer aqui, onde temos que fazer alguma coisa é no Brasil». E voltamos.

Volta ao Brasil

Há uma ditadura militar e a massa é contra essa ditadura militar. A única forma de provar que isso é uma ditadura militar é promover o aparecimento da luta armada, chamar a ditadura militar para tirar suas armas, para se revelar como tal. Ao fazer isso, a massa vai se somar com os que lutam contra a ditadura militar com armas, vai se generalizar uma rebelião nacional, e ela cairá. Com esse modelo a gente voltou ao Brasil. O que significava dizer o seguinte: hoje já não adianta mais ser governador ou ex-governador, deputado ou ex-deputado, dirigente sindical ou ex-dirigente sindical. No Brasil, tudo isso já não existe, não tem sentido, o que existe é um comando militar que ocupa o país. A política tradicional, institucional, desapareceu. A única política viável é a das armas e da força. Com esse modelo você tem o período da AP até 68.

Relativamente poucos dos que estavam no Uruguai voltaram. Alguns voltaram mas já numa situação de paz, porque realmente desistiram. Os que continuaram, os que não aceitaram, ou os que não tinham condições de voltar, ficaram. Poucos voltaram para seguir.

A colônia brasileira dessa época, os que conheci, entre 64/65, usavam o Uruguai como uma base territorial para estruturar, pensar, discutir politicamente em função do Brasil. Nada que ver com o Uruguai. Conhecemos, trabalhamos e estimulamos um grupo de estudantes do Uruguai a fundar algo semelhante, e se fundou e existe até hoje. Mas aí tentando transmitir a experiência brasileira. Sentimos a experiência do Uruguai, seu futuro. Denunciamos naquela época o que iria ocorrer em mais 5 ou 6 anos, o mesmo processo do Brasil. Os sintomas estavam bem evidentes, começou a gerar no Uruguai uma crise, queda de bancos, a inflação em um ano foi fantástica. Os uruguaios diziam: «Mas aqui não há Exército, o Corpo de Bombeiros e a Polícia são mais fortes do que o Exército». Respondíamos: «Bom, isso não tem problema, isso se cria».

Nas discussões no Uruguai duas estratégias estavam aí explícitas. Uma, a estratégia do levantamento, da insurreição. Só que essa insurreição tinha que ser feita no sul. Uma insurreição supunha o sigilo, a surpresa, uma série de fatores que nunca se davam. Então, após se marcar umas 200 datas para a insurreição, sempre você tinha a chance de que um dos fatores não funcionava. É a outra estratégia que nasceu nesse período foi a guerra de guerrilha, daí a serra de Caparaó. A linha alternativa da AP era uma versão da segunda estratégia.

Pensávamos mais ou menos assim: temos que levar o movimento estudantil e as massas para as ruas. No confronto a ditadura mostra sua verdadeira face militar, já que, salvo nos episódios do golpe, quando apareceram tanques, depois o Exército desapareceu, o que havia era o governo do Castelo Branco. Essa fase preliminar se revelou bastante perigosa. Era como se você dissesse que ali dentro daquele quarto tem um leão mas para ser leão você tem que cutucar ele, aí ele urra, e você descobre o leão. Então o que nós fizemos foi tomar uma varinha e cutucar o leão. Só que, quando ele deu o urro, você estava dentro da jaula com ele, sem arma e sem chicote, e o leão era bem bravo ...

Essa movimentação foi proposta em fins de 66 e 67 e em 68 já era uma realidade, mas em 68 não éramos só nós, já existia um movimento de massas. E, em 1969, o leão, que já tinha dado uns gritos, não só deu o grito como comeu pessoal ... Eu consegui escapar. Quer dizer, sai de perto mas continuei provocando o leão.

Em 67 eu vivia talvez um dos períodos mais difíceis de minha vida emocional, e na clandestinidade. Inclusive tenho uma úlcera que supura, sou operado num hospital clandestino. Fui preso na antevéspera de Natal, em 1966. Como havia «liberdade de imprensa», apareceu que o hemofílico estava à morte, já que de fato eu já estava com a úlcera, havia tomado transfusões. Eles me localizaram no hospital, mas não me bateram, não usaram torturas, tinham medo de que fazendo torturas num hemofílico poderia morrer, como morreria mesmo. Fizeram que eu promettesse que voltaria na segunda-feira, isso numa sexta, eu disse que sim, e no domingo entro no consulado mexicano, sem nenhuma intenção de ir pro México, e depois de 10 dias eu saio e entro na clandestinidade de novo. Passo um mês e meio numa cidadezinha do Estado do Rio, numa tragédia incrível, junto com um casal de velhos, tromba-d'água na área, tempestade, tenho uma hemorragia de rins, isolado, ninguém ia lá. Depois disso vem o meu reencontro com meu filho, com a família, com companheiros. Toda essa clandestinidade foi criando um distanciamento meu com a atividade. Os outros tiveram alguma possibilidade de trânsito mas eu desde 1964 estive clan-

destino. Há outros que só entram na clandestinidade em 68 ou 69. Mas desde 64 que a repressão sabia que eu era direção, e mesmo que eu não fosse ela achava que eu era. Aí por volta de 67 eu era um elemento da direção, mas não era o principal, embora a repressão achasse que eu era. E eu tinha que atuar como tal. Na clandestinidade, doente, arreventado de diversas formas, se decide que eu saia do Brasil para um determinado lugar, cumprindo uma missão que iria criar mais problemas políticos para mim, se eu tentasse voltar. Mas eu vou. Quando eu volto, depois de uma crise geral da direção, a organização está todinha com o olhinho apertado, como dizia um amigo meu, só encontro Mao Tsé-Tung, Chu En-Lai, Lin-Piao, todo o mundo se trata de camarada. Começa uma fase terrível e eu, dada a minha vocação cristã de sofrer no martírio, vou assumir tudo isso, aceito agora em nome da proletarização. Dizem-me que sou um pequeno burguês, que nunca deixei de ser. Então, porque sou pequeno burguês, tenho que passar por um processo de proletarização, o que significa purgar todas as vestes de pequeno burguês e tornar-me um operário. Se eu cumprisse isso teria condições de ser um militante revolucionário, um verdadeiro marxista-leninista-maoísta, e portanto pronto para me reincorporar na nova organização, no novo partido do operariado que tinha surgido no Brasil. Agora, então, já era um partido!

O desafio

O sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento cultural, ideológico, e um secreto desejo que eu tinha de viver até as últimas conseqüências uma experiência de me identificar com o operário e o camponês me levaram a aceitar o desafio.

Aí começava o drama. Se eu fosse um cara normal, eu poderia ser um operário normal, mas eu sou um hemofílico! Aí um dirigente diz: «Ué, talvez você possa vender pipocas na porta da fábrica» ... Não me agradou em nada esse negócio de vender pipocas. Eu ficava muito desqualificado para então ser um *operário*! Queria, sim, trabalhar numa fábrica metalúrgica. Mas vendedor de pipocas ... pensou-se numa profissão um pouco mais nobre: vendedor em banca de jornal. Você podia passar o boletim, fazer contatos e tal, ficava ali, punha a banca perto de fábrica, perto de um bairro operário e se esquecia que através da banca você ficava exposto dez horas a quem passasse, né? Mas tudo isso estava dentro do processo, do purgatório, da pequena burguesia. Cheguei a ver como se tirava licença, o preço, a pensar como tirar dinheiro para conseguir a banca,

o ponto, tudo isso, a conversar com pessoas para saber o que saía, o que não saía.

Estava nessa, já vivendo num bairro operário, e essa decisão de viver como operário e camponês tem origem na minha prisão de 66. Porque quando me vi diante da repressão, de poder ser levado a uma situação de muito risco e violência, de morte, pensei assim: «Vou morrer por que, por quem? Com quem estou me identificando? Com quem estou realmente identificado? O que eu vivi com relação a essas classes?» O que eu sinto, não o que eu penso, porque, na hora de enfrentar a morte, o problema de enfrentar a morte não é o que você pensa, mas o que você sente. Aí respondi: «Sentir, não sinto nada, pensar, eu penso tudo!» Na teoria dou minha vida à classe oprimida. Mas nem um sentimento. Não dou um tostão de minha vida a quem me oprime. Como é que é isso? Como é que isso funciona? Descobri que havia que me identificar emocionalmente, afetivamente, com a classe oprimida, para ter com que pagar, quando o preço viesse a ser cobrado. Porque se eu não tivesse essa vivência e quando viessem me cobrar o preço, eu poderia não ter com que pagar, poderia ser um fiasco! Tive essa experiência em fins de 1966.

Quando volto me dizem que tenho que fazer assim e assado, junto com o maoísmo, com toda essa coisa que era o início da paranóia e da esquizofrenia mais enlouquecida que já vivi.

De uma certa forma me liberava, eu já não estava querendo ser direção. Eu não me sentia muito bem na posição de líder. Do cara que chega e fala e manda, eu sempre me senti numa posição de coordenação, a gente discute o problema, coordena-se ... mas o cara que puxa, que assume, que arrasta, quer dizer, muitas vezes eu fiz isso numa atitude de convencimento para convencer. Mas transpor isso para figura do líder, que encarna essa situação, já não me agradava. Alguém pode chamar isso de tendência espontaneísta, o que for, mas, para mim, é uma espécie de percepção latente do movimento real e da possibilidade de acertar, está sempre na tendência da massa, na tendência majoritária do movimento real. O voluntarismo, o iluminado nunca é o que dá resposta válida, a resposta válida nasce de um movimento coletivo.

Chega então toda essa loucura que engoli, que aceitei, chegando a pensar que nessa época eu fiquei meio louco. Deveria ter chegado para os companheiros e dito: «Vocês estão todos loucos, então até logo, vou conversar com gente mais normal». Mas não consegui fazer isso e fiquei louco com os loucos.

Um dia aparece a oportunidade de trabalhar numa fábrica de cerâmica. Mais que rápido peguei a oportunidade. Apresentei-me como um cara normal, se bem que não era a fábrica que eu queria, porque eu queria uma metalúrgica, que estava na

categoria principal. Cerâmica estava na quarta categoria. Mas era uma fábrica grande, com o particular de que 70 % eram mulheres e dessa turma 60 a 70 % era menor. Era uma fábrica que não me oferecia grandes possibilidades de luta política. Mas, pensei, «bom, pelo menos vou-me integrar!»

Mas chega a hora da questão médica. Mandam-me num médico da fábrica que era um médico que trabalhava em medicina legal, especialista em dissecação de cadáveres. Esse médico trabalhava para a fábrica. Mas porque estava em função da fábrica, me viu, me analisou, eu nu, mandou-me abrir a boca, para ver problemas de dentes, porque se você tem problemas mandam arrancar, não percebeu que eu tinha um braço atrofiado, um joelho atrofiado, e que esse joelho estava começando a inchar no dia do exame, e nem que eu tinha 1,72 m com 47 quilos. Positivo! Vou trabalhar na fábrica! Meu primeiro trabalho era carregar caixotes para depositar louças. As mulheres selecionavam as louças, eu punha as louças, carregava nos ombros para as estantes. Oito horas sem poder sentar, com uma hora e meia de almoço. Com o joelho direito começando a inchar, pus uma joelheira para conter a distensão e trabalhava de segunda a sábado, num esquema que já no primeiro sábado o joelho não tinha flexibilidade.

Assim, eu me apresentava como um trabalhador muito lento. Carregava as coisas muito lentamente, pois meu joelho direito não mexia, como uma estaca que eu ia pondo de um lado para o outro e trabalhando ... E dizendo pra mim mesmo, eu não posso desistir, tenho que agüentar porque se eu mostro que estou com problemas de saúde no primeiro mês, dos três de experiência, estou fora. Tinha que figurar como um cara normal.

Chega a primeira semana e digo:

— Olha, estou com problema, esse negócio de carregar, você sabe, eu nunca tive experiência disso, talvez você pudesse arranjar um outro lugar.

— Tá bem!

Sou colocado num lugar para lixar as bordas e as bases das xícaras de porcelana para que eu pudesse me recuperar. Eram 8 horas de pé, mas não tinha que carregar peso. No domingo aparecem hematomas no pulso, nos braços, no ombro, em todos os lugares que estavam contidos pela tensão que eu tinha que agüentar. Mas em geral são hematomas limitados, era como se fossem uma manifestação tardia do que tinha significado a semana de trabalho.

A experiência nessa fábrica dura quatro meses e meio. Começo a perceber aquele mundo operário de uma cidade pequena, o que significava a situação da mulher, do menor. Qual era o nível de consciência do pessoal? Quando você encontra

com um camponês vindo do Paraná, que trabalhava de sol a sol, ele diz: «Não, isso aqui é muito bom, trabalho na sombra, trabalho leve. Talvez se ganhar um dinheirinho aqui eu volto para o Paraná».

Outro, que tinha 23 anos de casa e que repete os mesmos gestos, os mesmos hábitos, as mesmas posições, a mesma situação dentro da fábrica, já se assemelha a uma xícara, já assume a forma física do objeto que ele mesmo produz. E você não consegue conversar nada com ele. Eu estava numa situação que não podia fazer nada. Porque se alguém fosse fazer uma investigação na fábrica ia descobrir que eu era clandestino, enfim, estava liquidado. Na verdade estava na fábrica só para ver.

Assim mesmo tentei fazer um movimento para se ter o sábado livre. Conseguimos fazer um abaixo-assinado (a fábrica tinha 1 200 operários) com cento e poucas assinaturas. Um abaixo-assinado que todo o mundo tinha interesse, porque todos queriam ter o sábado livre. Na hora de saber «quem é que leva o abaixo-assinado para o diretor da fábrica», ninguém queria aparecer, nem eu podia. Tivemos que pedir ao sindicato, mas este era conchavado com a direção da fábrica. Acho que eles não têm o sábado livre até hoje ...

Meu trabalho era de uma monotonia fantástica. Tinha que pegar uma xícara, outra xícara, pôr num disco de ferro onde caía água com areia, num processo muito primitivo, e lixar aquilo em dois minutos ou três. Você ficava ali, lixando, até que tirava as duas xícaras. Tinha que fazer umas 200 xícaras por dia.

Depois de uma semana naquele «saco», com aquela preguiça, aquele sono, eu penso: e se eu pegar uma caixa, como uma caixa de cervejas, com uma série de buracos, e puser aqui por cima, colocar as xícaras todas e um peso em cima, com um buraco para cair a areia e a água, eu faço umas 40 de uma vez, ao invés de duas, e me libero disso. Aí cheguei pro chefe, «será que não dá pra fazer um negócio ...» e ele: «Não, isso não dá certo não, há 40 anos que se faz assim, né!» Havia um engenheiro, assessor geral da fábrica, que um dia, passando perto, chamo-o e falo. «Vem cá, faz o desenho aí.» Fomos à carpintaria, trouxemos aquela caixa, meio misteriosa, com uma tampa, pusemos lá em cima, adaptei o negócio, liguei e, ao invés de duas, fazia 40 xicrinhas e funcionava perfeitamente. Veio o diretor da fábrica para ver, os operários dizendo, «ah, esse cara é muito inteligente».

Comecei então a ficar com problemas de consciência e ideológicos. Maoísta colaborando com o patrão!!...

A todo mundo que vinha ver a caixa de lixar 40 xicrinhas eu dizia: «É uma merda, porque agora a gente é explorado, o que eu quero é que aumentem o salário». Foi então que o enge-

nheiro me põe numa situação difícil, porque quer que eu vá trabalhar com ele, que saia da produção. Tenho que explicar ao engenheiro que não, que tenho uns problemas na cabeça, gosto de trabalhar com as mãos, esse negócio de idéias eu fico meio nervoso ...

Depois que passa essa experiência de «inventor», continuei fazendo 190 xícaras, pois rodava com a «máquina» tampada algumas vezes sem xícaras, tampada e rodando ... Gastava meu tempo preparando reuniões, documentos, de pé, cercado pelas xícaras. O trabalho que fazia era muito secundário na linha de produção, era a recuperação das xícaras. E naquela fábrica xícara não tinha valor nenhum, jogávamos futebol com elas ... Um operário que levasse uma bandeja com um conjunto de porcelana que lá fora custaria centenas de cruzeiros, lá dentro, se ele caísse com todo aquele negócio e quebrasse, o que o chefe dizia era o seguinte: «Não deixe os cacos no chão, limpe». Quer dizer, as xícaras eram terra, terra trabalhada, e mão-de-obra baratíssima. Que valor tinha? Essa foi a análise que não fiz quando fiquei com problema de consciência, porque estava recuperando mais uma merda de uma xícara.

Nesse período, além do trabalho da fábrica, que foi meu purgatório, para perceber uma determinada realidade, seguia fazendo reuniões durante a semana inteira, no sábado e no domingo. Foi o período de teste e capacidade física, através de esforço e concentração ideológica, mais incrível que já tive na minha vida. No final, eu sei, o que é que eu estava fazendo ali? E comecei a lutar para entrar numa metalúrgica.

Acontece que a minha carteira profissional era a mais vagabunda do mundo. Nessa altura estava com 33 anos. Isso na fábrica era atestado de velhice. Comecei a percorrer portas de fábrica, apresentava minha carteira, «desqualificado, 33 anos», e devolviam a carteira. Foi quando ia conseguir um trabalho numa metalúrgica em Sto. André que veio o desastre de 70 e eu tive que me mandar.

Durante todo esse período até 71, de clandestinidade e exílio dentro do Brasil, eu, de fato, não produzi em termos teóricos, em termos de pesquisa e de elaboração, nada que realmente tivesse importância. Estava amarrado por uma camisa-de-força dogmática que fechava você e dizia: «Você não tem nada mais a produzir, você tem que aplicar, porque está tudo respondido. Se você é um bom aplicador, ótimo, senão, você é um revisionista». Você não tinha que produzir, você tinha que aplicar!

Com a visão de que você teria que se identificar com a classe, sendo mais um operário, não sendo mais um intelectual defendendo os interesses da classe, as coisas eram assim totalmente invertidas. Jogávamos o dogma pra cima da classe operária e

liquidávamos esse possível intelectual da classe, transformando-o numa força de trabalho desqualificada, incapaz. Um trabalho de destruição! Quer dizer, estamos há mil anos do início da AP. No início da AP, se você era um professor você trabalhava com os professores, se você era um padre trabalhava com os padres, se era um jornalista trabalhava com jornal.

Agora todo mundo, menos alguns dirigentes, teriam que ser transformados em operário ou camponês. São as duas classes que existem no Brasil. A pequena burguesia passa pelo purgatório, muitos caem no inferno e muitos são aí destruídos. É a teoria mais curiosa da formação do partido do proletariado: você pega um movimento pequeno burguês, põe numa máquina de tortura ideológica, porque é uma tortura ideológica, e passa essa pequena burguesia por uma tortura tão violenta que ela dá um salto de qualidade. Ela passa a ser operária. Uma vez operária, está formado um fantástico partido. Porque tem uma superqualificada parte do operariado que nasceu de um milagre. Pois é milagroso, em termos de classe! Quanta gente morreu nesse negócio, ou foi psicologicamente, ideologicamente, humanamente destruída ...

Claro, teve gente com saúde mental suficiente para dizer que não era bem essa história. Que eles não eram isso. Durante esse período eu ganhei todos os qualificativos que os chineses deviam ter usado na luta ideológica contra a direita na China.

Revisionista, espontaneísta, tive desvios de tudo quanto é tipo e finalmente o último suspiro dessa história foi: «ponta de lança do neo-revisionismo contemporâneo ou revisionista de esquerda com forte influência militarista cubana». O problema era encontrar em todas as propostas que eu fazia o germe do militarismo. Quem estava no Brasil pregando a guerra popular, como essa direção estava pregando, achava que só a guerra popular não era militarismo. Qualquer outra manifestação de autodefesa, ou qualquer outra coisa que usasse a violência para autodefesa, por exemplo, para segurança, aí virava militarismo. A aventura mais incrível, a de propor guerra popular, nos anos de 1968/9, sem base popular, e sem guerra, isso não era militarismo, isso era o marxismo-leninismo-maoísmo.

Esse capítulo, pois quero encerrá-lo logo, é o capítulo da esquizofrenia, da paranóia; o que me interessa é saber por que se chegou a isso? Creio que foi o resultado de uma perda de pé na realidade. Quer dizer, você manteve a mística, manteve o sentido de compromisso, o espírito de grupo, manteve a família, manteve as funções de prestígio, de liderança, para muitos o sentido da aventura e do trabalho, para muitos o sentido do compromisso autêntico com a luta. Tudo isto eu vi e percebi em camaradas fantásticos. Mas no meio desse contexto todo faltava uma só coisa: faltava a realidade, faltava a política!

A partir de um certo momento deixou-se de ser político. A realidade política desapareceu. Qualquer coisa que caía nas nossas mãos deixava de ser política; as análises deixaram de ser políticas, eram para situar você ou na esquerda ou na direita. Por exemplo, se você citava Lênin não era para discutir a realidade brasileira, mas para detectar um desvio. A literatura marxista passou a ser um reservatório da Santa Inquisição. Tinham-se coleções de citações de Mao, de Lênin, de Marx, de Engels, para acusar.

Outro aspecto é que o contexto histórico que o Brasil passa a viver depois de 64 é um contexto que, do ponto de vista da atividade econômica, continua-se a fazer o mesmo que antes. A mesma coisa sucede do ponto de vista da atividade familiar, privada. Mas do ponto de vista da atividade ideológica e política, não se pode fazer o que se estava fazendo antes. Assim, a realidade vai-se despoliticizando no geral, porque quem faz política passa a ser acuado para cantos muito restritos. Foi a história da censura, cantores que não podem cantar, o teatro quase que proibido, o cinema censurado, todo o jornalismo abafado. Quem quer enfrentar a luta, enfrente, quem não quer se vende, ou tira o time de campo!

O que ocorre com os partidos políticos? Eles estavam na faixa mais quente das atividades do sistema de poder. Então, participar de política era a faixa mais restrita que existia, porque nem a burguesia estava participando através dos seus partidos. A burguesia se expressava através da Arena para fazer política, de uma forma totalmente medíocre. Através do Estado, de nenhuma maneira. Através dos militares, também não. O sistema estava trabalhando ativamente para a burguesia, mas a burguesia não estava tendo uma voz ativa na política do seu sistema. Ora, se nem a burguesia tinha chances políticas nesse sistema, então que é que ia fazer a esquerda nesse contexto, sem ter base social, sem ter força, sem ter armas, para representar os interesses do proletariado e do campesinato? Assim, aparece o terreno da seita, o terreno da mitologia, da imaginação, do voluntarismo e daí o suicídio político e o isolamento. Quando o pessoal recebe a influência política da China, ao mesmo tempo se esquece da sua própria realidade, não vê a China como uma experiência histórica, mas como um dogma! Assim, pegou-se uma «asiática» ideológica incrível! Chegou e contaminou em pouco tempo! Quando eu chego, encontro essa «asiática»!

Movimento 68

Eu vivi fora do Brasil entre 67/68 e acompanhava com interesse fantástico a luta do movimento estudantil. Havia per-

cebido o processo de surgimento dele em 65/66. Quando chego em 68, o mais normal era participar de manifestação de rua, enfrentamento com polícia, etc. Nego que nunca tinha participado de nada contava como tinha escapado da cavalaria, de gás lacrimogêneo. Era como se o Brasil estivesse vivendo um período de revolução, interpretado como amplo movimento de massas. De fato era um movimento de massas de um setor da pequena burguesia, e um início pequeno de manifestação da classe operária. Não passava disso.

Não era só um processo de esquizofrenia e separação da realidade política concreta que o regime já estava propiciando, mas era também uma interpretação errônea, falsa, da correlação de forças e da situação do sistema de poder e das classes no Brasil. Mas a identificação com um pequeno ascenso de massas, importante mas pequeno, como um processo revolucionário, mudava o quadro por completo!

Saída do Brasil

Primeiro há que entender uma coisa. Isto é, eu tinha que entender uma coisa. Que depois de passar por esse purgatório ideológico, que não foi tão ideológico assim, foi muito prático viver em bairro operário, trabalhar com operário, eu vivi dois processos muito intensamente. O primeiro foi o de racionalizar a necessidade do sacrifício. Sacrifício no fundo significava que eu tinha de dar meu testemunho, tinha que continuar no Brasil, continuar a luta, possivelmente acabaria sendo preso, e que, sendo preso, hemofílico, seria torturado, e sendo torturado e hemofílico eu morreria. Tratava-se pois de interiorizar que isso era uma necessidade e que deveria me preparar. Esse processo foi tão consciente que cheguei a discuti-lo com psiquiatra. O que se poderia chamar hoje racionalização consciente do suicídio.

A coisa era de tal ordem que te conto um exemplo. Recebo um aviso de dentro da prisão que o delegado Fleury havia me localizado e que só estava esperando eu me reunir com todo o mundo para que todos fossem pegos. Uma pessoa me deu essa notícia às 10 horas da manhã. Aí pelas 10 horas da noite estava numa barraquinha numa igreja, do lado de fora, sozinho, ninguém estava mais lá, quando veio um carro da polícia, sobe no meio-fio, comecei a sair, tentando afastar-me da área, e eles me cercam, já gritando «pára, pára»! Somei com a informação das 10 horas da manhã o fato das 10 horas da noite, e pensei: «É agora, está liquidado o assunto!» Mas era uma batida policial normal, descobri pela revista do policial para verificar porte de armas. Mandaram-me para casa.

Mesmo depois disso senti que estava sob cerco, sempre com aquela intuição que poderia estar sob vigilância, descobri que o trabalho estava todo minado e que poderia cair a qualquer momento. Estava sem dinheiro, sem carro, mas amarrado às circunstâncias e decidido ao sacrifício.

Bem, aí vem um desastre na área, em 1970, do qual escapo por absoluta sorte. Sorte e sangue-frio, mas principalmente sorte. Tenho que me mandar da área, com uma série de outros companheiros. Ainda assim passo quase um ano em São Paulo numa situação de reclusão completa, desvinculado de tudo. Nesse período, já fora de qualquer tipo de vinculação concreta com a realidade, é que começo a pensar sobre o que seria mais importante, ter um cara vivo podendo trabalhar, ou ter um cara morto por quase nada. Isso corresponde a uma tomada de consciência de que era necessária uma revisão completa de tudo.

Outra tomada de consciência muito grande foi a de que nós não éramos quase nada, ou praticamente nada. Que nós não éramos um partido, que não éramos um partido da classe operária, que não tínhamos condições de sobrevivência, que nessa altura não só a minha vida, mas em conjunto era uma situação de suicídio. E isso não era política! Foi então que tomei a decisão, com alguns poucos amigos, de sair, e de sair de qualquer jeito. Apesar de que alguns não concordaram, a maioria que estava vivendo a mesma circunstância concordou e, inclusive, facilitaram a minha saída. É assim que em novembro de 1971, prevendo as quedas que sucessivamente iriam ocorrer, saio e vou fazer uma longa viagem. Desta vez, para o Chile.

Claro que sempre há muitas coisas positivas. Acho que quem vai até o fundo do poço pode ficar especialista em fundo de poço. Há gente que é especialista em alto, pico de montanha. Acho que vivi depois de 64 em tanto fundo de poço que fiquei especialista. É uma experiência que do ponto de vista mais amplo, de contatos e de experiência social, era muito intensiva em alguns aspectos, mas limitada. Porque você vivia em ambiente de repressão, de clandestinidade. E não havia campo de manobra, não havia área para ação. Esse o aspecto negativo. Agora o aspecto positivo é que como intelectual pude sentir, ver, apalpar a classe operária de São Paulo e seu nível de consciência, ou pelo menos setor dela. É como se fora uma pesquisa empírica, sem nenhum planejamento, ao sabor da vida e do perigo: como funcionava o sindicato, o que era a classe, níveis de classe, níveis de consciência, níveis de vida, e começar através daí a perceber as deficiências das organizações políticas de esquerda em relação a essa classe. Muitos dos que falavam em classe operária estavam falando de uma realidade que não correspondia em nada à realidade dessa classe. Muitas vezes era uma classe operária fabri-

cada, na cabeça, nos textos, na vontade, na idealização dos grupos. Essa percepção, hoje, é vital para mim!

Foi aí que percebi que só em situações históricas muito especiais é que os partidos surgem. E que só em condições especialíssimas é que você pode se colocar na posição de propor a criação de um partido. Quando as condições eram as mais difíceis, até mesmo para as atividades políticas mínimas, elementares, se criou aquela quantidade enorme de partidos. Chegávamos a ter 30, 40 organizações, divisões, frações. Então, aquilo que aparentemente era a existência de partidos, no fundo, era a demonstração da inexistência, e até mesmo das possibilidades de existência de partidos políticos revolucionários. Basta compararmos que até a própria burguesia não tinha seu partido, quer dizer, não era só um problema da esquerda, mas das classes sociais no Brasil.

A própria classe dominante se expressava através do Exército, politicamente, e não através de um partido político. As FA eram o partido político das classes dominantes. O que era Arena ou mesmo MDB? Eram parte do «protocolo político» ... nem ela, a classe dominante, tinha partido político. Essa descoberta para mim foi muito positiva. Era como se tivesse cravado uma âncora, tão funda, na minha experiência, que foi limitada, mas funda, de como eu adquirir, como eu consegui, uma espécie de crédito, ou de experiência, ou de sensibilidade, ou de sinal, para ver mais corretamente a realidade.

Nesse sentido o exílio, a saída do Brasil, estar distante e principalmente no Chile, vai possibilitar que cresça minha capacidade de análise. Por que foi tão doloroso, tão prolongado esse parto? Às vezes eu não tenho respostas, ainda o peso da tragédia do conjunto da esquerda, de revisão social de compromisso, o problema do dever moral, a interpretação da política com uma perspectiva idealista, voluntarista. É ainda não perceber que vivíamos numa visão elitista do processo. Porque ... «Nós, que forjamos, que formamos, pensamos a Revolução, fazemos o Partido da Revolução.» Levou muito tempo para eu articular essa outra frase: «Nós não fazemos Revolução, Nós participamos de um processo político e social. Ninguém faz a Revolução». É o supra-sumo do voluntarismo e do individualismo dizer: «Eu faço a Revolução». Quem faz a revolução é a luta das massas, é a história, e às vezes é a própria burguesia que cria as condições para a revolução. Então, um revolucionário é muito mais um participante no processo socialmente existente do que alguém que cria as condições para isso. Quando eu procurava dizer coisas como esta era taxado de supra-sumo do espontaneísmo, porque isso era negar o partido. «Não, eu não estou negando o partido. Só que o partido não se cria como se faz um bolo ou um pudim.» Se é um partido de verdade, que

representa classes, interesses, tem força, atua; tem que ser expressão de um amplo movimento histórico de classes e massas. Se alguém tinha que aprender isso, o primeiro país pra onde deveria ter ido naquela época era o Chile. É lá que eu estava!

Eu fiz muitos amigos naquela época no Brasil. Mas houve um problema sério. A linha política que nós levávamos era desastrosa. Por onde nós passávamos, propúnhamos ações, formas de agir que não eram suicidas só para nós mesmos, eram suicidas para as massas! Na área onde mais trabalhei, a repressão descobre o processo e faz uma razia, cerca de 60 pessoas são presas, menores são torturados, senhores velhos foram presos, muita gente perdeu o emprego. A tragédia é essa: se eu reanaliso a linha política, ela estava errada. Então, o que essa gente vai sentir se se lembram de mim? Que eu fui culpado de levar essa linha política e que ela estava errada.

Um grande problema é a não transmissão de experiência acumulada. Mas qual experiência? Imaginemos três transmissores de experiência: a Igreja, o Partido Comunista, o Partido Trabalhista. A Igreja era um conglomerado, desde a ideologia de Pátria, Família e Propriedade até nós, da extrema direita à extrema esquerda. A Igreja tinha uma série de instrumentos, mas estava surpresa pelos acontecimentos, correndo atrás do tempo. Apareceram os camponeses, a Igreja começa a fazer trabalho com os camponeses. Apareceu a cultura popular, a Igreja aplica o método Paulo Freire. Sindicatos urbanos são importantes, ela começa a se mexer pra ver, JOC, etc. Movimento estudantil está se agitando, a AP chega e toma o movimento estudantil da Igreja, ela fica meio perdida nesse campo, e a mesma coisa com a JEC. Alguns padres começam a se radicalizar, a Igreja também entra em crise. De 60 a 64 entra num processo de crise séria! Não tinha nada a transmitir para nós em termos de novo, ao contrário, ela estava recebendo o desafio de se adaptar ao novo, a reboque da situação e dividida. Ela foi puxada para a direita com as marchas de Deus, família e propriedade, e tinha sido puxada pela esquerda, minoritariamente, mas também foi puxada. Não era aí que você encontrava respostas.

O Partido Comunista vinha de uma experiência desde 30, tinha uma análise do Brasil e uma proposta política, a qual era basicamente antiimperialista: nacionalismo e democracia. O nacionalismo caracterizando a luta antiimperialista e a democracia era a reforma, a participação das massas. Na prática o PC tinha uma base de massa pequena, com uma presença estratégica importante em diversos setores. O PC nunca foi um partido de massas, porque só chegou a ter 35 000 militantes, num Brasil que tinha 70 000 000 de habitantes. Não é como no Chile, onde o PC chega a ter 70 000 militantes, na época da Unidade Popu-

lar, num país quantas vezes menor que o Brasil, e uma Juventude Comunista de mais de 200 000 membros. O PC no Brasil era de uma limitação grande. Há carga cultural e ideologia do anti-comunismo no Brasil que é um elemento que joga contra o PC. É toda uma história de buscar na ação junto ao governo e ao Partido Trabalhista, no processo institucional, suas formas de atuação. Também o PCB estava com o complexo de inferioridade diante do quadro da crise. Ele nunca se lançou como uma solução, nem tinha condições culturais e políticas junto da massa de se propor como tal. Havia tido aquela experiência traumática da Intentona em 35; era um partido que não postulava liderança da revolução e também não tinha, a meu ver, liderança de massa para postular esse papel. Portanto, estava no lugar que lhe correspondia como resultado do processo histórico brasileiro.

Quem se apresentava como possível alternativa, como possível condutor desse processo global? As lideranças populistas, as heranças de Getúlio e o PTB. Não precisava de ser gênio para descobrir que no PTB cabia tudo. Você via desde o Brizzola até o San Thiago Dantas no mesmo partido, e ninguém ignorava que o San Thiago Dantas era o advogado das grandes companhias internacionais.

Então, o que tínhamos? Partidos políticos como o PTB, que era um saco de gatos, que tampouco tinha um programa que pudesse representar alguma classe e mostrar algum futuro, uma estratégia de ação política mais coerente. Assim, passava-se a girar em torno das atitudes das lideranças, de Brizzola, de Arraes, de Mauro Borges, da Frente Parlamentar Nacionalista, coisa bastante regionalizada. E como os acontecimentos iam a galope, esses mesmos acontecimentos iam devorando as lideranças e o trabalho de acumulação, de organização da experiência, ia sendo superado pelos acontecimentos. No Brasil, nesse período, alguém que falasse em um ano de prazo não podia ser considerado revolucionário. Falava-se em 6 meses, em 3 meses. No ministério da Educação nossos planos eram bimensais, porque achávamos que em mais dois meses iríamos estar fora do ministério. O ritmo da conjuntura e do processo político era tremendamente acelerado e se pensava em termos de micro-tempo. Se você entrasse num ministério e dissesse vamos fazer um plano, um programa para dois anos, era loucural. Nós fizemos três planos de dois meses, no sétimo mês o Paulo de Tarso renunciou. E foi nesse período que se teve plano nacional de alfabetização, plano Paulo Freire, etc.

Voltando ao problema de por que não houve essa experiência acumulada, transmitida, vamos encontrar em última análise a resposta na própria forma da vida política e social e a organização das classes, porque o Brasil é uma espécie de *campo de ocu-*

pação de desenvolvimento, de uma forma devoradora. Ou você tem forma de estagnação, crise e morte, ou você tem outros setores que estão chegando e passando por cima de tudo. Exemplo, a capital federal do Rio de Janeiro para Brasília num movimento que não tem a ver com a necessidade do setor burocrático ou econômico. É o presidente, em acordo com os interesses de construtores, grandes financistas, especulação de terras, de capital estrangeiro, quem sabe, até mesmo desses projetos que estão aqui em dia hoje, a penetração de áreas consideradas ricas, que vai decidir um projeto desses, que vira *projeto nacional*, vira capital feita em 24 horas. O processo de construção do grande São Paulo, hoje com 8 milhões de habitantes. Que é aquilo? Quem pode acompanhar o desenvolvimento dessa realidade, do ponto de vista humano, político-social, econômico? É um monstro, e daí o que? Todo o grande capital que entra, que sai e por ali passa ...

Também, por exemplo, a consciência da classe operária de São Paulo. O que é a classe operária de São Paulo? Se milhões de migrantes, milhões de caras que vêm do nordeste, milhões que se amontoam, milhões que vivem da competição pela sobrevivência trabalham 12 horas, 14 horas, que levam 3 ou 4 horas para ir à casa e que estão sob o aparato repressivo e de informação maior do Brasil?

O processo de saída, refúgio político

Sou levado até o lado da fronteira por um companheiro, passo pelo Paraguai, vou pela Argentina e entro no Chile. O fantástico dessa história toda é que para sair do Brasil peguei uma carteira. Tinha duas opções, uma carteira de um cara 10 anos mais velho que eu ou 10 anos mais jovem. Então escolhi a de 10 anos mais velho, porque a carteira era mais velha também. E aí tiro uma xerox e esse é o esquema de saída. Através de um contato consigo um documento que me dá uma certa cobertura, e passo mostrando a xerox pelo Paraguai, Argentina e só vou encontrar alguém que me pergunta pela verdadeira carteira no Chile, onde eu já me considerava a salvo.

Volto a ser eu mesmo e durante uns dez dias fico como um cara que passa numa mina sem ver luz do sol, que não vê ar e que de repente vê um lago iluminado, com flores, água. Durante dez dias fiquei embriagado. Sentava nas praças, embriagado com o clima, com o povo, sentava nos bares, andava, olhava gente. Como se eu dissesse assim: «Agora sou gente, né, não tem esquadra da morte, nem Ceninamar». Não se tem que entrar ou sair do ônibus e olhar para ver se se estava sendo perseguido, entrando no táxi e ter que ficar calado, entrando num bar e não conver-

sando com ninguém ou achando que um cara qualquer é polícia. Dez dias de deslumbramento!

A partir daí, de 71 até o golpe, foi um período de descobrir o que era a política numa situação extrema, porque o Chile era inegavelmente o país de maior politização e mobilização política da América Latina, senão do mundo, tirando certos países da Ásia e mesmo da Europa. Foi um curso intensivo de ciências políticas em dois anos. Aí você vai descobrir o que é massa, o que é luta de classes, o que é partido. Aí você vai descobrir o que é ser liderança, e o que é não ser liderança, como é que se desenvolve o nível político, qual a relação entre economia e política, qual o peso da conjuntura, das decisões tomadas, como se toma decisão política. Aí você sai de uma situação sem política, ou apolítica, para uma situação de Política, com P maiúsculo, a política em dimensão de massa.

Então compare. Quando nos 1.º de maio dizíamos, vamos comemorar o 1.º de maio com comício-relâmpago na praça Roosevelt, na saída do trem, umas 30/40 pessoas que eram a própria organização diante de uma massa assustada, que passava e via aqueles negos falando, falando e, daí a pouco, baixava a repressão. Vou passar para uma realidade onde a Unidade Popular convocava uma manifestação que quando tinha 700 mil era considerada pequena. Em que se participava de manifestações de 1 milhão em Santiago. Aí, sim, você compreendia que a política é política, como dizia Lênin, quando milhões de pessoas entram na história. Não milhares, mas milhões. Mulheres, crianças, soldados, carabineiros, tudo, no burburinho do processo da luta de classes ... Então começa o contraponto que me permite voltar ao meu passado, a 64, terminar meu processo de revisão e autocrítica do que tinha vivido. Quer dizer, finalmente concluí: a Ação Popular acabou!

Continuo sendo um revolucionário, mas não tenho nenhum instrumento político no Brasil para expressar minhas posições. E mais, não existem esses instrumentos, nos termos que eu idealizava. O que existe é uma outra realidade, são as classes, as massas, a Igreja, grupos e indivíduos, ou tudo aquilo que eu não soube ver lá. É portanto não chegou o momento, não existe este momento que vou dizer que tenho que criar. Desapareceu de minha cabeça qualquer idéia no sentido de criar. De criar partidos! É como se eu pudesse dizer assim: «Se eu pudesse voltar sem a carga desses anos todos, eu iria trabalhar com uma estratégia diferente, esperando o momento em que as condições fossem dadas para que eu voltasse a ter militância política, no momento em que as condições da ação política estivessem dadas, uma conjuntura, um trabalho, uma crise, ou que um processo revolucionário estivesse em curso». Esse processo em relação ao Brasil eu completo no Chile.

No Chile, a experiência política é absolutamente dinamite: aqui nós temos massa, aqui nós temos milhões de pessoas, aqui nós temos, inclusive, muitos partidos, aqui nós temos direção, crise, luta, etc. E o que acontece? Tudo isso se perde! Então vem o segundo momento, o de descobrir o quanto longe estávamos no Brasil, se nem no Chile, nessas condições, com milhões ... Então você descobre que não basta só que existam massas, não basta só que existam partidos de massa, nem que as contradições se acirrem, nem que exista uma crise revolucionária. É preciso que além de todas essas coisas exista uma direção de massas e revolucionários capazes de atuar nessa conjuntura. E mais, mesmo existindo essa direção se pode ganhar ou perder. Porque revolução não é coisa automática. A revolução é algo que contém todos os imponderáveis, que se pode ganhar ou perder, e no caso do Chile se perdeu, quando era possível, se fossem dadas certas condições, ganhar. É mais ainda, você descobre que o presente é resultado do passado acumulado, e que não se pode em três meses reconverter um processo. Fala-se que no Chile se poderia ter passado à luta armada e armado o povo. Quem ia fazer isso? O Partido Comunista, que tinha 48 anos de vida legal, de experiência parlamentar? O Partido Socialista, a mesma coisa? Allende, que tinha sido presidente, e cinco vezes candidato à presidência da República? Quem podia usar armas no Chile era quem tinha sempre usado, para matar o povo: era o Exército. A Unidade Popular sabia pela razão, mas não sabia pela experiência. Porque a experiência da UP era a de todos no Chile, que era a experiência da via parlamentar, eleitoral, institucional ...

Observe, o Miguel Enríquez quando é morto, num cerco recente, ele, que era o líder do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), levanta os braços e fala aos soldados que suspendam o fogo porque havia uma pessoa ferida. Uma proposta parlamentar no momento em que o inimigo estava matando a ele, num momento em que ele estava lutando. Como ele iria acreditar naquele momento que aqueles militares já numa junta fascista podiam aceitar, que iriam parar de matá-lo, porque alguém estava ferido. É algo muito mais profundo do que uma percepção puramente racional, teórica e política.

Enfim, o Chile vai ser outro momento elevado de compreensão do que é política, do que é processo revolucionário. É uma oportunidade mais profunda para se refletir o que tem sido nossa experiência no Brasil e sobre como a gente vê e continua a analisar política no Brasil.

A transformação mais importante que ocorre para mim no Chile é que depois de ser no Brasil José, Pedro, Joaquim, Gilson,

uma série de pessoas nessa vida clandestina, eu tenho que no Chile voltar a ser eu e, para trabalhar e sobreviver, tenho que voltar a ser sociólogo. Era como se, em princípios de 72, tivesse que retomar o que eu tinha sido em 62, 10 anos atrás. E fazer exatamente o contrário do que tinha feito até então.

Até então tinha feito ou dito o que eu não era, parecer o que eu não era, e mudar de história, de lugar, de vida, a cada período. Agora tinha que ser eu e dizer: «Eu tenho uma história, eu sou um profissional, sou um sociólogo, e eu trabalho ... não sou um operário; sou um cidadão comum, com uma qualificação profissional»; só que, quando você ia mostrar o currículo, de 62 até 72 havia 10 anos de vazio. As pessoas que me conheciam, me conheciam de militância política. As outras não me conheciam nem por militância política nem por qualquer outra coisa.

A primeira possibilidade que se apresenta de trabalho é a Flacso (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais), como auxiliar de investigação, como pesquisador. Começo trabalhando na Flacso, depois dou um seminário na Universidade Católica, na Escola de Sociologia. Um seminário sobre o «Doble Poder», com um grupo de 15 a 20 alunos. Depois de um certo tempo, através da Flacso, vou trabalhar com a Odeplan, que é a Oficina de Planificação da Presidência da República, com um assessor de Allende. Isso em função do processo eleitoral, da análise da conjuntura, como profissional e ao mesmo tempo como militante político, como um profissional-político.

Esse período — trabalho nessa área durante 5 ou 6 meses — foi dos mais gratificantes e mais ricos da minha vida. Era como se estivesse colocado de novo no sentido da história. Como se voltasse a sentir que o trabalho, hábitos, idéias, energia podem ter um sentido social amplo e você está atuando em função de algo grande. Pelas minhas condições, quer dizer, um sujeito que não podia aparecer, eu continuava no anonimato. Mas via que o conteúdo do trabalho ou algumas sugestões que propunha começavam a ser aceitas, assimiladas e nesse sentido pouco me importava meu nome, que fosse anônimo. O importante é que a situação correspondia a uma realidade social. Isso era tremendamente gratificante como experiência!

Também no Chile era incrível que havia refugiados políticos exilados de todos os períodos, de antes de 68 e depois de 68. Descubro e me reencontro com um cara, era como se nós nos reencontrássemos pensando nos papéis que nós representávamos há 10 anos atrás. Era como se abrisse um baú e começasse a mexer nas vivências de 10 anos atrás. E eu encontrei baús de todos os anos, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71. Era como se eu fosse um paleontólogo, que a cada amigo que encontrasse encontrava um período de história totalmente diferente e que eu

nesses períodos tinha papéis diferentes. Quando completo uma série de encontros desses me descubro também como objeto de paleontologia, como um cara que tinha pelo menos dez níveis de imagens, de papéis, de sentidos diferentes para as pessoas. E a Maria vai perceber isso, porque ela vai descobrir 10 Betinhos diferentes, em 10 diferentes áreas e tempos. E é aí que você percebe o problema da clandestinidade, como a clandestinidade divide, isola, despersonaliza, torna você um ser a-histórico, um ser que não tem continuidade. Uma pessoa tem sentido político quando ela tem papel político, quando esse papel é social. Eu ter papel para 3, 4 ou 15 companheiros com quem me encontro sempre não significa nada. Eu posso entrar na fantasia. Meu papel é dado pela minha função social, reconhecida socialmente. E isso é a primeira coisa que se corta.

Nesses reencontros que eu vou tendo no Chile é como se me reencontrasse em diferentes papéis, em diferentes momentos, com importância diferente. Para mim é também uma redescoberta. «Ah, agora eu estou sendo tratado como um cara que liderava um movimento importante em 63 e que ia representando esse movimento nas reuniões da Frente de Mobilização Popular. Ah, agora eu sou o cara que representa uma liderança dentro da Igreja, que era importante. Ah, agora sou o cara reconhecido que fazia articulações políticas junto a líderes políticos nacionais. Ah, agora sou conhecido dos movimentos clandestinos, da proletarização, do maolismo, etc., etc.» Então é como se você tivesse um caleidoscópio.

Quem sou eu, que é que faço? Sou um teórico, sou um professor? Não, na verdade nunca fui um professor. Na faculdade, quando terminei os estudos, já estava fazendo política. Mas aqui sou professor; mas não gosto de ser professor. Sou investigador? Sou um político? Quais as chances de fazer política? Enfim, as perguntas ...

Foi um movimento em que você se fazia em mil pedaços e de repente abre-se uma sala e lá estão os mil pedaços. Você tem a oportunidade de comparar, juntar os pedaços, se perder, ver ...

O novo processo de escolha

Um outro processo complexo. Difícil. Algumas coisas se impuseram. Porque vou fazendo uma revisão crítica do processo brasileiro, comparando agora com o Chile, e ele vai ficando mais claro. Os erros cometidos vão se fazendo mais óbvios. E também se dá um processo de desdogmatização. No Chile, tinha que sobreviver, já não podia viver como um clandestino. Fui trabalhar na Flacso, usando minha profissão e onde tinha amigos.

Passava a ser um intelectual no Chile. Quando vou para outra função na Odeplan, já via a possibilidade de um trabalho político utilizando minhas ferramentas intelectuais: análise de conjuntura, de processos eleitorais ... então, normalmente, vou tendendo para uma militância política intelectual. Por outro lado, pela minha experiência no Brasil, senti que não poderia ser um operário chileno e nunca um dirigente chileno dos partidos políticos do Chile. Porque via que os partidos no Chile eram partidos essencialmente chilenos e a massa chilena era primeiro chilena, depois qualquer outra coisa. Então minha ajuda só poderia vir como intelectual, é esse o meu papel. Eu vou é aprender aqui, aproveitar esta oportunidade histórica fantástica, e não trazer soluções ou dar soluções. Nós podemos transmitir experiências. Isto sim, principalmente os erros que cometemos. Dessa forma é que eu vou me situando no Chile.

Revisão brasileira desde fora

Comecei a rever o Brasil com muito mais realismo. Percebendo que o Brasil tinha muito chão ainda para correr, para que se gerasse uma classe operária politicamente forte e organizada, sem falar nos camponeses. Que dadas essas condições, durante muito tempo ainda a iniciativa política deverá estar com a burguesia e a pequena burguesia. Sob essa óptica passei a interpretar a própria desintegração, atomização e dispersão dos chamados movimentos revolucionários como um desespero de pequena burguesia que passa à esquerda e que tenta fazer a história das suas próprias mãos e pagando com suas próprias vidas. Deu para perceber o peso e a força do capitalismo. Do Estado. Deu para perceber que a opção de 64 foi uma opção de profunda integração ao sistema capitalista internacional. Nesse aspecto tinha havido uma revolução, mas burguesa. Uma revolução de entrar a fundo no sistema capitalista internacional, se colocar a fundo como parte desse sistema e do Estado assumir essa função a ferro e fogo. Perdi totalmente a ilusão da possibilidade de um Estado liberal no Brasil. Toda a temática de democratização, de abertura, para mim, passa por esse crivo. Enquanto não for função ou necessidade para o capitalismo internacional a liberalização do Estado brasileiro, vai ser tremendamente difícil para que esse Estado se liberalize. Mesmo que presidentes queiram, mesmo que setores queiram. Se ocorrer isso é porque o sistema de poder e principalmente os militares se dividiram seriamente. E aí não vai ser problema de Estado liberal, não. Quando surgir a hipótese liberal, essa hipótese liberal pode ter como prolongamento algo mais.

Acho que isso é uma percepção do que se dá no Chile, porque é aí exatamente que se vive toda a crise, toda a agonia, pelo fato de se querer sair do sistema internacional capitalista. E aí você percebe o que ocorre com o sistema de poder e com o Estado, onde ele está e o que ele é. Acontece um *strip-tease* nacional e internacional. Você vê a cena completa com os atores. Basta dar uma olhada para ver o que se passou retrospectivamente.

Lições do Chile

O Chile me serviu para mostrar o seguinte: como o sistema reage, quais as forças dispostas e os mecanismos que ele tem quando se sente ameaçado. E a ameaça no Chile é profunda, daí a diferença da Argentina, porque o peronismo nunca foi uma ameaça profunda ao sistema, ao contrário, o peronismo foi sempre uma forma de entrosamento ao sistema onde a classe operária lutou para ter um peso maior. No Chile tenta-se a ruptura radical com o sistema e ele foi punido. No Brasil em 64 havia uma chance de alterar a posição dentro do sistema. Não digo que houvesse uma situação de ruptura com o sistema, mas havia uma espécie de luta de barganha com o sistema, de flexibilidade e de defesa um pouco maior do Brasil. Tendências estas que permanecem ainda hoje, inclusive nas FA, em setores como Albuquerque Lima. Esses setores eram fortes no Brasil, no período de Jango, mais a pressão popular. Mas a partir daí, quando o sistema viu que o Brasil balançou, ele o agarra forte e ao agarrar sentiu que o Brasil era uma peça chave dentro do sistema. Acho que não perceberam tanto quanto deveriam ter percebido, quer dizer, o governo americano não percebeu, se bem que o MacNamara, ou não sei quem, disse que o acontecimento tinha sido um dos maiores do século. Mas no nível político não foi percebido tanto. O capital internacional percebeu e passou a convergir maciçamente para o Brasil em aliança direta com o Estado.

Religiosidade

Acho que só começo a deixar de ser religioso e a entender a realidade como tal recentemente. Quando estou na casa dos 40 anos. Isso é terrível! Você leva 20 anos de atividade, passando por diferentes tipos de rótulos, de humanismo integral, Mounier, Maritain, T. Chardin, Debray, Guevara, Mao Tsé-Tung, marxismo-leninismo e tudo isso dentro de um denominador comum que se chama «atitude religiosa diante da realidade», da vida, de si mesmo! Chegar aos 40 anos e dizer: «Ah, agora eu começo

a entender que política não é resultado de vontades individuais. Que partido político não é vontade de um grupinho que resolve criá-lo e lidera milhões de pessoas. Que conjuntura revolucionária não é algo que decorre simplesmente de uma análise econômica, voluntarista, mas que ocorre em determinados períodos do capitalismo, em determinados países». Enfim, uma série de descobertas que você vai vendo acontecer, que vai adquirindo sentido dentro de sua vida, como você hoje pode ver o Brasil, o processo da Bolívia, o Uruguai, o Peru, agora em Portugal, e começa então a descodificar isso tudo numa outra visão. A tendência geral da esquerda brasileira é religiosa. É equívoco pensar que a esquerda é anti-religiosa. A tendência geral da esquerda na América Latina é ser religiosa. Porque ela vem de um padrão dogmático. Você descobre que a tendência dogmática da esquerda de ver o que está ocorrendo é de tal forma anti-revolucionária e prejudicial à revolução que é tentado a dizer, como alguém já disse certa vez, «apesar da esquerda, a Revolução segue». Porque na verdade essa esquerda que a gente conhece atua tanto no sentido dogmático e irreal, sufocante de energias, de capacidade de transformação do real, que, apesar dela, a coisa segue. Porque o chamado modelo «puro» do partido, o modelo «puro» da revolução, etc., é esperar o fim do mundo, e no dia chegar e dizer: «Bem, agora, adotem nosso modelo porque é chegado o momento».

O mais cruel é que você tem que fazer todo esse processo crítico, autocrítico sem dar margem e sem admitir que a direita utilize esse processo, porque ela vem de forma sacana, sutil e muito particular apontando uma série de desvios que a esquerda tem. Só que ela faz isso em função de seus objetivos, seus interesses, para desmoralizar, não tanto a esquerda, mas as possibilidades da revolução, da liberação. Você tem que fazer como Lênin fazia, atacar dos dois lados, atacar simultaneamente a direita e a esquerda, não para ficar no centro mas para dizer que há uma linha revolucionária que é válida, que não é dogmática, que não é esquizofrênica, que é real. E essa realidade é quando você vê ela na história, aparecendo, como em Portugal, Vietnam, Camboja. Isso tudo que, depois, parece que vira história, mas que, antes de virar história, nesse sentido mais figurado, foram linhas de política aplicadas concretamente. E no caso Vietnam, enfrentando um império, de uma forma espetacular, numa guerra tremenda, e agora eles celebrando a vitória depois de mais de 20 anos de guerra.

Isso é quando o conceito, a palavra, a realidade e a revolução reaparecem com todo o seu sentido. É a isso que eu estou me referindo. Não estou me referindo a essa revolução de mimeógrafos, 400 e tantos boletins diferentes, de 400 e tantos grupinhos que se arvoram a ser pai, mãe, filho, neto de um processo

revolucionário que existe na cabeça deles. E inclusive com um sentido diversionista, porque, enquanto fazem seus congressinhos, seu isso, seu aquilo, estão perdendo energia e gente para entender o que está se passando no Brasil.

Perda do sentido missionário

A primeira coisa que descobri foi a perda do sentido missionário. Olha, eu não sou nem um dos 12 apóstolos, nem o décimo terceiro. Descobri que eu sou um cidadão comum e corrente. Que não tenho a missão e dever de estar convencendo ninguém a entrar no meu apostolado. Estou exatamente para liquidar com essa visão religiosa do revolucionário como um apóstolo. Acho que o dia em que chegar o momento em que vamos participar de um processo não vai ser porque um chamou ou teve a idéia, mas porque uma necessidade objetiva nos vai colocar na situação de trabalharmos juntos. Nesse momento, a própria realidade vai mostrar as formas com que isso vai-se dar. Claro que os dogmáticos chamam a isso de espontaneísmo. E eu chamo isso de realidade objetiva histórica, que nos move, colocando os obstáculos, caminhos, possibilidades. Será o fato de estarmos respondendo a fatos reais. Por exemplo, o Movimento das Forças Armadas em Portugal não copiou nenhum modelo, porque não existia nenhum modelo de uma fração das FA que sáísse de um Exército colonialista e que tivesse a missão de derrubar o governo colonialista e fascista e transformar num movimento marxista como o é. Então, se você fosse seguir pelo modelo, seria impossível.

Esse sentido é uma conquista para mim. Se sou um cidadão comum e corrente que tem uma opção pessoal, individual, disposto a trabalhar só para um lado, que não vou trabalhar nunca para o outro lado, e que nem quero ficar no meio, então, fico deste lado de cá para simplificar, do lado das classes que são espoliadas, oprimidas no sistema capitalista, portanto não estou do lado da burguesia. E deste lado eu fico trabalhando individualmente naquilo que eu acho que posso contribuir, atualmente, no campo teórico, no campo da análise e disponível ao desenvolvimento da realidade política. Quer dizer, sem criar essa realidade, mas também sem estar indiferente ou insensível a essas realidades políticas. Por exemplo, se se adianta a questão, se eu quero voltar ao Brasil, claro que eu quero voltar ao Brasil. Não pagando preço, nem assumindo nenhum tipo de compromisso. Vou voltar quando for possível para mim ser coerente com que eu penso. Esse dia vai chegar, um ano, cinco ou 20 anos, não importa. Quer dizer, o problema de voltar está aí. Agora, enquanto não puder, vou tentando fazer o trabalho que é possível fazer. Sabendo que se pode fazer muito, porque não

se podendo fazer ao nível da militância política direta se pode fornecer instrumentos de análise teórica e histórica que vão servir de arma, de instrumento, para quem está em condições de atuar lá dentro. A aceitação tranqüila de que esta é a minha responsabilidade, o meu papel, que, por menor que seja, é importante, é o que me faz hoje ser um refugiado político sem nenhuma angústia em relação a fracasso. Quer dizer, acho que um refugiado político que se considera um fracassado é porque assumiu o problema político como uma questão individual. Como indivíduo posso me ajeitar em qualquer situação, com o sentido que a história está tomando. Nesse sentido, se há uma derrota, a derrota é coletiva tanto para os que estão lá dentro como para os que estão fora. E às vezes os que estão lá dentro estão mais refugiados políticos do que eu, que estou fora.

O que se coloca é como você vai dar um sentido político e ideológico à sua vida, conseguindo perceber a dimensão real das coisas, sem superestimar, subestimar, sem se anular, sabendo que se você está elaborando uma teoria que seja realmente científica, uma análise que seja realmente científica, que não seja uma repetição a mais de uma visão religiosa e dogmática, por menos que esteja fazendo, estará colaborando. E isso um dia produz algum efeito ou tem alguma assimilação ao processo. Isso é uma forma diferente de como atuei no meu refúgio antes. Com aquela sensação de um dever moral de que tem que participar, de que tem que lutar ... e portanto enfrentar esse sentimento de culpa de estar fora do país e de criar todas as condições possíveis e imagináveis que eram engrandecidas muito pela sua necessidade, mas que de fato não tinham a repercussão que você achava que tinha.

Claro que se fez muita coisa no exterior, que algum sentido teve, como as campanhas das denúncias, defesa dos direitos humanos, denúncia das torturas, criou-se um grave problema para o regime. Cada um tem sua contribuição a dar ao processo, em seu campo de atuação, e que aí não tem problema do lugar em que você esteja, nem da geografia. Você pode estar trabalhando para os movimentos de libertação do Brasil ou da América Latina estando em qualquer parte.

Novamente a saída do Chile

A experiência de ver a Moneda ser bombardeada, saber do assassinato do Allende dentro do palácio, o silenciamento das rádios, a invasão das ruas pelas tropas militares, os assassinatos durante as noites, os tiroteios ininterruptos noite adentro, o pânico e o significado desta derrota de um movimento de milhões e milhões de pessoas, foi algo mais grave para mim, mais chocante que o próprio golpe de 64.

Algo que tinha sido uma realidade realmente grandiosa, possível, com uma dimensão fantástica, de repente reduzida ao Estádio Nacional com milhares de prisioneiros. A barbárie!

Passamos 10 dias num apartamento, sob ameaça de invasão, com outras pessoas dentro. Depois de 10 dias tomamos a decisão de cuidar de salvar a vida, porque havia relatos e fatos absolutamente aterrorizantes. Além do que de fato ocorria de terror no Estádio Nacional, e que a polícia brasileira estava atuando no Estádio Nacional. Além disso, o cara da Flacso, Jorge Ríos, que foi apanhado no apartamento e depois encontrado num necrotério pelo diretor da Flacso e outro boliviano. Decidimos por uma embaixada, depois que o nosso apartamento foi invadido por um pelotão de uns 20-30 militares. Depois que me perguntaram meu nome, o cargo que tinha, e que teria que me apresentar a qualquer hora, no outro dia mesmo estávamos entrando numa das embaixadas possíveis. E uma delas, que era praticamente uma das últimas, ou a última, era a do Panamá. Fomos à residência do embaixador, que é um apartamento de três quartos, duas salas, uma cozinha e dois banheiros, num carrinho de uma funcionária da Flacso, que nos levou até a porta. Nós com uma sacola, e quando entramos nesse apartamento tivemos que começar a fazer força desde a porta, porque quando chegamos havia lá 200 pessoas. Estava todo mundo de pé, crianças, mulheres, velhos, todas as nacionalidades, idades, mulheres grávidas, psiquiatras, psicopatas, de tudo. E lá fora, carabineiros, tiros. E um hemofílico para completar o povo.

Muitas vezes me perdia de Maria, porque se a gente se perdia eram algumas horas para se reencontrar. Imagine organizar esse povo! Dormir em cadeiras, algumas vezes fora do apartamento, e se houvesse tiroteio na hora aquele que tinha que dormir ... Organizar o pessoal para usar os dois banheiros, para fumar, para beber café, enfim, para sobreviver. Além do mais se criou uma pequena enfermaria onde eu fiquei, quase o tempo todo, deitado, com 11 pessoas no chão, sendo eu uma delas. Lá pelas tantas tem-se dúvida sobre um companheiro que estava com um pé muito roxo e se pensava que podia ser uma infecção. Como havia o perigo de contágio, todo mundo desse quartinho tinha que ficar isolado do resto, e ficamos ali um dia. Então convocaram médicos da Junta para que fossem e verificassem que estávamos numa situação de saturação que podia gerar uma epidemia. Quando eles declararam esse estado de alerta, que estava mais que evidente, então fomos para a casa do Theotonio, que foi transformada em embaixada do Panamá. Aí já era um casarão maior, que dava para se dormir no chão, dormir fora, no quintal. Para a mudança vieram cinco ônibus pequenos para transportar todo mundo.

Havia lá dentro gente de todos os partidos, e a estrutura partidária lá dentro funcionou. Ou então nacionalidade. Ali no período do apartamento a organização era mínima. Já na outra casa estava tudo organizado, numa sociedade perfeitamente organizada. Nessa casa havia até *guarderia*, tinha biblioteca, recepção de notícias, alfândega, que era tudo que entrava para o coletivo. Chegou-se até a fazer agricultura, plantar, os que demoraram mais tempo chegaram a comer tomate que haviam plantado. Mas quem desempenhava um papel importante eram os médicos, porque diante daquela tensão os médicos distribuíram tranqüilizantes através do café e da comida. Essa medida foi fundamental, porque baixou a tensão e a massa ficou ali se agüentando ...

Panamá

Aí tomos ao Panamá e começa outra novela. O Panamá nos recebeu como refugiados políticos mas não tinha condições, nem econômicas, nem políticas de assimilar aqueles 300 refugiados políticos. Era época de negociação do Canal do Panamá com Kissinger e havia muita tensão, agressão para que se pusessem os refugiados políticos fora, etc. Em termos gerais o Panamá teve uma conduta muito boa. Mas disse, «aqui nós damos passagem, documentos para qualquer parte do mundo». Inclusive alguns oficiais do governo entravam em contato com embaixadas, qualquer coisa para facilitar a viagem. Aí começa a debandada, só ali havia 90 brasileiros. Vai-se para a França, para a Bélgica, Cuba. E havia o problema de que havia dificuldade de aceitação dos brasileiros na América Latina. Nem México. Peru, difícilimo! Argentina, nem falar! Então era se plantar no Panamá, onde eu nunca havia pensado em estar.

Aí entra outro aspecto que nem sei explicar muito bem, mas eu pus na minha cabeça que eu ia era para os Estados Unidos. Nada mais, nada menos que para os Estados Unidos, sem documento, fodido, refugiado, com um passado incrível, mas querendo ir mesmo para os Estados Unidos. Por que? Porque havia uma possibilidade de ir para uma universidade e eu queria estudar o capitalismo internacional ... Com isso não vou mexendo outras oportunidades. A gente fica por aqui, não vou sair correndo e depois cair como refugiado político em outro lugar qualquer, só para sair.

Até que chegou a oportunidade de se ir para o Canadá e eu ainda pensava: «Bom, é mais fácil ser imigrante no Canadá e então ir aos EUA». Começamos a perceber, então, que a barra não era assim e se necessitava ter um status, porque o mundo internacional está composto de nações, cidadanias, documentos. Resolvemos propor a imigração do Canadá pensando em sair

logo. Mas depois de uma batalha imensa chegou-se à conclusão que possivelmente nada sairia. Aí, quatro famílias brasileiras resolveram fazer uma viagem aventureira, como antigamente os navegadores faziam, e nos arrancamos de lá, passando pelas mãos da Igreja de novo, passando pela Jamaica, e baixando aqui no Canadá com o pessoal esperando do outro lado da Imigração para impedir que a gente fosse deportado. Aquelas quatro famílias com pacotes por tudo quanto é lado, com restos das coisas que tinha, como figuras do nordeste chegando em São Paulo, com terror, sem saber falar inglês, com uma exceção. Aí somos presos, e, sob fiança, assinada por um líder da Igreja, soltos. Mil dólares por cada um. Passamos por um *special inquiry* e só depois de muitos meses de campanhas é que somos reconhecidos como refugiados políticos, recebemos o *ministerial permanent* e depois de um ano e três meses recebemos o visto de imigrante.

Mas deixa voltar um pouco atrás, ainda no Panamá. Lá, o governo do Panamá nos forneceu um documento, que era uma folha de papel almaço, dobrada em quatro, escrita à máquina. Nós, com a velha experiência de exílio, falamos, «isso aqui merece uma capa». Fomos ao encadernador e mandamos fazer uma capa tamanho passaporte, com letra desenhada a ouro, escrito República do Panamá, bem encadernadinho, pagamos um dólar e meio por cada um, colocamos o papel aí dentro e agora vamos ver como isso funciona nas embaixadas. Na embaixada da Bélgica, o cara pegou aquilo, pum, deu o visto. Em menos de uma semana eles tinham dado 90 vistos. Depois descobriram ou receberam algum comunicado para não dar mais vistos. Mas 90 caras já haviam tirado o visto, nego ia tirar só para ter. Era aquela coisa: «Salve-se quem puder e embarque para onde possa».

E havia, claro, o boato de que havia perigo de golpe no Panamá, também. Sair do Brasil, vir do Chile e agora um outro no Panamá ...

Nos últimos meses, aqui no Canadá me pedem para fazer um artigo sobre o Panamá de 25 páginas. Começo a estudar e quando mostro minha pesquisa se entusiasma. Então, meu último tempo no Panamá me deu a possibilidade, sem que eu tivesse planejado, de ter feito talvez uma das primeiras análises políticas atuais do Panamá, global, como ter deixado uma semente, porque esse texto foi reproduzido na universidade, num dos seminários em Costa Rica e reproduzido por grupos populares que trabalham no Panamá. Esse então foi um tempo não perdido, pois me permitiu tomar consciência da importância incrível do Panamá em relação aos Estados Unidos e em relação à América Latina, como ponto estratégico.

Canadá

Eu não sofro por estar no Canadá. Já passei em tantos países que mais um, menos um ... Considero o Canadá como um intervalo, uma base em que eu posso estudar, refletir, produzir, continuar. Sem nenhuma angústia ou tensão de adaptação ao país. Sem me entrosar no processo político do país, porque considero que esse processo está muito distante do meu gosto, é um mundo muito diferente do que a gente percebe. Mas é um país que lhe permite utilizar os instrumentos, fazer seu ambiente e estabelecer o seu projeto, a longo prazo. Aproveitando que você está num país capitalista não tão avançado, mas considerado avançado, aproveitar para estudar o sistema capitalista, não de um país, mas de seu conjunto.

Depois dessa trajetória, assumo fazer um doutorado. Não pelo doutorado, que vim descobrir aqui é uma indústria ao alcance de qualquer pessoa que pague e que esteja com disposição de consumir. Peguei o doutorado mais como uma oportunidade de organizar meus estudos dentro do que eu quero. Ao mesmo tempo tenho a possibilidade de preencher um requisito, que apesar de não ter muito valor é mais ou menos indispensável se você quer seguir uma carreira profissional, como professor ou como pesquisador.

Visão e relação entre política e vida afetiva

Eu sempre procurei articular dois aspectos: o tipo de militância política com o relacionamento afetivo e o casamento. O tipo de militância política que se propunha no Brasil era bastante incompatível com o casamento, duas coisas completamente diferentes. Você era um militante *full-time*, que fala sobre o sacrifício total e a disponibilidade total, que está enfrentando a vida ou a morte. Isso é completamente o contrário da vida familiar, principalmente se além da mulher existe criança.

No Brasil, sabendo que a repressão torturava, que a repressão matava e inclusive utilizava, como em muitos casos utilizou, o seu próprio filho como elemento de tortura, como compatibilizar, como organizar essa realidade dupla em sua cabeça de forma aceitável? Aí vêm problemas. Encontro ou não encontro com meu filho? Meu filho tem que viajar ou vira clandestino também? É a história de uma criança de dois anos e meio, três anos e meio, que tem de mudar de passaporte, ter também outro nome. E você tem que treinar o seu filho de que agora ele se chama José, e não Daniel. Aos três anos e meio de idade! Uma criança nunca vai saber o nome dos pais, e desde cedo ela vai

chamar os pais de somente papai e mamãe! É só quando chega ao Chile que vai dizer o nome de seu pai, Betinho.

Todas essas coisas levam a uma contradição incrível, as separações que destruíam uma parte de sua vida.

Acho que só depois de desmistificar uma série de mitos da vida afetiva e sexual, fazendo uma análise bastante realista e madura, foi que fiz uma opção que acertei em cheio. Assim como no nível político posso chegar e dizer: «Acho que hoje não sou mais religioso depois de 20 anos de religião!», no nível afetivo posso chegar e dizer: «Acho que hoje eu me casei com uma mulher com quem eu me encontro em todos os níveis ... e não me casei com uma parte de mulher ou um mito».

A verdade é que quando se é idealista numa coisa se é noutra também. Não são as coisas externas que fazem com que sua relação fique ruim ou fique boa. Não é o fato de que você comeu pão que o diabo amassou que te une. Às vezes é ele que divide e passa-se a agredir um ao outro. Não é viver uma situação folgada, tranqüila, estável que estabiliza uma relação, porque tem muita gente assim que vive num inferno. Acho que o segredo para uma relação ao nível afetivo é que ela corresponda a uma situação de maturidade e de encontro global, basicamente cada um dos dois tendo uma segurança, uma personalidade tranqüila em relação ao que é, e não na busca ansiosa de afirmação de algo que não se é. Quando estão desesperadamente em busca de alguma coisa, ou fugindo de algo, é muito difícil que se encontrem.

Mas quando se chega e se diz: «Sou isso, quero fazer isso se for possível, acho que tem valor, se não for eu vou lutar, se não der certo daqui a 40 anos ... azar ... mas eu vou nessa direção ...», e o outro mais ou menos diz a mesma coisa, fazendo caminhos diferentes, mas no mesmo rumo ... então perfeito. Você aí tem bases para construir uma relação afetiva, uma relação a dois. Quando dá certo, você fica espantado de como é raro, e como leva anos e anos para dar certo, quando dá. Porque nos 95 % dos casos não dá certo. É incrível como às vezes duas pessoas se encontram para se destruírem, se encontram para cada uma com sua pazinha ir cavando a sepultura própria, e a do outro.

Conseqüências do exílio

Eu queria terminar falando a respeito das conseqüências do exílio. Até 1963/64, até o golpe, no meu caso e no de muitos militantes políticos, salvo os intelectuais burgueses que viajam muito para a Europa, pros Estados Unidos, nós éramos extremamente brasileiros. O mundo começava e acabava no Brasil.

É claro que existe o imperialismo lá fora, mas o conhecimento da América Latina, de outros países, a concepção de que nós já estávamos num mundo internacionalmente articulado e não num conglomerado de nações e a percepção de que esse capitalismo internacional é uma cadeia que implica que o movimento e a transformação de cada uma das partes implica na transformação do conjunto, essa idéia de sistema, de que o Brasil muitas vezes era a resultante de conjunturas internacionais ou de que o processo no Brasil era possível em determinadas épocas e em outras não, essa compreensão da realidade nacional ou internacional nós não tínhamos. O Brasil, para nós, começava e acabava dentro de nossas fronteiras. Ignorávamos quase completamente as relações que tínhamos com o outro mundo, era em termos quase que de outro mundo mesmo.

O que então os exílios vão provocar para a intelectualidade brasileira e principalmente para a militância política? A obrigatoriedade de um vestibular, de um conhecimento, de um treinamento, de internacionalismo. De compreender as realidades continentais, latino-americanas, internacionais. Então se é forçado a ir ao Uruguai, ao Chile, se conhece a Argentina, o Peru, e se descobre a América Central. É como uma espécie de caravela. Você pega a caravela do exílio e começa a descobrir a América. Depois que você desconectou-se desse sentimento paroquial, que o Brasil tinha, começa a descobrir o capitalismo internacional, a Europa, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a abertura do mundo socialista e do Terceiro Mundo. O exílio vai abrindo os caminhos para a percepção de um entendimento internacionalista e que tem reflexo imediato sobre a compreensão do Brasil. Os ângulos de percepção sobre o Brasil mudam e se começa a perder a visão «brasilocêntrica» e perceber o Brasil como parte de um sistema. Isso, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista político, tem uma importância fundamental.

Para mim o que ocorre é o seguinte: o fato de que essa militância política foi obrigada a sair e se abrir correspondia, paradoxalmente, à abertura do Brasil capitalista em relação ao mundo. O Brasil quando escancarou suas portas, fundamentalmente a partir de 1964, assim como os bons brasileiros (assim os chamaria) tiveram que sair correndo do Brasil, o capital estrangeiro, as multinacionais entraram violentamente. Chega toda a pressão do capitalismo moderno no Brasil e arrasa com barreiras de Estados, transforma o Brasil num país realmente nacional, enfim, avacalhou com o regionalismo. E os brasileiros que tiveram que sair foram conhecer o internacionalismo latino-americano, e o capitalismo internacional. Em relação à massa, estou certo que a cultura de massas no Brasil, depois de 1964, mudou. Mas essa não foi a transformação que nós operamos, essa foi a que o capitalismo

fez lá, e está fazendo. O que nós estamos em condições de abordar agora e depois, principalmente, é o conhecimento, os valores, a percepção do outro lado do mundo que nós captamos. Se no futuro ou mesmo agora nós tivéssemos que falar e propor coisas sobre a América Latina, seria, a meu ver, para o conjunto da intelectualidade, com nível de conhecimento muito superior ao de antes de 64. Porque hoje você tem três ou quatro mil brasileiros que passaram pelo Chile, milhares de outros, somados, passados por Uruguai, Argentina e México. Esses brasileiros não são os comerciantes, o homem comum, o turista. Esses brasileiros são técnicos, são trabalhadores da cultura, são professores, são militantes políticos, enfim, são pessoas que têm capacidade de multiplicação e difusão da experiência que eles assimilaram de forma muito maior. É claro que essa capacidade de multiplicação e difusão só vai adquirir sentido, só vai conseguir atingir a massa, no dia que essa gente tiver forma de se expressar. Aí é que vamos ver se a massa e a cultura brasileiras um dia vão poder capturar para si esses valores. Isso vai depender de uma solução política. Por exemplo, a massa de Portugal até a Revolução de 25 de abril estava isolada do mundo, mas uma fração, os militares, estavam em contato com o mundo. Bastou que houvesse o 25 de abril para que em poucos meses toda essa experiência dessa geração na África fosse transmitida à massa em Portugal. Aí se descobriu que a massa portuguesa não tinha reações nem colonialistas, nem racistas, nem fascistas. Quando digo uma fração de militares, digo, aqueles conscientes que tiveram contato de esquerda. Porque outros tiveram contatos na África, mas eram fascistas.

Então, uma parcela do corpo social de uma sociedade, quando ela assimila uma experiência, a chance dela transformar essa experiência em algo expressivo do ponto de vista cultural e de massa está vinculada à possibilidade política que ela tem, ou pode não ter agora, mas terá dentro de 15 ou 20 anos. Isso só vai se realizar se ela teve essa experiência antes e se ela chega a ter os instrumentos de difusão disso. Então, toda a experiência vai poder se expressar em termos de cultura se ela conseguir expressar isso como sua versão dentro da sua posição política e não como a antiversão da experiência que viveu. Por exemplo, a antiversão da experiência chilena seria dizer que tudo que ocorreu no Chile foi por causa das «loucuras da UP». Ou o cara que resolve negar politicamente uma determinada experiência histórica de massas, para poder se vender e conciliar com um esquema político e ideológico que existe dentro do Brasil. Há a antiversão da experiência do Peru, a antiversão da experiência da luta libertadora dos povos da África. Se nós, ou se esta geração de refugiados, os «antibrasileiros» dentro da versão do atual sistema, puder trazer sua bagagem numa situação política em que ela possa

se expressar como tal, não tenho dúvidas de que através dos meios de difusão que se pode ter no Brasil essa geração que fez o *exodus*, que teve que emigrar, quando reemigrar vai ter que incorporar esse pedaço que nós fomos, porque somos um povo. O fenômeno moderno da história brasileira a partir desse ponto de vista é que a partir de 64 o Brasil começou a criar um povo fora do país. Um povo na França, na Itália, um povão na América Latina.

Tínhamos gerações de políticos, alguns políticos que iam pro Uruguai e depois escreviam suas memórias e voltavam. Você tem vários políticos da época do Getúlio que iam para o Uruguai, mas isso não era povo. Agora temos milhares de brasileiros fora do país. É um fenômeno moderno, porque o Uruguai tem milhares fora do país, bolivianos, argentinos, e agora milhares de chilenos, em meses foram 15 mil, Paraguai, esse já é histórico, porque desde que houve o massacre no Paraguai é um processo de desastre. Temos outro exemplo histórico que é o do povo português. E esses povos estão se encontrando. Hoje a gente fala de multinacional, em termos econômicos, também há um multinacionalismo em termos de povo. Mas no Brasil esse fenômeno é bem moderno, só ocorre depois de 64. Lembre-se que depois de 64 apenas umas 100 ou 200 pessoas saem. Foi só o listão de políticos, de cassados, que saiu. A partir de 68 vai aumentando, em vez de parar, e hoje tem uma imigração seletiva, muito expressiva, que sai do Brasil. Não tem a mesma proporção que tem em países como Uruguai, Bolívia, Chile, principalmente porque a crise econômica que se abateu sobre esses outros países não teve a mesma dimensão no Brasil. Porque em muitos desses países existe uma imigração muito econômica. Isso faz com que você possa caracterizar a imigração brasileira como essencialmente política. Se saíram cinco mil caras, foram cinco mil caras que acharam insustentável a sua permanência ou sua sobrevivência. Isso faz com que o refugiado político brasileiro possa — porque grande parte da intelectualidade ou tem uma extração de classe média ou de pequena burguesia, que de alguma forma participa da formação da opinião pública — potencialmente ter a capacidade de ser um *boomerang*, ou seja, de sair e voltar, e na volta trazer esses efeitos e essa experiência e esse internacionalismo que foram obrigados a experimentar. Como uma espécie de calvário obrigatório, que o pessoal fez e vai trazer um dia.

JOSÉ BARBOSA MONTEIRO

«Pegam um coitado de um operário (...) e dizem: Olha aí, dois meses nos Estados Unidos, com tudo pago»

«Cheguei a um ponto em que não sabia falar de nada que não fosse político! Você se torna praticamente uma maquininha política. Não sabe mais discutir com alguém sobre sua família, o tempo, o futebol»

«Assim que todas as condições estejam dadas, desejo retornar a nossa terra»

Lugares

Nordeste, Paraná, São Paulo, Genebra, Guiné-Bissau

Datas

Nasceu em 1929. Exílio desde 1969

Profissão

Camponês. Operário metalúrgico. Atualmente educador social

«Crimes»

Líder operário

PRISÃO EM CAIENA

O interrogatório

Em maio de 1970, viajando de volta para o Brasil, eu e outro companheiro fomos presos na Guiana Francesa. Só poder ter sido delação. Tínhamos passado 15 dias em Caiena, já estávamos dentro do barco, prontos pra partir, quando uma fragata da marinha francesa encostou e nos prendeu.

Começaram com a acusação de contrabando de armas, mas desistiram porque não tínhamos nem canivete. Descobriram então que nossos documentos eram falsos e ficaram nos questionando por quatro dias, embora só tivessem direito de nos deter por 24 horas. Foi um interrogatório violento, a mesma coisa do Brasil, com a diferença que não torturaram. Mas ameaça foi que não faltou!

No primeiro dia, puseram meu amigo numa cela fechada, e eu noutra só de grades, dentro de um salão onde todo o mundo vinha ser atendido, como um escritório. Os caras me deixaram ali, só de cueca, pra me avacalhar. Fiquei encolhido, assentado, a cabeça baixa. Num certo momento, pensei: «Estão querendo me desmoralizar, não é? Pois bem, então vão ter que me enfrentar». Me levantei, botei as mãos nas costas e comecei a andar em volta. Todo o mundo olhando aquele negão nu, só com um calçãozinho. E eu ... nem era comigo. Fiquei rodando, e chegava gente e saía, e eu, tranqüilo. Antes vinham olhar de pertinho, como se eu fosse um mico lá no canto. Depois que comecei a passear, as pessoas se afastaram. Aí eu disse: «Olha aí, já tá melhorando». Isto me deu força. Só no segundo dia é que me deram uma calça.

No terceiro ou quarto dia, quase me estouraram os tímpanos. Quando o sujeito me deu o «telefone», dei um pulo e caí em pé diante dele. Mas pensei: «Calma!!!» Foi o instinto de defesa. Levantei pra dar uma tacada no cara. Com uma porrada minha ele caiu quieto. Mas, e os outros? Podiam até me fuzilar. Encarei com ele, arreganhei os dentes num riso frio, assim ... e sentei devagarinho. Isto pra mim foi uma experiência muito

importante. Pra ele foi um desastre. Percebi que conseguia intimidá-lo. Nessas horas, ele ficava sem saber o que fazer. Acabava amansando ou saindo, dando o lugar para o outro. Eram dois os que interrogavam. O segundo ficava de lado, escrevendo ou lendo.

Um dia, nos levaram pra uma casa isolada numa praia deserta. Pensei: «Chegou a hora». Mas era só pra intimidar. É uma forma de tortura psicológica. Eles te botam num carro e te obrigam a deitar no chão durante a travessia da cidade. Numa posição como esta, você imagina o diabo. O ambiente é todo de violência. Nem se precisa saber a língua do interrogador porque a cara dele já diz tudo. Os interrogadores eram brancos. Na Guiana, preto não faz interrogatório. Tem preto que bate, isso sim. Mas o serviço de inteligência é negócio de branco.

Nunca fui interrogado pela polícia brasileira, mas, pelo que sei, os métodos na Guiana são praticamente os mesmos, com a atenuante de que não me torturaram. Mas o golpe do «telefone» é o mesmo da polícia brasileira. Acho que os métodos de interrogatório e de tortura são internacionais. A diferença maior pra mim era a língua. O tradutor piora as coisas. Quando o interrogador diz oito, o tradutor diz oito e meio. Mas quando você responde, o tradutor enfraquece a resposta, porque é desagradável pra ele dizer coisas ofensivas ao seu chefe. Além disso, o tradutor pode errar e confundir o que você diz.

P.: Mas também não pode acontecer o contrário? Por exemplo, quando o interrogador grita com você, entre o grito dele e a sua compreensão tem a voz do tradutor, que não pode ter a mesma emoção do interrogador. Se um grita «salaud!» e o outro traduz «Idiota», perde a força, não?

R.: Não é assim, não. Porque você escuta o tradutor, mas vê é o cara que está gritando com você. A violência sai mais nos gestos do que nas palavras. Acho que a desvantagem do interrogado é muito maior. Ele depende quase que inteiramente das palavras que usa, da ironia, por exemplo. Essa ironia pode desaparecer na tradução, mas a agressividade do interrogador chega a você inteirinha. No meu caso, eu ironizava o tempo todo.

Às vezes eles faziam jogo mole: «Olhe, não queremos nada com você. Só queremos algumas informações sobre franceses. Com quem você teve contato em Paris? Se responde ao que nos interessa, que não tem nada a ver com o seu país, você pode até receber asilo na França». Então eu dizia: «Nunca tive vocação pra polícia. Se tivesse que ganhar meu pão como policial, acho que morria de fome, porque não suporto polícia. Nunca fui polícia, não quero ser e tenho raiva de quem é». Eu não respondia isso com violência, mas com ironia. Mas acho que só o fato de

traduzir já tirava as nuances e mudava o sentido. Pro cara, talvez eu passasse mesmo por imbecil.

Ameaçaram muitas vezes de me entregar à polícia brasileira: «Lá você vai ver o que é bom». Eu respondia: «E com vocês, estou bem? Estou num paraíso? Lá pelo menos é o meu país. Façam o que quiserem, não vou fazer mundos e fundos pra evitar, nem vou fazer conchavos com vocês. De toda forma, vão me entregar mesmo ...» Disso eu estava convicto.

Passamos quatro dias nessa conversa, e não arrancaram nem o meu nome. Tinham dois documentos diferentes na mão, e perguntavam qual dos dois era o bom. Eu dizia: «Vocês podem escolher. Pra mim os dois são ótimos, os dois me servem». Quando me ameaçavam, eu dizia: «De toda forma, vocês são quatro pessoas e eu um só, vocês estão armados até os dentes e eu não, vocês têm o poder da força, vocês podem até me cortar em fatias. Agora, no meu espírito vocês não tocam. Meu espírito é muito alto pra vocês. Não, vocês é que são baixos demais». O cara pulou da cadeira quando o outro traduziu.

No fim dos quatro dias, trouxeram um calhamaço. Mas era em francês, eu não entendia nada. Queriam que eu assinasse, como se fosse o resumo do que eu tinha respondido. Eu disse que não assinava coisa nenhuma: «Não falei nada, como é que tenho agora um calhamaço deste tamanho pra assinar? Não é comigo que vocês estão falando».

O dia-a-dia da prisão

Depois dos dias de interrogatório nos levaram pra prisão. O diretor do presídio era preto. Ele não foi informado de nada. Só disseram que era preciso «separar esses caras, são perigosíssimos». Os guardas também por fora, era aquele zunzum, cada um dizia uma coisa sobre a gente. Os outros presos pensaram que eu era um escroque internacional de alto nível. Falavam um francês misturado com crioulo, mas na cela tinha um brasileiro que traduzia. Durante uma semana foi quase como um outro interrogatório: «Diz aí, rapaz, seu negócio é outro, que é que há?» E eu dizendo que era um cara como outro qualquer, um sindicalista, e que meu problema era político. Os caras não acreditavam de jeito nenhum. Perguntavam pros guardas, mas eles também não sabiam nada. Só depois de uns 15 dias foi que se convenceram. Também porque eu tinha um comportamento diferente. Faziam enormes bate-papos pra falar de roubo e outras histórias. Eu não me interessava por aquilo. Outra coisa era a minha disciplina. De manhã, às seis horas, a gente se levantava, tomava café, e das sete às nove eu normalmente fazia ginástica, enquanto os caras ficavam por ali dizendo besteira.

Na cela, éramos uns dez, e havia oito que eram criminosos comuns. Eu e meu companheiro não tivemos direito a prisão política. Tinha também um brasileiro que era motorista de caminhão. Estava em cana já há um ano porque virou um caminhão e matou um branco francês. Nossa cela tinha um quintal grande, de uns 10 m x 20 m, onde eu fazia ginástica. A gente ficava no quintal das 6 às 11 da manhã, hora em que serviam o almoço. Tinha um chuveiro, e a gente tomava banho de sol. A cela mesma era apertada pra dez pessoas. Tinha uma cama coletiva, um tablado, mas tinha gente que dormia no chão, porque não cabia. Era um ambiente insalubre. O ar entrava por um quadrinho aberto em cima. A porta que dava pro quintal ficava trancada das 11 às 2 da tarde. De 2 às 5 abria de novo. Às 5, serviam uma sopa, que era água de abóbora, ou abóbora muito pouco cozida na água, com um pouquinho de sal. Então a porta fechava outra vez até o dia seguinte. Assim, você ficava 13 horas ininterruptas fechado naquele lugar. Não fechavam por medo da gente fugir, mas por punição. É uma prisão, você está ali pra sofrer, pra pagar.

O meio de fugir dali não era esse. Um soldado com uma metralhadora num ponto alto cobria todos os muros da prisão. Trepar no muro seria fatal. A chance de fugir era a hora do trabalho. O pessoal da minha cela ainda não tinha sido julgado. Deviam ficar fechadinhos ali até passarem pelo juiz. Depois de julgados, eram aproveitados como mão-de-obra. Então, saíam pra trabalhar fora e, na medida em que passava o tempo, muitos já iam pra cidade sozinhos, trabalhar na casa dos carcereiros. Tinha gente que passava o dia inteiro fora e só vinha de noite pra dormir. Iam beber pinga nos botecos, etc. A maioria não tinha pra onde fugir. Se foge e fica na Guiana, vai preso de novo. Geralmente, os caras que fugiam eram de fora, brasileiros, por exemplo, que davam no pé e passavam pro Brasil. Mas o guianês não tem pra onde ir, o mundo pra ele é pequenino, sair da Guiana é uma aventura.

Meu companheiro foi posto numa cela separada. A missa aos domingos era a oportunidade da gente se encontrar. Íamos à missa todo domingo, sentávamos juntos e cochichávamos todo o tempo. Era assim que ficávamos sabendo as fofocas. A comunicação também passava de muro em muro. Por exemplo, alguém pedia um cigarro, aí vinha um bilhete junto. E o outro passava adiante. Às vezes, um bilhete viajava dez celas.

Colaboração entre polícias: Brasil-França

No começo de 1970, a França e o Brasil estavam em negociação sobre a venda dos *Mirage*. Havia também uma interligação das polícias, sobretudo na Guiana. Uma vez por mês os

caras da Guiana iam a Belém do Pará encontrar o responsável pelo serviço de segurança da Região Norte brasileira. Inclusive, o interrogador em Caiena me perguntou se eu conhecia o general não-sei-quem. Assim, acho que as arbitrariedades que eles fizeram no nosso caso foram devidas à conivência, ao interesse comercial e à ligação direta deles com o serviço de segurança do norte do Brasil, o que quer dizer com o SNI. Isso explica o interesse deles em nos entregar ao Brasil e, quando não puderam fazer isso, de nos manter na prisão mais de 90 dias, de modo a nos expulsar do território francês (segundo a lei francesa, um estrangeiro preso por mais de 90 dias pode ser expulso).

Há uma contradição entre os dois serviços franceses de segurança, o Serviço de Informações Gerais (Renseignements Generaux) e o Departamento de Segurança Territorial. O primeiro é mais ou menos o SNI ou a CIA francesa. Durante todo o nosso tempo de prisão, havia briga entre os dois, pois foi o DST que nos pegou e era o outro serviço que nos queria. Quando nos soltaram o DST armou todo um esquema de segurança e queria que fôssemos pra um hotel, cercados pela polícia. À noite, discutimos com os companheiros guianenses e eles deram a solução: «Se alguém tem que dar segurança aqui pra vocês somos nós, e não a polícia. Polícia é inimigo e não merece confiança. Não vão pra hotel nenhum. Nós vamos esconder vocês».

Tínhamos 48 horas pra sair de território francês. Pedimos asilo na Argélia, mas o governo argelino estava demorando a responder. Nosso advogado pediu então ao governo suíço pra nos receber em trânsito, até que se regularizasse o asilo na Argélia. Mas depois que cheguei aqui, já saturado dessa vida de sacrifícios, andanças, enfim, insegurança (e a nossa idéia era voltar pro Brasil o quanto antes, passando no máximo um ano fora), decidi ficar por aqui mesmo, e retirei o pedido da Argélia.

Fui libertado em 14 de agosto de 1970 e no dia 15 cheguei aqui. A polícia da Guiana confiscou todos os meus livros, mais um documento de 80 páginas manuscritas que eu estava escrevendo sobre o problema das classes sociais no Brasil, e enviou tudo pro governo brasileiro.

P.: Que fez você, afinal, para merecer clandestinidade, prisão e exílio?

R.: Estou pronto a assumir tudo que fiz até hoje, e ainda fazer muito mais. Se cometi algum crime, foi não ter feito o suficiente. Esta foi a única prisão da minha vida, e por algo que não acho justificável. Sou acusado de crime de opinião, e tinha documento falso porque o governo do meu país me perseguia por eu não estar de acordo com ele. Meu único crime foi dizer o que pensava e sentia, e por não beijar a bota dos militares.

Foi a manifestação de maio de 1968 que me valeu a clandestinidade. Nela, eu disse, nem mais nem menos, o que todos sentiam e não podiam dizer abertamente. Dez mil pessoas estavam presentes e caucionaram minhas palavras. Isso me valeu o exílio que vivo hoje. Cinco anos longe do meu povo, da minha família, sem ter esperança de poder voltar tão cedo. Não reconheço os crimes que eles me imputam. Se alguém comete crimes, são eles. Mesmo que eu tivesse feito algo de fato ilegal, nunca poderia chegar aos pés das arbitrariedades que a ditadura comete contra o povo brasileiro. Ilegalidade e violação de direitos quem faz são eles. É o poder da força usado pra massacrar o nosso povo. E isso é evidente, num país de mais de 100 milhões de habitantes, com um mercado interno de no máximo 20 milhões (a partir dos dados deles mesmos).

DE CAMPONÊS A OPERÁRIO

Infância

Meus pais são de origem camponesa. Até 1957 eles trabalhavam no campo. Trabalhei com eles até a idade de 25 anos.

Eles se casaram em 1928. Tiveram 11 filhos, mas só dois escaparam. Uma das meninas morreu com sete anos, por falta de medicamento e assistência, mas todos os outros morreram de desnutrição, de fome endêmica, antes de um ano de idade. Meus pais são analfabetos, não sabem nem escrever o nome. Meu pai, como os outros camponeses da região, via a família como um meio de subsistência. Ter filhos para ele era assegurar sua velhice. Filho é pra trabalhar. Eu e meu irmão fomos criados para isso.

Estive na escola durante três meses, quando tinha sete anos de idade. Foi tudo que fiz de escola oficial. Como morávamos numa fazenda, o dono dela contratou uma professora. Mas depois de três meses a professora foi embora. Como morávamos a três quilômetros da cidade, meu pai resolveu que eu não ia mais estudar, pois era tempo de começar a trabalhar. Foi isso que os pais dele lhe ensinaram. Assim, nunca mais fui à escola. Mas lia e comprava caligrafias para aprender a escrever.

Essa vontade de escrever surgiu na escola. Eu achava a professora uma coisa extraordinária: «Como é que alguém pode saber tanta coisa assim?» Tudo o que a gente perguntava, ela respondia, dando longas explicações. Perguntas que meu pai não sabia responder. Criança nessa idade pensa que os pais sabem tudo. Mas apareceram contradições entre as respostas de meu pai e as da professora. Ela explicava melhor, provava isso

e aquilo. Comecei então, é engraçado, a ter conflito com meu pai. Ele era como todo velho «patriarca» nordestino, tinha que ser levado a sério. Quando uma resposta dele contrariava o aprendido na escola, eu dizia: «Eu acho que não é isso, não». Meu pai então respondia: «Então eu tô mentindo, cabra?» O problema familiar foi mais uma razão contra a escola.

Não quero condenar meus pais. Dentro das possibilidades deles, fizeram pelos filhos tudo que podiam fazer.

A partir daí, comecei a trabalhar com meu pai. Vivia como todo menino nordestino, pobre, mal nutrido, comia às vezes uma vez por dia. Naquela época, comia-se feijão com farinha e sal, cuscuz de milho e leite, a carne era de galinha e, às vezes, cabrito. Meu pai tinha uma vaca. Mas seu trabalho não dava o suficiente para nos alimentar bem. Quando eu tinha sete anos, morava com a família no Ceará. Era 1936. Três anos mais tarde, mudamos pra cidade de Cajazeiras, na Paraíba, onde ficamos até 1944.

Vivíamos em regime de cambão, com um pedaço de terra e uma vaca para o nosso usufruto. Trabalhávamos três dias na nossa roça e três pro fazendeiro. No primeiro ano, já ficamos devendo, e a dívida foi aumentando, aumentando, até que, em 1944, quando meu pai resolveu partir, ela tinha ficado enorme.

Meu pai era resoluto e disse pro fazendeiro: «Olhe, o sr. sabe, eu vou embora. Quando tiver dinheiro lhe pago». O sujeito estrebuchou, xingou, vociferou, mas não pôde fazer nada e nós fomos embora. Saímos a pé e, de lá, andamos até Salgueiro, em Pernambuco, durante não sei quantos dias. Éramos eu, meu pai, minha mãe e meu irmão. Na época, tínhamos um tio no Ceará que era mais ou menos bem de vida. Foi ele que nos emprestou dinheiro pra partirmos pra São Paulo.

Naquela época eu não pensava muita coisa. Quando saímos do nordeste pra São Paulo, eu tinha 15 anos e já tinha arranjado a minha primeira namoradinha. Deixá-la foi um desastre. Mas eu acompanhava meus pais. Não podia fugir nem deixá-los sozinhos. Se tivesse freqüentado escola durante esses sete anos, talvez já tivesse perspectiva na vida. Mas não, eu era completamente submisso à vontade do meu pai. Ele, como todo nordestino, só pensava em ter um pedaço de terra onde chovesse. Não sonhava com riqueza. Sua ambição era comprar um pedaço de terra, morrer numa terrinha que é dele.

Retirante

Em São Paulo, fomos trabalhar como colonos numa fazenda de café. A gente tomava conta de um talhão de três a quatro mil pés, limpando a área em torno dos pés de café, arruando para

que o café caísse em terra limpa. Durante o tempo de chuva, a gente podia plantar uma carreira de milho dentro do café, coisa muito pouca, e tinha também um pedacinho de terra pra plantar feijão, arroz ou o que seja. O café, quando chega aos 10, 12 anos de idade, fecha e não se pode mais plantar nada dentro. Mas enquanto tem cinco, seis anos, as ruas são largas e dá pra plantar uma carreira de arroz dentro de cada rua de café. Pela manutenção do café, a gente ganhava quinze mil réis por dia. Em relação ao nordeste, era um salário enorme, pois, quando saímos de lá, meu pai, que era um cabra macho, famoso por trabalhar duro, ganhava mil e quinhentos réis. Aí, dos três dias que restavam pra ele, podia fazer o que quisesse: ou trabalhar na roça dele, como durante o inverno, ou trabalhar pros outros, como na época de limpa de mato, pra ganhar um dinheirinho pra viver. Pois a gente precisava comprar sal, carne, farinha, coisas que a gente não fazia. Quando saímos, o salário já estava a três mil réis. Eu, quando já era meninote de 14 anos, ganhava um mil réis. Em São Paulo, então, meu pai ficou animadíssimo: mesmo tão explorado, 15 mil réis já parecia muita coisa. E eu também ganhava.

Eu nunca tinha visto um sapato, a não ser nos pés dos outros. Às vezes usava alpercata de couro cru, que meu pai mesmo fazia. Então eu tinha uns pés de uma largura que não era possível. Cinco ou seis meses depois de chegados a São Paulo, meu pai me comprou um daqueles sapatões bonitos de trabalho. Eu tinha 15 anos e ele teve que me comprar um sapato 44! Isso me fez sofrer uns seis meses, calo, dedo lascado, eu mal podia botar o pé dentro do sapato. Mas, caramba, era um sapato, eu estava muito contente, isso era «classe» naquela época.

Em 1947, fomos pro Paraná, pra outra fazenda de café. Aí já era diferente, meu pai pegou uma «forma», ou formação de café. O fazendeiro derruba o mato, planta o café e entrega ao colono. Meu pai, por exemplo, tinha seis mil pés de café pra cuidar. No primeiro ano, você pode plantar até três carreiras de arroz dentro do café. Nesse ano, meu pai colheu 200 sacas de arroz! Então a coisa dava gosto. O fazendeiro ainda paga uma micharia por mês, uma soma total que ele divide pelos quatro anos que você tem que tomar conta. É você tem direito à colheita do café durante quatro anos. No primeiro ano, meu pai teve que fazer dívida. Os fornecedores que vendem a crédito obrigam você a vender a produção pra eles. Fazem aquilo que se chama de «comprar na folha»: compram quando você planta e o preço está baixo; e ainda impõem uma baixa porque vão te pagar antes. «A colheita de arroz nós pagamos a tanto, e durante o tempo que você trabalha nós fornecemos a mercadoria». Mas um quilo de arroz limpo, que você comprava pra comer, custava o preço de uma saca de arroz em casca. Então, já não era só o

problema do fazendeiro, havia também esses atravessadores pra piorar as coisas.

Foi no Paraná que eu virei gente grande. Meu pai era durão. Não me deixava sair de noite. Mandava em mim como se eu fosse uma menina. Fugí de casa e fiquei quatro anos sem dar notícias. Peguei trabalho como lenhador, na região de Londrina. Me dei bem e acabei dirigindo um grupo de sete que derrubava mato por conta dos fazendeiros, sem ter de depender dos empreiteiros. Voltei pra casa depois de quatro anos, levando algum dinheiro no bolso, 22 anos nas costas e um espírito independente. Trabalhei na roça com o pai até 1957, quando ele voltou pro nordeste. Casei e fui morar em São Paulo. Virei operário.

NO SINDICATO E NA FÁBRICA

São Paulo

No começo eu não tinha profissão. Trabalhava em biscates, como encanador. Foi o gosto pelo estudo que me ajudou a melhorar de situação. Comecei a estudar aritmética, de que gostava muito, e passei a meio-oficial de encanador, depois de ter feito um teste numa fábrica. Fiz um curso de controle de qualidade, onde aprendi muitas coisas, geometria, trigonometria, álgebra. Em 1961, tentei entrar na General Motors do Brasil. Fiz um teste e passei. Quando fui fazer a entrevista, o sujeito exigiu o quarto ano primário. Respondi que não tinha.

— Qual o seu grau de estudo?

— Estudei três meses do primário, quando tinha sete anos. O cara quase caiu de costas.

— Isso não é possível! Então como é que você passou este teste? Tem alguma coisa errada nisto.

— Não tem nada errado. Depois dos três meses, continuei estudando sozinho. De modo que não tenho nenhum diploma mas não sou ignorante.

Ele me sugeriu fazer um exame num grupo escolar, porque sem diploma do primário eu não poderia trabalhar na GM. Fui, fiz o exame, passei com nota 100 e a escola ainda me deu um atestado do quinto ano. Levei pra casa o diploma de um curso primário que nunca fiz.

Dois meses depois que comecei a trabalhar na GM estourou uma greve geral. Eu estava num período de experiência e não tinha nada a reclamar. Os assuntos eram redução de horas de trabalho, problemas de hora extra, insalubridade e aumento de

salário. Os grevistas eram todos mais velhos de fábrica do que eu. Tive três escolhas: ou participava da greve, ou ficava indiferente em casa, ou furava a greve. Furar a greve nunca me passou pela idéia. Apesar de toda a minha ignorância, eu achava isso uma traição. Então, entre as duas primeiras, eu escolhi participar com o pessoal, pois já tinha feito amizades. A greve durou nove dias, depois todos voltaram a trabalhar e eu fui posto na rua.

No fundo, eu era anticomunista nessa época. Se me colocassem diante de uma escolha entre a Igreja e o Partido Comunista, eu diria: «Você está maluco?» Mas durante os nove dias da greve tive a oportunidade de conhecer os sindicalistas, e havia muitos que eram comunistas. Vi então que eram caras simples, que falavam a mesma linguagem que eu e que faziam muitas coisas boas. Durante a luta, eles foram sempre amigos e camaradas. Quando fui mandado embora, senti da parte deles uma grande solidariedade. Eram caras como eu, que trabalhavam na fábrica. Não eram bichos-de-sete-cabeças, nem comiam criança. Tinham mulher e filhos, como eu. Simplesmente, o que eles faziam a mais, e a Igreja não, era ser solidários na hora da minha necessidade. A partir de então, me sindicalizei e passei a dar parte da minha contribuição, que antes ia pra Igreja, para o sindicato. Isto é uma coisa que ainda não falei: eu era muito igrejaireiro!

Da religião à política

Meus pais não sabem nada de política. Sabem é de religião, fé, obediência. O mundo deles é pequenino, é um lugar para pugar os pecados. Meu pai nasceu ainda no século passado e herdou isto dos meus avós. Vivíamos do trabalho pra casa, da casa pra igreja, e não saía disso. Para meus pais, tudo é pecado. Daí a idéia de obediência cega, de submissão aos superiores. Um patrão é um cara que deve ser obedecido como um chefe, uma autoridade. É coisa que vem de Deus, Deus criou o mundo assim. Quem é pobre, é porque Deus quis. Quem tem poder, é porque Deus deu, se eles não têm poder, paciência, é porque Deus não deu. E, assim mesmo, eles não acham Deus malvado ou injusto, porque questionar Deus seria questionar a religião, a concepção de vida que eles têm e, conseqüentemente, questionar a si mesmos. Para eles, a Igreja hoje está degenerada. Eles não podem entender, por exemplo, um padre que faz pregação política.

Foi isso tudo que eu e meu irmão aprendemos. Fazer trabalho político com gente que tem 60, 70 anos é muito difícil por causa disso. Você tenta dizer para um velho desses: «O sr. vê, esta situação ...» Ele aí responde: «Estou no fim da vida, não é agora que vou mudar, quero é paz e sossego». É com a

juventude que o trabalho político deve ser feito. Os moços têm um interesse imediato na mudança. Mas a vida para um velho como meu pai não muda mais.

A religião estava em tudo que eu fazia. Por que casei? Não foi por paixão. Foi porque nos conhecemos, tivemos relação sexual, e senti a obrigação de casar. Casamos mais por moral religiosa, por honra.

Quando cheguei a São Paulo, a primeira coisa que fiz foi procurar a igreja. Eu já era membro da Congregação Mariana. Em São Paulo, cheguei a ser secretário-geral e, depois, presidente dos Marianos na igreja que eu frequentava. Mas as coisas mudaram depois da greve da GM. O padre fez a maior manobra e me derrubou da presidência. Passado um tempo, me expulsaram da congregação. Tudo porque eu estava participando de um sindicato dirigido por comunistas. Disseram que eu estava desencaminhado.

Minha crise com a religião começou com a greve da GM. Quando eu estava sem emprego por haver lutado por coisas de direito, encontrei todo o calor, compreensão e fraternidade na gente do sindicato. Em compensação, a Igreja me condenou por dedicar meu tempo a necessidades próprias e dos meus companheiros de trabalho. Podia ter ficado em casa durante a greve, mas não fiquei porque vi que meus interesses estavam em jogo. Aí, a GM me puniu. Fui trabalhar no sindicato, e a Igreja me puniu. Comecei então a sentir que o problema dos outros operários era também o meu. Foi assim que nasceu a minha consciência de classe. Mas passei, então, por uma tremenda crise de fé, contestando tudo sem estar seguro de nada. Só a partir de 1963 foi que as coisas se aclararam — a fé desapareceu. Foi um período em que li muito, sobretudo a Bíblia. Antes, a Igreja fechava a Bíblia, ela era coisa pra gente inteligente, pra padres. Quando me vi questionado, fui ler a Bíblia, mas achei-a tão contraditória, dizendo aqui uma coisa e ali outra diferente, que perdi o encanto. Li também os enciclopedistas, Diderot, Jean-Jacques Rousseau. Li um pouco sobre o socialismo utópico. Com essas leituras, consegui definir onde «Deus» estava. Tanto no sistema capitalista como antes dele, Deus estava sempre na casa dos ricos. No sistema feudal, Deus condenava a burguesia por pregar a sociedade que temos hoje. E eu pergunto: «Mas isso não faz nem 400 anos ainda, e Deus já mudou de opinião?» Vi o negócio da Inquisição, que me horrorizou. Agora, aí estava o Deus que eu considerava onipotente e infalível, defendendo o sistema capitalista contra o comunista. Então eu disse: «Caramba, se Deus é isto, então não é o Deus que eu idealizei, porque este não mudaria de idéia, seria suficientemente sábio pra prever as coisas eternamente. Um Deus que muda tanto de opinião não é sábio».

Outros livros também ajudaram. O do Paul Sweezy, por exemplo, sobre o socialismo utópico. A história de Robert Owen, Saint-Simon e outros abriu muito o meu entendimento. Na época, eu achava que bastava a gente querer, ser macho e partir pra mudar tudo. O conhecimento dos fracassos dos socialistas utópicos mudou minha visão do problema.

Mas minha mudança ocorreu mais no nível da prática que no intelectual. A mudança do campo, onde a gente produzia quase tudo, para a cidade, onde tínhamos que comprar tudo para a família, me levou a procurar melhorar. Foi aí que apareceu a contradição entre a vida de igreja e a vida sindical. Quando a Igreja me cortou, tive que encontrar alguma outra coisa que me explicasse o mundo.

Aliás, não existe mudança só intelectual. Mesmo os intelectuais, quando fazem novas elucubrações, estão sempre baseados nas necessidades que eles, como pessoas na sociedade, vivem. Quando foi, por exemplo, que a pequena burguesia começou a ferver no Brasil? Foi quando o Partido Comunista deixou de apresentar uma alternativa viável para ela, aí por 1956. E só a partir de 1960, quando eles já não tinham onde se pegar, é que começou a surgir um movimento forte de intelectuais, estudantes, JUC, etc. Por que é que só foram fazer alguma coisa depois de 1960? Será que antes não eram suficientemente intelectuais? Não, é porque eles ainda não tinham essa necessidade. A partir de 1960, a necessidade forçou eles a sair na rua, com o linguajar deles, com a concepção de mundo deles, com as necessidades deles, que, nem sempre, são as mesmas da classe operária. Assim, os erros que eles fazem só aparecem em relação à classe operária.

O sindicato «livre»

Por ironia, um curso que fiz do chamado «sindicalismo livre» ajudou a minha formação política. Depois da greve na GM, comecei a participar da Sociedade dos Amigos da Vila, uma organização de bairro. No fim de 1962, fui eleito presidente dessa sociedade, o que durou até 1968. Em 1963, fui procurado por um sujeito que trabalhava na rádio Tupi para participar num curso sindical. Ele não me conhecia. Seu método era indagar pelos bairros quem eram as pessoas influentes ali. E vinha com o convite. Fiquei com uma pulga atrás da orelha. O tal sujeito da rádio Tupi, de nome Canuto, era também empregado do Instituto Cultural do Trabalho (o famoso ICT), que na época era presidido diretamente por um americano e administrado pelo Antônio Pereira Magaldi. O ICT é que dava esses cursos de «sindicalismo livre».

Primeiro foi um seminário de uma semana, com 30 pessoas, inclusive empregados de banco. Deste seminário, três ou quatro pessoas eram escolhidas para participar de um curso de três meses em São Paulo. O seminário foi em Santo André. Qual não foi a minha surpresa quando fomos, eu e um outro, da Scania Vabis de São Bernardo, os escolhidos, no lugar de gente com muito mais formação!

O curso foi interessante e útil para mim. Comecei a perceber que havia alguma coisa em tudo isso que não estava clara. Os que questionavam éramos apenas três ou quatro. Os outros seguiram o curso ao pé da letra. Os organizadores exploravam a alienação dos participantes. Isso porque pegam um coitado de um operário, que nem conhece o Brasil, pois nasceu naquela redondeza e sempre viveu por ali, ou que nasceu no nordeste e veio encaixotado pro sul, e dizem: «Olha aí, dois meses nos Estados Unidos, com tudo pago, etc.». O cara se empavona. Muitos amigos meus foram, e são hoje dirigentes sindicais, ou melhor, capachos da ditadura.

No curso, aprendíamos de tudo: estrutura sindical brasileira, consolidação das leis do trabalho, etc. De lei, a gente saía conhecendo tudo. Tecnicamente, quem fazia o curso saía com as melhores condições para dirigir um sindicato. O outro lado era a parte internacional do sindicalismo. Apresentavam as organizações americanas como modelo (tudo feito dentro da «ordem»). E pintavam a Federação Sindical Mundial (FSM) como o próprio demônio. Faziam a maior pregação anticomunista. O curso era um meio de enfrentar o comunismo internacional, que, como diziam, acaba com a liberdade dos povos.

O objetivo deles não era, pois, lutar pelas nossas necessidades mas sim pelas necessidades deles mesmos. Naquela época, os sindicatos mais importantes tinham forte influência do Partido Comunista. Os poucos quadros sindicais do outro lado, como os «amarelos» do Sindicato do Comércio — Magaldi, e outros —, eram insuficientes. Mas como os do «sindicalismo livre» já pensavam num golpe e em intervir nos sindicatos, tiveram que formar quadros para o próximo regime, a ditadura. Tanto que, em geral, os formados não faziam muita questão de concorrer no sindicato.

O «sindicalismo livre» poderia ter-me oferecido uma boa saída, dando uma nova orientação aos meus velhos princípios: «Vamos lutar no sindicato, é o nosso instrumento legal. Com ele melhoramos o sistema sem fazer revolução». Mas eu só entraria nessa se estivesse afastado das bases. Não foi o «sindicalismo livre» que encontrei na GM, mas o pessoal do sindicato, que era próximo ou mesmo membro do Partido Comunista. Ouvir o falatório do sindicalismo «livre» é uma coisa, mas viver com o pessoal na fábrica é outra muito diferente. Para mim, o curso

teve o efeito inverso. Saí dizendo: «Caramba, pelo menos com esses caras eu não estou!» Ainda antes do golpe, recebi um convite pra fazer um curso nos Estados Unidos. Dariam à minha mulher o equivalente ao meu salário; o mais era tudo pago, e ainda ganharia US\$12,00 por dia de ajuda de custo. Me recusei.

Por tudo isso, eu poderia ser hoje um dirigente sindical do tipo dos que existem lá no Brasil. É gente que não chegou a romper com a fé, com a ideologia, que não chegou ao ponto de questionamento a que eu cheguei. E há ainda o princípio de preservação da vida. Não é que os dirigentes sindicais de hoje estão perdidos. Se a situação muda, alguns deles podem mesmo se tornar revolucionários, do lado do povo. Eu agora critico, mas acho que poderão mudar e vir a ter importância na luta, quando a correlação de forças for diferente. Mas alguns são podres e irrecuperáveis, como os que estão à testa de federações, e que, há muito, já se tornaram burocratas sindicais. Estes são agentes da burguesia e vão ser utilizados por ela até o último momento.

No sindicato e nas fábricas sob a ditadura

Em 1963, trabalhei para uma chapa de oposição ao Partido Comunista. Era uma chapa ligada ao Partido Democrata-Cristão, com cristãos jovens, operários católicos, etc. Mas fomos derrotados. Há muito que o PC trabalhava no meio operário e, por isso, tinha o apoio do pessoal mais consciente. Além do mais, os comunistas tinham uma máquina sindical nacional.

Mas, depois do golpe de 1964, toda aquela gente foi procurada. O pessoal do PC foi cassado e preso, não podia concorrer mais ao sindicato, e os novos quadros que apareciam eram controlados. Foi quando surgiu a Portaria 40, feita pelo Magaldi, que exigia praticamente um atestado ideológico dos candidatos às eleições sindicais. Assim, os membros ou simpatizantes do PC eram eliminados da concorrência antes mesmo de entrar nela.

Os três dias do golpe foram um pânico generalizado. No dia dois ou três de abril, voltei ao sindicato pra ver como é que estava. Sob intervenção. Esse era o possante Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Foi aliás o primeiro da região a voltar a ter eleições, em 1965. Trabalhei pra elas, junto com um pessoal cristão, e fui eleito para a direção do sindicato. A grande maioria de nós tinha feito curso no tal ICT. Eu não percebia muito essa história. Tinha muitas ilusões de classe. Pensava: «Uma vez que a gente esteja lá dentro, a gente vai botar pra quebrar!»

E foi assim que comecei meu mandato. Mas, ao cabo de seis meses, percebi que não tinha mais nada a fazer do ponto de

vista legal. Não adiantava. Tentamos, por exemplo, melhorar o sistema de assistência do sindicato, mas entramos por um cano infernal. Montamos uma farmácia que tinha cem mil cruzeiros de estoque, e vendia a preço de custo. Como era uma farmácia do sindicato, fazíamos 30, 40 e até 50 por cento de lucro. Como não tínhamos outra despesa que manutenção e salário do farmacêutico responsável, os remédios saíam a preço de banana. Mas as farmácias do bairro começaram a criar problema. A gente facilitava pro pessoal, dava amostras grátis e vendia fiado. Se o cara não podia pagar, levava o remédio e assinava uma nota pra depois pagar. No fim do ano, a gente fazia um balanço e botava as notas dos que não podiam pagar no item «perdas e danos».

Tínhamos também dois médicos que atendiam o pessoal diariamente, um de manhã e outro de tarde. As consultas eram gratuitas para os operários. Mas tudo isso acabava sendo uma estrutura que amortizava os choques, pois deixava o sindicato numa bruta dependência do Estado. Quando começamos a ter os primeiros choques com as fábricas, com greve por atraso de pagamento ou de aumento legal de salário, o negócio endureceu. Uma das primeiras fábricas em que tivemos problema foi a Scania Vabis do Brasil.

O sindicato tinha ainda dois advogados. Mas a luta era difícil. As leis protegiam os patrões, não os operários. Se você pudesse estourar uma greve do dia pra noite, aí sim. Mas, pela lei de greve, a gente tinha que ir aos patrões, nada resolvia, então ia com o advogado e abria um processo. Enquanto a gente estava nessa transação, a greve não podia sair. Nesse meio tempo, o patrão botava na rua os que apareciam como liderança do movimento. Como responder a essas demissões? Greve? Estava fechado o círculo vicioso, pois, na verdade, a lei de greve devia se chamar: «Greve é Proibido».

Operação-tartaruga era a única saída que nos restava. No ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano, regiões do Grande São Paulo), ela ficou famosa, sobretudo nas grandes fábricas, Volkswagen, Mercedes. Às vezes a produção chegava a diminuir 50 por cento, e eles não podiam fazer nada, pois o cara tava sempre ali na máquina dele, «trabalhando» ...

Depois que caiu a ilusão que eu tinha sobre o sindicato, as medidas legais que a gente propunha já incluíam instrumentos semilegais, como o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Isto é, não tinha lei pró, mas também não tinha lei contra, então a gente ia mais longe e eles tinham que correr atrás dos acontecimentos. Mais as operações-tartaruga, sabotagens da produção, etc. Em seguida, visto que o sindicato não podia legalmente tomar posições, a gente começou a organizar comitês de fábrica, criando uma situação de fato que o sindicato, então, era obrigado a assumir.

Outra medida que tomamos, já em 1966, num esforço mais largo de mobilização sindical, foi o MIA. Muitos só o conheceram como iniciativa da Federação de Sindicatos Metalúrgicos, mas não foi nada disso: fomos nós que tivemos a idéia, em São Bernardo, e que pusemos em marcha o movimento. Nosso plano era de organizar a maior manifestação depois do golpe de 64, com todos os sindicatos unidos na luta contra o arrocho. Nossa pesquisa pretendia mostrar ao trabalhador que os cálculos do ministro do Trabalho eram falsos e que, ao contrário de reajuste salarial, o operário estava era perdendo mais dinheiro cada ano.

Mobilizamos os 17 sindicatos do ABC contra o arrocho salarial. Depois, entrou o sindicato de Osasco, dirigido pelo Ibrahim. Em seguida, meio vacilante, o de São Paulo. Fomos então a Guarulhos, Campinas, São José dos Campos, e a todo canto onde havia sindicato metalúrgico. Foi quando a federação encampou o movimento, mas encampou pra empulhar. Convocou uma primeira manifestação em São Paulo, que deu numa repressão violenta devido às suas manobras. Muito operário foi demitido e preso. O sindicato de São Paulo e a federação continuaram usando o movimento para fins de autopropaganda, mas aceitaram um acordo nos termos do Ministério do Trabalho, e o movimento, em termos de massa, morreu aí. Os do sindicato de Osasco, que recusou os termos do convênio, foram ameaçados de expulsão. Se a intervenção da federação tivesse o sentido de ajudar o trabalhador e não a ditadura, a gente teria ido muito longe. Mas, assim mesmo, o MIA não foi uma vitória pra ditadura, e teve sua importância no meio operário de São Paulo.

Depois disso, os operários ficaram ainda mais descrentes do sindicato. Quando percebemos essa indiferença da massa em relação ao sindicato, começamos a fazer um trabalho de porta de fábrica, discutindo diretamente com os operários o que estava acontecendo. O resto da diretoria era contra e dizia que estávamos fazendo loucura. Mas no prazo de três, quatro meses, começou a vir muito mais gente às assembleias. Que fez então o resto da diretoria? Criou grupos de provocadores pra tumultuar as assembleias. O PC, que tinha uma política de conchavo com a diretoria, e nos chamava de provocadores, participou desses grupos que criavam tumulto nas assembleias. Quando estávamos a ponto de fazer passar uma posição, começavam uma briga. Aí, a diretoria suspendia a assembleia e tomava uma posição por conta própria.

Mas, às vezes, nós fomos esquerdistas demais, como na eleição de 1967, quando apoiamos uma chapa exatamente baseada nesses comitês de fábrica, mas com um programa tão forte que

houve mesmo perseguição policial no ABC. A polícia atirou no candidato a presidente, e ele se salvou por um triz. Depois, foi suspenso e preso. O candidato a vice também foi preso e apanhou pra cachorro. Tudo isso, em parte, por causa do trabalho muito à esquerda que fazíamos. Mas o resultado geral desse trabalho foi que criamos uma base enorme no ABC.

Clandestimidade

Na preparação do 1.º de Maio de 1968, tive a oportunidade de denunciar que os dirigentes sindicais e o PC se tinham aliado ao Abreu Sodré. Contestávamos que o 1.º de Maio fosse transformado numa festa onde o governo vinha falar. Quem devia falar eram os trabalhadores. O plano era boicotar essa pretensa festa e desmascarar essa farsa que o governo tinha montado. Nessa época, eu já tinha conseguido definir que, para minha vida, o principal é a luta, ainda que tenha duras conseqüências. Eu já previa que, depois de aparecer e atuar na manifestação, viria a ser perseguido pela polícia. Depois do 1.º de Maio, passei de fato a ser perseguido. Isso na minha vida foi um marco, pois tive que assumir publicamente o que fazia e aquilo em que acreditava.

Tive muita dificuldade de aceitar a vida clandestina. Já havia muito eu vinha tendo uma vida muito agitada e intensa, trabalhando entre 16 e 18 horas por dia. De repente, me vejo escondido numa fazenda — um lugar muito bonito, mas absolutamente nostálgico para mim —, durante quatro meses. Uma semana depois que cheguei aí, já não suportava mais a ausência dos meus filhos. Isso começou até a me criar problemas psicológicos. Voltei pra São Paulo, mas tive que ficar vivendo uma semana numa casa, três dias noutra, 15 dias noutra. Não conseguia ficar só lendo e estudando, precisava ver gente, discutir, trabalhar. Passei, então, a viver muito ocupado, com um intenso trabalho político que, de certa maneira, me compensava.

As greves de 1968

Em fevereiro e março de 1968, houve a grande greve de Contagem, em Minas, que teve importância capital para o movimento operário nacional. Em São Paulo, tiramos um proveito enorme disso. Os comitês e jornais de fábrica nasceram a partir dessa greve. Era preciso divulgar as notícias da greve, mas o sindicato não ajudava. Então, começamos a criar jornaizinhos de fábrica, e por meio deles fazíamos a publicidade da greve de Minas. Foram as reuniões, para discutir essas notícias, que deram origem à greve de Osasco.

O fim da greve de Osasco significou a volta ao trabalho a nível de fábrica, com pequenas greves de seção, como na VW e na Mercedes. De agosto até dezembro de 1968, participei da criação de oito jornais de fábrica, e mais um que saiu exatamente no dia do Ato 5, sexta-feira, 13 de dezembro. Tiramos esse jornal no sábado, e nos reunimos pra discutir sua distribuição. Comecei perguntando aos companheiros — que eram operários da VW, Mercedes, Scania, Ford e Willis, uns 40 — se estavam conscientes da nova conjuntura do país. Pra maioria, esse era apenas um ato a mais. Não percebiam que era um golpe dentro do golpe. Comecei então a explicar, mas afinal comecei a sentir como se estivesse desanimando eles. Um companheiro comenta: «Mas repressão nós vamos ter sempre. Que fazer? Então não vamos fazer mais nada?» Tive, então, que explicar tudo de maneira diferente.

Foi aí que organizamos todo um processo de distribuição. Era um jornal regional que nós criamos na base sindical, *O Macacão*. Tiramos 10 000 exemplares, para distribuir em toda a jurisdição de São Bernardo. Na VW, por exemplo, uma fábrica de 20 000 operários, distribuíamos 4 000 exemplares. Como seria muito arriscado que os próprios companheiros dessa fábrica distribuíssem o jornal, trouxemos 16 companheiros de outras fábricas, que não eram conhecidos aí. Eles fizeram um círculo, costa a costa. A entrada da fábrica é triangular e morre num portão de 10 metros. No prazo de 10 minutos, entram por volta de 15 000 pessoas por aí. Os 16 companheiros se postaram no meio, onde todo o mundo tinha que passar. Prevíamos que, no momento em que comessem a distribuição, o guarda da fábrica chamaria a polícia, e esta levaria uns 10 minutos pra chegar. «Temos que distribuir os jornais em seis minutos, e sobram quatro pra dar no pé». Ficaram uns 60 companheiros da VW parados em volta dos 16, de tal forma que, se a polícia chegasse, fariam a maior confusão, enquanto os outros companheiros fugissem. Mas eles distribuíram 2 000 jornais em quatro minutos e se foram. Só cerca de seis minutos depois é que a polícia chegou, conforme nós prevíamos. Isso três dias depois do Ato 5.

Em outubro, fui a Minas para levar aos companheiros metalúrgicos a nossa solidariedade, e para transmitir a experiência que tínhamos adquirido no ABC. Ia também agradecer a eles a contribuição que deram ao movimento operário de São Paulo. Adquiri ainda mais experiência, participando com eles do trabalho de preparação de outra greve metalúrgica, que afinal não se deu.

A prazo médio, o que a nossa mobilização das massas visava era um processo de acumulação de forças, que associasse o tra-

balho de desmascarar a ditadura ao esforço de construir um poder alternativo. Por meio dessa acumulação de forças, pensávamos mudar pouco a pouco a conjuntura e levar o trabalhador a dirigir ele mesmo os seus órgãos de classe. Os sindicatos estavam sob intervenção, ou controlados por uma direção torjada pela ditadura. A oposição sindical que criamos pretendia criar uma alternativa ao sindicato pelego e, de fato, forçou muita modificação. Nossa tática era criar fatos políticos, tendo como objetivo a médio prazo a acumulação de forças, a criação de uma força realmente do trabalhador, o que não era possível fazer ao nível legal do sindicato.

VISÃO AUTOCRÍTICA DO «HOMEM POLÍTICO»

Esquerdismo

Minha participação na luta operária me levou a romper com o meu idealismo e reformismo. Mas essa mudança me fez passar de um extremo ao outro. Era como se eu adotasse o princípio seguinte: «Se esta gente diz alguma coisa, não quero saber nem o que é, por princípio sou contra». É uma fase que todo o mundo passa: a fase do «bota-para-quebrar». Mas esse meu extremismo do início foi o mesmo que o dos outros. Há sempre esse perigo de cairmos na extrema-esquerda quando tentamos corrigir um erro de direita, e vice-versa. O que pode evitar isto é uma bagagem muito grande de conhecimentos, de experiências e de luta. Não posso botar só nas costas dos outros companheiros a responsabilidade dos erros que eu também cometi. O esquerdismo foi um erro geral. Todos caímos nele.

Esse processo de esquerdização prejudicou bastante minha relação com os colegas. Perdi, de certa forma, a flexibilidade de discutir com um numa linguagem e com outro noutra. Cheguei a um ponto em que não sabia falar de nada que não fosse «político». Você se torna uma maquininha política. Não sabe mais discutir com alguém sobre sua família, o tempo, o futebol. E isso é uma coisa *sine qua non* pra que você possa ter uma boa relação com as pessoas. Eu próprio, poucos anos antes, não sabia discutir política. O cara vinha com todo esse linguajar e eu dizia: «Que história é essa que eu não entendo nada? Mesmo que escute esse cara duas horas, é tempo perdido». E eu me sentia rebaixado, ele era o superinteligente, o que sabe demais, e eu sou uma insignificância. Quando você se extremiza, cai exatamente nessa situação.

Isso se passa aqui no exílio também. Me criticam porque tenho relações até com pessoas que não entendem praticamente nada de política. Mas os que hoje não entendem são os que vão entender amanhã. Como eu, que comecei a entender de política com 35 anos de idade. Por que hei de condenar um jovem que hoje ainda não sabe nada de política? Seria condenar o meu próprio passado. E é condenar não só aquele indivíduo, mas a maioria do povo, que ainda não é politizada, o que significa dizer que não vai haver revolução. Assim, o esquerdismo me fez perder um grande raio de relações.

Quando eu dizia que, então, a gente se torna uma máquina política quero dizer que a gente se torna como um missionário, que fala num alto nível de abstração; como um religioso. Eu mesmo já não sabia falar mais em língua de camponês, nem de operário. Pois se a gente tenta falar com eles com a linguagem do Marx no *Capital*, não entendem nada. Você tem é que contar grão de milho e dizer: «Olha aí, você produz cinqüenta e o dono só te dá três de pagamento». O nosso grande mal foi haver pensado que éramos donos da sabedoria, que íamos ensinar as pessoas a fazer as coisas quando, na verdade, os que estavam com a mão na massa nem conseguiam pôr em prática as orientações que a gente dava. Queriam mas não podiam, pois elas tinham muito pouco a ver com a realidade. Na verdade, era preciso aprender, com o trabalho e a reflexão, o que era preciso fazer, e como. Ao contrário, transplantávamos o que foi feito noutra realidade sem procurar saber se a nossa conjuntura era a mesma da outra época, ou se as condições materiais e humanas da outra realidade eram as mesmas que as nossas agora.

É por isso que eu, quando voltar pro Brasil, vou passar um ano sem dizer coisa nenhuma, mas coisa nenhuma mesmo, além de perguntar: «Como é que vocês fazem isso, como é que estão vendo aquilo?...» Só depois desse tempo é que vou poder dar alguma sugestão.

Estilo de vida: vanguardismo

Uma coisa que mudou para melhor foi minha relação com a família. A relação de dominante a dominado, o chefe de clã que sabia tudo e dava as ordens, isso acabou.

Quanto à diversão e vida social, eu antes ia muito à igreja, bares, cinema ... eu tinha tempo, e tinha uma vida social muito mais larga. Depois, me cortei da vida social do lugar, nunca ia ao bar, cinema raramente, ou mesmo às festinhas da sociedade do bairro. Em compensação, tinha muitas e longas reuniões, o que é um erro. Mesmo aqui, como refugiado, estabeleci que não faço mais reunião de mais de duas horas. De outra forma, o tra-

balho não rende, pois acabamos cortados da nossa relação com o povo.

Nossa compreensão do papel do militante, do quadro revolucionário, era falha. Ser direção não quer dizer fazer o que ele *quer*, mas o que ele *consegue*, ou o que é *possível* fazer. Vejo este como o pecado de voluntarismo e vanguardismo: gente que se auto-intitula «vanguarda», mas vanguarda de quem? Ao contrário, o papel do militante deve ser o de *teorizar uma prática*. Para isso é preciso a prática, em primeiro lugar. Podemos aproveitar das experiências revolucionárias do resto do mundo, para compará-las e adaptar o que é possível delas a nossa realidade, e é tudo. Não devemos querer transplantar soluções de outros tempos, países e culturas, para a nossa.

Assim, quando prejudicamos nossas relações sociais com o povo, passamos a ser uma vanguarda abstrata. Tentamos inculcar tanta coisa no povo que nos distanciamos dele e éramos olhados de longe. Essa pressa que nos levava muito à frente, ou talvez muito atrás do povo, é devida à ideologia pequeno-burguesa que predominava. E eu, como operário, assumi essa ideologia pequeno-burguesa. Mesmo que muitas vezes tivesse arranca-rabos com os companheiros, não consegui propor outra coisa. Também eu, portanto, sou responsável por esses erros. Uma tal ideologia tem muito pouco a ver com o proletariado, o que é provado pelo fato de que ela nunca veio a se constituir numa alternativa pro trabalhador.

A ideologia pequeno-burguesa

Essa ideologia pequeno-burguesa que caracterizou o movimento revolucionário, sobretudo na década dos 60, vem de uma pequena burguesia que se viu desamparada e queria encontrar uma resposta ao *seu* problema. Reconheceu que não podia encontrar essa resposta sem o proletariado, pois seus interesses estavam muito mais ligados aos do proletariado do que aos da grande burguesia. Então, em vez de criar um movimento unísono com a classe operária, ela tentou se constituir, a partir da sua ideologia, numa direção da classe operária. Mas não conseguiu.

A política da integração na produção, por exemplo, é uma política dúbia. Podemos dizer que ela era uma tentativa de integrar uma organização revolucionária com a classe operária. Mas, da maneira como foi feita, a coisa era outra. O que se fez foi infiltrar elementos pequeno-burgueses na classe operária, não para aprender e familiarizar-se com ela mas para dar ordens, para trazer a verdade. Não houve a preocupação de sistematizar a realidade do proletariado e transformar isso em luta concreta, mas em levar ao proletariado sua própria ideologia, suas próprias

palavras de ordem. Foi na verdade uma tentativa de infiltração da pequena burguesia no proletariado.

Tentamos enquadrar a realidade naquilo que tínhamos na cabeça, quando deve ser o contrário: nós é que tínhamos que adaptar nossa forma de ver, pensar e sentir as coisas à realidade. É aí que há uma imensa distância entre o operário, que está acostumado a lidar com a realidade concreta, e a pequena burguesia, que está acostumada a lidar, primeiro que tudo, com idéias. É claro que a ciência do proletariado não é hereditária; é preciso aprendê-la. No Brasil, a ciência e a ideologia do proletariado são ainda muito imaturas. As tentativas que as organizações revolucionárias fizeram de inculcar no povo essa ciência vieram deformadas pela ideologia pequeno-burguesa. Fizemos uma teoria e baixamos lá do alto sobre o povo.

O mesmo acontece ainda entre as organizações no exterior. Cada uma alega que sabe mais que a outra. «Aquele ali é um traidor do proletariado, eu sim sou um proletário». Imagine, o cara em Saint-Germain, brigando pela direção do proletariado no Brasil! Um delírio.

Comecei acreditando que Deus era uma realidade capaz de prever o mundo para todo o sempre. Era uma idéia do mundo já feito, da história como imutável. Essa é a idéia transmitida pela filosofia metafísica, e é assim que pensa a maioria dos brasileiros, principalmente os camponeses. Quando meus irmãos morriam, minha mãe chorava mas dizia: «Foi Deus quem chamou meu filho», quando na realidade ele tinha morrido de fome.

Aos poucos, fui descobrindo que a ideologia do proletariado é uma realidade que me pertence. Mas isso não significa que a assumi na prática. Continuei vacilando entre dois mares, o mar da metafísica e o do materialismo científico. Nisto a luta operária me ajudou a compreender mais a fundo essa ideologia. O PC, por exemplo, se implantou e criou amplas bases na classe operária, mas negligenciou a formação dos militantes e do povo, de modo a se solidificar como vanguarda do proletariado. Minha descoberta da necessidade da luta surgiu das próprias necessidades da minha vida. Eu não tinha formação intelectual, o mundo pra mim era muito pequeno. Quando percebi que as coisas podiam mudar, vi que as barreiras e dificuldades não eram iguais para todo o mundo, que na verdade «todo homem *não* é igual perante Deus e as leis». Um operário não faz essas descobertas no nível teórico apenas; a teoria vem somente explicar o papel revolucionário que ele desempenha na sociedade, sobretudo no nível do trabalho.

Foram estas descobertas que me levaram à luta. Mas a ideologia pequeno-burguesa, que predominava no movimento revolucionário, me influenciou também. Agora, é preciso outra luta para redescobrirmos a ideologia proletária e religar-nos ao povo.

O EXÍLIO

Continuar vivos politicamente

O exílio pra mim tem dois aspectos: do ponto de vista imediato, eu o considero uma derrota, pois eles conseguiram me botar fora de ação pelo momento. Por outro lado, considero o exílio como uma tarefa. Se estou aqui hoje, não foi porque eu era um conformista, mas porque lutava. Claro que era melhor eu ter podido continuar a luta ativa lá no Brasil até hoje. Mas, se não pude, vamos pra frente. Não corri pra buscar refúgio, fui, sim, forçado a me asilar, justamente no momento em que regressava ao Brasil. Me senti completamente frustrado, pois já estava quase lá, voltando pro meu trabalho e pra minha gente. Então, fui posto na geladeira.

Mas tomo o exílio como uma tarefa política, o que me ajuda a enfrentar todas as dificuldades. Não importa onde estejamos, podemos sempre fazer um mínimo que seja pra continuar vivos politicamente, por um lado, trabalhando em relação ao Brasil, e, por outro, procurando criar as condições de ajudar a luta do povo dos países onde estamos. É isto que chamo transformar o exílio numa tarefa política. Deste modo, no dia em que tivermos condições de voltar, estaremos prontos a reassumir nossas responsabilidades.

Acho, no entanto, que grande parte dos asilados não se preocupa muito com isso. Sei que muita gente, que durante muito tempo viveu *para* a revolução, hoje vive *dela*. Aqui, por exemplo, muitos dos que vieram do Chile não se interessam por tomar conhecimento dos problemas do país onde vivem. Digo que não tomam conhecimento no sentido de que não levam em conta que as condições concretas que existem aqui são diferentes das suas. Não há por que empavonar-se dizendo «no Chile sim, era isso, no Brasil sim, era aquilo». Isso acontece se saímos do Brasil e continuamos a pensar que estamos no Brasil. Mas isto aqui é a Suíça, um país capitalista que tem meios para amortizar os conflitos sociais através do alto padrão de vida e salários, e das organizações sindicais, que são completamente dominadas pela social-democracia. O momento histórico deles é este, temos que responder é a esta situação.

Outros de nós trabalham nos países onde estão, quer na produção material quer na produção intelectual. Isto nos dá a possibilidade de participar na luta de classes destes países. Não podemos ter uma participação aberta, mas podemos participar de grupos organizados nos nossos locais de trabalho, e aí transmitir uma experiência que o pessoal do país não tem. Aliás, só o fato de transmitir-lhes esta experiência é já uma grande cola-

boração. Assim, conhecer a realidade do país em que se está e ligar-se ao seu povo é a única maneira de contribuir de fato, sem vir de cima.

Estilo de vida no exílio

Meu estilo de vida aqui não mudou muito, não porque eu tenha um espírito de messias, mas porque, como em toda a minha vida sempre trabalhei pra viver, aqui eu trabalho também. Aqui eu certamente tenho algumas vantagens. O apartamento que tenho não poderia ter lá. Quanto ao salário, estou tão apertado aqui quanto estava no Brasil, pois de qualquer forma tenho que mandar ajuda pra minha família. Como não sou habituado a ter grandes despesas, vivo aqui da mesma forma que vivia no Brasil. Aliás, lá eu ainda me vestia melhor que aqui, especialmente quando era mais adepto da idéia de consumo, antes de adquirir uma consciência social.

É muito difícil pra mim, como sul-americano, viver na Suíça. Nos meus primeiros anos, tinha fossas enormes, apesar de ser uma pessoa de fácil adaptação. Quando fui a Portugal, só pelo fato desse país ter língua e cultura parecidas com a nossa, me senti em casa, procurava até falar com as pessoas pela rua. Agora, estou satisfeito de estar indo pra Guiné-Bissau, um país que está se construindo de novo, e que tem a mesma língua e uma cultura mais parecida com a nossa.

Ligação com o povo suíço

Sinto bastante ligação com o povo daqui. Vivo num meio semelhante àquele em que vivia no Brasil. Por exemplo, quando o Manuel da Conceição foi preso, o Comitê de Solidariedade com o Povo Brasileiro organizou uma campanha na Suíça inteira, e em 15 dias foram mandadas 12 a 13 mil cartas à embaixada brasileira, até o ponto em que tiveram que contratar mais gente pra abrir carta. O comitê conseguiu mobilizar não só Genebra, mas toda a Suíça. Isso mostra que o povo daqui é capaz de prestar solidariedade a um outro povo oprimido.

O mesmo se passa hoje no meu atual trabalho como educador. Os trabalhadores sociais em educação têm um sindicato corporativista e paritário, cuja direção é composta pelos patrões, os diretores de instituições, e, do ponto de vista sindical, não faz nada. Houve uma cisão nessa associação e um grupo de trabalhadores sociais organizou-se para fazer um trabalho sistemático no sindicato. Já fizemos a primeira reunião, com 30 pessoas, pra

tratar dos problemas de desemprego, condições de vida, formação dos trabalhadores, etc.

Relação com a família

Antes de ter militância política, era eu o patriarca da família; a mulher e as crianças não podiam dizer nada, eu é que sabia e dirigia tudo. Depois, passei a nada fazer sem consultá-los. Compreendi que mais cedo ou mais tarde o que eu estava fazendo ia ficar pra eles, e que a família é uma comunidade de pessoas que devem ter o direito de decidir tudo que diz respeito aos seus interesses de forma coletiva. Isto já é uma forma de questionar o sistema social. Rompi com tudo que tinha herdado e decidi dar aos meus filhos uma educação diferente da que recebi.

A família pra mim, hoje, se divide em duas partes: as crianças e a mulher. Em relação às crianças, nada mudou com a minha vida de refugiado, no campo emocional. Uma coisa me choca: guardo minhas crianças na memória da maneira como as deixei há seis anos, e o fato é que já estão ficando adultos. Acompanhei o crescimento dos meus filhos por fotografia, mas estar com eles já grandes é uma surpresa enorme. Minha responsabilidade por eles não mudou. Não tenho eles como filhos-propriedade, mas como gente em formação, que precisa de ajuda até que passem a tomar conta de si mesmos.

Em relação à minha mulher, já no Brasil o nosso distanciamento no plano político criou um espaço entre nós. Sou da opinião de que amor abstrato não existe. Hoje em dia eu a estimo como amiga e companheira, porém mais do que isto não posso pensar, pois já faz seis anos que não nos vemos. Acho que hoje eu teria dificuldade de viver com ela, pois nossa forma de pensar e sentir as coisas é muito diferente.

Quando cheguei ao exterior, passei dois anos sem ter outras relações, em parte devido ainda à minha concepção meio política e meio religiosa da questão. Enquanto não pudesse botar tudo a limpo com minha mulher, achava que não tinha esse direito, mesmo que não esperasse nem quisesse que ela estivesse à minha espera. Há três anos, minha menina me escreveu dizendo que a mãe estava com outro homem, e isso a fazia sofrer muito. Respondi com uma longa carta, dizendo: «Não, minha filha, isso não é 'traição' da sua mãe. Eu e ela já não temos condição de viver juntos, e o único ponto em comum entre nós são vocês. Mas o nosso afeto por vocês vai continuar, independentemente de que sua mãe tenha um amigo. Ela deve mesmo encontrar um bom companheiro, que a ajude na educação de vocês». Escrevi também pra mulher: «Acho que você não deve tentar esconder

essas coisas das crianças. Isso é impossível, elas percebem e sentem tudo».

De fato, meu filho mais velho contou que, quando sua mãe trazia um amigo em casa, e tentava dar a impressão de simples amizade, os filhos se reuniam entre si pra discutir se o cara era bacana ou não. Quando concluíam que ele era antipático, caíam de pau em cima dele. E a mãe pensando que as crianças não se apercebiam de nada, só porque tinham entre 8 e 14 anos!

O operário vira educador

Trabalho atualmente em educação. Entrei como que pela porta da cozinha, pois esse trabalho exige uma formação especial. O instituto de formação de educadores daqui é muito alienador. Pretende integrar jovens marginais na sociedade tal como ela é. Esse sistema de educação psiquiatrizada está agora sendo contestado, e alguns educadores não formados estão sendo contratados. Foi aí que eu entrei. Levam em conta experiências que você tenha tido, como a minha de responsável pela juventude católica e depois dirigente sindical.

Trabalho numa fundação que cuida de meninas marginais, de 14 a 18 anos. Do ponto de vista do Estado, este trabalho é um meio de tirar as meninas da rua, evitando drogas e roubos, e a desmoralização que elas significam por evidenciar que a sociedade não é aquilo que se diz. De fato, a maioria dessas casas são psiquiatrizadas, dando às «pacientes» uma pecha de malucas, psicopatas. Mas, na maioria dos casos, elas são é casos sociais, resultado de sérios problemas de ajustamento familiar, pelos quais também os pais não são responsáveis, mas sim sua condição de vida. Em geral, são trabalhadores estrangeiros que imigram, sobretudo italianos. Passam às vezes cinco ou seis anos trabalhando aqui, e a família fica na Itália. Quando ganham o direito de vir morar na Suíça, a família já sofreu a conseqüência de ter o pai quase sempre distante. Ao chegar, enfrentam o problema da mudança de costumes, hábitos, língua e cultura. As crianças vêm freqüentemente ainda pequenas, estudam aqui, absorvem uma cultura totalmente diferente da dos pais, e quando já têm 12 anos começam a entrar em sérios conflitos familiares. Em breve, essas crianças começam a buscar escapes, roubando ou se drogando.

Nossa tarefa é, ou tirar a menina de circulação, ou reeducá-la para que se reintegre, dócil e obediente, à sociedade. É aí que entra a questão do papel do educador. Alguns fazem exatamente esse trabalho, mas outros dizem **NÃO**:

«O que vocês fazem, não é porque são loucas ou piores que os outros. Todo mundo faz erros, mas é preciso saber por que isso ou aquilo é um erro. No fundo, vocês encontraram uma

forma de protestar contra esta sociedade, que muitos outros também não suportam, e contra a qual muita gente protesta. Eu também não estou de acordo, e estou aqui na Suíça exatamente porque, como vocês, protestei contra uma sociedade semelhante. Mas usei uma forma pela qual eles não me podem botar na cadeia como ladrão, maconheiro, traficante de drogas. Vocês, como não sabem de outra alternativa, dizem: 'Esses capitalistas desgraçados, tão ricos e egoístas ... e eu não tenho nada. Então, vou roubar'. Você rouba, o cara te pega e você agora é apresentada como uma ladra, sem qualificação, ou mesmo como psicopata, tarada, deformada mental.»

Muitas jovens já estão viciadas há tanto tempo que praticamente não têm recuperação. Mas outras não. São pessoas que aos poucos vão se reintegrar, mas podem agora protestar de uma maneira diferente de antes.

Uma das meninas tem 15 anos, e vivia com uma *gang*, roubando as caixas de venda de jornais e de bilhetes de ônibus. Tornou-se cleptomaníaca. Neste caso, o desarranjo social inicial evoluiu em doença. Durante o tempo de prisão, ela xingava e não conseguia aceitar a punição. Quando saiu, poderia voltar pra velha vida, mas decidiu que não. Atualmente, está tirando nota máxima na escola, e já vai acabar os últimos exames, antes de ir fazer um aprendizado técnico. O comportamento dela na instituição é normal. Acabo de convidá-la pra trabalhar comigo no próximo fim de semana, como educadora, no lugar da regular. Isso vai dar a ela um senso de responsabilidade, e de desmistificação da figura do educador como policial, sabe-tudo. Meu grande esforço é este: «O educador não é nada mais que um cara como vocês, com problemas e defeitos como vocês também têm. Simplesmente, é um cara que tem que ter a capacidade de se autocriticar e procurar fazer o mínimo de besteira possível. De resto, não há diferença.»

A velha imagem é uma que esmaga a jovem. Se ela é uma menina que, pelo que fez, não tem mais condição de ficar em casa e é posta numa «casa de correção», só pode se julgar uma merda. Se você chega com peito estufado, como quem tem resposta pra tudo e não faz nada errado, ela se sente miserável. O educador deve ser um exemplo, mas um exemplo do que somos de fato, e não do que as pessoas devem pensar. Quando estou triste e de moral baixo, em vez de chegar aparentando alegria e dando risada, venho com a cara que não dá no cabresto. Quando elas perguntam, eu digo: «Estou na fossa. Como vocês, que têm dias que, só de olhar, vocês já estão xingando? Pois eu também tenho. Não sou um santo, não.»

A experiência de fazer elas funcionarem como educadoras tem também o objetivo de tornar o educador mais aceitável para elas, mais real e acessível. A maior parte das meninas edu-

cadras nessas instituições têm vida muito curta, se suicidam aos 30 anos, pois não encontram lugar no mundo, se sentem incapazes, diferentes das outras, medíocres, imbecis, conforme outros dizem. E elas findam por acreditar. Sobretudo quando têm diante de si gente que se mistifica, gente diferente, inacessível, que aparece como alguém que elas nunca vão chegar aos pés. Essa é a imagem que dão habitualmente os educadores e os professores.

O impacto mais importante deste meu trabalho é sobre mim mesmo. Na revisão do último acampamento, perguntaram se nós, educadores, havíamos dado às meninas uma visão melhor das coisas. Respondi: «Se conseguimos isso, não sei. Mas uma coisa é clara: eu aprendi muito. Se alguém aprende muita coisa, somos nós, educadores. Às vezes não chegamos a assimilar toda a riqueza que essas meninas nos dão. Elas é que vão ser o mundo de amanhã».

Se posso ajudar essas meninas em algo, é no que se refere a sua compreensão de por que são contra o sistema, e o que é melhor fazer. Mas ajudar a entender os porquês não é dar as respostas, mas ajudar a que procurem essas respostas elas mesmas.

Passei noites e noites sem dormir, porque assimilo facilmente a angústia dos outros. Mas, aos poucos, percebi que através dessas mazelas sociais a gente passa a conhecer uma sociedade a fundo. Aqui estavam presentes as instituições, a polícia, a repressão, o judiciário, a família, o assistente social, a religião, tudo.

Esta minha experiência pedagógica está sendo extraordinariamente rica. Converte com outras experiências criativas no campo da educação porque parte dos mesmos princípios. A proposição é o questionamento e transformação desta sociedade, com o objetivo de construir outra nova. Assim, o sistema educativo, e o próprio método de relacionamento com os que estão em formação, têm que mudar.

Novos caminhos

Estou entusiasmado com a idéia de seguir meu trabalho de educador na Guiné-Bissau. Vou em breve pra lá, com minha companheira e uma das minhas filhas.

Não parece que vamos poder voltar logo pro Brasil. Assim mesmo, devemos estar sempre prontos. É por isso que eu tenho um certo medo de uma assimilação acrítica do mundo em que estamos vivendo. Ainda que digamos que sempre podemos fazer

algo onde estamos, não se compara ao que podemos fazer no Brasil. Evidentemente, se temos alguma responsabilidade importante aqui fora, devemos preparar as condições pra ser substituídos, antes de regressar. Eu mesmo não poderia voltar para o Brasil antes de três meses do dia em que eu decida retornar. Mas, assim que todas as condições estejam dadas, desejo retornar a nossa terra.

JOSÉ MARIA RABELO

«Que dilema atroz aquele... Sair, e ser fuzilado na rua. Não sair, e ser fuzilado em casa»

«Éramos 264 pessoas espremidas umas sobre as outras num apartamento de 60 m². Isso dava mais de quatro pessoas por metro quadrado. Algumas vezes a gente tinha até mesmo dificuldade de respirar»

Lugares

Belo Horizonte, Bolívia, Chile, Paris

Datas

Nasceu em 1928. Primeiro exílio em 1964, segundo em 1973

Profissão

Ex-jornalista. Diretor de livreria em Paris

«Crime»

Diretor do jornal *Binômio*

As lições do exílio

Estes 12 anos de exílio serviram para edificar em nós uma nova visão da vida, com a inevitável queda de uma série de valores, de concepções, que se tinham como mais ou menos definitivos, e que nasciam da perspectiva cultural muito limitada que nos oferecia a realidade brasileira. No nosso caso, em Minas, era uma perspectiva provinciana, cercados como a gente sempre viveu por aquelas montanhas invencíveis («Setenta por cento de ferro nas ruas, setenta por cento de ferro nas almas») que praticamente nos cortam do contato com o mundo. Corte que mais que físico é um corte espiritual. Nota esta diferença em quase todos os aspectos, a partir de uma nova consciência do fato político mesmo, mas que abrange uma larga pauta de atitudes e comportamentos.

Quando saímos em 1964 — e todas as tendências políticas cometeram seríssimos erros de avaliação da situação nacional e do desdobramento da luta —, nós tínhamos a ilusão de que pelo menos havíamos arranhado a estrutura do poder no Brasil. Houve até alguém com toda a responsabilidade de direção de um partido marxista que chegou a dizer (dois ou três dias antes do golpe) que já tínhamos o poder; só nos faltava o governo. Nós todos, por isso mesmo, tínhamos a ilusão de que o exílio seria uma coisa curta. Eu me lembro inclusive da declaração que fiz pouco antes de tomar o avião. Mandeï aos jornais, e o *Correio da Manhã* a publicou com bastante destaque, uma nota que começava dizendo que nós partíamos para um breve regresso. Foi com esta idéia que quase todos nós deixamos o Brasil.

Já na Bolívia comecei a aprender, neste longo aprendizado que nos tem sido o exílio. Um dirigente boliviano, que conhecemos ao chegar a La Paz, nos abriu os olhos: «Só acredite mesmo na volta quando já estiver lá dentro. Eu posso te dar este conselho: já estive exilado oito vezes». Esta foi a minha primeira lição do exílio.

A segunda foi a descoberta da América hispânica, um fenómeno que atingiu a quase todos os exilados brasileiros que saíram para outros países do continente.

Para nós, a América Latina — é assim que os brasileiros se referem aos países de língua espanhola, pois nós não nos consideramos inteiramente latino-americanos — é a área do Pacífico, dominada pelos golpes de Estado, pelo atraso e a instabilidade política. O descobrimento da verdadeira Hispano-américa nos desconcertou. Descobrimos, por exemplo, a forte tradição universitária boliviana, a cultura boliviana com seus escritores, poetas e artistas integrados nas lutas e sofrimentos do povo, a tradição cultural dos indígenas, pré-colombiana, com seus 1 500 anos de afirmação nacional, que nos chegavam antes com uma roupagem folclórica, caricatural, preconceituosa, geralmente trazida pelos canais de transmissão dos centros colonizadores.

Depois da Bolívia, o Chile, com sua extraordinária sofisticação política; uma tradição de vida institucional de 150 anos já adivinhada por Bolívar (brutalmente interrompida agora pelo fascismo, que o povo chileno — estejam certos — vai jogar aos devãos da história como um corpo estranho a sua formação); seu amadurecimento social e cultural, que faz do Chile, por diversos indicadores que se podem utilizar, um país mais europeu do que latino-americano.

Isso nos deu a nós um sentimento de muita humildade, pois mesmo sendo de esquerda tínhamos — repito — uma certa postura superior, diria mesmo quase colonialista, com relação ao resto da América Latina. Saindo do Brasil pensando que íamos ensinar, chegamos cedo à conclusão de que tínhamos muito que aprender. E veja que em todo o universo dos heróis latino-americanos, os Guevara, Allende, Bolívar, Camilo Torres, Artigas, Tupac Amaru, grandes líderes da primeira e da segunda independência, não são muitos os nomes brasileiros que se podem incluir, por mais que a gente os ame e respeite. Aquilo que era para nós a instabilidade latino-americana, no fundo era justamente o resultado do maior nível de desenvolvimento das lutas políticas. Isso explica, em grande parte, a convulsionada história desses povos que talvez, mais do que nós, nunca aceitaram passivamente a dominação dos diversos interesses que se instalaram em nosso continente para nos explorar e empobrecer.

O golpe

O golpe nos tomou de surpresa em Belo Horizonte. Creio que essa foi a atitude geral da esquerda brasileira, inteiramente despreparada. Vou falar de Belo Horizonte, não só porque era lá que atuava, mas porque tenho notado que os depoimentos nas publicações existentes dão um enfoque muito carioca, metropolitano, e por isso mesmo bem parcial dos acontecimentos.

É uma das falhas que vejo no livro de Hélio Silva sobre o 64, como também nos de Carlos Castello Branco. Dão uma importância muito pequena ao que foi a preparação do golpe e o que foram as lutas políticas que o antecederam em Minas, lá onde começaram as operações militares e onde deveria se instalar, se houvesse resistência, o governo rebelde.

Realmente acreditávamos — e eu era apenas o diretor do semanário *Binômio*, o único jornal de esquerda em Minas — que o governo Goulart, diante das manifestações de apoio militar que recebia, tinha condições de enfrentar a conspiração que era notória e que se desenvolvia por todo o país. Sentíamos essa conspiração em Minas. Dou um detalhe: na noite do famoso comício de sexta-feira, 13 de março, na Central do Brasil, por pouco não se desfechou o golpe. Estava tudo preparado e só fracassou porque os golpistas não tiveram a confirmação do apoio prometido por Ademar de Barros, então governador de São Paulo.

Nós tivemos em mão todos os elementos desta fase malograda do golpe. Estávamos na redação do *Binômio* à 1 hora da manhã, fechando a edição, quando se apresentaram três pessoas que nos traziam armas recebidas para participar do movimento. Eram membros da Associação dos Ex-Combatentes e que, por questões de dinheiro, tinham se desentendido com os chefes golpistas. E nos contaram toda a história, que pudemos depois confirmar com fatos e outros depoimentos. A ação seria mais bem um *putsch* para apoderar-se do governo de Minas, pois até aquele momento o sr. Magalhães Pinto, agindo com o oportunismo medular que o caracteriza, não tinha ainda se decidido sobre que lado tomar. A conspiração era dirigida pelo então comandante da Polícia Militar de Minas, o notório fascista coronel José Geraldo de Oliveira; o general Carlos Luís Guedes, comandante da ID-4 e que seria depois um dos principais chefes do golpe de 1.º de abril; o presidente da FAREMG (Federação das Associações Rurais de Minas), Josafá Macedo, que controlava a extensa infra-estrutura militar mantida pelos fazendeiros em todo o interior do Estado; a direção da Associação dos Ex-Combatentes, dominada pelos integralistas; o general da reserva Bragança, organizador de um esquema pára-militar muito atuante em Minas. Conquistado o governo do Estado, eles o usariam como catapulta para provocar idênticas ações pelo resto do país, pois tinham como certo o apoio de largos setores militares e civis que já estavam às portas da rebelião.

Nossos visitantes daquela noite, além das armas que trouxeram, nos levaram a um carro que estava cheio de outras armas e munições, bem como de bombas de fabricação caseira. E nos entregaram todos os elementos para a localização de duas fábricas

dessas bombas e de dois ou três arsenais onde estava depositado um enorme estoque de armamentos.

Isso, como dissemos, foi na madrugada de sexta-feira para sábado. Que fizemos então diante de evidências tão concretas? Entramos em contato com um deputado da antiga «Bossa Nova» udenista, que tinha ligações estreitas no governo, pedindo-lhe que levasse aqueles fatos ao conhecimento das autoridades federais. Nessa mesma noite, aquele deputado procurou o general Crisanto de Figueiredo, secretário do Conselho de Segurança Nacional e um dos mais importantes elementos do chamado «esquema militar do Jango», para levar-lhe a denúncia. No sábado, eu partia para São Paulo por assuntos particulares e deixei a um colega, diretor de outro jornal, todas as provas que deveriam ser entregues às autoridades federais. O general Crisanto disse que na segunda-feira mesmo estaria lá um oficial do Conselho de Segurança encarregado de fazer a investigação necessária. Até hoje esse famoso oficial não deu o ar de sua esperada presença em Belo Horizonte. E nós ficamos lá com os planos do golpe, os croquis dos depósitos clandestinos, as armas e munições que tínhamos apreendido, correndo — paradoxalmente — o risco de sermos presos como terroristas...

Depois houve um comício nosso, muito badalado em Juiz de Fora, onde falou, num ambiente super-explosivo, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Lembro-me que conversei com o Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil de Goulart, no dia 16 de março em Belo Horizonte, quando houve uma conferência na Faculdade de Ciências Econômicas, tendo lhe mostrado parte das armas apreendidas. Não conseguimos, em momento algum, uma intervenção efetiva do governo, que parecia totalmente indiferente ao terremoto que se acercava.

Na verdade, a preparação golpista vinha sendo feita há muito tempo, os fazendeiros tinham uma organização militar (comandada pelo ex-coronel da Polícia Militar de Minas e «grileiro» conhecido no Vale do Rio Doce, Pedro Ferreira), além de pequenas unidades de choque funcionando nas principais cidades. Eles estavam inclusive prontos para impedir o anunciado comício de Goulart para começos de abril em Governador Valadares, quando o presidente anunciaria as primeiras desapropriações para a reforma agrária. Embora o golpe nos tenha apanhado desprevenidos, nós, no *Binômio*, há mais de seis meses o vínhamos denunciando. Mas não o esperávamos para aquele momento e nem pensávamos que o governo fosse reagir com uma imobilidade tão grande, paralisar-se diante do inimigo. Ninguém admitia isso. No domingo mesmo antes do golpe tínhamos tido aquela manifestação extraordinária dos sargentos, nos salões do Automóvel Clube, no Rio, reafirmando seu apoio ao governo.

Na segunda-feira, eles puseram em ação em Minas o que se chamou a «operação gaiola», que consistiu na prisão de todas as lideranças ligadas ao governo. Aí caíram a direção do Comando Estadual dos Trabalhadores, os líderes estudantis, os dirigentes partidários. No meu caso — num desses azares que a gente não sabe bem explicar — escapei à prisão por detalhe realmente cinematográfico. Eles subiam à redação do jornal, para fechá-lo, e eu descia pelo outro elevador, nos cruzando no caminho. Quando cheguei ao térreo, o porteiro, meu amigo Geraldino, me disse: «Olha, os oficiais já subiram lá à tua procura». E efetivamente eles ocuparam o jornal naquele momento. A partir daí eu desapareci.

Depois da queda

Foi muito difícil desaparecer de circulação. Eu vinha de uma campanha municipal muito agitada, quando fui candidato a prefeito de Belo Horizonte pelas forças de esquerda, campanha em que se utilizou enormemente a televisão. Além do mais, fazia vinte anos que atuava em Belo Horizonte, na imprensa, na rádio e na TV, sendo portanto pessoa muito conhecida. Por isso era extremamente difícil sair da cidade e mais difícil ainda ficar oculto lá. Isso levou o general Guedes a dizer na TV, no dia 8 de abril, que eu devia me apresentar, porque — além de ser uma questão de honra para o Exército a minha detenção — era tolice tentar escapar pois as saídas das cidades estavam totalmente controladas. Bem, eu já estava fora desde o dia 2.

Entendiam eles, pelo fato de eu ser o diretor do único jornal da esquerda em Minas, de ter sido candidato a prefeito e ter uma grande atuação em todos os movimentos populares, que eu deveria ser um dirigente muito importante. Além disso, devido ao incidente que tive dois anos antes com o general Punaro Bley¹, alguns oficiais tinham interesse num acerto de

¹ O general João Punaro Bley era o comandante da ID-4 (Infantaria Divisãoária), chefe de todas as forças federais na região de Belo Horizonte. Como era um dos líderes da chamada «Campanha de Defesa da Democracia», que — segundo eles — estaria ameaçada pelas forças populares que cercavam o governo de Goulart, nós quisemos apresentar aos nossos leitores a verdadeira imagem desse curioso democrata. Ele havia sido interventor do Estado Novo no Espírito Santo, onde — como membro influente da antiga Ação Integralista — moveu uma implacável perseguição às forças democráticas daquele Estado. Chegou mesmo a construir campos de concentração onde recolheu dezenas de líderes anti-fascistas, que já naquele momento pediam a ruptura das relações com o Eixo. Chegou-se a dizer na época que os submarinos alemães se abasteciam nas costas do Espírito Santo, que tinha um governo filo-nazista. Em vez de responder às nossas denúncias, como convinha a um bom democrata, Bley foi à redação de nosso jornal (estávamos em 21 de dezembro de 1961) e, em minha mesa de trabalho, sem uma só palavra,

contas comigo. Fui então das pessoas mais procuradas. Segundo pudemos apurar, cerca de 200 diligências foram feitas, e tenho conhecimento de uma quantidade delas por todo o país, Minas, São Paulo, Porto Alegre, Recife, etc.

Saindo de Belo Horizonte ainda ficamos três meses antes de entrar na embaixada. Nesses três meses estivemos disfarçados, tivemos que usar várias personalidades, corremos vários municípios vendendo café, açúcar, passando por compradores de gado, depois fomos arquitetos, técnicos em decoração, passando dias inteiros de macacão trabalhando com serrote e martelo. Nesse período vivemos o que depois seria a experiência de milhares de brasileiros, essa sensação de estar ameaçado 24 horas por dia. A ausência de qualquer reação ao golpe, e o fato de que muitos amigos estavam sendo perseguidos e torturados por serem ligados a nós, foram criando a idéia de que teríamos que nos exilar.

Como tinha um forte esquema de segurança, que fui obrigado a montar desde o referido incidente com o general Bley e o agravamento da luta política em Minas, seus integrantes eram os mais visados pela polícia e os militares. Eu era uma pessoa muito arraigada na vida mineira, com profunda penetração nos setores populares. Então tinha comigo muita gente, alguns até mesmo sem convicções políticas, que me dedicavam uma fidelidade ilimitada. A política mineira sempre foi feita assim, na base do caudilhismo. Cada líder político em Minas, em diferentes medidas, é um caudilho. Um pequeno ou um grande caudilho.

A discutível resistência militar

Esses três meses de clandestinidade acentuaram em mim a convicção de que não havia mais nada a fazer, pelo menos naquele

passou a agredir-me. Não tive outra coisa a fazer que reagir. No desforço físico que se seguiu, o general levou a pior, embora eu tivesse tido o máximo cuidado de não atingi-lo mais fortemente. O que houve foi então um incidente entre duas pessoas — uma, que atacara a outra em sua casa, e a outra, que se defendeu. Mas o que ficou para a história, como eles a vêem, foi a *minha agressão*, a agressão de um civil contra um militar, o que deveria ser normalmente castigado com todos os fogos do inferno. Duas horas depois, dirigidos pelos comandantes das três unidades federais de BH, o coronel Itiberê Gouveia do Amaral, do 10 BC; o coronel Roberto Gonçalves, do CPOR; e o coronel Lana, da Base Aérea, 300 oficiais cercaram o quartirão do jornal, entraram lá e destruíram praticamente tudo o que encontraram, até mesmo as instalações sanitárias, num inegável gesto de coragem pessoal e de honra militar. A mim não conseguiram pegar e o jornal, mesmo destruído, continuou circulando, tendo inclusive republicado com todos os detalhes a reportagem que provocara o caso. Como muitos foram punidos, pois na época Goulart ainda tinha poderes para isso, o general Bley pediu sua transferência para a reserva. Em 64, aqueles oficiais foram os elementos mais atuantes do golpe, tendo o coronel Itiberê, já promovido a general, assumido o comando da IV Região Militar.

momento. Seria uma longa discussão saber se o governo Goulart teria ou não condições de resistir. O problema é que entraram a jogar aí os fatores de classe. O governo, em grande parte constituído por representantes da burguesia, do latifúndio, dos interesses mais conservadores ¹, estava — tanto quanto a oposição — dominado pelo medo à revolução que parecia desenhar-se nas ruas. Esse medo começou a crescer a partir do episódio do estado de sítio, cujo projeto Goulart enviou ao Congresso, em outubro de 1963, e teve que retirar imediatamente, pressionado pelas forças populares. Era uma derrota para o governo, para Goulart, mas era também um motivo a mais de inquietação para a oposição, frente ao crescimento do poder do movimento popular. A crescente radicalização, que muitas vezes era mais semântica do que tudo, mas que parecia estender-se por todo o país, assustava os conservadores que conspiravam, mas assustava também os conservadores que, de dentro do governo, viam com temor a marcha do processo. Foi isso que, no meu modo de ver, paralisou a ação do governo no nível político. Mas do ponto de vista militar, meramente dos dispositivos bélicos, segundo depoimentos que mais tarde se conheceram, teria sido possível resistir.

Então a gente esperou algum tempo, pra ver o que se podia fazer. Se houvesse uma reação militar, a gente poderia ajudar de alguma maneira. Foi por isso que esperei ainda algum tempo, apesar de todos os riscos. Mas quando cassaram o Juscelino, em junho, pensei comigo: «Se vão até o Juscelino, que é a figura mais popular do país neste momento, e não é nenhuma ameaça revolucionária, neste caso nós não temos mesmo muita coisa a fazer. Pelo menos por agora». Foi quando tomamos então a decisão de entrar na embaixada, aliás aprovada por todos os companheiros que pudemos consultar. «No teu caso» — disseram eles — «a única saída é mesmo o exílio.»

O exílio boliviano

Naquela altura eram tão somente a Bolívia e o México que estavam ainda recebendo exilados. Achamos que a Bolívia era preferível, pelo fato de ficarmos mais próximos do Brasil, de podermos acompanhar mais de perto a evolução da situação brasileira.

Foi complicado, muito complicado, chegar até a embaixada boliviana, na praia do Flamengo, no Rio, furando o cerco que se tinha feito em torno de nós. Lá ficamos quase um mês, espe-

¹ Goulart mesmo era um dos maiores latifundiários do país; Roberto Campos era embaixador em Washington; Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, etc., etc.

rando o salvo-conduto que nos deveria dar o governo brasileiro. Nesse período, por duas vezes grupos fascistas de Minas tentaram invadir o edifício procurando nos seqüestrar, o que nos obrigou a organizar um sistema de segurança exercido pelos próprios exilados. Os funcionários da embaixada não tiveram conhecimento dessas coisas, porque a partir das 2 horas da tarde eles se retiravam para suas casas e nós ficávamos sozinhos. Eles foram muito solidários conosco. Eram inclusive pessoas de excelente formação política, a começar pelo embaixador, que tinha sido um combatente da revolução de 1952, que marcou a erupção das massas exploradas bolivianas, daquela imensa maioria de índios e mestiços, no cenário da vida política do país. E combatente não de palavra, e sim de metralhadora na mão, para derrubar o governo oligarco-militar da «Rosca». Um mês depois, deixamos o Brasil cercados de medidas excepcionais de segurança. Viajamos eu, o José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes, o coronel da aviação Emanuel Nicols e o Carlos Olavo da Cunha Pereira, diretor do jornal *O Combate*, de Governador Valadares.

Chegando à Bolívia, fomos recebidos não tão bem como havíamos sido na embaixada. O processo boliviano tinha retroagido muito e entrava, naqueles últimos anos de governo Paz Estenssoro, numa etapa de completa degenerescência. Fomos recebidos por um grupo muito desagradável de elementos do chamado «Control Político» — que era a polícia política do regime —, que não nos permitiu nenhum contato com os outros exilados que nos esperavam. Estranhando e sofrendo a altitude — 4 200 metros, no aeroporto El Alto, de La Paz —, fomos levados diretamente à sede do «Control Político» para identificação, lá ficando até as 11 da noite.

Tivemos no entanto uma acolhida extraordinariamente solidária por parte do povo boliviano. Imaginem que, no dia da festa nacional da Bolívia, nós tomamos parte no desfile. Desfilaram o Exército, a Aviação, a Marinha (apesar de não ter mar, existe uma armada boliviana, que é lacustre e fluvial), as representações civis, os colégios e ... os exilados brasileiros. Tenho fotografias do povo na rua nos aplaudindo. «Exilados brasileiros saúdam o povo boliviano», dizíamos na faixa com que abríamos o nosso grupo. Aplausos gerais! Fomos dos mais aplaudidos durante todo o desfile.

Lá estivemos 7 meses. Eu, o Carlos Olavo, o ex-deputado Neiva Moreira, que chegou pouco depois, trabalhávamos no departamento de relações públicas da Comibol — Corporación Minera Boliviana —, que é a empresa estatal que controla a exploração da maior riqueza nacional, o estanho. Fomos convidados também para organizar um jornal diário, que se chamou *Clarín*. O jornal teve um êxito extraordinário. *El Diario*, com

mais de cem anos, tirava 25 000 exemplares. Só em La Paz, em dois meses de circulação, já estávamos com 15 000. Era um jornal ligado ao setor mais progressista do MNR. Apoiávamos o governo, mas numa posição crítica.

Isto foi até 4 de novembro, pois também lá nos apanhou um golpe direitista, comandado pelo então vice-presidente da República e comandante da Força Aérea, general René Barrientos. Pela segunda vez se colocava para nós, em um ano, o problema do exílio, pra onde ir, como sair, que possibilidades de recommençar a vida num outro país. O golpe foi muito duro; houve dois ou três dias de combate, inclusive com o bombardeio de vários bairros da cidade. Minha mulher, Teresa, estava lá para estudar comigo a mudança da família e viveu todos aqueles dias dramáticos. Ela voltou em seguida para o Brasil, adiando uma vez mais a oportunidade de nosso reencontro, a reorganização da família.

Os golpes e revoluções na Bolívia são geralmente muito violentos. Havia morrido uma grande quantidade de gente, mas mesmo assim eles achavam que não tinha sido muito. Era interessante ouvir os bolivianos contando, como se nos estivessem dando uma explicação: «Agora só morreram 1 500 pessoas; mas em 52, sim, foram vinte mil».

O exílio chileno

Fizemos então a nossa saída ao mar. Chegamos ao Chile no começo de 65 e lá ficamos até janeiro de 74, quando — outra vez exilados — partimos para a França. A experiência chilena foi realmente muito rica sob todos os aspectos. Ela nos permitiu aprofundar o conhecimento que já havíamos começado a fazer na Bolívia do restante da América Latina. O Chile, por sua abertura política, constituiu durante 150 anos o «asilo contra a opressão» — como está em seu hino nacional —, para onde se dirigiam os refugiados e perseguidos de todo o continente. Não foi à toa que os nossos Inconfidentes chamaram de «*Cartas Chilenas*» às folhas clandestinas que editaram contra a dominação colonial.

Lá se localizaram também dezenas de instituições internacionais de ensino, de pesquisa, de elaboração teórica, que acabaram transformando Santiago no centro de convergência da inteligência latino-americana. Era o palco privilegiado, do qual a gente podia assistir, com uma visão muito direta, aos acontecimentos que ocorriam de Rio Bravo à Patagônia. Para nós, do Brasil, que sempre vivemos de costas para os nossos vizinhos, separados deles por um oceano — mais denso e profundo que o outro — que é a selva amazônica, para nós foi a sensação da descoberta de um novo mundo. Já falei nisso em outro capítulo,

mas acho importante falar um pouco mais. Conviver e trocar experiências, por exemplo, com companheiros de tantas regiões diferentes, todo o crisol de uma liderança política que a luta levou ao exílio. Ou participar de cursos, debates, congressos, com a presença dos maiores especialistas dos problemas continentais.

Lá nos pegou, na carne, a grande discussão que dominou a esquerda latino-americana a partir da revolução cubana. A idéia de um processo revolucionário que incendiasse, um por um, os nossos países, e que — de Vietnam em Vietnam, na grande Sierra Maestra que seriam os Andes — levasse à destruição do imperialismo. Vivemos, por dentro, todos os que foram os nossos pecados: a má avaliação das forças do adversário; uma concepção abstrata das condições em que se desenvolveria a luta; a pressa, o sectarismo, as disputas internas. Fomos vendo cair, uns atrás dos outros, os companheiros venezuelanos, peruanos, colombianos, guatemaltecos, bolivianos, brasileiros, uruguaios — Luiz de la Puente Uceda, Lobatón, El Chino, Yan Soza, Turcios Lima, Camilo Torres, os irmãos Peredo, Marighela, Lamarca, Guevara. A gente, que ao começo tinha tido as maiores ilusões, foi compreendendo aos poucos que o processo seria muito mais longo do que havíamos imaginado. Era preciso repensar os esquemas, rever táticas e estratégias. Se os fatos negavam as formulações teóricas, era preciso corrigir a teoria e não os fatos. Muitos souberam aprender as lições desses anos trágicos para a esquerda latino-americana, que ainda não terminaram, e hoje têm uma visão muito mais clara dos acontecimentos. Mas há outros entretanto que insistem nas mesmas teses que levaram a tantas derrotas, como se nada houvesse acontecido.

No Chile, todos esses acontecimentos estavam muito próximos da gente; a discussão era viva, queimante, muito diferente do que tenho visto na Europa. Aqui, a discussão é fria, acadêmica, quase masturbatória.

*
* *

Mas voltemos ao feijão que era preciso ganhar. Durante os meus sete primeiros meses no Chile andei à procura de emprego, fazendo pequenos biscates: traduções, trabalhos de datilografia, material de propaganda. Até que fui parar no Desal, Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina, onde já estavam os ex-ministros Paulo de Tarso e Almino Afonso, mais o ex-deputado paulista Plínio de Arruda Sampaio e outros brasileiros. Fui para o departamento de divulgação, onde acabei editando um punhado de livros, minha primeira experiência no

que seria alguns anos depois minha nova profissão. O Desal era uma instituição de gente muito simpática e reacionária, que pregava a transformação do homem latino-americano antes da transformação da sociedade latino-americana. O 1 melhor: uma como condição para outra. Afinal nunca se conseguiu nem uma nem outra. Lá estive durante cinco anos, até 1970.

Em fins de 65, um ano e meio depois de ter-me separado da família, Teresa e os 7 meninos chegavam a Santiago. O maior tinha 11 anos; o último, apenas dois. Eles tinham vivido no Brasil com o salário de minha mulher e a ajuda de parentes e amigos. Teresa se recorda até hoje da dureza que foram aqueles tempos.

Com a vitória de Allende, que ajudei, fiquei desempregado. É que meus amigos simpáticos e reacionários, assustados com o resultado eleitoral, arrumaram as malas e se foram para a Venezuela e a Colômbia. Vejam como é a vida: a gente que já tinha perdido tudo no Brasil e na Bolívia com a vitória da direita, ficava agora desempregado com a vitória da esquerda.

Mas não importa. Lá fora o povo estava comemorando a vitória, e nós fomos comemorar também, cantando pela noite adentro.

A vitória de Allende

Nós vivemos o processo chileno que resultou no governo da Unidade Popular desde os seus inícios. Chegamos ao Chile pouco depois das eleições de 64, que deram a vitória a Frei. Acompanhamos de perto a posse, as eleições parlamentares de março de 65, quando a Democracia Cristã arrasou com os redutos conservadores; os seis anos de governo DC, com seus avanços e capitulações, frutos das profundas contradições que afetam a composição social daquele partido.

A gente aperta a memória e vai lembrando. A vitória dos setores que propunham uma revisão do *status quo*, a esquerda e a DC («revolução em liberdade») tinham praticamente destruído a velha direita oligárquica, que controlara a política chilena, com curtos hiatos, praticamente desde a independência. A gente pensava que essa direita jamais levantaria a cabeça ... A derrota tinha sido tão grande, que seus dois partidos representativos, o Liberal e o Conservador, resolveram juntar os restos de suas forças para formar uma nova organização, o Partido Nacional, que viria a dar, em 1973, a estrutura e o conteúdo à ditadura de Pinochet. Numa Câmara de Deputados de 150 representantes, não fizeram mais que vintel Para os observadores, a partir daí, a alternativa chilena só poderia ser ou a DC ou a esquerda. Hoje, os dois estão na oposição, no exílio, na clandestinidade, e a direita governa e escraviza o país.

Cada episódio como este é mais uma lição que a gente não tem o direito de desprezar.

Mas continuemos a apertar a memória.

A DC vencera e a esquerda, que tinha tido muitas esperanças, estava moralmente arrasada. O período que se seguiu depois coincidiu com o fortalecimento das teses mais radicais, que se assentavam nos êxitos de vários movimentos guerrilheiros em outros países. Foram anos de grande desorientação política, mas também de grande tomada de consciência por parte das massas chilenas, a começar pelas massas rurais. Para cumprir suas promessas e atender às bases eleitorais mais radicalizadas, a DC tinha que fazer concessões. Mas Frei estava preso aos interesses conservadores que, dentro e fora de seu partido, amarravam o governo. Porque a DC, como disse, era um saco de gatos: tinha de tudo, desde setores proletários que freqüentemente marchavam com a esquerda, até os mais típicos representantes do grande capital.

Os desgastes que foi sofrendo a administração Frei, incapaz de executar as medidas que demagogicamente anunciara na campanha eleitoral, e o descrédito da velha oligarquia foram fazendo com que a esquerda se apresentasse, pouco a pouco, como uma saída. Mesmo assim, em 1970, a vitória de Allende foi por pouco mais de 1 por cento, havendo três candidatos. O que mostra desde então o acirramento da luta política.

A campanha tinha sido emocionante. Lembro-me bem do comício final da UP: 1 milhão de pessoas na rua. Gente do povo, as mulheres das *poblaciones* (favelas) com a família inteira, meninos, velhos, gente estropiada pela miséria e o sofrimento, e que ali estavam, cantando e cheios de esperança, horas e horas, sem descanso, para levar seu apoio ao candidato da esquerda. O centro da cidade tinha esse aspecto de feira, de barraquinha, de carnaval de bairro, que é uma marca de todas as festas populares. Pipoqueiros, carrinhos vendendo sorvete, vendendo sanduíches, camelôs, vendedores de loteria, gente assentada no chão, trepada nas árvores.

O local se estendia por mais de dois quilômetros, desde a praça Itália até a Estação Central, ocupando toda a avenida Bernardo O'Higgins, que é a principal de Santiago. Em 13 palanques — o central, de costas para a praça Itália, e os outros, espalhados por toda a avenida e onde grupos artísticos e folclóricos se revezavam desde as duas horas da tarde. E o comício só iria começar às oito.

Eu e Teresa nos movíamos entre toda aquela gente, de um lado para outro. Ao dobrar a *calle* Estado, topamos com a caravana dos artistas (havia outras representando as diversas categorias profissionais), que vinham formados para tomar os seus lugares. Encabeçavam a coluna de umas cinco mil pessoas

os palhaços de circo, cantando, fazendo suas piroetas e mímicas; depois as meninas do balé do Teatro Municipal, elas também com seus trajes típicos, dançando; depois os escultores, que modulavam enquanto marchavam; os músicos, os escritores, os pintores, os acróbatas, os mágicos, os equilibristas, pequenas bandas de bairros populares, tudo com os seus instrumentos e roupas de trabalho. E depois povo, povo, povo, como se nunca mais fosse acabar.

Vem em seguida a vitória, apertada, ganha palmo a palmo. O comício na mesma noite, de 4 para 5 de setembro, às duas da madrugada, pois até então o governo se recusava a permitir a comemoração. A mesma multidão, vinda não se sabe como dos bairros e *poblaciones* mais distantes, ali estava outra vez, com seus cantos e suas esperanças. «Quien no salta es momio¹, quien no salta es momio» — e um milhão de pessoas se punham a saltar, num oceano de cabeças que se erguiam e baixavam, ritmicamente, durante vários minutos; depois se interrompiam, cansadas, para recomeçar em seguida: «quien no salta es momio, quien no salta es momio».

Veio afinal a posse, tão disputada como as próprias eleições, o governo, as primeiras medidas populares. Aí foram os *momios* que começaram a saltar.

O governo da Unidade Popular

O governo de Allende já nasceu com as mãos amarradas. Nasceu de uma solução de compromisso, que o imobilizava: o respeito ao que eles chamavam a «legalidade».

Governo minoritário — com apenas 36 % da votação, tinha contra si o Congresso (controlado pela DC e a direita), o Judiciário, a Controloría (espécie de Tribunal de Contas, que no Chile tem imensos poderes), a quase totalidade da máquina estatal tradicional, inclusive a polícia, a imprensa, etc. As Forças Armadas, que desde as eleições tinham tentado um golpe — e foi por isso que se retardou tanto a autorização para o comício da vitória —, impuseram indiretamente suas próprias regras: o apoio ao novo governo seria dado com a condição de que Allende cumprisse estritamente as normas legais tradicionais.

A DC se encarregou de formalizar essa exigência ao impor

¹ *Momio*: múmia. Como a esquerda no Chile denominava a gente de direita.

a Allende, para ratificar no Congresso o resultado da eleição ¹, o que se chamou o «Estatuto de Garantias».

Como o Estado chileno, unitário, centralizado, forjado em conflitos quase permanentes com seus vizinhos, sempre dispôs de recursos legais e coercitivos muito amplos, Allendê entendeu que poderia executar, pelo menos em parte importante, o programa mínimo da Unidade Popular. Não era um programa socialista; ele deveria criar as condições para um futuro governo socialista, cuja data aliás nunca se precisou. Era um governo anti-monopólico, anti-imperialista, anti-oligárquico, segundo lá está dito.

Com aqueles compromissos e estas inspirações, começaram os mil dias que foram de 4 de setembro de 1970 a 11 de setembro de 1973.

Foram mil dias que abalaram o país, mais que todos os terremotos juntos que o Chile sofreu. Allendê prometeu e cumpria: nacionalização das companhias estrangeiras que, associadas ao governo, exploravam o cobre; nacionalização dos bancos; nacionalização dos principais monopólios industriais; nacionalização do carvão e do ferro, das grandes empresas de transporte, etc. Intensificava a reforma agrária, procurando inclusive formas de coletivização da terra, ao contrário do que preconizava a DC, com a criação de milhares de pequenos capitalistas no campo. Abriu a discussão sobre a reforma do ensino — até então elitista, alheio às necessidades básicas do país — através do projeto da ENU (Escuela Nacional Unificada). No plano internacional, engajou-se numa política de total independência, reconhecendo o Vietnã, Cuba, Coréia do Norte, China, RDA; em pouco tempo se transformou num dos principais líderes do Terceiro Mundo, cuja voz era ouvida nos cinco continentes. Quando ele falou nas Nações Unidas, foi nesta condição que o fez, para denunciar a pilhagem das multinacionais e as relações profundamente desiguais que mantêm os países ricos com relação aos subdesenvolvidos. Seu discurso — me lembro que o acompanhei pela televisão — foi uma peça impressionante. Ao final, toda a Assembléia Geral o aplaudiu, de pé, por mais de dez minutos. Nunca antes um presidente havia recebido, na ONU, tamanha consagração.

Não vou evidentemente discutir aqui o largo e tormentoso processo chileno, com a pretensão de interpretá-lo a fundo. O que procuro dar, sucintamente, é a minha opinião como observador direto dos acontecimentos, de quem os viu e os viveu, desde o nascedouro até a tragédia do golpe fascista.

¹ A Constituição chilena previa a necessidade da confirmação pelo Congresso quando o vencedor de uma eleição à presidência não alcançasse mais de 50 por cento dos votos.

As medidas de Allende, como não podiam ser de outra forma, começaram a dividir o país: de um lado o povo, os trabalhadores, setores muito grandes das classes médias, que apoiavam o presidente; de outro, os monopólios, as companhias multinacionais, os proprietários de terra, os profissionais liberais representantes de grandes interesses, os donos de empresas de transporte, os banqueiros, a imprensa tradicional, etc.

Pronto se constatou que havia uma outra legalidade que não era a que estava nas leis: era a legalidade imposta pelas decisões arbitrárias do Congresso, confirmadas pela Controloría e sacramentadas pelo Judiciário. Para se ver como era isso: com a única exceção da lei de nacionalização do cobre, nenhum projeto de Allende (nenhum, mesmo) foi aprovado pelo Congresso.

A guerrilha legal, que procurava paralisar o governo, se juntava a guerrilha do poder econômico, que procurava paralisar o país. Greve dos proprietários de caminhão; fechamento do comércio; sonegação e câmbio negro utilizados como arma política; o envenenamento informativo pela imprensa ligada aos grandes grupos, tudo sustentado — como se provou depois no Congresso norte-americano — com o dinheiro e as armas da CIA.

O Chile se dividiu então em duas nações, que coabitavam a mesma área geográfica, mas que não se entendiam e se odiavam até a morte. A luta política foi levada a extremos tais que os altos funcionários do governo já não podiam residir nos bairros mais acomodados, pelos atentados e agressões a que estavam permanentemente expostos.

A essa verdadeira guerra ninguém ficava alheio. Meus filhos iam a uma escola muito politizada, onde estavam também os netos de Allende, escola essa que foi depois fechada pela Junta Militar. Essa escola tinha um jardim da infância. Um dia, os menininhos saíram para tomar sol e dar umas voltas pelo quarteirão. Eram uns tampinhas de 3, 4 e 5 anos. No caminho eles cruzaram com uma manifestação de direita, que ia gritando seus *slogans* pela rua. A reação foi imediata: «Fascistas de mierda», «Hijos de puta», «Momios», «Disgraciados», etc. As professoras que os acompanhavam mal tiveram tempo de desviá-los para outra rua, com medo de uma violência por parte dos manifestantes.

Era isso: dois países em guerra.

Nós estávamos metidos nessa guerra até o umbigo. Com a indenização que recebi em Desal (e aí eu volto ao feijão), mais o dinheiro de um sócio, montei uma organização para a venda e distribuição de livros. Como o Chile era o maior centro de pesquisas e estudos em ciências sociais na América Latina, entendi que deveria ser um bom campo para uma livraria com aquela especialização. Fundamos então a Librería de las Ciencias

Sociales, que acabou, em dois anos, sendo seis, a matriz e mais cinco filiais em funcionamento, e três outras em fase de instalação. Eram livrarias plenamente identificadas com o processo, e aí estava nossa participação na guerra.

«Mierda», uma nova guerra perdida.

Os erros, outra vez

Vou enumerar aqui, sem a preocupação de uma discussão mais profunda, o que — ao meu modo de ver — foram os principais erros que levaram ao fracasso da experiência chilena.

O primeiro, e o mais grave, a ilusão de que se poderia chegar a um «governo antimonopólico, antiimperialista, antioligárquico», precursor do socialismo, baseado nas mesmas estruturas de poder montadas pela oligarquia e o imperialismo. A começar pelas Forças Armadas que, por mais abertas que sejam, foram criadas — eu falo do conjunto, sem considerar as dissidências e exceções, que todos os grupos sociais os têm —, foram criadas como o braço armado daqueles interesses que se queria destruir. O Exército chileno, considerado até então o mais democrático da América Latina («profissional, apolítico e *obediente*», como está na Constituição), ocupou o seu exato papel no momento em que surgiu uma ameaça ao poder tradicional: a defesa, ao preço que fosse, da ordem dominante, que o havia engendrado e da qual se nutria como grupo social privilegiado.

O modelo, que pode talvez ter êxito noutra conjuntura histórica e geográfica (na Ásia, com a proximidade de uma potência socialista poderosa como a China, ou na Europa, como a URSS), parece totalmente destituído de perspectiva na América Latina.

Mas deixemos de lado essa discussão, que é explosiva e que mal se pode enunciar no espaço tão curto de que dispomos aqui.

Houve mais, muitos outros erros que é preciso evitar no futuro.

Como, por exemplo, a extrema divisão das forças populares. Havia cerca de 10 partidos e maior número de movimentos que se incluíam na esquerda e que, dentro da guerra geral que vivia o Chile, viviam sua guerrilha particular. Essas divisões se manifestavam a todos os níveis, no ministério, na imprensa, nos diferentes setores da administração pública e das empresas nacionalizadas. Nas últimas então chegava a absurdos inimagináveis, sendo um dos fatores do baixo nível de funcionamento que, quase sem exceção, aquelas empresas apresentavam.

Havia a incompetência e até mesmo a inidoneidade moral de companheiros que assumiam cargos importantes, e que eram

mantidos em seus postos unicamente por pertencerem a um ou a outro partido, que não aceitavam — nos termos daquela guerra interna — abrir mão de qualquer posição.

Isso foi criando um espírito de clã, de grupos fechados, um sectarismo que já não era tão-só de ordem política e ideológica, mas que tinha muito de fisiológico e de interesse particular.

Outro erro cometido foi relacionado com o trabalho dos meios de comunicação. O sectarismo, a parcialidade, a ligeireza nas informações (diria, mesmo, irresponsabilidade) foram levando nossas rádios, nossos jornais, nossas TVs a um nível muito grave de descrédito. A esquerda mesmo não confiava inteiramente nas notícias divulgadas pelos seus órgãos de comunicação. Me lembro perfeitamente daquela manchete enorme de «Última Hora», jornal do PS, anunciando no auge da questão universitária que o reitor democrata-cristão da Universidade do Chile, Edgardo Boeringer, tinha renunciado. Era uma notícia falsa, mentirosa, que não serviu a ninguém, a não ser aos próprios inimigos do governo. E era assim: quando se publicava uma notícia mais sensacional, a gente procurava sempre um amigo do jornal para saber até onde era verdadeira. Houve esforços contra isso — reconheço — mas não chegaram a contrabalançar o mal causado pela tônica geral das informações.

A opinião pública, sobretudo a que se mantinha em posições menos engajadas, passou a orientar-se pelos meios informativos da direita que, com muito maior inteligência e fingindo uma imparcialidade que de fato nunca tiveram, envenenaram a consciência de imensos setores do país, que poderiam ter marchado com o governo.

Aquelas mesmas divergências internas levaram o governo a vacilações freqüentes, adotando num dia medidas que seriam retificadas no dia seguinte. Isso se viu perfeitamente no campo econômico e financeiro ou na política das nacionalizações, e que se traduzia nos dois *slogans*, tão parecidos na forma e tão diferentes no conteúdo: «Avançar para consolidar» ou «Consolidar para avançar», o primeiro do PS e o segundo do PC.

Tais divergências impediram, por exemplo, a nacionalização do sistema de distribuição, que ficou até o fim nas mãos das empresas tradicionais, controladas pela oligarquia. O governo importava, algumas fábricas nacionalizadas produziam até mesmo sobre sua capacidade instalada, mas nada era suficiente: a produção era entregue aos canais distribuidores particulares, que a desviavam para o câmbio negro, para a sonegação, para as exportações clandestinas pagas em dólares, que eram negociados na bolsa negra a 10 vezes seu valor oficial.

Impediram também o racionamento dos gêneros essenciais, que deveria ter sido adotado tão logo começaram as dificuldades com o abastecimento.

As divergências a nível de direção chegaram mesmo a estancar a ação do governo, principalmente quando já se vivia o clímax da crise que iria desembocar no golpe. No dia 4 de setembro, uma semana antes do levante, numa concentração para comemorar o 3.º aniversário da vitória eleitoral, uma multidão saiu às ruas a renovar seu apoio ao governo. Foi melancólico: como reflexo de tantas vacilações, marchas e recuos, as lideranças nada tiveram a dizer às massas que, muito radicalizadas, vagavam de um lado para outro pelas ruas que cercavam La Moneda. E lá ficaram até altas horas da noite. O silêncio de Allende naquele momento foi para mim o signo da tempestade que se avizinhava.

Apesar de se acreditar na possibilidade de ter os militares como possíveis aliados no processo que se iniciava, nunca se fez um trabalho político sério a nível das Forças Armadas, ao contrário do que fez a direita. Era como se se esperasse uma adesão tácita, espontânea, de quem tinha se formado toda a vida nos ideais mais conservadores, aos postulados de uma revolução que estava implícita, como objetivo final, no programa que o governo adotara.

Havia igualmente uma errônea avaliação das forças inimigas. Lembro-me que nas vésperas do golpe (domingo, o golpe foi na terça) procurei vários amigos que tinham posições importantes no governo e nos partidos. Fui manifestar-lhes minhas apreensões pela marcha dos acontecimentos. Todos estavam mais ou menos tranqüilos, seguros de que tínhamos o controle da situação, ou, no pior dos casos, condições de dominar qualquer tentativa golpista. A um deles, estrangeiro igual a mim e com forte e antiga atuação no movimento esquerdista no Chile, eu lhe sugeri inclusive que pensasse num esquema de embaixada, pois me parecia evidente a ameaça de um golpe militar e ele era pessoa excessivamente marcada.

Aquele companheiro, com sua responsabilidade de dirigente e com uma infinidade de estudos publicados sobre a política chilena e latino-americana, me acalmou:

— Você está assustado à-toa. Veja bem: nós temos o controle quase total dos Carabineiros e a maioria absoluta do Exército. Isso nos bastará de sobra para liquidar os golpistas que estão na Marinha e na Aviação. É só eles levantarem a cabeça.

E depois de outras considerações, inclusive sobre as possibilidades militares dos grupos de esquerda, terminou sua exposição com esta chave de ouro:

— Olhe, companheiro, nunca se deram na história condições

tão favoráveis para uma revolução socialista como agora no Chile.

Uma semana depois, eu e ele estávamos na mesma embaixada.

De repente, o golpe, a queda

Nós despertamos no dia 11 de setembro com duas notícias contraditórias no rádio: uma emissora clandestina, que mal se ouvia ao começo, anunciava um levante em Valparaíso, cuja cidade já estaria ocupada, e a adesão de forças militares em todo o país; a outra, na palavra do próprio Allende, dizendo que os rebeldes estavam sendo dominados e que o governo tinha o controle da situação. À medida que passava o tempo, outras emissoras ligadas aos golpistas foram aparecendo. O tom de Allende já não era de completa segurança. «Confiava» na lealdade e no espírito legalista do resto dos militares. Lá pelas dez, as rádios rebeldes já apresentavam o ultimatum ao presidente para render-se. Às onze só restava uma emissora a transmitir com o governo, que era a rádio Magallanes, do PC, que transmitia de suas instalações de emergência. As outras, ou estavam controladas ou tinham tido suas torres bombardeadas. Foi a esta hora mais ou menos que Allende pronunciou seu último discurso, dizendo que não sairia vivo de La Moneda, o palácio presidencial, e que seus inimigos enfrentassem, perante a história, a responsabilidade por aquele ato de usurpação. As outras emissoras já estavam em cadeia a partir do Ministério da Defesa, onde se instalara o comando da rebelião.

Começava então essa longa película de terror que o Chile não terminou ainda de viver: o bombardeio de La Moneda, a morte de Allende, a destruição de *poblaciones* inteiras, os enfrentamentos desiguais entre civis desarmados e soldados com suas metralhadoras, os fuzilamentos sumários, as prisões, as torturas, o morticínio de 40 ou 50 mil pessoas. O fascismo impunha ao país a paz do medo e das sepulturas.

Embora a notícia da morte de Allende só fosse divulgada no dia seguinte, nós a tivemos no dia mesmo do golpe. O repórter de um jornal brasileiro que estava em Santiago para cobrir a crise me telefonou por volta das 4 horas da tarde e me deu todos os detalhes.

A partir daquela mesma hora, os militares decretaram o «toque de queda» (toque de recolher) e ninguém mais podia sair às ruas.

Nos recolhemos sob o impacto dessa avalanche de acontecimentos. Às 7 horas do dia seguinte, amigos nos telefonaram para dar a notícia: eu estava numa lista (o chamado «Bando Militar n.º 10») que as rádios transmitiam a cada 15 minutos,

com os nomes de 91 pessoas que deveriam se apresentar ao Ministério de Defesa, até as 4 horas da tarde, «sob pena de fuzilamento». Nessa lista figuravam — vejam só — Luís Corvalán, secretário-geral do PC; Carlos Altamirano, secretário-geral do PS; Miguel Henríquez, secretário-geral do MIR; Clodomiro Almeyda, ex-ministro da Defesa e do Exterior, e toda a liderança de esquerda. E eu no meio. Eu e Theotonio dos Santos éramos os únicos brasileiros que lá estávamos.

Que fazer? Nove anos na mesma casa, meu nome no catálogo telefônico, meu endereço conhecidíssimo. Numa cidade relativamente pequena e num momento em que havia denúncias por todo lado, sobretudo num bairro conservador como o nosso. Os vizinhos foram até corretos conosco, mas eram pessoas de direita, pessoas fanáticas. Me lembro que um deles comemorou com champanha a notícia da morte de Allende. Porque, como disse, estávamos em guerra, uma guerra em que se vivia lado a lado com o inimigo.

Era então um dilema atroz aquele ... sair, e ser fuzilado na rua. Não sair, e ser fuzilado em casa. Foram as horas mais compridas vividas em minha vida. Tomamos a decisão de que eu deveria ficar, com um esquema que me permitiria ocultar-me no caso de uma busca policial. Era um suicídio sair. E assim passamos, sob a ameaça permanente de um varejamento, de 7 da manhã de 12 até o meio-dia de 13, quando levantaram o «toque de queda» por seis horas, a fim de que a população pudesse se reabastecer. Ao meio-dia e quinze, como se fôssemos também fazer compras, saímos, eu, Teresa e os três meninos menores. A dois quarteirões, amigos já me esperavam num carro, que me levou para longe dali. Na noite desse mesmo dia uma patrulha de militares veio à minha procura. Teresa lhes disse que eu tinha saído — parece — para me apresentar.

Depois de uma semana oculto, verifiquei que nada restava a fazer. Pela terceira vez, em 10 anos, se colocava de novo a perspectiva do exílio.

Nos vem então a pergunta, a quem viveu os dois golpes: que diferença existe entre o chileno de 73 e o brasileiro de 64? Fundamentalmente uma diferença de grau. No Brasil foi apenas uma ameaça. Ninguém perdeu um hectare de fazenda, uma ação de banco, uma chaminé de fábrica. No Chile, ao contrário, o processo chegou a limites muito profundos, tendo a esquerda conquistado efetivamente uma parcela importante do poder, que era o Executivo. De lá desfechou um combate implacável aos interesses tradicionais. O fazendeiro expropriado, o banqueiro que perdeu seu banco, o industrial com a fábrica ocupada pelos trabalhadores, tudo praticamente sem indenização, a classe média alta que já não podia importar seus carros e seus artigos de luxo e nem viajar ao exterior, toda essa gente foi acumulando

um ódio mortal contra o governo e a esquerda. E não estavam sós. Eles souberam muito bem manipular extensos setores do resto das classes médias, que principalmente tocadas pelos problemas de abastecimento apoiavam a oposição. Até mesmo setores operários, como os mineiros de El Teniente, a mais moderna mina de cobre, e que eram chamados de «la oligarquía obrera», participavam da agitação direitista. Por aí se explica em grande parte o banho de sangue, a volta às cavernas.

Essa é outra lição a aproveitar da experiência chilena, se a brasileira não foi suficiente. Ao iniciar um processo revolucionário, é preciso estar bem consciente: você ou destrói ou será destruído. Porque — como dizia meu amigo Carlos Olavo com toda a sabedoria lá do Vale do Rio Doce — não se pode nunca cutucar a onça com vara curta.

Na embaixada do Panamá

Na segunda-feira, dia 18, às cinco horas da tarde, depois de atravessarmos a cidade totalmente policiada e de termos nosso carro duas ou três vezes interrompido por patrulhas militares, chegamos até a embaixada do Panamá. Era um pequeno apartamento de 60 metros quadrados, andar térreo, numa esquina, de cara para duas ruas muito movimentadas. Na primeira noite éramos sete pessoas. O embaixador me disse que tinha instruções de seu governo para receber quinze. Na segunda noite já havia quarenta. Na quinta-feira, duzentas e cinquenta. No fim da semana éramos 264, mais de quatro pessoas por metro quadrado! Vejam só os problemas que tivemos que enfrentar lá dentro. Entre esses duzentos e sessenta e quatro existiam 22 crianças, 24 ou 25 companheiras grávidas, três epiléticos e um hemofílico. Mas como é formidável a capacidade do ser humano, a sua inventiva, para fazer frente às situações mais adversas! Nós encontramos ali soluções realmente muito curiosas.

A primeira coisa que fizemos foi numerar os companheiros. Isso facilitava, por exemplo, a distribuição da alimentação. Então se dizia: «De 1 a 30» e cada qual se apresentava com seu número, em fila, à espera de sua vez.

Pusemos os doentes no quarto de empregada, que ficava mais isolado dos outros, e deixamos o escritório do embaixador e um quartinho ao lado dele, com seu banheiro, para as mulheres grávidas e as crianças. Na verdade o espaço disponível por pessoa era ainda menor, pois quase a terça parte do apartamento estava destinada aos doentes, às grávidas e às crianças.

Quem trazia a comida era gente de fora, amigos e parentes. O pessoal de minha livraria ajudou muito nisso. Traziam *empañadas*, que é uma espécie de pastelão chileno muito gostoso,

pizza, frutas, bolinhos de carne, sanduíches, coisas assim que o pessoal pudesse comer sem a necessidade de pratos e talheres.

Outra coisa: baseados na experiência dos submarinos e aviões, não deixávamos passar uma hora sem distribuir algum alimento. Vocês já viram isso no avião, não é? Começou a balançar, aparece logo a menina com a bandeja. É uma forma de aliviar a tensão.

No final já não havia mais possibilidade física de entrar gente. O embaixador e os funcionários da embaixada despachavam num pequeno jardim do lado de fora. Em certos momentos se tinha dificuldade até mesmo de respirar.

Controlar a limpeza e higiene do local era tarefa importantíssima. Havia dois banheiros: um ficou imediatamente isolado para as crianças, as barrigudas e também para os doentes. Cada dia havia 15 ou 20 pessoas enfermas. Imaginem o que poderia ter sido uma onda de gripe ou uma outra infecção naquelas condições. Felizmente havia 8 médicos entre os asilados, o que nos permitiu organizar uma assistência permanente. As outras duzentas e tantas pessoas dispunham do segundo banheiro. Às vezes, para ir à privada, era preciso ficar duas horas na fila. Depois de duas horas você entrava e, quando já estava assentado, saltava um sujeito pela janela: era um mais que estava se asilando. Certo dia foi terrível: tinha um companheiro que já havia esperado um tempo enorme e, quando ia entrando, gritaram: «Volte, tem um casal que tá chegando». Então ele teve que sair para passar o casal. Quando ia entrar de novo — «não, tá aí o sujeito que vem tirar o lixo», e subiram por cima dele com um punhado de sacos de lixo. Ele teve que esperar um pouco mais. Quando conseguiu entrar e já estava assentando com as calças na mão, houve um tiroteio ao lado da janela. Ele teve que correr, mas não agüentou mais: fez o serviço no corredor mesmo.

A partir de quarta-feira o embaixador começou a ver que não era possível continuarmos lá. Nos últimos dias nós dispúnhamos de uma cota de duas horas e meia de repouso por dia, nas quais podíamos ... nos assentar no chão. Passamos três dias praticamente sem dormir, encostados uns nos outros.

Outra coisa da nossa experiência, que foi realmente criação nossa. Estávamos fechados naquele apartamento, distribuídos em salas, quartos e corredores muito apertados. Descobrimos então que era conveniente, de tempo em tempo, mudar as pessoas de uma parte para outra. A organização por números permitia girar todo o grupo; já tínhamos dado também letras para cada peça, inclusive o pátio. Pátio? Eram 5 metros por quatro, lá embaixo, num edifício de 5 ou 6 apartamentos. Era um bueiro, mais que um pátio. Então, cada duas horas: «Grupo de 1 a 30, sala A», «grupo de 31 a 60, quarto B», e assim por diante. O pessoal ia se deslocando e isso dava, naquela minúscula geografia em que

vivíamos, a sensação de uma mudança de panorama, o que era animicamente muito positivo.

O grupo todo teve um comportamento exemplar: mesmo nas horas mais tensas, quando — por exemplo — correu a notícia de que os fascistas iam atacar o apartamento, não houve um incidente, um gesto de impaciência ou descontrole. Eu vivi por dentro todos os problemas passados lá, pois era um dos três integrantes do comando que assumiu a direção do coletivo.

Apesar da intervenção de um punhado de embaixadas, da Nunciatura, das Nações Unidas, da Cruz Vermelha, o governo se negava a permitir nossa transferência para outro local, já solicitada pelo embaixador do Panamá. O Theotonio dos Santos, que estava asilado conosco, pôs sua casa — que era grande e tinha um quintal enorme — à disposição para receber o grupo. Na segunda-feira, e só depois que o Serviço Nacional de Saúde, por intermédio de uma comissão de médicos militares, nos fez uma vistoria e chegou à conclusão de que poderíamos nos transformar num foco de contaminação para todo o bairro, foi que a Junta deu a autorização para a mudança.

O Theotonio foi assim, pelo menos na história que eu conheço, a única pessoa que se asilou na sua própria casa.

A solidariedade que a gente teve

Em todos aqueles momentos, ao lado do horror que foi o golpe, vivi e assisti a coisas maravilhosas, em termos de solidariedade, de coragem, de desprezo ao risco. O gesto da pessoa que me recebeu em sua casa, onde passei escondido a primeira semana. Nem era de esquerda e me conhecia quase somente de nome. Me recebeu com o maior calor humano, ele e toda a família, num momento em que os militares ameaçavam de morte àqueles que ajudassem a quem estivesse sendo procurado, como era meu caso. Foi essa mesma pessoa que me tinha ido buscar, em seu carro, quando deixei meu endereço dois dias depois do golpe. Fiquei com eles uma semana. Quando vi que estava tudo perdido e resolvi asilar-me, principalmente porque havia uma caçada geral aos estrangeiros e eu estava naquele famosa lista, foi essa mesma pessoa que, juntamente com a mulher e um filho menor, me levou até a embaixada do Panamá. Lá, depois que mandou o menino ver se não havia polícia na porta, me pegou pelo braço, atravessamos juntos o portão da embaixada e entrou comigo. Abraçou-me, despediu-se e me disse que tivesse muita coragem. É pena que eu não possa aqui dizer seu nome.

Houve o gesto de quem, correndo igualmente todos os riscos, guardou minha família, pois a Teresa e os meninos não podiam ficar na nossa residência, que já tinha sido invadida três vezes.

Esse amigo de muitos anos, embora também não fosse de esquerda, assumiu praticamente a direção de minha família e de minhas coisas. Será possível a gente esquecer isso?

Uma semana depois da mudança do local da embaixada, viajou quase todo o mundo, com a exceção de dez asilados, entre os quais eu, aos quais o governo recusava o salvo-conduto necessário para deixar o país. Fiquei cinco meses na condição do que eles chamavam de «diferidos», quer dizer, à espera de uma futura decisão. Nesse período, quarenta ou cinquenta novos asilados entraram na embaixada, o que fazia o tormento e o desespero do embaixador. Imaginem: ele tinha, como disse, autorização para receber quinze. Já iam a mais de 400, e continuava entrando gente! Num dia, quando chegou uma família inteira saltando os muros do fundo, ele ficou apoplético. Ameaçou retirar a bandeira da casa, nos entregar às autoridades chilenas, mandar-nos ao diabo, mas acabou se contentando com menos: arrancou o telefone, que era nosso único meio de ligação com o exterior. Aí ficamos isolados do mundo. Dois ou três dias depois, alguém nos chamou por cima do muro. Era a menina, empregada doméstica da casa ao lado, que se oferecia para nos ajudar. Ela passou então a levar nossos recados para as famílias, a comprar os jornais, a fazer telefonemas, restabelecendo assim, mesmo precariamente, nosso contato com a vida lá fora.

Alguns dias depois da viagem dos companheiros, entre os quais estava meu filho maior, Dudu, que tinha entrado na embaixada pouco depois de mim, caiu preso meu segundo filho, Didi. Foi um azar: ele estava numa casa de amigos chilenos e chegaram os militares. Deixaram todos os outros, mas o levaram por ser estrangeiro. Quando descobriram que era filho de um exilado brasileiro, meu nome na lista das pessoas procuradas, «indeferido» numa embaixada, não tiveram dúvidas: mandaram-no primeiro para o Estádio Chile e depois para o Nacional. Lá estive mais de dois meses e inventaram contra ele a farsa de que tinha assassinado dois carabineiros. Era caso de fuzilamento quase sumário. Vejam: um menino de 18 anos. Ele teve um comportamento magnífico na prisão, enfrentando com firmeza os espancamentos, as agressões, a tensão nervosa provocada por aqueles acontecimentos, a dureza do padecimento todo que, para ele e para nós, parecia não terminar nunca. Foi necessário mexer por todo o lado, pedir apoio a muita gente, dentro e fora do país, para que ele fosse libertado. Até a Joan Baez telegrafou a Pinochet intercedendo por ele. Mas mesmo assim foi dos três últimos estrangeiros a serem postos em liberdade. Ele foi arrancado da prisão, talvez do muro de fuzilamento, graças à solidariedade de dezenas de pessoas.

Digo uma coisa muito tranqüilamente: depois de tudo o que vivi no Chile, me considero melhor e mais temperado como

pessoa. Apesar de toda a desgraça louca que sofremos, a perda de tudo, de tantos sonhos e de tantas esperanças, só tenho motivos — pelo que vi e senti — de acreditar cada vez mais na condição humana.

Algumas considerações gerais (e finais)

Apesar do alto preço que estamos pagando, acho que poderemos tirar muito proveito desses 12 anos de exílio. O importante é ter a mente fresca e os olhos bem abertos para assimilar as lições que vamos, dia a dia, recebendo. Há, por exemplo, dezenas, talvez centenas de companheiros que, em contato com realidades sociais e políticas muito mais avançadas do que a nossa — a França, Cuba, os outros países socialistas, mesmo o Chile antes do golpe, o Uruguai, a Argentina, a Argélia — estão se capacitando para a elaboração de um pensamento político indispensável à larga marcha da revolução brasileira. Se não fosse o exílio, eles nunca teriam a oportunidade de fazer esse aprendizado.

Mas, como disse, tudo isso nos tem custado um preço caríssimo. Não só pelos problemas do exílio mesmo, mas pela crueldade da mão da ditadura. Por onde vamos nos acompanham o ódio e a intolerância do governo brasileiro. Há gente que até hoje, doze anos depois de estar fora do país, tem suas indicações para cargos internacionais vetadas pelos representantes brasileiros. Até para postos modestos, como os de secretárias ou de ajudantes de escritório, essa oposição se manifesta dura e intransigentemente. A nós nos negam até mesmo o reconhecimento de nossas firmas em documentos, para não falar na concessão de passaportes ou qualquer outro papel oficial, muitas vezes até mesmo o registro de nossos filhos nascidos no exterior.

Essa perseguição alcançou níveis extremos de maldade, de insensibilidade humana, durante o golpe chileno. A embaixada em Santiago se recusou, quase sistematicamente, a fornecer qualquer documento para a volta dos brasileiros, mesmo crianças. Minha mulher e meus filhos menores, que saíram do Brasil normalmente, sem ser exilados, tinha recebido passagens de amigos e parentes nossos para que viajassem e ficassem lá algum tempo, até que eu decidisse minha situação. Vejam bem: os mais jovens saíram do Brasil com dois, três e quatro anos; tinham portanto onze, doze e treze. Todo o fogo do inferno chileno daqueles dias para a embaixada brasileira não representava nada. Os funcionários não diziam nem sim, nem não: «Estamos esperando uma resposta de Brasília». E os dias passando, passando o tempo, até que houve a prisão de um de meus filhos, que já deveria estar no Brasil não fosse a atitude da embaixada. Foi por

causa da prisão dele que Teresa e o resto dos meninos tiveram que entrar num dos campos de refugiados que as Nações Unidas abriram para receber os milhares de estrangeiros perseguidos. É preciso, num depoimento destes, que se deixe bem evidente o o nome do responsável direto por essa perversidade, que atingiu a tantos brasileiros, o nome do executor dessa política de ódio levada às últimas conseqüências, servidor de dois amos, a ditadura brasileira e a ditadura chilena, esta última o tendo condecorado por serviços prestados: Antônio da Câmara Canto. Um nome que não se poderá esquecer, no canteiro das misérias e torpezas que a gente viveu por lá.

Acho interessante falar — e aí entramos já em outra variante do exílio — no que tem sido o esforço de adaptação a realidades tão diferentes, Bolívia, Chile e agora a França. No nosso caso, noto que os meninos, sobretudo os menores, têm sido muito afetados na parte educacional, na escola, mas ganharam uma experiência humana, vivencial, que os coloca muito por cima dos outros meninos da mesma idade. Mas há coisas curiosas, até cômicas. Em nossa casa se falam hoje três idiomas. Comigo e a Teresa as crianças conversam em português. Entre si, em espanhol, pois foram alfabetizados nessa língua e é a que dominam melhor. Com os amigos franceses, em francês. Mas o pior é a confusão, a superposição das diversas línguas e culturas, um sincretismo que chega algumas vezes a limites desconcertantes. No dia seguinte às eleições cantonais, quando a esquerda obteve uma vitória sem precedentes na França, o menor dos sete, Ricardo, comentou comigo, expressando nesse chouriço de línguas sua alegria pelo resultado: «Mira, papi, que grande defaite sofreu o governmento». Espanhol, português, francês, francês aporтуgado, tudo junto.

O processo de adaptação a uma nova realidade, às vezes tão diferente da nossa, e que a gente tem sofrido na carne (vejam o exemplo dos companheiros que estão na Suécia, na Holanda, na Nova Zelândia, etc.) exige um esforço diário, sem descanso. É preciso desligar-se ao máximo das prevenções e tratar de viver a vida tal como ela é onde a gente chegou e vai ficar. Embora sem cortar-se de nosso país, embora acompanhando de perto e sentindo o que se passa lá, é necessário começar a curtir a nova realidade, dentro dela, integrado nela. Ao contrário, haverá uma dupla alienação: com relação à que está longe, mas que queremos viver, e à que está perto, que temos que viver mas não queremos. Isto tem sido a causa de verdadeiros desastres emocionais.

Terminaria este depoimento, que acabou sendo uma espécie de *pot-pourri* de muitos tópicos aparentemente diferentes, mas que estão ligados pelo fio invisível de nossa experiência no exterior, falando da visão que tenho da volta ao Brasil. Para mim, só a entendo em termos de uma retomada da luta, que foi interrom-

vida pelo exílio. Compreendam, não é nenhum baluartismo: é a simples expressão do que penso e sinto. Voltar por voltar, sobretudo se isso representar qualquer concessão ao adversário, jamais. Prefiro terminar meus dias por aqui, sofrendo a saudade de tudo o que deixei lá, meus amigos, meus parentes, meu jornal, minha terra, mas continuar com a cuca limpa, com as calças bem firmes no seu lugar.

Mas isso é apenas uma definição, pois estou certo de que voltaremos, não tão breve como a gente pensava, mas muito mais cedo do que eles estão pensando.

JULIANA DA ROCHA

«No meio da noite, a polícia bateu na porta, e o cara respondeu com um tiro, pensando que era ladrão... Eram 16 policiais armados, e acabaram com a casa»

«Ficávamos como peixe fora da água, isolados, sem poder misturar-nos com a massa»

Lugares

Nordeste, São Paulo, Chile, Dinamarca

Datas

Nasceu em 1947. Primeiro exílio em 1970 e segundo em 1973

Profissão

Estudante de medicina e trabalhadora de hospital

«Crime»

Líder estudantil e luta armada contra a ditadura

Vida no nordeste

Na minha experiência de esquerda e antifascista, há uma determinante que vem desde a minha infância, lá no interior de Pernambuco. Minha mãe, pobre professora primária, sempre foi muito combativa. Meu pai era um pequeno comerciante. Tiveram 11 filhos. Meu pai trabalhava umas 20 horas por dia, e nós quase não o víamos. Assim, foi de fato minha mãe quem nos deu uma formação de combate, de trabalho, de acordar cedo, de estudar. Esse era o nosso ambiente em casa. Por outro lado, toda a minha consciência política tem raízes na realidade social do interior, onde vivi minha infância. Era uma região de muita miséria. Nossa família era de classe média, mas a situação geral dali era de pobreza, e esse ambiente determinava muito a minha visão de mundo.

Estudei num colégio americano misto. Isso, mais a educação recebida da mãe, me deu uma formação um pouco mais aberta, ao ponto de eu não sofrer do sentimento de rejeição social pelo fato de ser mulher.

Meus pais trabalhavam muito para manter os nove filhos que sobreviveram. À custa de grandes sacrifícios, foram nos mandando, um a um, para estudar no Recife. Até que, em 1967, mudamos todos para a capital. A ida para o Recife já significou uma ascensão. As contradições que surgiam no dia a dia nos levaram a entender melhor nossa vivência do interior. Ali senti uma certa discriminação contra os que vêm do interior, que me levou a uma forte identificação com o pessoal mais aberto e solidário que encontrei: a esquerda. Essa identificação era, decerto, muito emocional. Eu, pessoalmente, sou muito emocional, afetiva. Com o pessoal de esquerda havia essa afetividade e, com isso, a identificação emocional. Ao mesmo tempo, no Recife o movimento de massa estava reiniciando, e logo comecei a participar nele.

Meu trabalho político

Por estar bem aberto nesse período, o movimento estudantil foi uma grande experiência. As discussões, as assembléias, as

divergências entre os grupos, foi tudo um processo de amadurecimento para mim. No meio desse processo, fiz minha opção marxista. Comecei a entender as contradições sociais que percebia desde o interior. Experimentei um aprofundamento ideológico baseado na discussão política e no meu envolvimento com o movimento estudantil.

Mas não estava madura para essa opção. Explico. No Brasil todo, havia duas posições divergentes, que estavam em oposição ao que chamávamos o reformismo de 1964. Dentro do movimento estudantil, havia os foquistas e os antifoquistas. Isso era bem aberto nas assembléias: o companheiro aqui representa a revolução, ou o debrayismo, o outro lá representa o reformismo ... Chegava-se a um ponto em que os independentes tinham que se identificar com as posições de um ou outro dos vários partidos e organizações existentes. E a luta exigia isso bruscamente da gente. Assim, qualquer elemento que era contra a ditadura, ou que tinha disposição de luta, passava imediatamente a «quadro organizado». Isso levou a que se passasse por etapas intermediárias muito depressa, sem contudo adquirir solidez ideológica. Uma opção marxista não é questão somente de coragem, porque isso nós tínhamos — nós, do nordeste. Topávamos qualquer parada. Víamos a repressão e a injustiça, e isso nos bastava para sermos corajosos. Então, imediatamente, éramos puxados para dentro das organizações de esquerda, mas sem a preparação necessária.

Por azar ou sorte, entrei numa das mais reacionárias e caras faculdades do Recife: Ciências Médicas da Católica Estadual. Era um familiar quem, com muito esforço, pagava a faculdade para mim. Logo senti o dever de fazer algum movimento. Não importava o que. Se todas as outras escolas tinham luta de classe, por que somente aquela não iria ter? A primeira meta foi tomar o diretório, que estava com a direita. Foi aí que senti a discriminação contra a mulher: os fascistas usavam minha condição de mulher para tentar derrubar-nos. Quando eu passava, o pessoal me cercava fazendo fiu-fiu, tentando me desmoralizar. Como não podiam me combater politicamente, nas assembléias, partiam para o vexame moral. Chegaram a tentar me seqüestrar durante uma noite, mas não conseguiram.

Fui eleita secretária-geral do diretório, em 1968, antes do Ato 5. Começamos a fazer certas reivindicações, com participação de massa, e a coisa foi crescendo. Mesmo depois do Ato 5, ainda continuei a participar da política dentro da escola. Mas, como exercia liderança no âmbito universitário do Recife, comecei a ser marcada. Em abril de 1969, vários de nós fomos enquadradas no Decreto n.º 477 e, a partir daí, eu não podia entrar mais na escola, nem os alunos podiam falar com os enquadrados. Já se sentia o medo crescente. Uma vez, um companheiro

tentou fazer uma manifestação na escola. Em cinco minutos, o diretor chamou a repressão e esse companheiro foi preso e apanhou muito.

Daí, a polícia começou a me procurar em minha própria casa. Que fazer? Eu queria lutar, mas já não podia viver com a família, nem podia voltar à escola. Por outro lado, precisava estar integrada em alguma atividade. Foi quando entrei em contradição com a família. Eles começaram a ter medo das ameaças da polícia. Fui morar com outros companheiros, tentando ainda seguir com o diretório, ocultamente. Mas, nesse período, já existia um aparato muito efetivo de repressão dentro das escolas, com porteiros, falsos alunos e diretores fazendo o papel de dedos-duros.

A clandestinidade

Eu vivia com um companheiro, que era mais avançado que eu, em termos da luta clandestina. Teria, portanto, que fazer uma dupla opção pela clandestinidade, uma, como militante, para continuar na vanguarda da luta, e outra, como mulher, para acompanhar meu companheiro. Comecei então a ser buscada tanto por ter participado no movimento estudantil, como por ser mulher de um cara superprocurado. Resultado, em 1969, com 22 anos, eu estava queimadíssima.

Uma noite, a casa onde eu vivia com meu companheiro foi atacada a bala. Como a nossa casa era igual e simétrica à casa ao lado, a polícia ficou na dúvida sobre qual delas era a nossa. O vizinho era um pacato funcionário público, cuja mulher estava no sétimo mês de gravidez. Ele vivia com medo de ladrão, e sempre carregava um revólver para se proteger. No meio da noite, a polícia bateu na porta, e o cara respondeu com um tiro, pensando que era ladrão. Então, a dúvida da polícia se dissipou, e passaram à invasão, certos de que se tratava de nós. Eram 16 policiais armados, e acabaram com a casa. Cometeram violências indescritíveis, e a nossa vizinha grávida teve que ser hospitalizada. O que nos salvou foi não estarmos em casa quando esse incidente ocorreu. Ao se dar conta do engano, o policial Miranda, que chefiava a operação, tentou remediar fazendo um discurso para os vizinhos, que haviam acordado com a barulheira. Lançou a responsabilidade nos «comunistas», que os obrigam a fazer tais coisas. Aproveitamos a indignação geral para, três dias depois, fazer uma panfletagem em toda a área, denunciando a violência e selvageria policial.

Outra opção: sair do Recife. Fui embora para Fortaleza. Foi muito construtiva a minha participação lá. Quase não havia indústria no Ceará, portanto o setor operário era bem pequeno. Por

outro lado, a pequena burguesia, concentrada em Fortaleza, era combativa e, depois de 1969, o movimento estudantil ficou bem ativo. Era o segundo do nordeste, depois do de Recife. Fiquei até 1970 trabalhando aí pela minha organização, e participando também do trabalho no campo. Ainda por essa época, muitos camponeses guardavam a memória das Ligas Camponesas, e tinham muito respeito pelo Julião. Quando aí chegamos, dispostos a organizar comitês de camponeses, para que os posseiros viessem participar dos sindicatos, vimos que eles já tinham muita experiência na condução desse tipo de luta. Mas não sabemos aproveitar sua experiência de organização. Criar uma organização independente de massa era uma tarefa difícil para nós, porque éramos muito inexperientes, e confundíamos a luta legal e a ilegal.

Para onde ir?

A minha geração vinha toda do movimento estudantil e, por volta dos 19, 20 anos, já estava na clandestinidade. Entramos num momento em que todos os grupos estavam crescendo rapidamente. Dentro dos partidos de orientação marxista-leninista, continuamos a desenvolver nossa ideologia pequeno-burguesa. A organização inchava mas não se desenvolvia. Quando começou a repressão mais violenta, aconteceu o fenômeno que a gente chamava de «desbundamento»: muita gente saiu, e veio o esvaziamento. Mas eu era emocionalmente muito apegada ao partido, e também a sua linha política. Segui trabalhando.

Veio daí uma outra busca muito intensa, no Ceará. Nessa hora, fiquei mais insegura e comecei a me questionar no plano ideológico. Interveio o centralismo democrático e me deslocou para uma outra área, para fazer o mesmo tipo de trabalho. Fui jogada, assim, para o Rio Grande do Norte. Perseguida de aparelho em aparelho, isolada por não estar ligada à produção, você acaba saindo de uma posição pequeno-burguesa para outra de lumpen. No Rio Grande do Norte, continuei o esforço vão de fazer algo, mas isso já era impossível. Ao mesmo tempo, o cerco policial apertava. Um companheiro cai hoje, outro amanhã, e eu escapulindo, sem saber como. Para onde ir? Novamente a mesma pergunta.

Na realidade, as organizações não dispunham de uma estrutura para deslocar seus quadros, e tudo era feito improvisadamente. Ficávamos como peixe fora da água, isolados, sem poder misturar-nos com a massa. Como a repressão avançava, fui mandada para Maceió. Aí eu sofri muito o meu próprio questionamento pessoal. O que era eu? Estava já sem meu companheiro, que tinha sido preso. Nesse tempo, havia caído o comitê central,

no sul, e tive que assumir novas responsabilidades. Mas quando você está se questionando pessoalmente, não está em condições de assumir nada. Eu, cada vez mais distante da realidade política. Não conseguia ler, não conseguia ter uma participação política junto à massa. Além disso, para uma militante que se pretendia marxista, eu tinha uma formação teórica extremamente baixa.

Acho que, em parte, as quedas são um reflexo dessa situação, porque o pessoal não estava ideológica, política e psicologicamente preparado para enfrentar o nível a que tinha chegado a repressão. Com as quedas, houve muitos que «abriram» outros companheiros. Era um problema de fraqueza, mas não, como se dizia na época, que quem abria era «traidor do povo». Isso nem sempre era verdade. A repressão e as torturas eram super-violentas, mas a nossa organização, muito dura nessa época, dizia: «Abriu, é traidor». Eu ficava com isso na cabeça e indagava se não seria melhor reconhecer que era uma pequeno-burguesa e sair da organização, do que estar nela e amanhã não agüentar a tortura e ser «traidora da classe operária». E a repressão chegando mais perto.

Fui, então, para o sul, sem dinheiro nem para o ônibus. Parti de bermuda, na boléia de um caminhão. O motorista, eu no meio, e um ajudante. Durante a noite, paravam em postos de gasolina e lá vinham as prostitutas. Mas, com tudo isso, eu já me sentia mais aliviada, mais solta. No terceiro dia, os caras do caminhão quiseram me pegar na marra. Eu, sem saber o que fazer, comecei a chorar, saí do caminhão e um deles se arrependeu. Terminaram me levando até São Paulo.

Aquele mundão na minha frente. Aí, era para eu trabalhar em fábrica, mas já não queria. Fiz minha opção sozinha, e resolvi sair do país, pois sabia que, se caísse, poderia abrir. Porém, a organização não queria que eu saísse.

Exílio no Chile

Fora do Brasil, eu ainda queria trabalhar, ser útil, mas queria estar junto à massa e desenvolver uma prática diferente da que tive no Brasil, ainda que continuasse a crer nos meus princípios de então. No Chile, comecei um processo muito bom de discussão. Mas, mesmo aí, se denunciava os que haviam «abandonado a luta». Faziam a diferença entre aqueles que ali estavam porque foram mandados sair do Brasil — «os representantes do proletariado brasileiro no exterior» — e os demais — «os que desertaram da luta». Cheguei lá achando que era uma daquelas pessoas ideologicamente fracas, com aquela culpa, e o pessoal da organização me acusando de «desbundada». Eu respondia que o que havia determinado a minha saída do Brasil tinha sido a própria

prática da organização e sua formação. Comecei a fazer todas as análises e concluí que, assim como eu devia fazer minha auto-crítica, a organização também devia fazer a sua. Então, rompi com a organização.

Procurei seguir meu curso de medicina e continuar a discutir com os grupos políticos que estivessem abertos à discussão. O Chile, nesse sentido, era um laboratório de marxismo. Como eu via que os partidos chilenos contavam com massa, procurei me integrar nessa atividade. Foi brusco sair de um ambiente de repressão e entrar num momento de grande amplitude política e ideológica. Tudo era novo, e eu queria viver tudo aquilo.

O que mais me emocionava era a integração dos partidos com a massa. Isso me interessava. Me liguei ao Partido Socialista, que, de fato, era uma confederação de partidos, mas que de alguma forma se aproximava a uma linha de massa. No PC eu não acreditava: era burocratizado e dogmático. O MIR era mais ou menos o que eu tinha sido no Brasil. Então, fiquei com o PS, que trabalhava mais com o proletariado e aceitava melhor os estrangeiros.

Começa a se agudizar a luta de classes, e a direita lança uma ofensiva, em outubro de 1972. Eu, como estudante de medicina, tive uma participação direta nessa luta. A primeira greve da direita — a dos *camioneros* — desatou a greve dos médicos. Eu, no 3.º ano de medicina, procurava participar no processo chileno. Queria ver a nossa profissão integrada nesse processo. Com a greve, os médicos disseram tchau para os hospitais e tchau para os doentes. Eu via muita gente morrendo, e procurava socorrê-las. Trabalhava no Hospital Central, que, em caso de guerra civil, tinha uma enorme importância. Aí, 24 horas de trabalho eram 24 horas de luta de classes. Foi um tempo muito triste, pois víamos casos horríveis, de gente que não podia ser atendida e acabava morrendo nas nossas mãos.

Na área do hospital, se tentavam fazer cordões industriais e comunais, integrando a vida das fábricas próximas com as escolas e hospitais. Esta era a política de alguns partidos da Unidade Popular. Nesse momento, havia necessidade de dar plantão no hospital, porque os médicos de direita queriam tomá-lo. Os operários das fábricas próximas constituíam um bloqueio contra isso, ao passo que, se a direita tentasse tomar as fábricas, nós, do hospital, iríamos dar apoio aos trabalhadores. Este plano era importante, e foi para nós uma boa experiência.

Mas, quando veio o golpe, tudo isso ficou muito frágil. Eu morava no outro extremo da cidade. Desde o começo do golpe, não pude mais atravessar o centro da cidade para ir ao hospital. As comunicações eram por telefone, e a repressão cortou os telefones. Depois, começou-se a usar o rádio, e a repressão cortou os rádios. Então, acabou a comunicação. Saí de casa e

fiquei esperando os acontecimentos. Dos dias 11 a 18 de setembro, não consegui nenhum contato. Entrei, então, na embaixada da Venezuela, e aí fiquei três meses.

Como na prisão, a experiência de ficar em uma embaixada naquelas condições foi muito marcante. Aí se vê até onde vai o individualismo e o espírito de solidariedade das pessoas. A embaixada comportava 80 pessoas, e chegamos a ser 460! Nós, latino-americanos, excluídos os chilenos, éramos uns 40. Fazíamos de tudo: cozinha, limpeza dos banheiros, e até assembléias. Não sabíamos para onde ir, já que a Venezuela deixou claro que não nos daria asilo. Finalmente, fomos aceitos pela Dinamarca.

O segundo exílio

Não sabíamos o que esperar. Eu não tinha um tostão nem nenhuma roupa. Mas vim. A Dinamarca tem um idioma difícil e o processo de integração aqui é muito penoso.

Durante muitos meses, lutei em busca de uma nova forma de viver. Afinal, decidi que, enquanto estiver na Europa, vou tratar de viver minha vida aqui. Vou acabar com o imediatismo de querer resolver tudo de uma vez. O exílio é um recuo, mas é preciso viver a realidade de onde se está, enquanto se estiver aí. Então, decidi estudar, aprender a língua dinamarquesa e me instrumentar com a técnica que essa gente tem, para depois poder trabalhar. O importante agora é formar um bom relacionamento político com os dinamarqueses e deixar algo concreto para que, quando voltarmos para a América Latina, o trabalho daqui continue a dar frutos. O dinamarquês é um povo solidário e humanista.

MAGNO JOSÉ VILELA

«Ser cristão não era mais seguir uma série de prescrições de ordem moral, sobretudo de moral sexual, mas engajar-me num processo histórico»

«Percebemos que os autores mesmo da ditadura reivindicam também o mesmo Evangelho»

«Para mim, o exílio é isto também: esses mortos, o Tito e outros (...) que nem mesmo puderam morrer em seu país. Até sua própria morte lhes foi roubada»

Lugares

Formiga, Minas Gerais, São Paulo, Chile, Roma, Paris

Datas

Nasceu em 1944. Exílio em 1970

Profissão

Frade dominicano

«Crime»

Assistência em convento dominicano a pessoas comprometidas com a luta contra a ditadura

Origens

Nasci em Formiga, uma cidade pequena de Minas Gerais, e filho do que eu chamaria de pequena burguesia provincial mineira. Quando nasci, a família paterna, de antigos latifundiários, já estava em plena crise, desde os anos trinta. Do lado materno é uma família basicamente de pequena burguesia, de artesãos. O meu avô materno era fabricante de violinos, carpinteiro especializado. Vivi sempre dentro dessa contradição familiar: de um lado, uma classe latifundiária em falência, de outro lado, uma espécie de pequena burguesia — mais ou menos urbana — em ascensão. Isso em Minas, onde vivi 16 anos nesse contexto.

Para mim esse universo tinha sua própria coesão. Havia o clã familiar, a cidade pequena, os usos e costumes dessa tribo, no sentido antropológico. Digamos que para mim era uma cidade pequena, onde apesar de todos, todos os dilaceramentos, era bom viver. A vida valia a pena, porque era o meu lugar. E a impressão que tinha é que, fora desse universo — mental e material —, a vida não valia a pena ser vivida.

Mas, por outro lado, desde cedo, comecei a sentir uma grande necessidade de partir, de ir embora, de encontrar um horizonte menos estreito. Era uma coisa ainda não totalmente formulada. Eu apenas sentia uma intuição de não querer reproduzir aquele universo. Isso eu senti bem na época; queria romper com o fato de ser filho de fulano de tal que deveria casar com sicrana da família tal, morando naquele universo modesto e tacinho. Queria escapar! Escapar dos vizinhos, das fofocas locais, dos olhares, enfim, daquela cidade e de sua gente. Não sei bem o que me levou a ter essa intuição de buscar ou de escapar desse universo. Talvez as leituras, saber que existia um mundo que era mais vasto. Eu já havia ido a Belo Horizonte com minha família, aos 12 anos. Foi a primeira grande viagem de minha vida, ver a capital! Eu me senti muito deslumbrado por aquela cidade, que era pelo menos 20 vezes maior que a minha Formiga. Cidade cheia de luzes, cheia de gente, vitrinas, lojas, cinemas. Isso mudava muito o meu horizonte cotidiano.

Pelo que eu me lembro, eu lia muito. Essas leituras deviam ser muito medíocres, porque Formiga era uma cidade onde você não encontrava livrarias. Havia uma só biblioteca, a municipal, que eu freqüentava, onde devia haver não mais que 500 volumes, mas sem muita coisa para se ler. Lembro-me que uma leitura que me marcou muito, quando estava terminando o curso primário, foi o livro *Il Cuore*, de um italiano chamado Edmundo D'Amicis. Esse foi o grande livro que me marcou até o fim da infância. O resto eram mesmo revistas brasileiras, e os romances de Machado de Assis, José de Alencar, na escola sobretudo. José de Alencar, que eu sempre detestei, e era o que mais encontrava. Assim, do pouco que pude ler, vislumbrava o que poderia me esperar fora de Formiga. Por outro lado, o fato mesmo de que essas leituras eram limitadas me davam uma sensação de abafamento.

Mas aos 15 ou 16 anos não tinha ainda uma formulação própria a respeito dessa saída. Viagem para mim, ir para outro lugar, era uma maneira de fugir ... Eu estava fazendo minha descoberta do mundo, o que deve ter sido o drama de muitos mineiros do interior. Porque em Minas, ao mesmo tempo que tem toda aquela forte tradição familiar, as relações são muito estreitas. Então, o mineiro é alguém que sempre quer emigrar, e desde muito cedo já é um exilado em potencial. No Brasil, pelo que sei, até uns anos atrás o maior êxodo interno era de mineiros. Porque se no fundo você nunca quer se separar de Minas você também não quer viver lá toda a sua vida. Minas é uma coisa que dói. Acho que essas coisas fazem parte do que eu chamo «mineirice», que para mim é um elemento constitutivo do meu ser ...

Fiz uma boa parte de meus estudos em Formiga. Lembro-me muito bem que recebi vários prêmios, principalmente em ortografia, porque não cometia erros naquela época. O curso primário foi bem. Tive apenas duas professoras; era uma espécie de prolongamento natural da família. Eu me sentia entre amigos, com as duas professoras primárias. A adaptação foi muito positiva. Comecei aos sete anos e aos dez terminei o curso. Lembro-me que na época havia a festa de formatura, onde havia quatro discursos. O do diretor do colégio, o do paraninfo e dois discursos dos oradores da turma, o orador principal e o orador de despedida. Fui o orador de despedida. O primeiro discurso foi o de nossa oradora, uma menina, que foi escolhida por ser a mais bonita de nossa turma. Ela começou o discurso por uma palavra que só muito mais tarde vim a compreender o significado: «Oxalá».

Meu discurso foi escrito por minha mãe, que era professora primária. Falava do papel da professora, o que para mim era sem dúvida muito importante, fora da minha família. Era um

discurso de um garoto de dez anos que alguém havia feito para ele. Mas a emoção que tive não foi fingida, porque realmente aquele garoto ali se encontrava. Tremi e sofri muito, porque estava com um sapato novo e isso me incomodava, mas também era medo do auditório!

Depois foi o curso ginásial, aos meus 11 ou 12 anos. Experiência extremamente triste e desnecessária. Os professores não me marcaram muito ou, se o fizeram, foram pelo papel de pequenos tiranos do interior. Pouco sabiam, não davam conta da matéria, liam o manual, e no entanto eram muito exigentes e punitivos. Guardo uma lembrança muito negativa com exceção do de latim, que ao mesmo tempo era o gerente do cinema local. Foi o espírito mais culto que encontrei ali. Era boa gente, extremamente simpático com os alunos e que me marcou.

Coincidia também essa fase com a própria crise da adolescência, onde você está descobrindo tudo, descobrindo até mesmo o seu corpo, o do outro, e, sobretudo, o da outra. Todo esse contexto de crise eu vivi sob a direção de um grupo de professores sem nenhum espírito de liberdade, tudo muito limitado e tudo se aprendia através de manuais ... Ficou de bom o que eu já falei antes e mais os meus amigos de adolescência, as outras vítimas, mas de quem a vida me separou. Depois de 10 ou 11 anos eu não encontrei mais nenhum amigo; fui saindo de cidade em cidade, enfim imigrante do interior mesmo do Brasil, e a vida foi me separando deles. Talvez eles se lembrem de mim também, mas estamos separados. Esse foi talvez o meu primeiro exílio.

Outro fator que me ajudou muito nesse período de Formiga foi o cinema. Havia dois cinemas: o Cine Glória (do meu professor de latim) e o Cinema Paroquial. Foi uma vantagem de que só me dei conta muito mais tarde. Enquanto o Cine Glória apresentava *Ben-Hur*, *Spartacus*, sucessos de Hollywood para o grande público, o Cinema Paroquial, talvez sem obedecer a uma política precisa, apresentava o *Gordo e o Magro*, *Carlitos* e os filmes do neo-realismo italiano. Havia um problema porém: enganar os porteiros do Cinema Paroquial para assistir filmes que eram impróprios para menores de 18 anos ...

Para mim o cinema era a grande forma de evasão em Formiga. Cada vez que podia, ia ver um filme. Como não dispunha de muitos livros e os que existiam em Formiga eu já os tinha lido, o cinema me ajudou na elaboração de um certo gosto. O fato de ter começado a ver a produção de filmes do neo-realismo italiano foi um fator importante para a minha formação. E até hoje o grande passatempo para mim é ver um bom filme.

Além disso, havia em Formiga os passeios aos sábados e domingos, o chamado *footing*. As mulheres passeavam de um lado e os homens do outro. Um encontro que não era bem

encontro, uma busca que não ousava confessar-se como busca ... Mas havia sempre aquele momento em que você cruzava com os que vinham do outro lado. Era o lugar dos namoros proibidos, não além das 9 horas da noite.

E havia o problema religioso, a Igreja. Pois de certa forma ninguém pode ser mineiro sem ser católico. O catolicismo de minha família era normal. Você tinha por um lado a vida de todos os dias, quando você fazia, *en passant*, apelos a Deus, e por outro lado a Igreja com as grandes etapas de sua vida: o batismo, a primeira comunhão, o casamento e a morte. Fora disso, ser católico era ir à missa aos domingos. Fiz isso muito tempo, fui mineiro nesse sentido. Vivía essas duas coisas: a vida real, estudos, diversão, futebol, namoros, e nos domingos uma espécie de pausa, de ruptura, de corte, de trégua da vida real: ir à missa de manhã.

É possível que essa fase religiosa tenha tido alguma importância. Como já disse, minha família era católica como as demais do lugar. Era católica, mas não fanática. Esse dado creio ter sido importante na minha formação, por não haver imposição. Fui obrigado como todos os outros a seguir o catecismo. Fiz minha primeira comunhão aos sete anos e o único pecado que declarei foi o de ter roubado uma laranja. É claro que todo esse clima deve ter me influenciado. Talvez eu nunca tivesse feito essa opção pelo cristianismo se não houvesse essa formação católica. Mas, até que ponto, seria incapaz de dizer.

Houve então uma ruptura da qual eu me lembro muito bem e que consistiu fundamentalmente em sair de Formiga. O cristianismo desempenhou um papel muito importante nessa ruptura. Um primeiro elemento foi o de ter conhecido um dominicano que veio pregar um retiro. No colégio estadual, onde estudava, convidava-se um padre para pregar um retiro uma vez por ano. O colégio era do governo, e pela legislação brasileira ninguém podia obrigar alguém a participar do retiro ou a praticar qualquer culto. O que eu sei é que fui, e com um pequeno grupo discutimos muito com o padre dominicano. E pela primeira vez eu senti que havia gente no mundo para quem o problema do cristianismo não era o mesmo que para mim. Marcou-me muito na época, porque eu estava justamente num período de erotização e de descoberta da dimensão sexual. E é possível que uma certa dimensão mística da minha vida tenha vindo controlar e sublimar essa pulsão de minha sexualidade. Lembro-me que fui muito rígido comigo mesmo, não com os outros, durante uns três meses. Eu me proibi terminantemente de contar as piadas que contava aos meus amigos: as piadas obscenas, as aventuras de adolescentes. Hoje eu interpreto dessa maneira aquele momento.

A sublimação é uma das possibilidades de dar outra vazão à pulsão sexual. Todo o desejo é fundamentalmente de ordem sexual, todo o desejo necessita de uma destruição total de fronteiras. Mas na medida mesmo em que ele destrói as fronteiras, ele se torna cada vez mais totalitário e você não pode responder-lhe, e então é preciso que um corte intervenha, uma idealização ou uma sublimação.

Acredito que o meu inconsciente elaborou o que eu estava chamando «sublimação mística». Nesse sentido assumi a minha dimensão cristã profundamente, e comecei a colocar-me questões de uma maneira intensa sobre o que era ser cristão. Houve então naquele momento essa opção ainda vaga, brumosa, complexa, de quem queria e acreditava profundamente em poder ser cristão. Foi então que nesse encontro com o padre dominicano, e também como uma forma de escapar de Formiga, do universo provinciano, veio a vontade de me fazer dominicano. Absolutizei a minha vida e para isso imaginei que teria que cortar com o todo anterior. Dentro de três meses, descobriria que as determinações da vida humana eram muito mais complexas, que não há cortes absolutos, que não há começos absolutos, como também não há fins absolutos. O que quer dizer que pude relativizar um pouco essa atitude, mas durante três meses vivi intensamente essa ruptura. E a grande conquista foi essa: tenho que sair de Formiga.

Fui para Juiz de Fora fazer o curso científico. Passei dois anos num velho colégio chamado Academia, dirigido por padres alemães. Ai já senti uma outra mudança. Tive alguns professores muito bons, ainda que duros. Mas era um outro clima, se bem que havia aulas de religião obrigatórias! Eu me senti mais livre, sujeito do meu próprio saber, de minha própria instrução. Foi realmente o segundo momento da minha vida. O terceiro ano científico, ainda em Juiz de Fora, fiz num colégio particular chamado Machado Sobrinho, um dos grandes colégios de Juiz de Fora, onde eu me sentia com uma liberdade muito grande. A maioria dos professores eram homens ou mulheres extremamente respeitosos de nossa evolução, de nossa caminhada intelectual, que insistiam muito mais no próprio saber que se transmite por manuais. Foi um ano muito positivo, numa turma onde muita gente fazia parte da JEC (Juventude Estudantil Católica). Foi o início de meu processo de tomada de consciência política.

A JEC e tomada de consciência

Para mim a tomada de consciência foi cristã e política ao mesmo tempo, e a JEC foi o grupo humano que me permitiu fazer esse salto. A consciência política que tinha até então era a

de um mineiro do interior. Devia se resumir ao gênero de «tudo, menos o comunismo...» Foi em Juiz de Fora em 62/63/64, grande momento da história do Brasil, época em que tudo parecia possível, menos a vinda de uma ditadura... Eu tinha 17/18 anos e pela primeira vez eu senti, talvez erroneamente, que minha vida seria o que eu fizesse dela. A influência intelectual vinha sobretudo, mas não exclusivamente, da leitura de Mounier, que todos da JEC liam, e de Teilhard de Chardin. São eles que vão ser, fundamentalmente, os elementos teóricos de preparação para a formação da Ação Popular no Brasil. E havia também os filósofos municipais, que freqüentávamos. Lembro-me de um que creio vive ainda hoje, Henrique Hargreaves, um intelectual católico especialista em Kierkegaard, e um grupo de dominicanos com o qual discutíamos muito a doutrina social da Igreja. Eram homens que vinham da leitura de Lebreton e alguns liam mesmo Marx, ainda que só para contradizê-lo. Através dessas discussões já podia ir formulando os problemas que sentia em mim, os problemas da sociedade brasileira, poderia chamar de minha fé cristã, enfim, a minha própria experiência humana.

Nessa época, na JEC, discutíamos e nos preocupávamos com o problema da consciência histórica. A descoberta do padre Henrique Vaz me marcou muito; acho que é expressão, o símbolo da época, se poderia dizer. Era a partir dela que a gente se definia e determinava sua condição de homem no movimento de uma história.

A *consciência histórica* do padre Vaz corresponde para mim à passagem de um mundo ainda caótico, de minha adolescência, a um mundo, se não adulto, ao mundo dos adultos, o que não é necessariamente a mesma coisa. Ela tinha, tal como definida na época, um caráter meio idealista. O seu ponto de partida não era tanto o homem coletivo construindo em circunstâncias bem determinadas e bem definidas a sua história, mas, sobretudo, era a apreensão abstrata do papel da consciência na história. Eu diria que era Hegel antes de Marx, e talvez mesmo contra Marx. Mas acho que essa expressão cumpriu uma função histórica pois permitiu a toda uma geração se situar na própria sociedade brasileira e diante do mundo. Com isso um problema tinha sido circunscrito, pelo menos para nós, jovens cristãos daquela época. E esse problema iria receber respostas diferentes em diferentes contextos. Não podíamos mais ignorá-lo, era preciso dar um salto qualitativo.

Os conflitos

Para mim, aceitar essa concepção de consciência histórica implicava em um corte com as concepções políticas que o meu

meio havia impingido em mim. Política para mim era ser anti-comunista. Durante muito tempo, na minha exigência com relação a um pensamento político-social, passei a ser antimarxista, mas agora já não era mais anticomunista. Foi a maneira teórica pela qual acertei as contas com o meu meio cultural.

O outro conflito é o que eu chamaria de moral. Encontrava-me diante de uma busca em relação ao Evangelho. Ser cristão não era mais seguir uma série de prescrições de ordem moral, sobretudo de moral sexual, mas engajar-me num processo histórico. Isso me levou a relativizar instintivamente todos esses problemas morais, inclusive talvez a começar a solucionar o conflito entre a pulsão sexual e a sublimação, que era uma forma de repressão, para uma forma de canalizar todas as energias numa outra direção. Isso me ajudou a solucionar com mais calma todos os meus problemas pessoais, mas não sem conflito. Tenho uma lembrança vaga que foi muito difícil toda essa época. Organizar tudo isso na minha cabeça não foi fácil.

Minha prática social era passar o tempo estudando. Fora do âmbito do colégio era a JEC, festinhas, discussões, etc. E foi através desse elemento extremamente modesto e limitado que comecei a perguntar-me sobre minha relação de classe, de minha solidariedade e aliança com tal e tal classe social, mas tudo ainda ao nível das idéias.

A minha experiência da JEC foi sobretudo um contato com os dominicanos. Na época a proporção de pessoas de JEC e JUC que entravam para os dominicanos era enorme. Muitos saíram depois, mas a proporção ainda é bem grande. Consolidei o meu desejo de entrar para os dominicanos e pude ter contatos com homens extremamente abertos e estudiosos, que se preocupavam com a vida real dos homens e procuravam dar uma resposta aos problemas da sociedade brasileira. O desejo de tornar-me dominicano era uma espécie de continuação em profundidade da experiência da JEC.

A realidade brasileira

Vou para Juiz de Fora em 1962. Era o grande momento da Ação Católica no Brasil, profundamente politizada. É o momento da fundação da Ação Católica, Ação Popular, participação política, reformas de base e já tendo como objetivo (ainda que confusamente) um Brasil socialista. Vivi intensamente esse processo de movimento popular, e com grande emoção esse processo de conscientização. Lembro-me que tive uma disputa com meu professor de português no colégio, em 1963. Ele nos havia dado como tema de dissertação para o exame o poema de Antero de Quental *Nas Mãos de Deus*. Um colégio católico, um

professor, um soneto: *Nas Mãos de Deus*. Fiz uma dissertação politizada, onde insisti muito no termo e na idéia de conscientização. Quando o professor corrigiu a dissertação me veio fazer a observação de que ele estava de acordo, que a minha dissertação não estava ruim, mas termo conscientização, para ele, era um péssimo neologismo e o máximo que ele permitia que eu falasse era consciencialização!

Achava que o futuro do Brasil estava nas nossas mãos, que a revolução seria no dia seguinte, que aquela imensa organização popular de sindicatos rurais e operários, as ações da CGT, isso tudo só nos podia levar à revolução brasileira. Essa revolução para nós da JEC, de pessoal de curso secundário, significava acabar com o analfabetismo, com o problema da fome, com as doenças endêmicas, com a não-participação política da imensa maioria da população brasileira. Acho que são idéias ainda válidas, ainda são elementos fundamentais de nosso combate. Resultado da formação privilegiada que tive, o grande sintoma de uma verdadeira transformação revolucionária seria o fato de que todo homem teria o mesmo acesso à cultura. Eu ainda espero que isso chegue para toda a população, mas hoje eu vejo essa chegada de uma outra forma. Acho que sou menos ingênuo hoje. Era utopia talvez, mas creio que era uma utopia revolucionária!

Ao nosso ver, a revolução estava chegando. O comício de 13 de março de 1964 foi um desses momentos. Eu o vi pela televisão, e para nós era uma experiência forte. Foi um grande choque quando 20 dias depois recebemos a notícia do golpe de Estado. Recebi essa notícia ainda em Juiz de Fora. Era o meu último ano escolar. Nesse grupo de estudantes, dois terços eram de Ação Católica. Lembro-me muito bem, pois estava escutando o rádio em casa. Eu ouvia o dia todo, pelas rádios de Juiz de Fora, boletins militares, e sempre com esse prefixo: «Aqui é a rádio tal, Juiz de Fora, Minas Gerais, capital revolucionária do Brasil». Foi de lá que partiram as tropas que iriam «fazer a guerra» com as tropas que se deslocavam do Rio. Mas a guerra não houve! O que houve foi o golpe de Estado. Já na manhã do 1 de abril esse golpe significou, pelo menos para a minha turma do colégio, o desencanto e o medo. Porque já nessa manhã muitos dos meus colegas foram cercados pelos grupos de direita da cidade, e alguns ameaçados fisicamente pelo grupo Tradição, Família e Propriedade.

Foi assim que comecei a viver o golpe de Estado. Com medo, de um lado, e, por outro lado, com raiva, percebendo o que iria significar.

Durante algumas semanas ficamos na expectativa, não podíamos fazer nada. Como disse, minha prática social era com os amigos da JEC, e curtimos juntos a nossa tristeza. Íamos sabendo da situação: os generais democratas destituídos de seus coman-

dos e presos; os líderes sindicais presos, os deputados, ministros, populares ou de esquerda, demitidos ou presos. Começamos a ver que essa quartelada era mais séria do que parecia inicialmente. E essa descoberta foi o início de nosso aprendizado. Começamos a entrar na história da sociedade brasileira ...

Entramos na história da sociedade brasileira pelas portas da ditadura. Isto é, com tudo o que viria, os suplícios, as torturas, as prisões, os partidos na clandestinidade, o silêncio imposto pelas armas, a censura, o medo. Tudo aquilo que havia nos animado a viver desaparecia, e em função disso, a partir dali, iríamos decidir sobre as nossas vidas.

O resultado fora um equívoco: para os golpistas que queriam se apresentar como revolucionários, quando não o eram, e equívoco para nós, antes pensando ser revolucionários, e agora considerados reacionários pelo prefixo das rádios de Juiz de Fora.

A descoberta da miséria no Brasil

Já mesmo em Formiga, pela força das coisas, pela situação da cidade, eu aprendi muito e me dei conta da miséria no Brasil. Fui a partir de então receptivo ao que propunha a JEC no Brasil. Através da JEC, onde sempre estive «na base», tínhamos alguns contatos com o meio operário, e tive a oportunidade de fazer algumas experiências de alfabetização, algumas descobertas e reflexões sobre a realidade brasileira. Havia um esquema para isso. Todo mundo devia aprender a fazer conferências, isto é, «nuclear» os outros, como a gente costumava dizer, esquema que consistia em analisar a proporção da miséria na sociedade brasileira, quanto por cento de analfabetos, gente que morria porque não comia. Nesse sentido tinha uma consciência muito aguda, intelectual, claro, mas que era cada vez mais vital. Com a instauração do golpe de Estado o meu contato com o meio operário se alargou, inclusive com operários que tinham que se esconder. Tive contato com os trabalhadores das minas, com a miséria em que viviam e a repressão que estava se abatendo sobre eles. Mas fundamentalmente eu não ousou dizer que estava identificado materialmente com as classes populares brasileiras. Havia uma relação profunda, afetiva, mas eu não era vítima da mesma opressão. Eu não tinha nenhuma ilusão sobre isso.

O resto do ano 64 transcorreu nesse clima. O que fazer nessa ditadura que está se implantando cada vez mais? O tipo de resistência que se estava levando não era possível para aquele momento. Vivemos durante um certo tempo uma decepção profunda. Embora não tivéssemos perdido nossas convicções, os nossos sonhos se desfizeram e as nossas ilusões desapareceram.

Estávamos diante de uma situação que ia tornar-se cada vez mais grave e nós não estávamos aparelhados para enfrentá-la. Eu utilizaria, para definir pelo menos o meu estado de espírito naquele momento, a frase de um grande historiador francês, Marc Bloch, quando da invasão da França pelos nazistas: «Nós somos os vencidos provisórios de um destino ingrato».

Veja bem, eu tinha 17 ou 18 anos, um adolescente junto a outros adolescentes que se sentiam, muito modestamente, responsáveis pela sociedade brasileira. Não podíamos aceitar o que a ditadura pretendia ser, ou seja, uma revolução. Para nós ela era tudo o que havia de oposto a uma revolução. Essa convicção de base foi o que permitiu a nós cristãos, pouco aparelhados politicamente na época, analisar a situação, o que nos permitiu que em nenhum momento fôssemos enganados pela ditadura. Eu não me lembro de ter ouvido nenhum de meus camaradas dizer: «Vamos esperar, que isso pode ser positivo». Nenhum! Isso no momento em que a maioria da Igreja, ou a sua totalidade, estava do lado da ditadura, organizando as marchas com Deus e pela propriedade, em que a direita católica funcionava em todas as partes do Brasil. Nós, na Ação Católica, éramos muito mal vistos pelo episcopado, vivíamos em conflito com a hierarquia, éramos uma minoria marginalizada, mas estávamos convencidos de nossa caminhada.

Para nós, estava claro que a ditadura era um movimento da reação contra a ascensão das forças populares, contra a luta pelas reformas de ensino, reforma agrária, contra a decisão de nacionalizar toda a estrutura da indústria de petróleo. O caráter da ditadura era antipopular, e como tal tinha que ser combatida. O problema era, e ainda o é onze anos mais tarde, saber como a combater e com quem.

A grande lição que tirei dessa situação é que para nós, cristãos, uma certa caminhada que havíamos feito até então já não era mais possível. E foi a partir de então que a idéia de um partido político, utilizando instrumentos políticos de análise de uma realidade social, se impôs. Até então achamos que a nossa generosidade, a virulência do Evangelho bastariam para transformar a realidade, e aprendemos com a ditadura que isso só não bastava. Percebemos que os autores mesmo da ditadura reivindicavam também o mesmo Evangelho! Começamos a sofrer na carne essas contradições. Antes, classificávamos um bispo de direita e pronto. Isso nos dava boa consciência.

Quando veio o golpe, quando vimos que uma boa parte da população o aceitava, começamos a pensar que as contradições deviam ser mais profundas. Isso nos levou a uma outra radicalização, de tipo político, além de uma série de outras radicalizações como a de tipo existencial. Aí aparece essa geração um pouco perdida diante do golpe de Estado. Para quem tinha feito a

experiência da ditadura do Estado Novo, pode ser que a encaenação da ditadura de 1964 tenha sido vista como um episódio da luta de classes. Mas nós não tínhamos experiência de outra derrota, e isso nos marcou muito. Nós pensamos que estávamos às portas de uma crescente revolução e de repente nos vimos diante de uma derrota deste tamanho ... Foi, na época, uma derrota fundamental!

Vida dominicana

Terminei o meu curso secundário no ano de 1964 já decidido a entrar para os dominicanos. Vou de férias em Formiga e em janeiro de 1965 entro para o noviciado, isto é, a formação intensiva para a vida dominicana. Ano de estudo, de silêncio, de trabalho manual e oração. Éramos 12 noviços, de várias partes do Brasil, a maioria da Ação Católica. Hoje vejo entre outros motivos que essa entrada de muita gente da AC em 1965 no noviciado, com a consciência política que era a nossa, como uma tentativa pessoal de encontrar um caminho nesse Brasil dominado por uma ditadura.

Esse ano de noviciado, apesar das aparências, não foi monótono. Nossa vida era muito organizada e dinâmica. No fundo, não estávamos separados da realidade brasileira. Havia muita discussão entre nós sobre os caminhos, os rumos do Brasil sob uma ditadura militar, do papel da Igreja, e um contato semanal concreto com o «mundo», no nosso dia livre, que aproveitávamos para contatos. Íamos visitar intelectuais para discutir sobre literatura, sobre política. Convidamos periodicamente certas pessoas para falar no noviciado. Foi assim que tivemos a visita do padre Henrique Vaz, que na época já tinha sido colocado na berlinda, por causa de todo o papel que ele tinha tido na Ação Católica e que se não fora preso tinha sido interrogado pela polícia. Veio falar sobre consciência histórica e a crise mundial. Era um homem que refletia diante de nós, discutindo de uma maneira muito profunda e livre. Veio o ex-ministro Milton Campos, que havia renunciado pouco antes ao cargo de ministro da Justiça do governo de Castelo Branco, e eu me lembro que nós fomos ao seu encontro com um pé atrás. Para nós, já era uma «capitulação» conversar com um antigo ministro da ditadura. Mas, por delicadeza, fomos a ele dispostos a ser meio impertinentes e a contestá-lo. E encontramos um homem, senador e ex-ministro, simples, disposto a conversar sem problemas. A maioria de nossas questões foi sobre o problema das torturas. Na época, quase ninguém tocava na questão das torturas em nosso meio católico; ela não existia! No máximo, seria um excesso de tal ou qual funcionário da ditadura, pouco instruído. Mas para nós, porém, já

era um dado sistemático. Perguntamos como ele podia acobertar, jurídica e moralmente, torturas e prisões. Ele, como um liberal, desenvolveu suas razões e convicções diante de nós, que acredito correspondiam às suas verdades, pois era suficientemente íntegro. Respondeu que cada vez que recebera uma denúncia formal de tortura ordenara uma investigação, e que um dos motivos de sua renúncia é que havia se dado conta de que realmente havia torturas.

O Castelo Branco, em 1965, esteve em Minas e se hospedou no palácio do governo, perto de nosso convento. Um dia, enquanto passava com toda sua corte, nós fizemos um pequeno ato de protesto interno detrás das janelas do convento: isto é, um protesto silencioso, durante o qual pensamos da ditadura cobras e lagartos ...

Tudo isso é para dizer que continuávamos ligados à realidade brasileira. O contrário teria sido impossível e impensável, por causa das opções e convicções que tinham nos levado à ordem dominicana. Além do mais, a atualidade brasileira daquela época invadia a vida de nossos conventos, e se nós não nos ocupássemos dela ela se ocuparia de nós. Os ataques aos dominicanos, já na época, eram fortes, por parte da Tradição, Família e Propriedade e dos bispos. Segundo diziam, desde 1965, havia um decreto na mesa do Castelo Branco para expulsar os dominicanos do Brasil.

Desses 12 noviços de então, sobram hoje quatro. Desses quatro, dois estiveram presos no Brasil por quatro anos e dois estão no exílio há cinco anos. Na época, tínhamos uma convicção profunda do que chamei a virulência do Evangelho, isto é, o caráter «revolucionário» do Evangelho. Reduzimos a questão ao aspecto mais elementar, e essa crença nos ajudava a viver as próprias contradições, que serão mais elaboradas a seguir.

Terminei o noviciado em fins de 1965 e vou para São Paulo a fim de iniciar meu curso de filosofia. Na época o convento de São Paulo devia ter mais ou menos 50 frades, o que para o Brasil era um grande convento. Vou começar o curso de filosofia num contexto de crise da Igreja, que no noviciado não havíamos sentido tanto, mas que em São Paulo vai se tornar muito patente. Talvez porque ali teríamos de nos ocupar intelectual e vivencialmente da mesma.

No curso de filosofia, programado para três anos, sua insistência era sobre o tomismo. De nossa parte havia uma resistência contra isso, mas que não sabíamos formular, ou que formulávamos mal. Havia a oportunidade de estudar outros autores, como Descartes, Kant, Kierkegaard e Heidegger. Já essa variedade de autores contrabalançava um pouco a hegemonia do tomismo. O nível de ensino era bom. Havia um grande esforço pedagógico de estudar se possível nos originais.

Havia da parte de muitos de nossos professores uma tentativa de compreensão de cada sistema de pensamento, de cada filósofo, o que implicava a existência de verdades setoriais, e não de uma verdade filosófica total, o que foi para mim na época uma arma contra o dogmatismo, o sectarismo e a intolerância. Foi muito positivo ouvir professores dizer: «Não há que julgar esse autor antes de estudá-lo, antes de captar o seu pensamento». A filosofia não era mais considerada como a serva da teologia — na velha tradição escolástica —, mas como uma *démarche* autônoma. O fato de ser obrigado a confrontar as poucas idéias que tinha com os sistemas filosóficos diferentes me levou a uma série de abalos e crises. Era obrigado a repensar tudo e pronunciar um novo julgamento sobre a realidade e sobre as minhas idéias. E essa crise me levou a duas resoluções imediatas.

A primeira foi a de romper momentaneamente com a idéia de uma só verdade filosófica, absoluta, planando acima das contingências históricas e independente do movimento real e profundo da existência histórica dos homens. A conseqüência disso foi que decidi adotar metodicamente uma linha filosófica ou um sistema filosófico preciso, a fim de compreendê-lo e, se possível e se preciso, assimilar sua *démarche*. Mas eu não sabia como escolher tal autor ou sistema. Até hoje me debato com essa questão. Ainda guardo um interesse filosófico, na medida em que a filosofia não é só uma tentativa de interpretação do mundo, mas de sua transformação ... Dois sentimentos me eram relativamente confusos.

Um deles era que o pensamento tomista, que havia formado durante vários séculos gerações inteiras de dominicanos, não me parecia mais corresponder às exigências de verdade que havia em mim. Penso aqui no aspecto filosófico e não tanto no aspecto teológico. Esse pensamento filosófico, pensava eu na época, era completamente tributário do contexto que o viu nascer e eu não conseguia mais concebê-lo como ainda operacional, como válido, como verídico para o nosso tempo. Formulava isto muito mal, mas o sentimento estava lá, bem forte em mim, bem presente. Mais tarde, chegando na França, vou descobrir com muita alegria o texto de um dominicano francês da velha geração, especialista em filosofia da ciência, um homem que conhece muito bem não só a filosofia tomista mas também Hegel. Ele escrevera em 1964 um texto que nunca foi publicado porque as autoridades eclesiásticas «desaconselharam» a publicação e que permanece inédito até hoje. Nesse texto, ele examina toda a tradição do pensamento tomista e sua renovação na França no início do século XX, e chega à conclusão de que essa renovação tomista já havia cumprido seu papel histórico e não tinha mais significação. Constatando isso, escreveu, em conclusão, uma frase que li com muito interesse, porque dá a idéia do que pensava na época: «O refluxo que foi esse grande sopro de vida, isto é, a recuperação histórica

e literária do pensamento vivo de São Tomás, deixa hoje bastante desamparados muitos de nossos jovens irmãos dominicanos e teólogos. A que tarefa se consagrar e como? A que certeza se confiar? Quais os fantasmas que é necessário de uma vez por todas, e seriamente, exorcizar? Qual o caminho a seguir?»

Eis aí as questões que eu não pude formular na época. Acho que muitos outros compartilham do mesmo sentimento.

A segunda resolução com a qual me debati eu a resumiria dessa forma: o pensamento, filosófico ou não, precede necessariamente à ação. O pensamento só pode ser verdadeiro quando ele parte do movimento profundo da história dos homens, de seus conflitos, de suas aspirações, de suas esperanças, de seus fracassos. Pensar não é só acumular verdades, mas, sobretudo, construir um saber necessário e útil, elaborar os dados fornecidos pelas experiências e transformá-los em instrumento colocado ao serviço da libertação real dos homens. Essa a intuição que estava na base de meu pensamento, na época. E concretamente foi esse sentimento ainda confuso que me levou a interessar-me progressivamente pelo estudo do marxismo.

O itinerário que segui no estudo de Marx não foi dos mais lineares. Como eu ainda tinha um certo receio de não compreender os escritos de Marx, esquivei essa dificuldade preferindo ler os seus comentadores. O que vou fazer a partir de dois autores franceses, Garaudy e Althusser. Na obra de Garaudy pude refletir sobre o que era chamado na época o diálogo entre marxismo e cristãos.

Hoje sou profundamente crítico face aos escritos de Garaudy, mas devo reconhecer que na época ele me propiciou conhecer, senão o pensamento de Marx, pelo menos algumas tendências do movimento comunista internacional. E isto não me deixou indiferente. A leitura de Garaudy foi para mim uma etapa, foi um aprendizado. A sua insistência quanto ao humanismo de Marx foi para nós muito sensível. Essa leitura do marxismo através de Garaudy despertou em mim um desejo de aprofundamento de problemas do marxismo. Aliás, a essas alturas, Sartre já havia decretado que o marxismo era a teoria de nossa época, e esse problema se fazia sentir para nós cristãos brasileiros de maneira concreta a partir da revolução cubana, e das figuras épicas, bem latino-americanas, de seus dirigentes. Confesso que a atividade, a vida, a obra e a morte de Guevara foram uma coisa que me marcou profundamente. Um pouco antes houve a morte do padre guerrilheiro Camilo Torres. No meu espírito, esses dois exemplos reforçaram minha convicção de que havia um encontro possível entre marxistas e cristãos. Tudo isso reforçava o desejo de estudar a obra de Marx.

Quanto à leitura de Althusser, ela me permitiu refletir sobre os escritos de Marx. Aí já não era tanto uma introdução à sensi-

bilidade marxista, ou elementos sobre o movimento comunista internacional ou o humanismo de Marx, mas uma maneira de ler Marx. A especulação filosófica da qual eu andava meio desencantado, recobrava então, com Althusser, os seus direitos. O fato de que esse filósofo se ocupava da «teoria de nosso tempo», isto é, do marxismo, bastava, era um motivo sobejamente legitimador da especulação filosófica. De repente, para mim, leitor sem dúvida apressado, tudo ou quase tinha sido relegado às trevas da ideologia em nome da «teoria», isto é, o marxismo. O que me colocou algumas questões, algumas mesmo dramáticas, sobre o estatuto da fé cristã que eu professava. Mas o tempo (ou a dialética, sei lá) iria decantar lentamente todo esse amontoado de questões e iria deixar em mim, sob a influência de Althusser, a lição de uma leitura rigorosa de um autor a ser aplicado não só a Marx como também a outros autores. Comecei a aprender que havia uma ciência do texto. E esse aprendizado iria modificar muita coisa em minha vida. Essa experiência, filosófica, pequena, iria desencadear em mim uma inspiração latente, que era a de dedicar aos estudos históricos. E foi assim, quando ainda cursava o 2.º ano de filosofia no convento, que me matriculei no departamento de história da Universidade de São Paulo. Imbuído da convicção althusseriana, na época, de que a história era o continente do saber, como ele dizia, e a terra fértil de todo esforço de reflexão. Passei três anos na USP. São três anos de descobertas. Mas não vou poder terminar o quarto porque terei que sair clandestinamente do Brasil. Em novembro de 1969, tive que me esconder, para não ser preso pelo DOPS paulista, ou mais precisamente, pela equipe de Fleury.

Os impasses da sociedade brasileira — crise religiosa

Os últimos anos passados no Brasil, antes da etapa do exílio, serão muito importantes para mim talvez por todas as dificuldades encontradas. Dificuldades que, se foram ressentidas pessoalmente, estavam longe de serem de origem exclusivamente pessoal.

O impasse político em que se encontrava a sociedade brasileira sob a ditadura militar parecia se consolidar cada dia mais. Diante disso eu me colocava perguntas elementares. O que fazer, como combater a ditadura? Pela arma da crítica ou pela crítica das armas? Um outro dado era a situação da esquerda brasileira na época, marcada por rupturas, dissidências, separações, o que complicava ainda mais o panorama. A impressão que tenho de seis anos atrás é a de que havia um certo desespero, um certo não saber para onde ir, o que fazer.

A crise institucional da Igreja para os setores a que eu estava ligado era positivamente bem-vinda, na medida em que tínhamos a pretensão de combater o que existia de reacionarismo e de imobilismo dessa instituição. Havia o outro lado dessa crise, e que correspondia aos fundamentos mesmos da nossa fé cristã e que era muito mais que a simples crise da instituição católica. Tudo, ou quase tudo, estava sendo colocado em questão. Os problemas de nossa forma de vida, de moradia, da maneira de vestir do setor clerical. Toda essa crise, todo esse questionamento, exigia uma resposta, e sentíamos que ela não podia ser simplesmente intelectual. Era a nossa própria vida que estava em jogo, era nosso equilíbrio humano!

Muitos vão deixar a Igreja, seja porque já não mais professavam a fé cristã, seja porque preferiam professá-la de outra maneira, às margens da instituição ou mesmo contra ela. Os que ficaram, e que ficaram não sem partilhar muitas das questões dos que partiram, se veriam obrigados a uma reflexão em profundidade do estatuto de sua fé. Essa reflexão exigiu de nós muito esforço, e continua ainda hoje.

Sumariamente, eu caracterizaria nosso esforço prática e teórico como tendo em vista a apropriação da virulência da mensagem evangélica contra todo uso reacionário que, seja a própria instituição religiosa, seja a sociedade, queira fazer dela. Se isso é utopia ou não, sei lá, a história dirá. Enfim, isso caracterizaria um pouco o que a gente viveu na época.

Eu diria que a crise mais atroz da minha existência até hoje foi a aproximação que fiz através de Garaudy e de Althusser, mas também de Marx, do marxismo. Foi uma crise exigente que abalou os fundamentos de muitas questões de minha vida. A fé, que eu professo ainda hoje, já não existe mais na ignorância das questões colocadas pelo marxismo ... E houve um certo momento em que em nome dessas descobertas marxistas que estava fazendo eu quis mandar às favas minha vida de dominicano, minha fé cristã. Estive próximo de fazê-lo em nome da minha descoberta, muito modesta, do marxismo.

O que me permitiu não fazê-lo eu acho que foi o esforço comunitário, de reflexão, de vida, de prática, porque havia entre um grupo de dominicanos um contato muito profundo. Isto era o elemento de ponderação, porque você não conseguia decidir por você mesmo, em relação à repercussão de sua problemática na comunidade mais vasta à qual se estava ligado. A fé religiosa, cristã ou não, é um fenômeno profundamente arraigado, não é apenas uma ideologia. Ela é ideologia, e mais uma série de outras coisas que não se podem ignorar. A fé cristã envolve, e este é um dado que deve ser levado em conta. É possível que esse arraigamento da fé cristã tenha me impedido de fazer uma outra opção do dia para a noite.

Eu transportei essa crise comigo por muito tempo, discuti comigo mesmo, coloquei questões para mim e para outros, procurei ler, e tudo isso balizou o meu itinerário. Mas num certo momento estive próximo de romper com tudo em nome da experiência que estava fazendo do marxismo. O que ficou? Ficou esse dado de fundo, coisas que em mim foram abaladas, no sentido positivo, dessa descoberta do marxismo, ficou e fica ainda uma certa exigência de lucidez quanto à análise de uma sociedade. Eu não tenho a pretensão a partir de um certo momento de analisar a sociedade através do Evangelho, acho que nem mesmo o Evangelho permite, e nem é feito para isso. De modo que procuro, modestamente, analisar a sociedade com instrumentos que, entre outros, são fornecidos pelo marxismo e ficou o que eu chamaria uma suspeita fundamental, consciente, hoje em dia em mim, com relação à prática de minha fé cristã. Acredito não mais ignorar os riscos que podem acobertar a vivência da fé cristã e procuro levar em conta o marxismo mas não só ele como uma espécie de suspeita, de elemento crítico da minha vivência cristã. É claro que, para justificar tudo isso, devo dizer que, na medida mesmo que comecei a estudar Marx, o pensamento dele seria objeto de seu próprio método de análise. Comecei a desdogmatizar o seu próprio pensamento. E creio que isso veio da experiência que estou tendo aqui na França.

Etapas de uma experiência política

A primeira etapa foi a etapa politizada e politizadora da Ação Católica e da JEC. A partir daí comecei a ver a política mais seriamente do que antes. Essa fase foi marcada pela idéia de que a fé cristã deveria exercer impacto sobre a organização estruturalmente injusta da sociedade brasileira, e que a fé cristã deve viver e manifestar-se no interior da história dos homens. Isso já significava colocar a fé cristã numa outra direção política. Essa etapa foi uma primeira tomada de consciência, vaga. Não dispunha então de instrumentos rigorosos para analisar a sociedade brasileira. Eu tinha uma série de idéias, de sentimentos, uma sensibilidade quanto à miséria no Brasil. Enquanto programa político, se posso colocar essa questão, havia alguns tópicos como por exemplo o problema da luta contra o capitalismo, o reconhecimento de que havia no mundo um processo de socialização, a linguagem das enciclopédias papais, em suma, a luta pela justiça social e pela dignidade do homem. Na época, esses tipos de idéias já eram um avanço considerável nos meios cristãos.

A segunda etapa, já sob influência do marxismo e dos marxistas, foi a de que os bons sentimentos não bastam para fazer uma revolução. Há que analisar a sociedade, concretamente, a fim de

poder transformá-la. O marxismo aparece como instrumento útil de análise de transformação dessa sociedade. Houve por minha parte a recorrência ao marxismo como uma espécie de tábua de salvação, para nós que estávamos meio perdidos nesse momento. Para muitos esse recurso ao marxismo talvez tenha sido meio ingênuo, meio romântico. Havia contudo uma determinação bem segura: combater a ditadura e lutar por um regime radicalmente diferente, o que na prática resultava lutar pelo advento de um regime socialista para o Brasil.

Um dado interessante foi a associação entre o tema da guerrilha e o tema do marxismo. Isto é, a influência de Che Guevara e de Camilo Torres, entre o marxismo e o cristianismo, e ambos morrendo quase que da mesma forma e de armas nas mãos num combate guerrilheiro. Tudo isso, agindo no interior de nós, levou a essa associação: a forma latino-americana do marxismo é a guerrilha!

A partir daí eu me senti muito mais próximo dos que pensavam dessa maneira, os guerrilheiros de salão, todo esse folclore que a gente conhece, mas eu senti que estava também com gente para quem a questão da guerrilha não era uma questão de moda. Foi então que através desses contatos, e levando em conta a evolução que eu fazia por minha própria conta, me liguei, de uma forma modesta e precisa, a certos grupos que estavam trabalhando nesse sentido. O meu trabalho consistia, segundo consta das acusações que a polícia faz contra mim, em ajudar esses grupos. Minha militância foi nessa linha. Como dominicano, tinha uma vida legal, não tinha condições nem via muito na época como assumir uma clandestinidade. Tratava-se de ajudar esses companheiros que estavam agindo.

Essa forma de militância não foi de minha parte um ato de generosidade. Os companheiros não necessitavam de generosidade assim. Ela foi um resultado de certas convicções políticas precisas. Eu militei à minha maneira, como julgava possível e eficaz. Analisando hoje alguns aspectos dessa forma de luta, constato que ela terminou por aparecer como um fracasso político, pois que partia de pressupostos que havia nesse movimento de luta armada então eram, primeiro, um repúdio da forma leninista de partido político. Esses grupos tinham na maioria uma estrutura não leninista. Segundo, faziam uma crítica mais ou menos consciente da burocratização da idéia da revolução. Nós sonhávamos naquela época com uma revolução que viria de uma insurreição popular seguindo o exemplo da «vanguarda» que havia começado o movimento.

Havia também em tudo isso alguma influência de Clausewitz, o clássico da teoria da guerra, talvez muito maior que a influência de Marx. O Clausewitz com sua frase «a guerra é a continuação da política por outros meios» pode acobertar para

um militante de esquerda um certo apelo ao desespero. Ou seja, já que não conseguimos fazer política, vamos fazer a guerra que é a política continuada de outra maneira. Havia através disso tudo a vontade de criar uma situação de fato que permitiria à esquerda brasileira alargar suas bases, aperfeiçoar seus métodos de combate a fim de derrubar a ditadura e implantar um novo regime social. Eu acredito que existia esse radicalismo, essa incapacidade de paciência histórica necessária a qualquer trabalho mais profundo. Essas observações estavam mais ou menos na minha cabeça.

A terceira etapa da minha formação política vai ser o exílio.

O processo do exílio

Vários companheiros tinham sido presos. Quanto a mim, já estava com um pé atrás, esperando a chegada da polícia. Não me fazia muitas ilusões, porque se a polícia viesse me buscar porque ela iria tentar me manter na prisão por um bom tempo. De repente, sob tortura, certos companheiros mencionaram o meu nome. E através de certos indícios de que dispunha desconfiei de que havia algo no ar e tomei certas decisões que ao meu ver se impunham. Saí do lugar onde morava num apartamento no centro de São Paulo com uma equipe de dominicanos.

Saí com o espírito de passar não mais de três dias fora. Queria ver se estava sonhando ou não. Será que a polícia viria me buscar? Em menos de 24 horas, de uma maneira que ainda hoje prefiro não mencionar, iria me dar conta de que a polícia não só estava me procurando, mas já havia localizado o lugar onde morava e estava me esperando armada. Só na França é que eu vim a saber que escapei da prisão por questão de horas, pois 4 ou 5 horas depois de ter saído de casa a equipe do Fleury chegou para me prender. Chegaram, mas não me encontraram nem sabiam onde estava, já que a primeira coisa que fiz foi não dizer para ninguém para onde ia, e a segunda coisa não deixar em casa nenhum indício que pudesse fornecer endereços ou contatos.

Mas eu saí mais para observar de longe uma movimentação policial que começava a intensificar-se em certas áreas que eu freqüentava, do que propriamente para fugir ou entrar na clandestinidade. Então, minha preocupação naquele momento foi a de levar comigo alguns objetos pessoais numa pequena pasta e os meus instrumentos de trabalho, que consistiam em alguns livros, pois que eu dava aulas num colégio de São Paulo.

O que viria a se passar foi que fiquei muito tempo escondido no Brasil, esperando a ocasião para sair, clandestinamente, do país. E esses meses foram muito difíceis. Havia me imposto draco-

nianamente todas as medidas de segurança, mas apesar disso passava todos os dias esperando a chegada da polícia. Felizmente, nunca veio! Vivi isso com muita tensão, num contexto complexo. As rádios, a TV, jornais, só falavam de prisões e tiroteios com a polícia dos chamados «terroristas», que era o nome «oficial» pelo qual a polícia designava todos os militantes políticos que ela procurava. E para quem estava escondido como eu, praticamente sem contatos com o mundo exterior, a sensação era que a polícia política da ditadura estava presente em toda a parte, que ela era quase onipotente.

Tive que aprender, após várias semanas, a relativizar essa sensação. Mas nas semanas iniciais eu esperava a polícia tensamente. Na época tinha a impressão, impressão que se mostrou falsa, de que se eu sáísse nas ruas todo o mundo iria me reconhecer e avisar a polícia. Se tinha que tomar um ônibus, tomava todas as precauções possíveis e imagináveis: mudar minha fisionomia, tomar o ônibus num certo lugar, descer em tal outro, etc. O resto do tempo no esconderijo permanecia quieto no lugar onde estava. Durante vários meses esse lugar se resumia a quatro paredes, um quarto, onde não tinha quase nada para fazer, nem para ler com três ou quatro livros, não mais.

Depois, quando as tensões diminuíram, aproveitava para pensar, e para dormir. Dormi muito, mais ou menos 11 horas por dia. Tive uma grande vontade de escrever para mim mesmo, mas não me permiti fazer isso, pensando, como diz o provérbio, que *scripta manent* ... E a minha verdadeira obsessão era a de não deixar nos lugares onde eu passava indício nenhum. E de estar pronto para deixar o lugar onde vivia em questão de segundos. Saía somente quando as circunstâncias exigissem. Os contatos que tinha eram poucos, limitados e precisos. Uma coisa que fiz muito durante esse tempo foi estudar o plano da cidade e decorar ruazinhas por aqui, ruazinhas por ali, o que era uma maneira de passar o tempo e variar o meu itinerário. Diverti-me com esse tipo de coisa. Durante todo esse tempo passado no Brasil fiquei esperando que tais e tais condições fossem reunidas para que eu pudesse sair do país. E encontrei todas as minhas energias nessa tarefa. Porque, ao meu ver, a alternativa era simples para mim. Ou o exílio ou a prisão. E ficar no Brasil naquela condição seria um risco muito grande para outras pessoas, sem falar para mim mesmo. E como a idéia de me entregar à polícia nunca tinha vindo ao meu espírito, o meu dever então era me preparar para deixar o Brasil, sem saber muito bem para onde ir e em que condições, embora eu pensasse que o melhor fosse a Europa.

Li nos jornais um texto dos dominicanos franceses de solidariedade aos dominicanos brasileiros. Imaginei que, se eles tinham manifestado essa solidariedade, estariam dispostos a me

acolher. Senti-me mais confiante e a partir disso elaborei o meu plano de saída.

Fui para o Chile porque sabia que havia por lá brasileiros que conhecia e a quem eu iria pedir ajuda: um deles me ajudou enormemente todo o tempo que lá estive. O meu plano era ficar alguns dias a fim de regularizar meus documentos para viajar à Europa e escrever a um dominicano que estava em Roma.

Recebi dias depois uma resposta extremamente fraterna e reconfortante, e aí senti que o meu contato com a ordem estava retomado e que eu seria ajudado. A partir daí me senti livre e comecei a organizar o que necessitava em vista da viagem. Mas, pela força das coisas, ao invés de ficar uns dias, acabei ficando alguns meses. E para facilitar a vida desses amigos brasileiros que estavam me ajudando resolvi ir para um dos conventos dominicanos em Santiago e pedi a eles que me acolhessem por um certo tempo. Eles me acolheram, não sem reservas; sou-lhes grato mas foram alguns meses extremamente chatos. Havia uma tensão muito grande: boa parte desses dominicanos era de origem espanhola e havia vivido em países como a China e Vietnam antes da instalação do regime socialista, de onde tinham sido expulsos ou fugido. E eles praticamente viviam em função de um anticomunismo primário e fundamental.

Essa minha estada no Chile coincidiu com o fim do governo Frei. Lembro-me muito bem do dia da eleição do Allende. Foi uma grande festa, tive a impressão de ver um grande espetáculo político, para quem estava acostumado com aqueles anos de ditadura militar no Brasil. Nunca imaginaria que três anos mais tarde tudo terminaria na maneira trágica como terminou.

Todo o tempo que passei no Chile fiquei esperando o visto de entrada num país europeu. Seguindo as instruções do assistente dominicano francês, estive primeiro na embaixada da Suíça levando uma carta segundo a qual eu dispunha de lugar para morar, de uma bolsa de estudos, em suma, de todas as condições necessárias para um estrangeiro morar na Suíça. Chegando na embaixada, fui muito bem recebido pelo diplomata de plantão que parecia ser o adido cultural. Ele me encheu os braços de folhetos sobre os lagos suíços, as montanhas e as aldeias, os chocolates, as antigas cidades suíças, tudo! Mas eu não havia aprendido muito bem o que era ser não-turista, isto é, ser um estrangeiro em busca de um lugar para viver e que, além de tudo, estava começando sua vida como refugiado político. O resultado é que durante dois meses a embaixada suíça, que havia recebido meu pedido de visto de entrada no país, me manteve na expectativa. Segundo eles a resposta viria na «próxima semana» e uma ou duas vezes por semana, durante mais de dois meses, tive que ir à embaixada, até que um dia me disseram que não haveria resposta, nem positiva nem negativa, e que o melhor seria eu

procurar outras embaixadas. Foi então que recebi um telefonema da embaixada francesa, para o meu espanto e ao mesmo tempo para minha alegria, anunciando que havia lá uma ordem vinda de Paris dando-me o visto de entrada na França. Corri imediatamente à embaixada e isso ocorreu exatamente três dias antes do final do prazo que tinha para ficar no Chile.

Na época eu teria ido para qualquer país que quisesse me receber. Nessa situação, eu teria ficado no Chile. Mas as autoridades chilenas me avisaram, desde o início, que estavam dispostas a me ajudar em tudo quanto fosse possível mas com a condição expressa e inegociável de sair ao final do prazo para os turistas, três meses. Dentro desse prazo recebi toda a ajuda do governo quanto à papelada para sair e viajar para um outro país. Ia na «Estrangería», onde sempre era tratado com muito respeito, e o delegado que me recebia não entendia como um frade, um *cura*, como ele dizia, era perseguido pelo regime brasileiro que não era comunista! No início tentei explicar, mas pouco a pouco eu vi que o melhor era ficar calado. Isto porque esse delegado começou a se «interessar» muito pela ação dos grupos católicos brasileiros em luta contra a ditadura. Ele estava muito interessado em saber quais os grupos que me esconderam no Brasil, em que cidades, por quanto tempo, etc. Aliás, essa pergunta iria ser feita insistentemente na França por uma funcionária do Serviço de Refugiados da ONU onde tive que ir um momento para tentar conseguir o certificado de refugiado político. Recusei-me terminantemente a responder às suas perguntas, e nossa entrevista terminou aí. Não sabia que as Nações eram tão Unidas assim! Entre as outras portas em que fui bater, caí na besteira de me apresentar na Nunciatura, na embaixada do Vaticano no Chile. Fui recebido por um monsenhor, funcionário da embaixada, que devia ser irlandês, sujeito imenso, de 1.90 m, bochechudo, cabelos escovinha, olhos verdes ou azuis, pesando mais ou menos 100 quilos. Ele me recebeu muito gentilmente, e eu expliquei-lhe minha situação. Queria saber se podia contar com alguma ajuda deles. Monsenhor pensou, pensou, pensou, e me disse para voltar alguns dias mais tarde que ele iria refletir ainda. Voltei na data marcada e a resposta que ele me deu é que não podia fazer nada por mim, que a situação era delicada, etc. Expliquei-lhe que o mínimo que ele poderia fazer era dar-me uma carta de recomendação para uma embaixada, dizendo afinal que ele comprovava que eu era o sujeito que dizia ser. Ah, disse ele, não poderia se arriscar; o núncio antigo tinha sido chamado a Roma, o novo não tinha vindo, e ele não podia decidir nada ... E isso ficou assim até que, já meio desanimado, ia me levantar para sair, quando ele virou-se para mim e disse: olha, eu vou dar um telefonema para a embaixada da Austrália, o sr. vai se apresentar à embaixada da Austrália porque eles precisam de emigrantes no país. Aí eu parei,

e a única coisa que disse para ele é que agradecia muito mas que não estava tão desesperado assim para ir para a Austrália, que eu tinha outros projetos! Para terminar a nossa entrevista, tomei a liberdade de lembrar-lhe que, depois da Segunda Guerra, o Vaticano tinha dado muitos passaportes falsos para nazistas que se refugiavam na América Latina ...

Liberdade do exílio?

Após os três meses de Chile cheguei à Itália onde passei 10 dias e onde pela primeira vez me senti realmente livre, livre de tensão, pois não tive de me apresentar à delegacia, e livre quanto à segurança. Após 10 dias de turismo em Roma vim para a França.

Cheguei em Paris numa tarde sombria, chuvosa, fria e foi aí que comecei a me sentir exilado. A falta de sol, a gente carrancuda, meio distante, foi o primeiro dia em que tive a sensação de ser exilado. Foi aí que pensei que teria vários anos pela frente para viver assim. Fui diretamente do aeroporto para o lugar onde iria morar durante um ano, um lugar a 30 km de Paris, que era um monstro arquitetônico, mas cujo nome é famoso no mundo católico do século XX: Le Saulchoir (o que significa salgueiro ou chorão). Era a Faculdade de Filosofia e de Teologia dos dominicanos franceses, conhecida também pelos inúmeros conflitos ideológicos com o Vaticano.

Essa faculdade era famosa pelo desenvolvimento histórico e teológico do pensamento medieval, sobretudo do pensamento tomista, e durante muito tempo uma faculdade de vanguarda na Igreja. Na época os professores já haviam rompido com a influência exclusiva do pensamento tomista, e seus dirigentes de então insistiam sobretudo sobre a metodologia de um trabalho intelectual, fosse ele histórico, filosófico ou teológico. Procuravam não tanto inculcar um sistema organizado de pensamento, mas, ao contrário, um desejo sistemático de pensar, e de pensar por conta própria. Onde uma verdadeira obsessão, ao meu ver positiva em inúmeros aspectos, de análise textual, de crítica histórica, método que devia ser aplicado a qualquer texto, a começar pela Bíblia.

Por outro lado, havia uma diversidade de pensamentos, de tendências que se afirmavam e se desenvolviam num clima de verdadeira liberdade e de absoluto respeito. O que guardo desse tempo é a lição de tolerância, no sentido o mais profundo e menos equívoco da palavra. Havia lá, entre os professores, especialistas eminentes nos mais diversos domínios, e reconhecidos enquanto tal pelas suas respectivas corporações. O Saulchoir foi para mim um mundo estranho e admirável. O que lhe dava uma relativa

coesão, era, de um lado, a fé cristã, a opção de cada um de seus membros pela vida dominicana, e por outro lado o que eu chamaria de exigência de rigor quanto ao trabalho intelectual. Fora disso, era um mosaico total. No fundo, era um pouco a tradição da *universitas* medieval que continuava. Professores e alunos vivendo sob o mesmo teto, todos consagrados à pesquisa, ao ensino ou ao aprendizado, sob a hegemonia do pensamento teológico. Foi para mim uma experiência, de certa forma anacrônica, nesse aspecto de tradição da universidade medieval. Os professores eram quase todos de origem francesa mas os estudantes vinham de países bem diferentes; havia uma maioria francesa, é claro, mas outros da Noruega, da Iugoslávia, do México, do Haiti, da Costa do Marfim, gente de todo o lado.

Dois dias depois que cheguei, os cursos começaram. Estava me preparando para seguir os quatro anos de cursos teológicos, depois da preparação que tive no Brasil de filosofia. Mal pudera fazer uma visitinha a Paris e me encontrava sentado numa sala de aula escutando um professor, coisa de que havia perdido o costume e o gosto. Sentia-me mais ou menos perdido nesse universo. Apesar de inúmeros estrangeiros, era um universo francês, e, mais ainda, um universo francês intelectual.

Não tinha tempo livre. Quando não estava estudando estava escrevendo cartas e tentando reatar os contatos perdidos depois de muitos meses. Ou então aproveitava para ir a Paris para encontrar os companheiros brasileiros. Foi só então que pude contatar a minha família, que não sabia se eu estava vivo e onde estava. Foi quando escrevi dizendo como estava e onde estava. Foi uma carta que me custou muito, porque durante o período que estava escondido no Brasil o meu pai havia morrido. Eu havia sabido a tempo, mas não pude ir ao seu enterro.

Na França, tudo ou quase tudo era novidade para mim. Passei meu tempo descobrindo coisas e gente, quando não estava estudando. Isso durou dois meses. Por volta do Natal de 1970 o inverno e a saudade, entre outros motivos, me fizeram descobrir o que era realmente ser estrangeiro. Foi aí o primeiro choque. Choque que me veio sobretudo dos meus papéis de identidade, dados pela polícia francesa, isto é, a carta de residente estrangeiro, a carta de refugiado político, o passaporte de refugiado político, etc. Esses documentos me lembravam a cada instante que eu era «estrangeiro»! Estrangeiro e refugiado político. Essa «certidão» civil, mais o frio e a saudade, me fizeram descobrir que o exílio havia começado.

O que fazer diante disso? Primeiro, respeitar profundamente a diferença, a maneira de ser do povo junto ao qual eu iria viver, portanto, de adaptar-me, porém, adaptar-me sem ser assimilado, isto é, sem renegar as minhas raízes. O que ia ser difícil, e que até hoje ainda é, porque ia viver na França, no meio de franceses.

A segunda coisa, seria retomar e intensificar os contatos com os companheiros brasileiros, sobretudo em Paris. Isso não só como uma necessidade psicológica, mas, sobretudo, como um ato político. Encontrar para o bate-papo, para escutar música, tudo isso, mas também para a continuação de um combate político. A gente se encontrava sobretudo ao redor de uma feijoada. Acho que nunca tantos franceses comeram tanta feijoada como depois de 1964...

Pequeno balanço da experiência do exílio

Fundamentalmente no primeiro ano o contato foi com os dominicanos do Saulchoir. Havia muitas vantagens nisso tudo, mas o Saulchoir era um meio muito artificial, e viver lá não agradava muito. Tudo estava voltado para a atividade intelectual e todos os estudantes iriam ser especialistas em alguma coisa. Para os meios universitários franceses a palavra especialista é uma palavra chave. Se a gente não é especialista em algo, ninguém presta a mínima atenção. Eu entrei mais ou menos nesse jogo, um pouco sem querer, porque todo mundo vinha me perguntar o que eu fazia, qual era a minha «especialização». E eu modestamente respondia que no Brasil eu estava me consagrando à história ...

O sentimento que havia em mim, e que começou a intensificar-se, é que a partir daquele momento eu estava cortado do Brasil e que eu devia, senão reconstruir, pelo menos construir de novo a minha vida e que não devia continuar me apegando ao que tinha sido no Brasil. Ainda hoje eu conservo meu interesse pela história do Brasil, mas muito mais como uma espécie de inspiração de tudo o que eu faço para não perder as minhas raízes. Mas o conservo sem grandes ilusões, mesmo porque não disponho aqui de bibliografia necessária e documentos. Esta conclusão foi uma constatação meio atroz. Mas não podia ficar pensando no que havia feito no Brasil porque havia diante de mim quatro anos de estudos.

Como resultado eu diria que esse ano passado no Saulchoir serviu como uma transição suave, uma espécie de lenta ascensão dos degraus do exílio. É bem possível que isto tenha sido um privilégio! Isto é, chegando aqui encontrei logo um lugar onde fui acolhido e lentamente pude ir me adaptando à cultura, à civilização, à sociedade na qual eu estava. Além da sorte de encontrar um pessoal solidário. Nesse sentido, se comparada com a de outros refugiados, minha chegada e minha adaptação foram um privilégio.

Depois vim morar em Paris e meus contatos, seja com os brasileiros, seja com os franceses, iriam intensificar-se. Nos

encontrando, uma coisa que fazíamos era discutir política. Essa discussão, embora tenha me parecido muito desgastante, me foi muito útil, e o é ainda. Talvez esse caráter desgastante de certas discussões políticas seja uma das servidões do exílio. Você está aí cortado de lutas reais, do seu país, e eu diria que é quase normal entrar na roda viva das discussões ...

Eu vim do Brasil acusado pela ditadura de ser «terrorista», partidário da luta armada. Em Paris tive acesso ao arrazoado da Justiça Militar. O chamado Processo da ALN, onde exatamente 137 pessoas eram acusadas de prática «terrorista». Boa parte dessas pessoas estava foragida e se encontrava em Paris.

Entrei em contato com várias delas.

A linha geral das discussões políticas era ditada pela enorme repressão exercida pela ditadura contra as organizações partidárias da luta armada. Um movimento se esboçava lentamente, entre nós, e ao mesmo tempo junto aos franceses, no sentido de denunciar os crimes da ditadura. Começávamos também a nos perguntar se politicamente a luta armada não estava se mostrando como uma forma incorreta de luta contra o regime dos generais. As vitórias sucessivas dos organismos de repressão não podia ser atribuída única e exclusivamente à eficácia cruel dos torturadores. Devia haver outros motivos mais profundos de tipo político-social, e esses motivos tinham que ser esclarecidos. Esse processo de discussão política duraria um certo tempo e levaria muitos de nós a um reexame aprofundado de nossas concepções estratégicas e táticas. Durante esse tempo, de uma maneira ou de outra, fazíamos o trabalho que, no exílio, nos parecia ser o fundamental, isto é, a denúncia dos crimes da ditadura, a denúncia de seus malogros e de sua propaganda mentirosa.

Os frutos desse trabalho são sem dúvida modestos, mas eles existem, em Paris pelo menos. E ele é fruto do trabalho dessas levadas de refugiados brasileiros que chegaram aqui desde 1964. Em Paris, ser exilado brasileiro é fazer parte da chamada «colônia brasileira», isto é, um pequeno e modesto Brasil transplantado às margens do Sena. Uma colônia composta de numerosas províncias, províncias que podiam ser determinadas tanto pelo aspecto geográfico quanto político. Em geral, havia e há as duas coisas. A permeabilidade brasileira, da qual se fala tanto, existe também no exílio. Quanto a mim, eu liguei-me muito mais com os grupos de paulistas; era o pessoal com quem indiretamente mantive no Brasil certos contatos políticos. Eu me senti um pouco perdido nesse meio, mineiro no meio de paulistas; aliás já em São Paulo eu me sentia exilado, pois um mineiro viver fora de Minas já é exílio. Mas enfim, mineiro ou não, de certa forma eu me sinto um pouco deslocado, o que se deve sem dúvida ao meu temperamento, à minha maneira de ser e de não ser, talvez a uma certa timidez, ou pelo fato de, sendo dominicano, ter

uma maneira de vida que não é exatamente a mesma da maioria dos meus companheiros.

Aliás, com os companheiros que freqüente com maior regularidade nunca tive problema nenhum, nunca tive a impressão de que o fato de ser dominicano fosse considerado um obstáculo. Há entre nós uma solidariedade que o exílio reforçou e reforça cada vez mais. É muito mais profundo do que o fato de ser mineiro ou de ser paulista. Mas não sei se poderia dizer a mesma coisa de todos os encontros que tive por aqui com os brasileiros, sobretudo desses encontros onde seu interlocutor fala não tanto a uma pessoa que ri e que chora, mas a uma personagem, no caso a uma personagem dominicana. É personagem que, aos olhos dessa pessoa, você deve encarnar. Isso é sempre um obstáculo a toda conversa. Toda personagem é «máscara», como no teatro antigo, e os encontros nesse nível são marcados por esses equívocos. Em todo o caso, essas são algumas impressões muito rápidas que eu dou da minha participação aqui, e de forma alguma uma descrição da vida desta colônia, porque a vida da colônia é muito mais animada do que estou dizendo.

A transformação da vida pessoal no exílio

A minha impressão é de que todo mundo realmente é, de uma maneira mais ou menos profunda, transformado pelo exílio. Uma das coisas que conta é o problema da idade do exilado. Para falar do meu caso cheguei aqui com 25 anos, tinha sido obrigado a parar com o meu curso de história no 3.º ano. Cheguei na França, comecei logo meu curso de teologia. Aos 24/25 anos a ruptura, que talvez não seja maior do que a dos outros mais idosos mas provavelmente ela é mais dolorosa, porque você ainda não determinou muito bem todos os seus projetos. Você está numa fase de se sentir ligado a um processo histórico de uma sociedade. De repente, tudo aquilo que você queria em seu país, como projeto, vai por água abaixo. Vida profissional, amizades, contatos, tudo é colocado entre parênteses. Como resolver essa situação? Encontrando brasileiros, escrevendo cartas, pensando no Brasil? No fundo, isso te ajuda, mas não soluciona o problema. O corte está aí, ele existe! Achar que o exílio vai durar dois ou três anos teria sido pura ilusão.

A reação imediata é uma certa perda de vontade. Você não se sente muito motivado para retomar os seus projetos anteriores, e menos ainda para elaborar novos projetos. Eu fiquei um certo tempo assim, um pouco nas nuvens. É nesse sentido que disse antes que talvez o ano de passagem no Saulchoir tenha me ajudado a fazer uma transição mais suave, porque me obrigou a pensar e a evoluir no interior dessa questão. E no fim desse ano

decidi lutar contra essa abulia que eu sentia muito intensamente em mim: por que trabalhar? Em vista de que? Para acabar com esses tipos de questões que não levam a nada, que são extremamente ineficazes, decidi logo retomar meus estudos de história. Foi nesse sentido que, ao mesmo tempo em que continuava meu curso de teologia, me matriculei na Sorbonne para terminar minha licenciatura de história. Fiz um ano de curso na Sorbonne. Fiz cursos com A. Soboul, sobre história da revolução francesa, e um outro sobre história econômica contemporânea, um curso cheio de estatísticas, mas excelente, com o Pierre Villar, dois historiadores, de quem eu já no Brasil tinha lido alguma coisa. Cai na besteira de escolher na Sorbonne o que se chamava controle contínuo. Haviam me explicado que o controle contínuo era uma das conquistas das barricadas de maio de 1968. Ao invés de se submeter ao regime antigo, isto é, ao exame geral no fim do ano, o seu trabalho era controlado ao longo do ano escolar. Você faz o seu seminário, apresenta os seus trabalhos e o professor julga tudo isso. Na medida em que você tem uma certa média você está aceito e dispensado de exame. Eu pensei que seria assim. Mas na realidade esse chamado controle contínuo consistia em exames escritos para cada um dos seus certificados cada 15 dias, 20 dias. O fato é que passei meu ano escolar na Sorbonne fazendo exames. Felizmente terminei isso, tirei minha licença e senti que podia reagir contra a perda de vontade e o desânimo. Depois de terminar essa licença, me matriculei na Escola Prática de Altos Estudos para preparar um trabalho de história; estou matriculado lá até hoje. Em quatro anos de minha vida aqui a atividade escolar constituiu o fundamental de minha vida.

Um outro aspecto do exílio que me marcou muito, do qual talvez se fale muito pouco, é a dimensão trágica que ele tem para certos companheiros. Eu diria mesmo que há exílios dourados e não dourados, há exílios gloriosos e outros inglórios. Todos doem, mas nem todos da mesma maneira e eu penso aqui de maneira especial nos companheiros que morreram no exílio, seja por doença, seja acidente, seja por suicídio. E, no caso de suicídio, eu penso sobretudo no caso do frei Tito de Alencar, dominicano como eu, um ano mais jovem que eu e que morreu em agosto de 1974 em Lyon. Ele havia sido preso no Brasil em novembro de 1969, foi torturado como todos os outros, primeiro pela equipe do Fleury no DOPS de São Paulo e, numa segunda etapa, pelos policiais da Oban (Operação Bandeirantes), sobretudo por um capitão do Exército que se chama Albernaz, que aliás foi denunciado pelo próprio Tito numa carta que ele escreveu depois dessa tortura. Ele passou por essa segunda fase de tortura, depois disso continuou preso até que houve, em fins de 1970, o seqüestro do embaixador suíço e em troca da liberdade do

embaixador o grupo político exigia a libertação de 70 prisioneiros, entre eles o Tito. Ele foi liberado nessas condições, passou algum tempo no Chile e depois veio para a França, onde deve ter chegado em fevereiro de 1971, e foi morar no Saulchoir. Vai passar três anos na França, isto é, vai sobreviver três anos na França. Ele tinha sido profundamente abalado, não só pelas duas etapas de torturas, como também pelo tempo da prisão. O tempo que ele passa na França, ele sobrevive. Ele tentou o suicídio no terceiro dia de tortura da segunda vez que foi torturado e foi por isso que pararam. Foi levado ao Hospital Militar onde ele escreveu uma carta que foi publicada e amplamente difundida, na qual ele dizia que havia tentado o suicídio devido àquelas torturas, e que sobretudo ele queria chamar a atenção, principalmente da Igreja, sobre a existência das torturas nas prisões da ditadura. O fato de ele ter tentado se suicidar apavorou a equipe da Oban e ele foi levado ao Hospital Militar, onde pôde receber visitas de um representante da Igreja. Com isso a polícia não o torturou mais, como também não torturou os demais dominicanos presos. Na cabeça dos homens da Oban, os dominicanos não teriam dito tudo o que sabiam à equipe do Fleury, que eles o teriam enganado, que eles teriam coisas para dizer, e que a Oban iria arrancar essas coisas. Conclusão desse raciocínio policial: todos iriam passar por uma segunda tortura. Eles já sabiam disso na prisão, mas os dominicanos que estavam presos não sabiam ainda qual seria, se é que eu posso empregar essa expressão, o sorteado. O sorteado foi o Tito. Ele foi torturado por dois ou três dias e no terceiro dia ele tentou o suicídio, mas a sentinela lá da prisão o viu a tempo, deu o alarma e ele foi levado para o hospital. Ele continuou preso depois disso, até que houve o seqüestro, quando ele foi libertado. Na França, ele tentou continuar seus estudos, mas não conseguiu. Ele estava num estado psicológico extremamente delicado: lhe faltava coragem, lhe faltava energia, lhe faltavam condições, enfim, para sobreviver. Ele sobreviveu num estado triste até o dia em que ele preferiu a morte. A forma de sua morte mostra que ele estava numa condição de profunda solidão e que havia sofrido profundamente. Sua grande obsessão era o fantasma da equipe do Fleury. Na maior parte de seu tempo na França, ele se sentiu materialmente perseguido pelo Fleury e por sua equipe. Eu tentei acalmá-lo dizendo que estavam no Brasil, mas ele estava profundamente convencido que a equipe toda do Fleury estava em Paris para persegui-lo e matá-lo. Se não me engano foi o Fleury ou o Albernaz, isso importa pouco, que teria dito que ele (Tito) não esqueceria nunca aquilo pelo que ele tinha passado. Com esta frase, o que eles queriam dizer é que: «Nós não vamos te matar fisicamente, mas nós vamos te deixar num estado tal que você vai se arrastar na vida até você mesmo escolher sua morte». E foi o que mais ou

menos aconteceu! Ele via em seus sonhos o Fleury torturando sua família toda, torturando os seus pais, para que ele se entregasse ... Uma tortura que continuou fora do Brasil, fora da prisão, como se o torturador estivesse no seu interior, torturando. Preferiu a morte. Hoje ele está enterrado no pequeno cemitério do convento dominicano de Arbreste, perto de Lyon. Para mim, o exílio é isto também: esses mortos, o Tito e outros que morreram. Sobretudo os que foram acudados à morte pela ditadura militar, pelos torturadores e que nem mesmo puderam morrer em seu país. Até sua própria morte lhes foi roubada.

Repercussão da crise da Igreja em minha vida

É difícil responder a essa questão, porque ela é extremamente complexa. Claro que é uma questão que me preocupa, sobre a qual eu reflito, mas ela tem uma série de aspectos, e eu não saberia muito bem qual o aspecto fundamental a considerar aqui e agora. Uma das coisas que diria, sem nenhuma pretensão em tocar no ponto fundamental, mas que condiciona a minha maneira de me pronunciar diante dessa crise da Igreja, é o dado seguinte: há em mim uma convicção que considero profunda com relação à mensagem evangélica, e que eu distinguiria do problema de uma Igreja, ou de qualquer outra igreja, ou de qualquer outro grupo religioso. Isto é, trata-se da repercussão pessoal do Evangelho na minha vida. Essa convicção, eu confesso que ela é radical na minha vida. E aí eu diria que há um trabalho que chamaria mesmo de revolucionário a ser feito: não deixar nenhum grupo religioso, nenhuma sociedade, não deixar ninguém apropriar-se reacionariamente do Evangelho.

A fé cristã não é apenas um dado pessoal. Num país como o Brasil, queira-se ou não, ela é um dado coletivo, ela concerne grupos sociais, e classes sociais diferentes. As classes sociais brasileiras existem também no interior da Igreja, os conflitos sociais e políticos repercutem também no plano religioso. E dentro desse quadro uma opção se coloca. Acredito ter feito essa opção, de me situar dentro da Igreja num lugar preciso e que tenha uma repercussão mais ou menos imediata nos projetos de transformação da sociedade brasileira. Isso seria o aspecto central, ou a linha que orienta o meu pensamento a esse respeito.

Fora disso, há uma série de contradições que concernem sobretudo o problema da instituição enquanto tal, sociologicamente considerada. Eu sinto muito mais contradição por estar ligado ao aparelho eclesiástico, como dominicano, do que pelo fato de professar a fé cristã. Procuro utilizar esta «solidariedade» com o aparelho no sentido positivo, em relação ao Evangelho. Tudo isto coloca uma série de questões extremamente complexas.

Qual é o papel da dimensão religiosa na vida de uma sociedade, de uma pessoa? Qual é o papel do simbolismo religioso ao nível do imaginário, qual o funcionamento desse imaginário? Pouca gente respondeu a isso. Acredito que há certa concepção com relação ao fenômeno religioso que explica pouca coisa. Há gente que à guisa de análise se contenta em dizer que a religião é o ópio do povo. O que quer dizer isso? O dado de base é que ela existe coletivamente, e é preciso analisar realmente e situar os mecanismos desse fato.

Quanto à crise da Igreja, acho que ela vai continuar ainda por um longo período. Quem está sofrendo com a crise, e eu diria que isso é bem feito, é a instituição, sociologicamente considerada. Há, sem dúvida, muita coisa que vai desaparecer. Mas eu constato, com alegria, que depois de alguns anos, junto a grupos de cristãos brasileiros, tem havido uma transformação que me parece muito positiva e que se exerce de duas maneiras. Primeiro, uma transformação que tem levado grupos cada vez maiores de cristãos a uma confrontação com a ditadura; e em segundo lugar há entre esses grupos uma reapropriação por eles e para eles, ao serviço de suas aspirações, da mensagem evangélica. Uma espécie de reapropriação do que há de autêntico e positivo no Evangelho ...

Compromissos da luta e crítica de perspectiva

Progressivamente vi que a forma de luta da guerrilha urbana, no contexto e nas condições que foram feitas, era um erro político. Uma das provas seria a sua derrota militar, mas sobretudo sua derrota política. Porque o objetivo dessa forma de luta era justamente oferecer às massas populares uma alternativa política. O que não houve, e isso foi um erro fundamental. Se nós estamos lutando sozinhos não é porque o povo está errado e nós certos, mas antes pelo contrário ...

A partir dessa constatação e sempre colocada em discussão com outros companheiros a questão que se colocava era o que fazer, e o que fazer no exílio? Aí devo dizer que até hoje procuro guardar uma certa modéstia diante das respostas, porque tenho consciência profunda de estar cortado da vida real do povo brasileiro. Não basta ler ou conversar; eu não ousaria fazer qualquer prognóstico para a esquerda no Brasil.

Com relação ao erro político falado anteriormente, ele se limita aí ao problema da estratégia da luta armada, que considero incorreta. Com relação aos motivos profundos que me levaram, num certo momento, a adotar à minha maneira essa forma de luta, de maneira nenhuma houve mudança. Sinto-me profundamente adversário da ditadura e sobretudo partidário de um certo

tipo de transformação da sociedade brasileira, que eu caracterizaria pela palavra socialismo.

Estruturalmente falando, há uma série de erros acumulados na esquerda brasileira e que, portanto, têm raízes mais profundas na própria sociedade. Para citar alguns aspectos dessa questão: uma certa falta de clareza nas discussões políticas que havia e que ainda há, imitação muitas vezes apressada de outros modelos políticos, de outras formas de tomada de poder, enfim, uma falta de originalidade na esquerda brasileira. Há muitas questões: a composição mesmo do povo brasileiro, que é o povo brasileiro, qual sua tradição de luta, sob que formas, qual é a ligação real da esquerda com esse povo? Afinal somos um país de mais de 100 milhões de habitantes e quanto mais não seja numericamente, quando se faz um certo balanço da esquerda a gente fica meio apavorado, pois a impressão que se tem é que o impacto dessa esquerda é ainda pequeno.

O recuo do exílio faz brotar em você essas questões. Talvez porque eu esteja comparando com a sociedade francesa. Porque aqui na França há uma tradição muito grande de luta popular e revolucionária e, no entanto, o povo aqui ainda não conseguiu tomar o poder. Quando vejo e constato que, mesmo num país como a França, os sucessos da esquerda foram sempre limitados, e tento projetar isso para o caso brasileiro é porque depois de quatro anos o modelo que está mais presente no meu espírito é o francês. Houve um certo momento em que descobri que as informações que tinha sobre o Brasil, por melhores que fossem, seriam sempre limitadas. Posso ficar o dia inteiro lendo jornais, livros e revistas brasileiros, mas não é isso que vai aumentar a minha sensibilidade com relação à situação do Brasil atualmente. Quando constatei isso, eu me disse: tenho duas alternativas. Ou fico cultivando a imagem do Brasil de antes e aí entro numa espécie de círculo vicioso de «culto reacionário do passado», para empregar uma expressão de Marx, ou minha integração na França exigirá de mim saber conciliar a necessidade profunda que sinto de estar ligado ao Brasil e, ao mesmo tempo, uma adaptação à sociedade francesa.

Aqui eu vivo o custo de vida, o aumento dos transportes, vivo o sucesso ou o fracasso da esquerda. A minha reação nos últimos quatro anos tem sido a de acompanhar a vida do povo francês, de me sentir solidário desse povo, de não refletir como turista ...

Expansão da visão do mundo e solidariedade

Quando saí do Brasil pude, através da minha experiência no Chile, ter uma vivência, vamos dizer assim, de uma solidarie-

dade latino-americana. Eu tinha lido Bolívar, tinha lido Che Guevara, falava muito da pátria grande. Mas quando cheguei ao Chile, descobri que desconhecia radicalmente o que era o mundo hispano-americano e comecei a sentir-me muito próximo, muito irmão. O golpe de Estado no Chile acho que me doeu tanto quanto teria me doído outro golpe de Estado no Brasil. Senti profundamente esse golpe. A sensação que tive é que a esperança de uma geração inteira, de um país inteiro, da América Latina, tinha morrido.

Com relação à França mesmo, eu tenho um pouco de receio em aventurar-me ao falar porque minha experiência aqui foi e é ainda condicionada por um certo meio, que é um meio mais ou menos de estudos, de professores e estudantes, muito setorial. Há transformações que você não sabe muito bem descrever com uma certa objetividade, em suas qualidades e efeitos. Por exemplo, o fato de sentir que eu não tenho nenhuma tentação de exercer um julgamento meio racista sobre o francês, eu considero uma conquista. Ser capaz de admirar e respeitar a maneira deles de ser, e procurar guardar e aprender essa maneira de ser, que pode ser útil para mim e para o meu país. Mas isso só a história dirá, porque isso só pode ser medido coletivamente. Será que, coletivamente, nós, os exilados brasileiros desde 1964, estamos realmente passando por uma experiência histórica que poderá repercutir positivamente mais tarde nos próprios rumos da sociedade brasileira?

Minha atitude tem sido de sentir em silêncio e de observar. E no caso da França, depois de quatro anos, muita coisa foi modificada em minha vida. A tentação quando você está no exílio, uma espécie de reação de defesa, é você julgar o país que você foi obrigado a abandonar por um certo tempo, de julgá-lo negativamente. Tudo o que se faz por lá é medíocre! Há gente que faz isso: o bom é o que se faz no exterior, o que se faz no Brasil é medíocre. Esta é uma posição que me parece perigosa. Para manter a sua identidade, você começa a rejeitar uma série de coisas do seu país, do país onde você não pode viver por um certo tempo.

Outro fato é que sendo uma minoria exilada, comparativamente aos 100 milhões de brasileiros, isso pode levar a uma certa vaidade, ou, pelo menos, a uma certa irresponsabilidade. Nesse sentido de que, nos lugares onde se passa, você se sente um pouco assim, um elemento destacado, uma pessoa exilada. Sim, existe um pouco o mito do exílio, mais ainda do exilado, como «sujeito importante»! Às vezes, pode ser um risco de levar muito a sério esse papel. A gente tem que ser mais realista. Mesmo no contexto do exílio, que não é agradável para ninguém, há um certo privilégio. Estar fora de seu país é descobrir uma série de coisas que de outra maneira não se poderiam descobrir.

É o aprendizado de uma ou mais línguas, é o contato com experiências e pessoas interessantes; enfim, há uma certa valorização que pode levar à tendência da pessoa se sentir importante quando está no exílio.

É a tal história. Vêm muitos te convidar para que você analise e critique os rumos econômicos de seu país, imaginando que você está capacitado a dar uma análise dos aspectos políticos e históricos. Recebi muitos convites para falar do «milagre econômico brasileiro». Simplesmente dizia: lamento muito, mas não sou economista. Não é pelo fato de ser exilado e adversário da ditadura que posso a cada instante descrever, analisar e denunciar o «milagre econômico brasileiro». Sempre recusei o mito do exilado. Porque já sem mito o exílio é duro!

E é difícil, porque reconhecer que você é um exilado é meio fundamental para manutenção de sua própria identidade, porque todos os documentos civis de que disponho aqui na França tentam me convencer que eu sou estrangeiro. Tenho necessidade de sentir que sou outra coisa, que sou alguém, que tenho uma nacionalidade, que estou ligado a um povo, profundamente ligado a seu destino, apesar da distância. Isso é uma coisa que senti um pouco, e, por isso, tento recusar este papel do «Exilado», destacado para tal e tal coisa.

Quando saí do Brasil, numa noite chuvosa, por uma série de motivos dei uma volta de carro durante umas duas horas. Eu estava com algumas pessoas que me acompanhavam. Comecei a cantar um salmo, o salmo 136, que fala exatamente do exílio dos judeus na Babilônia no século XI a.C., chamado Balada do Exilado. Comecei a cantar uma versão brasileira em ritmo de samba que eu conhecia. O pessoal que estava comigo não deve ter entendido muito bem, mas era como se fosse mais ou menos a previsão do que seria o exílio. A tradução livre que faço é a seguinte:

«À beira dos rios de Babilônia nós nos assentamos e choramos com saudade de Sião. Nas árvores em volta de nós, nós dependuramos as nossas harpas. Foi lá que os nossos carcereiros vieram nos pedir para cantar cânticos de alegria. Mas como é que poderíamos cantar um cântico de Javé numa terra estrangeira? Ah! Jerusalém, se eu me esquecer de ti, que a minha mão direita fique seca ...»

Comecei a cantar isso e como o pessoal não entendeu comecei a explicar porque eu gostava do salmo, porque estava cantando isso. E cada vez que leio ou escuto esse salmo é um pouco a mesma coisa ... Isso me faz pensar que o exílio não é uma aventura individual; ele foi e pode ser ainda, na vida de muita gente, uma aventura coletiva. Esse salmo é o reflexo de toda uma população, no caso os judeus, que foram obrigados a se exilar em massa. É a reação dos poetas e os cantores desse povo.

Sei lá, mas para mim o que eu gostaria seria de saber, algum dia, que para todos nós, exilados, o exílio foi muito mais que uma época de dificuldades, de tristezas, de falta de sol, de falta de música, época de dramas, mas sobretudo uma experiência reconvertida e recolocada a serviço do próprio povo.

Isto me faz lembrar também da frase do B. Brecht. A partir de sua experiência de exílio, ele escreveu uma peça que se chama *Diálogos de Exilados*. E num certo momento diz: «Os dialéticos mais penetrantes são os exilados, porque foram as mudanças que os levaram a exilar-se. É por isso que eles só se preocupam com as mudanças».

Parece-me uma observação muito fina. Penso aplicá-la não a um exilado — isso importa pouco —, mas ao conjunto de cidadãos de um determinado povo obrigado a viver essa experiência. Eu gostaria de saber que isso é verdade, que essa capacidade de ser dialeticamente penetrante possa se colocar a serviço daquilo pelo qual nós lutamos e vivemos no exílio, isto é, pela transformação de nossa sociedade e pela luta de libertação de nosso povo.

MÁRCIO MOREIRA ALVES

«Há rupturas de pensamento e de classe. No exílio elas se aguçam»

«Cuba é Pernambuco com caráter ...»

«Coloquei os óculos durante o exílio e essa tal cara dura do Brasil tornou-se muito nítida ...»

Lugares

Montes Claros, Rio de Janeiro, Brasília, Santiago do Chile,
Paris, Havana, Lisboa

Datas

Nasceu em 1936. Exílio em 1968

Profissão

Jornalista, professor de política, escritor

«Crime»

Jornalista e deputado federal de oposição à ditadura

I PARTE

Nasci e fui criado no Rio de Janeiro por engano. Sou muito mais mineiro que carioca, embora só passasse algumas férias de verão nas Alterosas Montanhas: mais precisamente em Ouro Preto, onde meu tio Rodrigo, fundador do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, era uma espécie de vice-rei, sisudo, querido e odiado. Lá aprendi a beber cachaça, a roubar galinhas, a fazer serenatas. Catávamos escorpiões debaixo das pedras calcinadas do extinto arraial do Ouro Podre para vendê-los a cinco mil réis a dúzia ao velho Tófulo, hoteleiro, taberneiro e agente do Instituto Butantã. Em Ouro Preto uma dama não identificada, moradora na zona, uma enfiada de casas que ficava entre a associação acadêmica e a estação da estrada de ferro, cobrou-me o imposto da libidinagem: um cancro-mole que me deu um febrão e me obrigou a confessar os pecados a minha austeríssima tia Graciema. Felizmente o dr. Fleming já entregara as suas descobertas à humanidade e o episódio foi saneado sem maiores conseqüências com uma série de injeções. Não escapei contudo ao castigo de ser segregado do convívio da casa, de ter as roupas de cama fervidas para evitar o contágio e de cair sempre no desprezo de minha prima Clarinha, que amava em segredo, e que por ser dois anos mais velha raramente se dignava a dirigir-me a palavra.

A família de meu pai era da velha cepa mineira: vinha de Montes Claros, sertão da fronteira da Bahia, pelo lado do meu avô Honorato, e de Paracatu, antiga vila de faiscadores de ouro, pelo lado da minha avó Violeta. A política e as guerras de clãs eram parte da sua vivência. O velho Honorato foi deputado federal 30 anos e o seu eleitorado era garantido pelos trabucos da jagunçada da sua cunhada, dona Tirbutina, legendária cangaceira. Afrânio de Melo Franco, irmão da minha avó Violeta, passou vários lustros na Câmara, foi ministro várias vezes e continuou com brilho a carreira do pai senador e dos antepassados políticos. Pelos meus cálculos é provável que o primeiro parlamento brasileiro a reunir-se sem um membro da minha família foi o convocado em 1969, após a cassação do meu mandato.

Minha mãe é do Estado do Rio, descendente de um desbravador das matas do Rio Preto, plantador de café e pai de 103 filhos conhecidos, sendo dois legítimos. Esse patriarca estourou com um enfarte aos 55 anos de idade, ornado de um título de visconde e da Ordem da Rosa. Deixou 40 000 arrobas de café na tulha, 600 escravos na senzala e dinheiro tão farto que só acabou três gerações mais tarde.

Mamãe nasceu em Paris, onde o pai era adido naval, e foi criada por duas tias ricas e solteironas, porque a minha avó morrera de parto. A sua infância solitária fez com que lesse mais que o normal o que, graças à sua memória fotográfica, lhe permite até hoje surpreender-me com citações de Lamartine, Chateaubriand e Thackeray, para não falar de Racine e Shakespeare. Educada pelas freiras de Notre Dame de Sion, foi católica praticante a vida inteira mas, a partir do pontificado de João XXIII, tornou-se uma militante engajada a tempo integral. Ascendeu rapidamente na hierarquia da Ação Católica, foi a primeira mulher casada a integrar um conselho da Cúria Romana e acompanhou bem a abertura à esquerda de parte do catolicismo brasileiro.

Essa herança de deputados e barões inseriu-me naturalmente na alta burguesia brasileira, que era a da antiga Corte, da Capital Federal, do Rio de Janeiro. Comecei a trabalhar antes dos 18 anos porque quis, por ânsia de sorver a vida, não por necessidade. Ao contrário, durante anos meu pai deu-me por mês uma quantia igual ao meu salário, porque dizia que no início de uma carreira profissional sempre se é exageradamente explorado pelo patrão. Entrei no jornalismo pela porta da frente, convidado pelo dono do *Correio da Manhã*, na época o maior jornal do Rio, que se divertira com a resposta que eu dera à pergunta de uma revista sobre o que os jovens queriam da vida — eu queria ser o primeiro em Paracatu. Fiz um estágio como repórter de polícia — quase vomitei quando vi o meu primeiro cadáver, um malandro esfaqueado em uma briga de morro — e outro na reportagem geral. Como falava bem inglês — estudara um ano nos Estados Unidos — e arranhava o francês, era encarregado de entrevistar visitantes ilustres. Graças a essas capacidades lingüísticas fui correspondente de guerra junto às tropas da ONU em Suez, após a retirada dos invasores franceses, ingleses e israelenses. Fui então promovido a capitão honorário, três meses após haver sido considerado inapto para o serviço militar pelo Exército brasileiro.

A minha formação intelectual foi feita muito mais no *Correio da Manhã* que na Faculdade de Direito, por onde passei distraído com a freqüência estritamente necessária para receber um canudo ao fim de cinco anos. Aprendi política internacional entrevistando o general Dayan em Gaza, o coronel Nasser no Cairo,

Leopold Senghor em Dacar, Nukrumah em Acra e participando dos shows que De Gaulle e Kennedy ofereciam periodicamente à imprensa. O meu primeiro contato com uma revolução aconteceu em 1960, à porta do Hotel Riviera, em Havana, quando os jornalistas que acompanhavam Jânio Quadros conseguiram cercar Fidel à saída de uma visita protocolar. Ali mesmo, com um pé apoiado no pára-choque de um dos imensos Cadillacs que acabava de nacionalizar, fez-nos um discurso sobre o futuro de Cuba que durou da meia-noite às quatro da manhã e só terminou porque estávamos quase desfalecidos de cansaço.

Política brasileira fui aprendendo aos poucos, ao sabor das vagabundagens a que era profissionalmente obrigado. Conheci na carne a dureza da violência horizontal que existe na sociedade brasileira e que joga em lutas de morte frações da classe dominante na disputa do aparelho de Estado. Dez dias depois de voltar de lua-de-mel fui mandado a Alagoas, fazer a reportagem sobre o *impeachment* de um governador, acusado de mandar assassinar um deputado da oposição. Os seus correligionários, em minoria na Assembléia Legislativa, decidiram ganhar no tiro o que perderiam no voto. Resultado: fui colhido por uma rajada de metralhadora e passei seis meses a soldar a coxa partida. Conheci também a frieza do roubo organizado contra os flagelados pelas secas, ao percorrer o nordeste em 1958. Fui aos sertões do Maranhão, onde a terra não tem dono até que cresçam as primeiras colheitas, estive em tabas de índios às margens do Tocantins, corri os chapadões dos Campos Gerais e a pampa do Rio Grande. Em 1960 andei o Brasil quase todo, agregado à comitiva de Jânio Quadros, e palmilhei Minas Gerais quase cidade por cidade, no rastro da campanha eleitoral de Magalhães Pinto. Enjoei de maionese para o resto da vida — não havia banquete de homenagem aos candidatos em que estivesse ausente a maldita pomada amarela mas gravei perfeitamente a cara da geografia da minha terra.

O conhecimento visual e vivencial do Brasil foi essencial para a evolução política que sofreria a partir do golpe de Estado militar de 1964. Enquadrou a visão deformada que normalmente teria, vivendo no eixo industrial Rio — São Paulo e sendo um membro mimado da sua classe dominante. Os discursos altissonantes dos políticos e dos industriais sobre as riquezas do Brasil não me podiam enganar. Eu vira o país: riquíssimo, sem dúvida, mas terra de poucos ricos e multidões miseráveis. Não era ainda capaz de estabelecer a relação causa-efeito desses contrastes, de vê-los como uma consequência necessária do nosso capitalismo dependente e da dominação norte-americana — isso só conseguiria no exílio, quando tive finalmente tempo para estudar a sério —, mas revoltava-me instintivamente contra eles.

A 31 de março de 1964 tinha simpatias pelo golpe militar, simpatias determinadas pela minha posição de classe e precária educação política. Julgava moralisticamente o governo João Goulart. Não percebia que era derrubado por causa de suas poucas qualidades e não em consequência dos seus múltiplos déficits. Por outro lado, a ditadura militar não fazia parte da memória histórica do Brasil: nunca ocorrera, o que me fazia descrever da sua possibilidade.

A tortura contra presos políticos encarregou-se de iniciar o meu aprendizado da realidade brasileira, vista pela banda podre. Em princípios de abril já começava a escrever contra a repressão aos sindicatos e à liberdade de expressão. Em maio encontrei uma primeira vítima da polícia política e lancei-me em uma longa campanha contra a tortura. Levou-me ela a penetrar em redes clandestinas, a entrar incógnito na Penitenciária do Recife, a recolher cerca de 100 depoimentos de torturados que ajuntei no livro *Torturas e Torturados*.

Pouco a pouco fui descobrindo a sistemática da tortura, vendo que não era uma aberração praticada por elementos incontrolados da polícia e do Exército mas sim uma necessidade do regime, ditada pela sua política econômica. Essa nova visão da repressão obrigou-me a estudar economia, a estudar a luta de classes, a ver a minha própria classe e a desligar-me dela. Repudiando a tortura, lutando contra a sua prática, tornei-me, pela primeira vez, brasileiro.

Em 1966 já se delineavam claramente os limites da minha atuação no *Correio da Manhã* e da atuação da imprensa no contexto geral do sistema político que os norte-americanos inspiravam à direita militar. O jornal, boicotado pelos grandes anunciantes e pelo ministro do Planejamento Roberto Campos, principal intérprete da política norte-americana no Brasil, estava à beira da falência. A imprensa começava a ser cerceada por agentes do Serviço Nacional de Informações e da polícia política. As eleições parlamentares, que se realizariam em novembro, pareceram-me uma oportunidade única de continuar a luta que travava na imprensa por outros meios e a outro nível. Candidatei-me, fui eleito, após vencer na justiça uma impugnação governamental.

Minha atuação parlamentar foi uma continuação da ação jornalística: denúncias da repressão, análises da política pró-americana do governo, criação de uma comissão de inquérito sobre a venda de imensas extensões de terra a estrangeiros. Éramos cerca de 30 deputados a fazer uma oposição real: todos jovens, todos eleitos pelas grandes cidades, todos pertencentes aos setores radicalizados da burguesia e da pequena burguesia.

Um de meus discursos, denunciando as brutalidades praticadas por militares na Universidade de Brasília, serviu de pretexto ao Ato Institucional n.º 5. Acusado de ofender as Forças Armadas

fui processado pela Lei de Segurança Nacional. O processo só poderia caminhar caso as minhas imunidades parlamentares fossem suspensas, o que dependia do consentimento da Câmara dos Deputados. Esse consentimento foi recusado, como era previsível, de vez que o Parlamento era e sempre havia de ser o campo privilegiado de ação política das classes dominantes. No dia seguinte o Congresso era fechado, as últimas garantias constitucionais dos brasileiros eram abolidas. Começava a ditadura sem máscara. Para mim iniciava-se um curto período de clandestinidade e um longo exílio.

II PARTE

Breve roteiro de 6 anos

Chego em território chileno no dia 31 de dezembro de 1968. A minha primeira noite no exílio permanente foi a do *réveillon* chileno.

Meu plano era ficar no Chile de quinze dias a um mês e ir para a França. Mas chegando ao Chile verifiquei aquilo que todo brasileiro verifica quando pisa solo hispano-americano: que não entendia nada de América espanhola e que era imprescindível, para pensar o Brasil, conhecer os problemas da gente irmã, dominada pelo mesmo sistema imperialista. Apesar das diferenças pequenas que os separam do Brasil somos completamente cortados uns dos outros. A única vez que havia estado na América espanhola antes de 1969 foi quando estive em Cuba na caravana de Jânio Quadros e dois dias na Venezuela nessa mesma ocasião.

O Chile foi então uma abertura de horizontes e pensei, com a ajuda de um velho amigo, que o Chile não eliminava a possibilidade de Paris, mas Paris eliminava a possibilidade de América Latina. Se batesse na Europa dificilmente poderia voltar à América Latina, sobretudo para ficar um longo período. Por isso fiquei um ano e meio no Chile, saindo em junho de 1970, portanto alguns meses antes da eleição de Allende.

Durante esse período fundamentalmente me concentrei sobre os problemas da América espanhola e dediquei-me a conhecê-la fisicamente. Em julho de 1969 fui convidado a um Congresso na Finlândia. Aproveitei a volta e fui pingando ... parei na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru até chegar ao Chile. Em outras ocasiões, conheci o México, Argentina e Bolívia.

Finalmente, em junho de 1970 vim para Paris com a família e lá fiquei até junho de 1974, quando vim para Portugal. Em Paris fiz o doutoramento e viajei para Cuba duas vezes.

Primeiro fui a Cuba como membro do júri da Casa de Las Américas em janeiro de 1973 e depois, de dezembro de 73 a maio de 74, quando dei um curso na Universidade de Havana ao mesmo tempo que pesquisava sobre a vida cotidiana dos operários cubanos. Praticamente voltei de Havana para Portugal. Passei por Paris, fins de maio, vim a Portugal, arrumei um emprego e em setembro comecei a trabalhar.

O que é um exílio?

Evidentemente o exílio é uma ruptura com sua terra, no caso com o Brasil, com o tipo de trabalho lá desenvolvido, com uma realidade formadora de toda uma vida. Nesse aspecto o exílio é extremamente «cortante». Mas é também uma integração. Integração com a luta do povo brasileiro, pela qual se paga um preço da ruptura, e integração no conjunto das lutas antiimperialistas — lutas que no meu caso foram também uma descoberta. Talvez o que se aprenda com maior profundidade no exílio é fazer a distinção entre a dimensão do tempo histórico e a do tempo individual. Para isso tem que se exercer a paciência. Ele é mais ainda: é uma forma de ascetismo interno, pois só sobrevivem no exílio — produzindo e contribuindo — aqueles que conseguem se impor uma férrea disciplina de trabalho, um constante voltar-se para o país que deixaram. Mas voltar-se não no sentido de se implantar provisoriamente no país em que se está, mas sim, ao contrário, procurar inserir-se na realidade onde se trabalha com a idéia de que se está preparando algo adiante, uma contribuição que terá a sua continuação no Brasil. Então, na medida em que se consegue trabalhar fora — participando e se interessando pela luta do povo com o qual se entra em contato —, vai-se preparando e aprendendo o que deve ser feito quando se voltar para o Brasil. Tenho a impressão que esta missão de preparação permanente para ser aplicada — pois do contrário ela se tornaria bacharelesca — é a escola do exílio. O exílio é muito isso, como uma cadeia, um lugar onde se aprende. Mas é uma escola perigosa, porque a não inserção social caso conjugada com o aprendizado teórico e com a não aplicação do que se aprende tende a criar tribos de canibais. O não canibalismo foi uma das intenções que sempre tive durante esses anos. Não fechar-me num pequeno grupo de brasileiros, que pensam apenas o Brasil, que lêem apenas sobre o Brasil, que se relacionam com o meio ambiente apenas de uma forma parasitária, para trazer coisas, buscar coisas, recursos para isso ou aquilo ... enfim, que vivem sugando da sociedade onde outros companheiros estão trabalhando e pensam o Brasil dentro de um vazio, ao mesmo tempo em que se afirmam através de digladiações e de ataques aos

outros grupos de brasileiros que fazem a mesma coisa. Esse risco de descaminho é o da escola do exílio. O risco que faz nascer as tribos canibais foi o que tratei de evitar. É um risco que tem o seu preço também e há lugares onde se manifesta com maior vigor, como em Paris. Em Portugal se sente menos esse risco.

Na medida em que existem, num determinado local, grupos de exilados brasileiros, estruturados como «famílias políticas», com um espírito de canibalismo ritual, o recusar-se a pertencer a uma determinada tribo implica no risco de se isolar, não só da vida da colônia como também do processo da esquerda brasileira em geral vivendo no exterior. A experiência da esquerda no exterior não é suficientemente importante para dizer que esse isolamento corresponderá obrigatoriamente a um isolamento do interior. Não, tenho a impressão que ao longo desses anos pude manter um contato permanente com o interior do Brasil bastante real ... Mas do ponto de vista humano há alguma coisa que empobrece, porque limita o relacionamento pessoal. Você passa a escolher o seu meio, os seus conhecidos e amigos, entre um pequeno grupo que também não pertence às tribos canibais e que se torna cada vez mais rarefeito à medida em que o tempo passa, não só pela dispersão das pessoas, como também por um progressivo alheamento das pessoas daquilo que é mais importante para você, que é o processo brasileiro.

Da ruptura aos novos planos

Tentarei explicar um pouco o que era o meu trabalho no Brasil. Era um trabalho aberto no plano político que me fez passar de um liberalismo tradicional, típico da burguesia ude-nista brasileira, para um progressivo engajamento social, não através especificamente de leituras, mas sobretudo pelo impacto da realidade, pela necessidade de optar, dia a dia, face a determinados acontecimentos. Isso veio se processando desde 64.

Era um trabalho aberto porque fui jornalista e depois parlamentar em um Congresso que estava legal. Os contatos com o trabalho clandestino eram esporádicos e não institucionalizados. E eram sobretudo contatos de apoio e de troca de impressões. Era também um trabalho ativo e extremamente absorvente em que as horas eram poucas para se resolver tudo. Quando se sai do país, quando sai, passei para um novo tipo de trabalho. Primeiro o aprendizado. Depois um trabalho de reflexão e finalmente um intenso trabalho de discussão com os grupos clandestinos. Um trabalho de penetração, no sentido de entendimento, das propostas de cada um desses grupos. Ao mesmo tempo há um outro trabalho, que parecia ser mais frustrante, o de funcionar em sociedades onde não se tem participação nas decisões. Funcionar como

jornalista, por exemplo, no Chile, onde funcionei relativamente pouco, na revista *Mensaje*, como comentarista de assuntos latino-americanos. Passei portanto de uma relação entre o que escrevia e uma prática social extremamente direta para uma relação de observador. O que escrevia em *Mensaje* tinha muito pouca influência na prática social do país onde estava.

Há rupturas de pensamento e de classe. No exílio elas se aguçam. Havia passado, desde 64, por um processo de desligamento de minha própria classe. Havia abandonado, ou pensava que havia abandonado, a classe dominante brasileira, para lutar pelos direitos do povo brasileiro à sua libertação. No exílio essa ruptura tornou-se muito mais ampla. Não apenas objetivamente, pelo fato de não estar mais em contato permanente com membros de minha classe, contato que eu tinha no Brasil — relações diárias, sociais, de trabalho —, mas sobretudo pelo fato de não ter mais o que dizer a essas pessoas quando por acaso apareciam e resolviam cometer um ato de benemerência e generosidade, procurando o velho conhecido com o qual haviam trabalhado ou estudado ... Alguns iam ao Chile e procuravam manifestar o seu liberalismo — também a sua coragem — batendo à porta de minha casa. Pouco a pouco verifiquei que a ruptura de classe era muito mais profunda do que eu havia imaginado, porque já era uma ruptura de linguagem. Nós não mais falávamos a mesma linguagem. Não tínhamos nenhum ponto de interesse comum. Não tínhamos mais o «que tratar» ...

Também o próprio processo chileno de luta de classes influenciou essa ruptura. Na época em que cheguei ao Chile já se notava um processo de confrontações bem violento e muito claro. Essa confrontação obrigava cada um a posicionar-se face a ela. Além disso o exilado é um desclassado, hoje em dia. Ele perde a sua condição de classe, deixa de ser o burguês, o intelectual, o estudante, o operário — há poucos operários no exílio. Passa a ser apenas um exilado, alguém que foi lançado para o lado de fora. E é acolhido por motivos liberais. Isso ou facilita a sua recuperação pela classe dominante ou a identificação com os oprimidos.

Há na própria condição do exílio um incentivo à introspecção e à reflexão. A condição de exilado aguça o desejo de saber. Porque, afinal, estávamos no Brasil numa luta muito intuitiva. Ao se pagar o preço dessa luta através do exílio é que se tem a oportunidade de saber, exatamente, porque se lutava.

De andarilho ao exílio político

Sou um andarilho profissional. Sempre, toda a vida, viajei. Desde os 18 anos de idade, trabalhando para o *Correio da Manhã*,

ando com uma mala às costas. Portanto a minha capacidade de adaptação é provavelmente maior do que aquela de quem sempre viveu no Brasil e que de repente é expulso da vida política e obrigado a se adaptar a um lugar diferente.

Tendo passado 12 anos a ter permanente contato com culturas diferentes, a andar de um lado a outro, primeiro no Egito, Suez, depois na Índia, França, Estados Unidos, fui criando uma capacidade de adaptação rápida. Sob esse ponto de vista o exílio não foi um impacto, nem um grande progresso. Se bem que, no caso particular do meu exílio, o país que mais contribuiu para mudar-me foi aquele onde menos fiquei. Foi Cuba. Em Cuba tive a impressão visual, e a vivência, do que é o socialismo e do que é possível fazer num país socialista. Cuba é Pernambuco com caráter. É isso: Pernambuco com vergonha na cara, com um governo decente, com um povo que não é explorado. E a potencialidade dessa transformação é tão evidente que realmente transforma a pessoa. Tudo aquilo que você pode ter imaginado lendo, lá você pode ver na prática, e, portanto, numa opção muito mais profunda.

Tenho impressão que aprendi duas vezes em minha vida. Primeiro comecei a aprender com o golpe militar de 64. Comecei a aprender realmente o que era o meu país, qual a cara verdadeira do Brasil. Cara dura, violenta, sanguinária.

Depois, comecei a aprender em Cuba: a aprender que há possibilidades de uma vida harmônica, sem as carências mais elementares de comida, saúde, educação e a ver que um povo subdesenvolvido pode criar uma vida assim.

Visão de fora; míope e ocular

O fundamental é desenvolver a sua visão de forma a ter maior clareza do Brasil. Muitas das coisas que eram confusas ou que eram misturadas, que eram vistas como se fôssemos míopes sem os óculos, apenas em seus contornos, no exílio se tornaram claras. Coloquei os óculos durante o exílio e essa tal cara dura do Brasil tornou-se muito nítida, com as suas rugas, com as suas cicatrizes. A sociedade brasileira deixou de ser para mim uma negociação entre as classes sociais. A clarificação do domínio da burguesia brasileira sobre o aparelho de Estado e a implantação de um modelo que no meu tempo de Brasil — 64 a 68 — não me parecia ainda suficientemente claro, ainda não era um modelo exclusivamente para os que têm saúde, que têm educação, fez com que do exílio comesse a ver melhor. Portanto, há uma evolução entre o princípio do meu aprendizado no Brasil, em 64 — talvez pudesse levar um pouco mais atrás esse aprendizado e dizer que comecei a aprender o Brasil na grande seca

de 1958, no nordeste —, e o que sou em 1975. É uma evolução no sentido de perceber com maior nitidez o que é realmente a sociedade brasileira, quais os seus conflitos, os seus antagonismos e quais as suas contradições irredutíveis e as que não o são.

Samba, futebol e mulher

Não há a menor dúvida que hoje me interesse menos por futebol do que antes, pois as oportunidades de ver bom futebol ficaram mais limitadas. Samba não. Continuo a gostar de samba igual. Continuo a vibrar com uma batucada, a gostar de dançar samba, tudo isso. Se bem que as oportunidades são evidentemente muito menores.

Quanto ao relacionamento com as mulheres, evidentemente mudou, mas não sei se haverá mudado pelo exílio ou por outra visão do papel da mulher. Hoje em dia não pretendo mais, como pretendia tal qual qualquer brasileiro de 18 ou 20 anos de idade, dormir com todas as mulheres do mundo, nem dormir com todas as que fossem aparecendo pela frente. Evidente que continuo a sentir atração pelo sexo oposto, mas apenas por algumas das mulheres com quem tenho um contato mais profundo e que me despertam para outro tipo de relacionamento que não é o da posse física e brutal, relacionamento que é o que aprendemos na sociedade brasileira. Terá sido o exílio isso? Se estivesse no Brasil teria evoluído da mesma forma? Acho que talvez sim.

Visões e preconceitos do brasileiro

Na medida em que tenho uma visão mais clara sobre o Brasil devo ter também uma visão do que é o brasileiro ... mas é difícil conceitualizar essa visão. Evidentemente tenho muitos preconceitos a respeito de alguns tipos de brasileiros.

O brasileiro burguês: o que sofre de infantilismo gordo e que só pensa na sua lancha, na sua praia, no seu espaço lúdico conquistado por um apartamento maior ou por uma casa de campo e busca a descoberta do desconhecido através da maconha, ou do psicanalista, ou da missa negra. Esse me repugna.

Tenho uma visão preconceituosa de muitos estudantes que saíram ou foram obrigados a sair, que se canibalizaram e não produziram nada. Tenho também talvez uma visão idealizada do que seja o proletariado brasileiro. Pelo fato de ser membro espúrio da classe dominante brasileira, de viver num ambiente que afinal é burguês, tenho evidentemente a tendência a idealizar a classe operária, o que não corresponderá à realidade vivida. Mas, se tudo isso é uma outra visão de brasileiro, é difícil dizer.

Odeio a irresponsabilidade de muitos setores da burguesia brasileira, inclusive dos que se chamam de revolucionários. Mas isso já tinha antes. Talvez tenha me tornado mais severo no julgamento, mais duro no afastamento quando me defronto com algumas dessas fraquezas. Denuncio. Inclusive para poder ser muito mais severo comigo mesmo também. Mas isso não é uma nova visão de mundo trazida pelo exílio. Esse foi o meu processo de transformação nesses anos de exílio ...

Perspectivas do futuro no Brasil

Dada a estrutura de repressão estabelecida no Brasil, dada a dificuldade na circulação de idéias existente, um processo de luta revolucionária será muito lento. É o problema do tempo histórico. Por outro lado, o modelo de estrutura econômica que se montou no Brasil é um modelo que é autodestruidor e que já começa a entrar em crise. Dentro dessa crise será necessário ao governo alargar a sua base social para o resto da burguesia, que tem valores diferentes dos seus, e a abertura eleitoral, a abertura à Geisel nesse sentido é típica e é parecida com a abertura Caetano aqui em Portugal. Isso tem limitações muito grandes, mas ao mesmo tempo é fermentado por um processo de rebelião das massas, processo esse que não pode deixar de influir também no modelo político. Não apenas no modelo político proposto pelos «civis», que no caso têm poucas possibilidades de exercerem ou formularem esse modelo, pelo menos a curto prazo, mas também no modelo político formulado pelos militares. Nesse ponto é importante estar em Portugal hoje em dia. Há, me parece, um progressivo desencantamento com a tecnocracia, com a industrialização nos moldes em que foi posta no Brasil, com a sociedade de consumo que na verdade não é para todos, que desperta aspirações em todos mas que apenas é para 8 ou 10 % da população, e isso faz com que também entre os militares comecem a surgir dúvidas. Ora, um sistema autocrático como o brasileiro — baseado fundamentalmente no monopólio da violência — não pode permitir o florescimento de dúvidas entre os seus principais defensores, que são os militares. Conflitos entre os militares são, portanto, permanentes, impostos pela evolução do processo e quase que irresistíveis, no sentido de que não podem ser parados. Na medida em que esse conflito possa amadurecer e que a própria realidade social brasileira vai agindo sobre ele, poderá então haver um aceleração da transformação social pelo desligamento da lealdade para com o sistema de grupos militares que buscam novas funções. País que não pode fazer a bomba atômica e transportá-la tem que ter ou um Exército repressor ou libertador, não há outra solução. Aqui em Portugal estão procurando fazer um

Exército libertador. No Brasil o Exército é repressor e vai continuar a sê-lo por muito tempo. Mas tenderá a ter outra função, libertadora, me parece.

Por menos que se tenha aprendido no exílio, por mais fechado que seja o grupo de canibais no qual se possa ter vivido, uma pessoa sempre aprende muito ... muito do que não se aprende no Brasil. Viu o mundo, viu outras realidades, outras lutas, leu, alguns com maior proveito, outros com menos, mas a maior parte dessas pessoas terá uma grande ansiedade em ser útil, em participar no processo brasileiro e em ter uma participação em nível superior.

Há um outro fenômeno do exílio que é um terrível parasitismo do exilado, um lumperanismo nascido do costume do «descolar» político ... Esses não terão inserção nem no Brasil nem em lugar nenhum. Portanto, devem ser considerados como «vítimas do processo». Tão vítimas do processo quanto o foram Marighela e Lamarca, mas, ao contrário deles, estão mortos para a revolução, para a vida do país e para si mesmos.

Os outros não. Terão uma contribuição a dar, enriquecendo a luta brasileira desde que tenham a humildade suficiente, quando voltarem, para perceberem que a luta desenvolveu-se sem eles e que o comando dessa luta provavelmente não lhes será oferecido numa bandeja de prata. Poderão até voltar nos braços do povo, mas esses braços serão de acolhida e não braços que os levantem como estandartes.

MARIJANE V. LISBOA

«Metralhadoras e tudo. O advogado desceu e começou a discutir com os tiras que imediatamente o agrediram com coronhadas enquanto os outros nos arrancavam à força de dentro do carro, pois nós resistíamos, junto com nossas mães»

«E ele fazia sinal como de uma tomada, que queria dizer choque elétrico. Perguntávamos como, quando, por que, e o cara repetindo o gesto e sorrindo. Vimos que estava louco. É fácil enlouquecer num lugar destes»

«É muito fácil para uma mulher decidir não ter filhos, a fim de ter melhores condições de competição com os homens, porém é uma atitude, a meu ver, capitulacionista»

Lugares

Rio de Janeiro, Brasília, Chile, México, Bélgica,
Alemanha Ocidental

Datas

Exílio em 1970

Profissão

Estudante

«Crime»

Lutas estudantis contra a ditadura

Cresci ouvindo falar de política, era assunto de mesa, corredor de edifício, papos de escola. Morte de Getúlio, ameaça de golpe, Lott, Juscelino, Lott e Jango, Jango no governo.

O golpe de 1964 trouxe uma comoção geral no círculo de amigos, parentes, vizinhos. No meu edifício foi onde justamente se prendeu uma delegação comercial de chineses. A gente viu os caras saindo já de maca, todos quebrados e ensangüentados. A polícia agia, prendeu outras pessoas do edifício, até o porteiro. Na minha escola os não partidários da «revolução» eram poucos, pois era um colégio de rico, o Bennett. Muitas das minhas colegas, que nessa época exultavam com o golpe, fui encontrar mais tarde nas passeatas e manifestações estudantis ...

Passei um ano em Brasília, e fui secretária do grêmio da escola. Foi nesse mesmo ano que fecharam a Universidade de Brasília, depois de uma greve geral de solidariedade de professores e alunos contra a expulsão de professores de esquerda. Puseram exército dentro da universidade e acabou algo que em matéria de estrutura de ensino, nível e ambiente cultural acho que foi único na vida universitária brasileira.

Volto ao Rio em 1966, trabalhando de secretária de dia e estudando de noite, pra passar no vestibular de Sociologia. Por essa época o movimento estudantil no Rio já estava agitado. Quando entrei na escola, aí comecei a participar ativamente de tudo. Estavam tentando pôr em prática o Acordo MEC-USAID e também o estabelecimento de anuidades. Nossa turma lutou para que não se respeitasse a política de anuidades, pois era uma forma escalonada para privatizar a universidade. Até o meio do ano, grande parte da faculdade de fato não havia pago. Outros menos politizados entretanto pagavam, e acabamos sendo ameaçados de expulsão caso não pagássemos. Resultado é que tivemos que pagar e teve nego que até chorou vendo aquela bolada de dinheiro (pagamos coletivamente) ser entregue para aquela porcaria de escola. Mas como forma de resistência valeu a pena, e até hoje é difícil privatizar de vez a universidade brasileira.

1968 é o ano do Edson Luís. Começou e não sentíamos nada diferente dos outros anos. Mas por que houve aquela explosão? Porque provavelmente já estava se acumulando muita coisa. De

noite, após ser conhecida a notícia do seu assassinato, os estudantes se reuniram na Câmara Legislativa pra velar seu corpo e impedir que a polícia o levasse. Mas já apareceram artistas, populares e no dia seguinte sai o enterro. A Cinelândia estava tomada e o governo teve que reconhecer que a oposição era bem grande, para reprimir a bala. Ninguém tinha previsto aquilo, e o povo se sentia solidário entre si, faixas pretas pendiam das janelas, e gritavam contra o governo: assassinos! Já na missa do 7.º dia o governo pareceu resolver reprimir. E reprimir não toda a população, mais isolar os estudantes, que eram a parte mais exaltada. Decretaram feriado, esvaziaram o centro da cidade, retiraram as conduções e avisaram que não iriam permitir qualquer manifestação. Os tanques e metralhadoras tomaram posição no centro esvaziado. Na verdade não saiu nenhuma manifestação mas a polícia provocou a massa na saída da Catedral, jogando a cavalaria em cima e perseguindo o pessoal por todos os lados. Mais uma vez um erro, pois a repercussão foi péssima. Em todos os jornais as fotos dos estudantes e padres, junto à Catedral, fugindo dos cavalos. A manifestação seguinte foi uma vitória pra nós. A polícia não conseguiu quebrar o começo da manifestação, e se dedicou a uma perseguição ridícula e sem resultados da gente na cidade.

Depois vem o episódio da reitoria na Praia Vermelha, onde o próprio vice-reitor Clementino Fraga teve que pedir proteção ao governador Negrão de Lima, contra a polícia que estava cercando a universidade. Nós estávamos num seminário de estudantes e professores pela reforma universitária. Mas mesmo assim a polícia invadiu o forum da universidade e houve bastante pancadaria, principalmente no campo de Botafogo. Mas naquela época existia imprensa sem censura, e a polícia tratava de não exagerar muito. Mas prenderam muita gente. Dia seguinte estava marcada uma manifestação no centro, e reunidos os poucos representantes das escolas, desfalcados pelas prisões, achamos que não dava para tirar uma passeata; muita gente presa, pessoal assustado, era melhor fazer uma coisa rápida, comício-relâmpago ... E essa foi a quarta-feira sangrenta. A manifestação, pequena de início, foi logo reprimida quando passava pela embaixada americana. Em frente houve discurso, pedras e veio logo o tiroteio. Fugindo de uns polícias, entrei na Maison de France. O pessoal foi tão solidário que trouxeram até coca-cola. Quando deu para sair, a cidade estava vazia; mas de repente uma correria, e logo desaparecia. Pequenos grupos reunidos nas ruas e esquinas, passava a polícia e havia confrontação, pedras e garrafas contra tiros e gás lacrimogêneo. Al morreu um policial, porque jogaram uma máquina de escrever de um andar qualquer de um edifício. O que o pessoal de cima jogou na polícia não foi normal. Oficialmente um morto do lado nosso, na verdade

parece que houve muito mais, e de tiro. Nesse dia quem brigou na cidade foram não só estudantes, mas bancários, funcionários, a população do centro que da janela jogava coisas. Os choques duraram até as 7 horas.

Depois dessa quarta-feira se marcou a Manifestação dos 100 mil. E era para exigir certos direitos, reivindicações políticas e estudantis. Fica aquela história. O governo dizendo que não ia permitir, os sindicatos começam a dar apoio, associações, artistas e padres se manifestando. Até a última hora não se sabia se a manifestação ia ser reprimida ou não. Uma hora antes o rádio anuncia que o governo não iria reprimir. Aí todo mundo foi para a rua, famílias, empregadas, todo mundo lá. E os discursos de todo o lado, de prédio em prédio público.

Bem, daí em diante começa uma nova fase.

De um lado a repressão tomou a iniciativa, começou a atirar para valer. Era o prólogo do Ato 5. Por outro lado, do nosso, uma certa inabilidade. Antes estourara a discussão no meio estudantil, entre dialogar ou não com o governo. A maioria de nós dizendo «não se dialoga». Talvez tivesse sido mais certo ter alguns pontos de exigência claros, bem propagandeados e que nos trouxessem algumas vitórias. Na manifestação dos 100 mil houve uma comissão representando os diversos setores do povo para falar com o Costa e Silva, mas as reivindicações não estavam claras. O que era geral e consenso, era o «abaixo a ditadura», mas essa não caía assim tão facilmente. E, pelo menos para mim, era um mistério como cairia. O único que entendia é que precisávamos ir em frente, juntar bandeiras, que um dia ela caía. As greves operárias de Contagem e Osasco, as primeiras greves operárias de após o golpe, repercutiram muito junto aos estudantes. Mas também repercutiram junto à ditadura, acelerando o golpe dentro do golpe que viria no fim do ano. A repressão à bala nos confundia. O que fazer numa situação dessas? As manifestações foram diminuindo, por medo e desorientação. O Congresso de Estudantes foi descoberto e todos presos. A imprensa começa a se calar, pressões aqui, interesses políticos ali, etc.

Depois do Ato 5 a nossa luta foi contra o Decreto 477, que proíbe a atividade política nas escolas e expulsa os estudantes e professores que o fizerem. A minha escola era uma escola pequena, mas de gente super-politizada. Começa uma repressão violenta dentro, o diretor toda a hora chamando a polícia: «Há gente fazendo agitação dentro das turmas e eu não permito. Venham logo». A gente estava na sala de aula e entravam os polícias, revólver para cima, mandando encostar na parede. Começamos a adotar táticas-surpresa. Anunciávamos um show qualquer e embaixo púnhamos um cartaz político. Arrancávamos numa hora certa os primeiros e fazíamos uma manifestação-

-relâmpago. Numa dessas tive uma discussão com um professor, famoso delator dos seus colegas de esquerda, depois do golpe de 1964, o Eremildo. Eu sabia que ia ser expulsa da escola, pois fora do diretório acadêmico anterior e aproveitei para dizer-lhe tudo o que tinha que ouvir, especialmente o dedo-duro. Tudo rápido, 15 minutos. Na minha escola cassaram 10 professores e 40 alunos, mais ou menos. A polícia batia na casa do pessoal. Outras arruaças, e fecham a escola. Fui presa em setembro. Na casa de uns amigos, um grupo de 11 ou 12 pessoas. Quatro caras, ou seja, 2 casais, eram apenas os antigos inquilinos da casa que foram levar o contrato pra transferência. Um outro bateu em porta errada. Era até filho de gente muito importante. Os demais, estudantes como eu, alguns já procurados pela polícia, ou seja, já fichados. Nos levaram de passagem pelo DOPS onde houve os primeiros bofetões e depois para a Ilha das Flores, onde funcionava o centro de torturas do Cenimar (Centro de Informações da Marinha). A travessia da baía foi feita sob ameaças de tortura, mas eu de fato não acreditei no começo. Sabia de alguns casos, mas esparsos. Chegando lá, trouxeram os policiais e ficamos mortos de sono e fome em pé, de cara contra a parede. Jogada numa cela, eu e mais dois colegas, ouvimos o papo dos soldados. Puxa, aquele ali ficou paralítico, o outro enlouqueceu. Por horas achava que era blefe, por outras me preparava para o fuzilamento. Fui levada para uma casinha tão agradável, onde vi uma menina sair com o cabelo molhado e as meias na mão. Coisa estranha ... Lá dentro uns 8 caras, logo gritando: vai dizendo logo, abre o bico, e bofetadas. Eu então disse: poxa, o Brasil lutou na guerra contra o nazismo, e isso aqui não é mais que uma Gestapo, e começou a porrada. Numa outra sala estava o telefone de choque elétrico, e, depois que me arrancaram a roupa, jogavam água, para acordar do choque e sentir mais dor. Em um certo momento dei um desmaio, e suspenderam a sessão. Teria continuado por mais dias se não acontecesse o seqüestro do embaixador americano e todas as forças mais especializadas se voltaram para procurar os seqüestradores. Durante uma semana, não aconteceu mais nada, a não ser as visitas diárias dos oficiais (pois era um regimento). Esses caras vinham nos visitar para falar sobre os outros prisioneiros que tinham visitado anteriormente e falavam cinicamente sobre a situação da tortura, que eles achavam horrível as nossas caras, inchadas e roxas, pobres moças ... E foi duro esse isolamento, sem nada saber, e só ver a paisagem da baía pela frente mudando de cor de manhã até a noite.

O primeiro encarregado de inquérito nomeado era um almirante do qual me esqueci o nome, mas não devia, pois como se vê nem todos são torturadores. Ele estava totalmente por fora dos esquemas da repressão. Mandou chamar os presos, oferecia cafezinho, sente-se, por favor, em que dia a *senhora* foi presa?

Aí já começou a confusão pois os policiais tinham-lhe informado da data errada, uma semana após. Portanto, segundo a lei, a incomunicabilidade já estava vencida. Ainda aproveitamos para informar das condições da prisão, torturas, etc. Ele saiu da sala e eu ouvi a maior discussão com os torturadores, oficiais também, mas de patentes inferiores. Voltou e nos pediu desculpas por não ter tomado já providências para o nosso caso ... Uma semana depois passaram o inquérito para outro, para o próprio comandante da Ilha das Flores, Clemente Filho.

Nessa ilha ficamos 6 meses. O inquérito se arrastando burocraticamente, e a Justiça prolongando nossas prisões preventivas. Porém tanto os presos da ala masculina como feminina começaram a agitar-se exigindo melhores tratamentos: comida, banho de sol, etc. Eles davam uma série de privilégios para as presas, pois éramos um grupo menor, e pensavam nos neutralizar. Mas depois começaram a haver greves de fome, atitudes de protesto, etc. e eles nos transferiram para o presídio Talavera Bruce, em Bangu, presídio feminino, onde passei mais 7 meses. Em Bangu ficávamos, de um lado, as presas políticas, de outro, as presas comuns. A gente foi para lá com muito medo dessas presas, pois a violência impera nesses lugares. Mas depois a integração foi indo muito bem. É isso foi uma situação interessante de se viver. As presas comuns em geral não eram muito solidárias entre si. Uma delas estava apanhando e a outra gritava, bate mais, bate mais. Coisas assim. E estávamos convivendo com as presas consideradas rebeldes. Mas na medida em que nós éramos um conjunto muito unido, não havendo brigas, uma defendia a outra, etc., elas começaram a ter mais confiança em nós. Quando houve o seqüestro do embaixador alemão, e ficamos sem visitas ou jornais, uma passou um bilhete: «Os seus amigos pegaram o embaixador da Holanda e vocês estão na lista, vão sair». E de fato uma de nós saiu, trocada pelo embaixador, e as presas choraram e até já sabiam algumas das nossas músicas.

Passei pois um ano e 3 meses presa e isso coincidiu com o início das ações armadas. Pessoalmente era contra tais ações, pois não via base política suficiente para tais formas de luta. Chegaram à nossa prisão muitas companheiras novas, que contavam como estavam as coisas lá fora, a repressão, etc. As prisões se encheram de gente, e foi começando a ficar claro que também não se avançava pelo caminho da luta armada, pelo menos como estava sendo levada. No entanto, não via alternativas surgindo. Jornais absolutamente censurados, todas as formas de organização amplas controladas ou proibidas.

Mais ou menos no fim da minha estada na prisão (não cheguei a ser condenada enquanto estive presa), veio o julgamento. O que dizer, se fazer uma defesa política ou simplesmente calar a boca? A repercussão nos jornais era bem limitada. Se o preso declarava

que havia sido torturado, saía que ele sofrera coação, e daí por diante. Negamos as acusações levantadas contra nós, e defendemos nossas idéias políticas, por que a oposição ao regime, a luta dos estudantes, etc., e a denúncia das torturas. Inclusive sobre a tortura já havíamos feito uma carta que saiu no *Time* e outras publicações internacionais, com nomes de torturadores, lugares, etc., que foi uma das primeiras denúncias publicadas de presos políticos. O ex-presidente Médici tinha declarado cinicamente nos jornais que eram mentiras todas as notícias de tortura, e que não se provava nada.

O nosso julgamento foi bastante agitado, todos fazendo suas defesas políticas e denunciando torturas. O primeiro juiz se afastou do processo porque teve uma discussão com um dos nossos companheiros, Jean Marc, querendo impedir que ele falasse certas coisas. Em certo ponto declarou que o preso insultara o juiz e mandou prendê-lo por desacato. Saiu no jornal: Juiz prende preso! Depois foi trocado por outro juiz, que chamava a gente e dizia: «Minha filha, você pode falar tudo o que quiser». Como era da Aeronáutica não se importava muito que a gente denunciasse as torturas da Marinha. Porém, tentou cortar as nossas colocações políticas várias vezes. O julgamento era uma ocasião importante para nós pessoalmente. Na cadeia só eram admitidas visitas de pais, irmãos e esposa ou marido. Não se viam primos, tios e amigos. Eu, por exemplo, não conhecia meu cunhado. O nosso julgamento estava cheíssimo: amigos, parentes, colegas e também muita polícia. Mesmo dentro do «camburão» que nos levava da prisão para a auditoria dava para ver o Rio, ruas, paisagem conhecida, gente livre andando pelas calçadas. E havia as confusões do dia do julgamento. A Polícia Militar que era encarregada do nosso transporte vinha com a história que não podíamos levar bolsa, papéis, nada. A gente dizia que sim e mandava chamar o diretor da prisão, pois sabíamos que tínhamos tais direitos, por lei, etc. E o resto das presas que ficavam se despediam com as tradicionais músicas de esquerda, hinos, os PMs mandando calar a boca, e o pessoal detrás das grades cantando.

Depois o advogado pediu o relaxamento de prisão para três de nós, inclusive eu, já que estávamos presas há mais de um ano e sem julgamento. Pediu e ganhou no Supremo Tribunal Militar. E aí tinha a seguinte burocracia. Para você ser solto precisava receber o alvará de soltura, ordem que vinha da superintendência de prisões para o diretor da prisão. Ficamos 20 dias esperando e sabendo que esse atraso tinha algo de suspeito. Um dia fomos chamadas e nos esperava um camburão que nos leva para a Marinha. Vem um sujeito todo enfeitadinho e nos acusa de estarmos envolvidos em um inquérito do Partido Comunista. Evidentemente não tinham nada de provas contra nós, mas bas-

tava incluir-nos numa lista de prováveis suspeitos para termos outra prisão preventiva decretada por mais 30 dias. Como o outro alvará já tinha chegado, vencidos os 30 dias do novo processo o advogado pediu nova soltura e ganhou. Mais outra espera, não sei quantos dias. Uma noite aparece a diretora com o alvará de soltura, 11 horas da noite. Nós nos recusamos a sair aquela hora e pedimos que avisassem família e advogados. Temíamos um seqüestro de polícias, pois a região era totalmente erma e sem condução. O pessoal da administração queria que saíssemos de todo o jeito, mas todas as presas nos apoiaram e ameaçaram resistir fisicamente a qualquer tentativa de nos arrancar à força. Logo depois chega uma carta do nosso advogado, dizendo que nos esperava na porta. Despedidas apressadas e comovidas. A gente se conhecia e se separava abruptamente sempre. Depois de assinarmos nossa libertação, um fato suspeito. Detiveram nosso carro, do advogado, até que saísse primeiro, e às pressas, o secretário de Justiça do Estado da Guanabara, antigo integralista, Cotrim Neto. Era estranho que aquele cara estivesse lá àquela hora. Saímos pela estrada que ia dar na Presidente Dutra, o advogado, minha mãe, outra mãe e nós três. E ali mesmo já não nos sentíamos seguras, estávamos discutindo a possibilidade de não dormir em casa, pois a barra andava pesada. Era o período das eleições de novembro de 1970, e por isso mesmo a repressão estava à toda, e estávamos assim quando lá vêm dois carros fechando a estrada. Metralhadoras e tudo. O advogado desceu e começou a discutir com os tiras que imediatamente o agrediram com coronhadas enquanto os outros nos arrancavam à força de dentro do carro, pois nós resistíamos, junto com nossas mães. Em frente, alguns metros, um quartel da polícia, evidentemente conhecedor da operação. Colocaram a gente dentro do carro, com capuz. Ficamos bem agressivas, querendo saber para onde nos levavam, que ordens tinham, etc. Disseram que estávamos indo para Niterói, mas pela direção que o carro tomou e a falta de cheiro de mar, percebemos que nos mentiam; íamos em direção à Tijuca, onde ficava o mais terrível centro de torturas da época, a Polícia do Exército. Sabíamos por descrições de outras presas que era um lugar com luzes frias no corredor, celas dos dois lados. Quando chegamos, levanto o capuz, vi que de fato era a PE. Um safanão, pelo capuz levantado, mas pelo menos fiquei sabendo onde estava. Nos jogaram numa cela com portas de grade e um colchão imundo no chão. Em frente à cela, cheio de caras sentados, uns com capuz, outros sem. Soldados passando, portas se abrindo e pancadarias e gritos próximos. Procuramos nos comunicar com o pessoal do corredor. Um sem capuz sorria, mas não falava nada. Depois disse que estava ali há 3 dias, ou melhor, mostrou com gestos, e a gente respondeu que já estávamos há mais de um ano. E ele fazia sinal como de uma tomada,

que queria dizer choque elétrico. Perguntávamos como, quando, por que, e o cara repetindo o gesto e sorrindo. Vimos que estava louco. É fácil enlouquecer num lugar destes.

Passamos uma noite infernal, e de manhã veio um café. Uma das companheiras, não agüentando o gosto azedo deste, vomitou. Aparece o médico e pergunta se ela estava com medo e queria um calmante. Ela disse que preferia que limpassem a privada da cela, que era a causa do seu mal-estar. Esses médicos eram assessores durante as torturas, e a única coisa que faziam era dar calmantes para dopar todo mundo.

Depois me chamaram — capuz — e a espera. Subi um andar, e sabia pelas descrições que a cela de torturas era no primeiro andar. Entro numa sala, me tiram o capuz e, numa cela grande, uma mulher num colchão, outra noutro. Logo trazem minhas companheiras, e ali ficamos. Uma das duas que estavam ali não tinha nada a ver com política. Certamente era prostituta, andava a passear com um cara, pediram os documentos, desconfiaram e o tipo que estava de uniforme militar resultou ser um perseguido político. Segundo ela. Estava apavorada e justificava que não poderia ter desconfiado de que ele fosse um criminoso, tão elegante na sua farda, etc. Aí ficamos dois dias. Numa noite vem o cabo e manda preparar para sair. Descendo as escadas ouço um barulho estranho, como de alguém caindo, e arranco o capuz. Era uma das minhas colegas que estava tendo uma crise epiléptica. Ela tivera outras quando criança, mas depois nunca mais. Mas com toda a tensão sofrida veio a crise, e os soldados com medo pensando que epilepsia pegasse. Nós a ajudamos a sentar, e logo trouxeram um remédio e nos meteram no camburão, para uma nova delegacia. Era uma delegacia que funciona como lugar de triagem de presos, dirigida em parte por polícias e em parte pelo Exército. Depois soubemos que era uma das bases do Esquadrão da Morte. Prendiam o cara, torturavam e, se queriam matá-lo, informavam que fora solto, ou simplesmente que não fora preso, para a justiça. Lá se ouviam de noite os urros dos caras torturados a chicote, e tinha também um louco, que gritava como se fosse um bicho. Tinha matado um guarda, e o torturaram provavelmente até aquele ponto. Aí ficamos 7 dias, dormindo no cimento e comendo uma vez por dia. Às vezes nos compravam pão e leite, com o nosso dinheiro. Deram jornais velhos para forrar o chão, e em um deles achamos notícias sobre o nosso próprio caso. Nosso advogado e pais denunciavam na justiça nosso seqüestro e pediam a rápida localização e soltura nossa. E um dia chega uma carta da minha mãe. Disseram que podia responder, mas que não adiantava escrever onde estava (nem sabíamos), pois cortariam. Minha mãe recebeu essa carta de volta, do serviço de relações públicas do Exército, e com ela marchou para o STM, comprovando que estávamos presas pelo Exército. Alguém faci-

litou tal carta, e provavelmente todos estes fatos só podem ser explicados pela briga interna que se desenvolvia entre setores mais duros e menos duros dentro do governo e Exército. Na PE mais tarde ouvimos da boca dos torturadores que o STM estava soltando muita gente, e que eles estavam contra tais legalismos, etc. Nós fomos apenas o objeto sobre o qual se voltou a luta entre as diversas facções dos milicos, ali no Rio.

Nos levam de volta para a PE. De noite, a sinfonia de gritos e pancadas, e conhecemos mais duas presas, que tinham vindo de outro Estado, e já sabiam do nosso caso — as meninas de Bangu, desaparecidas, que os jornais falavam.

Uma noite, talvez um outro depoimento de plantão. Na sala de tortura um novo inquérito sem tortura — parece que o interrogador queria somente fazer um papel burocrático. Todas fomos interrogadas, negamos qualquer vinculação com o inquérito deste cara, e voltamos para as celas. No dia seguinte, à noite, pedem para juntar as coisas e descer e ... ser soltas. Logo pensamos em um novo seqüestro. Um carro esperando, mas não houve capuz nem metralhadoras. O chofer e mais um tira perguntam onde nos deixam. Decidimos ir juntas para minha casa. Passamos pela lagoa, fomos revendo o Rio, iluminado de noite, e chegamos no meu edifício. Meus pais acordam sobressaltados, alegria geral, chegam parentes, vizinhos e advogados. Passamos a madrugada contando o que nos sucedera, e eles o que tinham feito para nos localizar e conseguir a libertação.

Novembro de 1970 — época das eleições, a polícia prende, umas 2 semanas antes, 5 000 pessoas só no Rio, alegando que era uma campanha preventiva contra agitações da esquerda. E lá fomos nós novamente, desta vez para o DOPS e seguidos pela família que queria ter certeza de onde ficaríamos. Mais 11 dias. Depois, nova ordem de soltura. Fomos embora com acompanhamento de famílias e advogados, mas desta vez nos escondemos em casa de amigos. Não saíamos na rua e não tínhamos contatos diretos com família, pois tínhamos medo que os seguissem ou observassem. Resolvemos procurar asilo em embaixadas. Decidimos pelo Chile, o Allende acabara de ser eleito e sabíamos que haviam aceitado dois asilados recentes. Entramos no prédio, e ali ficamos dois meses esperando o salvo-conduto do Ministério das Relações Exteriores, que não vinha nunca. Mas houve o seqüestro do embaixador suíço, e o governo brasileiro pediu que o Chile aceitasse os seqüestradores. O Chile, por sua vez, pressionou pelos nossos salvo-condutos e aí viajamos. O jato levantou vôo, e a gente se sentia salva pela primeira vez. Vimos os Andes, e depois Santiago, chegamos de noite. No aeroporto havia muita gente nos esperando, e também a polícia, difícil escapar, segurando a gente para identificações. Fomos para o hotel que o governo tinha reservado. No Chile encontramos muita gente

conhecida, outros chegando. Cinema, andar na rua, conhecer gente nova e um país novo, sensação de liberdade. E de repente a consciência também de que a saída do Brasil era para ser muito tempo. E vem também a pergunta do que fazer ali. Talvez porque a cadeia é um enorme afastamento da vida normal, eu tinha a sensação que já saíra há muito tempo do Brasil.

O primeiro ano de Chile foi meio traumático, a necessidade de falar da experiência passada. A sistematicidade com que eu falava da cadeia era impressionante: histórias, lembranças, o mundo emocional muito preso à prisão. E não conseguia substituir no início por nada, o dia-a-dia é que foi se ocupando de preencher uma nova vida. A integração no Chile foi sendo vagarosa. Lia os jornais, conhecia vizinhos, ia às grandes manifestações da UP, gostar de música chilena, artesanato, língua, povo. Grande parte dos brasileiros vivia em guetos, ou seja, entre si. E todos pensando numa volta mais ou menos imediata. Além disso havia uma atitude moralista de que estar fora do Brasil era ser covarde, etc., e a obrigação de voltar era imperativa, sem qualquer visão das condições reais. Depois de um certo tempo consigo um emprego, um período ainda difícil do governo do Allende, onde o desemprego era grande e se você conseguia trabalho era para aceitar logo. Trabalhava de secretária de arquivo na Cepal, em um ambiente de secretárias e técnicos das mais requintadas famílias chilenas, todos evidentemente reacionários. Era um bicho raro ali dentro. Pensei em recomeçar a estudar sociologia, na Universidade do Chile. E estudei por um ano e meio, até o golpe. Esse período rendeu bastante, a escola tinha um currículo interessante e o ambiente era bom. A integração no Chile se fez sem que eu nunca militasse ativamente na sua política. Sabia que o meu vínculo essencial era com o Brasil, e que estrangeiro deve ir com muito cuidado nas situações de outros países, pois faltam dados, conhecimentos, que não se atingem assim de uma hora para outra.

Na verdade já chegamos ao Chile preocupados com a possibilidade de um golpe militar. A esquerda chilena dizendo que os militares chilenos tradicionalmente não interferiam em política. Nunca tivemos tal confiança, pelo menos o que se havia vivido no Brasil não dava para confiar. Até hoje é difícil fazer uma análise sucinta do problema chileno. Não tinha grande identidade política com as organizações chilenas. Dentro do quadro político chileno víamos a radicalização crescendo entre a esquerda e a direita e isso teria que certamente interferir no seio do Exército, mas ninguém discutia esse ponto. Outros setores da esquerda chilena me lembravam aqueles de antes de 1964, querendo tais e tais objetivos, porém sem nenhuma flexibilidade tática, nem capacidade de análise da situação concreta em que se encontrava o país. Acho que o Allende sabia em que terreno

7
pisava, um terreno já minado, e não seria de última hora que se construiriam poderes populares, como queriam os setores formalmente mais radicalizados. O grande impasse que a esquerda chilena viveu foi criado antes do governo do Allende, onde se alimentou a ilusão de que um governo popular eleito poderia governar de fato, e seria uma fase de transição pacífica para uma sociedade socialista. Essa transição pacífica significava que o Exército seria neutralizado pelo povo unido e politizado em torno do seu governo. Essa crença já havia condicionado todo o desenvolvimento político dos partidos de esquerda, sua preparação de quadros, propaganda, e principalmente suas estratégias. Agora, quando as cartas já estavam quase todas lançadas, não dava para recuperar o tempo perdido. A esquerda chilena se debatia nesse conflito artificial entre táticas mais radicais ou menos radicais, que não traziam nenhuma saída para a situação. De um lado a Unidade Popular tentava agüentar um pouco mais, evitar o conflito inevitável. Do outro lado os grupos mais radicalizados procuravam empreender ações que só aceleravam um *pronunciamento* dos milicos. A gente ficava sentindo a tragédia se aproximando ... e evitávamos uma posição excessivamente crítica, criticar todo mundo. Era dar apoio à esquerda no geral e tentar entender como se desenvolvia a situação. Havia momentos onde acreditava que o golpe que se desenvolvia poderia ser parado. Depois do *tancao* a luta armada foi colocada na ordem do dia realmente para a esquerda, pois o golpe como probabilidade quase se realizara. Se de fato o Exército se divide a possibilidade de uma guerra civil e uma vitória das forças progressistas poderiam ser possíveis. Mas faltavam dados para saber se o Exército estava realmente dividido e da parte das organizações políticas era evidente o despreparo militar e político. O último mês de Chile foi vivido com sobressaltos. Pensávamos que caso houvesse um golpe e não pudesse haver resistência, poderíamos abandonar o Chile com uma certa tranquilidade. Afinal éramos asilados, vida absolutamente legal, etc. Nunca pensamos que a propaganda golpista fosse se basear no «perigo vermelho estrangeiro» e nos declarasse como inimigos n.º 1 do novo regime.

O golpe veio, acordamos com os vôos rasantes dos bombardeiros e logo ouvimos o discurso do Pinochet. Tiroteio perto de casa, patrulhas em operações. Salmos de nossa casa, pois morávamos em um edifício novo cuja propaganda fascista anterior já caracterizava como ninho de extremistas estrangeiros, etc. Na verdade era grande a quantidade de funcionários internacionais e outros estrangeiros também, e consideramos suspeitos aqueles tiroteios em volta da quadra. Foi o melhor que fizemos pois no dia seguinte, durante o *toque de queda*, invadiram os prédios e prenderam todos os estrangeiros, caracterizados sumariamente de cubanos, pela TV em cadeia.

Ficamos em casa de um casal amigo, e lá ouvíamos os tiros e víamos as colunas de fumaça que saíam de La Moneda bombardeado. Os jatos iam e vinham, e na outra direção provavelmente bombardeavam *poblaciones* que tentavam resistir. Recebemos um telefonema de uma jornalista chilena que disse ter visto o corpo do Allende metralhado em La Moneda. De noite a TV mostra a casa do Allende, onde encontraram armas e tentavam mostrar que o Allende vivia em um luxo e nadando em dinheiro. Como casa, não tinha nada de especial, e os militares mostravam o banheiro e diziam, aqui os senhores podem ver a banheira, a privada, etc. Era a estupidez no poder. Aqui e ali conseguimos saber que a resistência havia sido forte, que havia muitos mortos e prisioneiros. Principalmente lutou-se em fábricas e na Universidade Técnica, onde morreu Victor Jara. Os franco-atiradores agiam todo o dia, apesar da ameaça pelo rádio de fuzilamento sumário para qualquer um que fosse encontrado usando armas. As patrulhas passavam pelas ruas desertas, devido ao toque de queda de dois dias, e a gente olhava por trás das cortinas, pois atiravam se viam gente nas janelas.

A lista de estrangeiros que foi lida pela rádio incluía uns 4 brasileiros. Assim que pudemos fizemos contatos com as embaixadas, e na embaixada do México soubemos que estavam dando asilo. Na embaixada é que soubemos por outros brasileiros e chilenos da extensão em que havia chegado a repressão. Polícia, Carabineiros e militares tiveram carta branca para agir como quisessem. Prisão, tortura ou fuzilamento imediato dependiam somente dos impulsos ou decisões de cada tenente, sargento ou polícia. A maioria dos brasileiros presos foram jogados no Estádio Nacional transformado em prisão. Soube de dois brasileiros que morreram nesse período. Um no Estádio Nacional, o Vânio, que teve uma infecção e morreu sem tratamento médico. O outro, o Túlio Quintiliano. A polícia foi na sua casa, e ele não tinha seus documentos ali, mas em outro lugar. Saíram de carro para buscá-los e nunca mais voltou. Sua mulher foi informada por um cara que esteve preso no Regimento Tacna de que Túlio tinha sido fuzilado, junto com um grupo grande, naquele mesmo dia.

Na embaixada do México havia umas 300 pessoas asiladas e por volta de 40 crianças, além de 4 mulheres em gravidez adiantada. Na primeira noite não havia nem espaço no chão para deitar, nem comida, nem nada. No dia seguinte viajou uma primeira turma de chilenos, junto com a viúva de Allende, para o México. Ficamos 12 dias na embaixada, nos adaptando à comida racionada, cigarros e falta de banho. Fui das que viajou no último grupo, e fizemos uma viagem tranqüila, acompanhados do embaixador mexicano e vários outros, da Áustria, Suécia, etc., que era para conseguir mais respeito por parte dos carabineiros

chilenos que, com o pessoal dos outros vôos, haviam cometido uma série de arbitrariedades.

Até então pensávamos que íamos ter asilo no México. Chegamos e fomos alojados em um hotel. Na primeira semana os assistentes sociais do governo já nos encaminhavam para trabalhos, estudos e aluguel de casas. Eu fizera minha matrícula na Universidade do México e já estava com um emprego em vista. Aí vem a notícia que o governo mexicano só daria asilo para os chilenos, ou seja, segundo a lei deles, para pessoas perseguidas na sua pátria. Nós éramos pessoas perseguidas por «pátria alheia» além da própria, e por isso não tínhamos direito. Ficamos arrasados, porque ninguém tinha a mínima vontade de ficar correndo o mundo inteiro em busca de asilo e além do mais a maioria de nós havia gostado do México e estávamos com a vida encaminhada mais ou menos. Tentamos lutar um pouco mais mas vimos que não havia como. O México, como uma das falsas democracias mais bem organizadas que existe, tinha seus jornais mudos para qualquer assunto indesejável. A nossa expulsão em termos não era comentada e para todos os efeitos o México dera asilo para todos que pediram. O governo não nos dava nem direito de trabalho nem de estudo, já que permanecíamos com um visto de turismo, e nos mantinham no hotel enquanto esperavam que nós déssemos um jeito na nossa situação. Aí começou uma romaria pelas embaixadas pedindo asilos, sem respostas. Nós tínhamos um passaporte do México, único documento, e que dizia: «Válido somente para sair do país». Isso significava que o país que nos recebesse teria que nos dar asilo político, e nenhum queria. Fomos ficando. Pedíamos à Secretaria do Interior um outro tipo de documento, pois com este, nem eles, nem nós, resolvíamos essa situação.

Um dia, dia de Natal, a Secretaria do Interior nos chama, tira retrato, etc. e entrega um passaporte válido por um ano, bem mais decente que o outro. No passaporte estava escrito que esse documento só era válido até que chegássemos a um país onde houvesse uma embaixada da nossa pátria; que o governo mexicano não se responsabilizava por nós, etc. Mas estava escrito só em espanhol, língua que felizmente não é tão internacional como se poderia pensar. Aí surgiu o novo impasse que era obter um visto de entrada para algum país, quando nós já estávamos há 4 meses no México e os serviços diplomáticos estrangeiros, mais que avisados da situação, se recusavam a nos dar vistos. Corremos tudo o imaginável, Paquistão, Índia, Luxemburgo, sempre com negativas. Finalmente a Iugoslávia estampou bondosamente um visto de turismo de um ano para alguns. Pegamos a passagem com o governo mexicano, mais feliz que nós, a essas alturas, e descobrimos as rotas dos vôos para Belgrado: passavam pela Bélgica, e tinha que se esperar a continuação do vôo até o

dia seguinte. Em pequenos grupos fomos viajando e descendo na Bélgica, como em trânsito. Uns ficaram lá mesmo. Nós seguimos para a Alemanha, onde tínhamos contato com a Amnesty International, que tentava nos ajudar desde o México. Quando passamos pela Bélgica os brasileiros que já estavam lá estavam tendo dificuldades para achar trabalho, devido à recessão econômica. Nossa opção pela Alemanha foi em parte por esses contatos que já tínhamos, e em parte porque meu companheiro pretendia estudar fotografia aqui. Por outro lado, a opção foi também meio geográfica, já que só podíamos optar por países fronteiriços à Bélgica, pois não podíamos comprar outras passagens de avião e ficar tentando vistos.

Um casal belga, onde ficamos, nos levou de carro para a Alemanha. Fomos deixando a bonita e verde paisagem belga e entrando numa zona cinza, cheia de fábricas e fumaça. Era o vale do Ruhr, uma das zonas mais poluídas do mundo. Estávamos na Alemanha. Colônia também era cinza, chuvosa e gelada. Fomos para o único endereço de brasileiro que tínhamos, e não havia ninguém em casa. Ficamos no meio da rua, com as malas e as dúvidas. Éramos 4 pessoas. De repente aparece um cara que eu conhecia do Brasil, pelo menos uns 6 anos que não o via, e expliquei logo a situação da gente. Ele conhecia outro casal de brasileiros que também morava naquele prédio e nos levou para lá. Esse pessoal foi muito solidário conosco, e nos ajudaram bastante depois, todo esse tempo.

A Amnesty, com quem fizemos contato, reuniu todos os refugiados, nos deram as primeiras orientações, e nos distribuíram por casas de pessoas que se haviam oferecido para nos ajudar. Eu e meu companheiro ficamos por 3 ou 4 dias provisoriamente numa casa, e foi uma experiência bem desagradável, porque os donos parecia que tinham medo de falar conosco. Nos mostravam as coisas e nos davam café, mas sequer perguntavam quem éramos, que havia passado conosco, nada. Nós dormíamos na sala, e eles ficavam até tarde, com amigos, jogando damas, xadrez chinês e bebendo. Era terrível o sono que tínhamos, e além disso eu estava meio mal de saúde. Estava grávida, e tinha queda de pressão, além de uma fome crônica, porque a comida do restaurante estudantil, onde comíamos 2 vezes por dia, era pouca. Como nos sentíamos constrangidos nessa casa, só íamos lá para dormir, e passávamos o dia andando pela cidade, com ou sem neve. Depois nos levaram para outra casa, um casal de intelectuais alemães, a mulher era deputada, e o marido estava de licença da universidade, escrevendo um livro. Nos alojaram num quarto confortável e foram muito gentis, porém nós sempre tínhamos estar incomodando, e seguíamos no esquema de andar a pé o dia inteiro e comer no restaurante da escola. O dinheiro era curtíssimo e a minha fome, com a gravidez, aumentava.

Através daquele casal brasileiro que nós recebeu da primeira vez tivemos contato com uma instituição protestante que ofereceu bolsas por 6 meses para o nosso grupo, para fazermos um curso de alemão. Isso era o mais difícil de conseguir. Saiu a bolsa, eu já estava grávida de 5 meses, e mudamo-nos para a tal cidade onde fomos estudar alemão. Lá havia uma casa para nós, nossa, onde no começo ainda falávamos baixo, como se estivéssemos na casa dos outros. Nos deram adiantamento da primeira mesada, e compramos comida em um supermercado, fizemos um baita jantar, tomamos banhos prolongadíssimos e guardamos logo todas as malas, que já não agüentava mais ver. Começamos a estudar alemão, passamos nos exames, escrevíamos cartas localizando os amigos espalhados pelo mundo depois do golpe no Chile, e esperamos nossa filha nascer. Foi um tempo bastante calmo.

Nos mudamos para Berlim, onde cursamos a universidade. Uma cidade grande, cheia de bichos raros como nós — operários estrangeiros, soldados, estudantes de todos os continentes. Alugar casa era difícil, porque éramos estrangeiros, tínhamos filhos e éramos estudantes. Moramos 2 meses em um quarto de um amigo, até que conseguimos.

Na universidade, nos perdemos no começo. Tem uma estrutura muito livre, cada um faz o que quer, dentro de um mínimo de exigências. Ia de secretaria em secretaria e não entendia nada. O estudante alemão é bem mais estudioso que o nosso. O cara aqui estuda porque quer, não por pressão da família, e ganha uma bolsa do Estado para isso. Não sei se a vida aqui é melhor, não. A vida de cada um já está desde o começo muito programada, e pouca coisa pode ocorrer que mude as expectativas. Isso traz uma certa tristeza ou seriedade precoce nos jovens. O espírito de competição na universidade é extremamente desenvolvido, pois, dependendo das notas, está uma melhor colocação no trabalho futuro ou não.

Sempre penso, claro, que era melhor estar no Brasil. Se fosse questão de escolher, escolheria não estar no exílio, embora não o ache uma experiência negativa. Tem aspectos positivos, e de qualquer forma é a vida da gente que está aí passando. A experiência do Chile foi muito interessante, ter acompanhado todo aquele processo. A Alemanha é um país totalmente estranho, com todas as dificuldades de adaptação possíveis, uma realidade muito diferente para nós, uma sociedade capitalista avançada. A desgraça é para nós entendê-la e, para os alemães, nos entender, a gente que vem da América Latina, cheia de misérias e ditaduras. Conhecer portanto o povo alemão não é fácil, exige uma certa adaptação cultural. Entender um operário, por exemplo, que vive subjugado pela sociedade de consumo, neurotizado pelo seu trabalho, enchendo a cara no fim de semana. Fome mesmo não

aparece a toda hora, há seguros, ajudas sociais, etc. A exploração no entanto não deixa de ser menor por isso.

Eu por exemplo tenho interesse na história da Alemanha. Compreender o que está passando agora, a formação dos grupos políticos alemães, etc. A primeira impressão do povo alemão é de um povo seco, estúpido e frio. Mas não é culpa ou defeito do povo em si, senão que o que viveram, a fascistização, a fome na guerra e depois da guerra, a aceleração industrial, que cria um indivíduo que só tem por alvo o dinheiro e a economia pessoal, a desagregação de todos os vínculos emocionais em função do tutu, amigos, família, etc. Ninguém fala do passado, Hitler é um nome banido, o alemão tem medo de ser alemão, ou tem vergonha da sua história recente, ou mesmo acha o assunto desagradável, sabe lá se ele não foi SS na sua mocidade.

Gosto do nível cultural do ambiente universitário, das facilidades de estudo e acho bom aprender o alemão. Tem aspectos culturais que devemos assimilar, etc. O machismo, por exemplo, não é que não exista, mas não é tão marcante. As mulheres são «mais iguais», principalmente na nova geração. Não totalmente, é claro, as diferenças estão aí nas restrições diversas que se levantam a uma melhor colocação das mulheres nos empregos, no trabalho doméstico que ainda é sua obrigação além de trabalhar fora, e na mentalidade ainda dominante da superioridade masculina no campo intelectual, artístico, etc. Ter filhos é um sério problema para as mulheres pois muitas vezes implica em ter que deixar o trabalho. A rede de creches estatais não é suficientemente grande, e a ajuda para famílias é também pequena. Tenho tido uma vida extremamente difícil depois que nasceu a minha filha, porém luto de todas as formas para não renunciar às minhas atividades universitárias, nem as maternais. É muito fácil para uma mulher decidir não ter filhos, a fim de ter melhores condições de competição com os homens, porém é uma atitude, a meu ver, capitulacionista. Uma boa parte do movimento feminista europeu tem esta atitude; na minha opinião devíamos lutar para que a sociedade assumisse coletivamente a carga dos filhos, ou seja, creches e facilidades especiais para famílias.

Já faz 5 anos e meio que estou fora do Brasil. Parece muito tempo às vezes, outras vezes tão pouco. Da experiência passada a gente pode tirar muitas conclusões úteis para o futuro, inclusive que as lutas não se resolvem em 2 ou 3 anos ... o que pode significar um exílio relativamente longo para muitos brasileiros. Ele não precisa ser um tempo morto, para mim não é, e também não é uma separação geográfica imposta, que nos arranca assim de nossos costumes, língua, cultura, etc. Talvez, ao contrário, viver fora da nossa terra nos faz mais conscientes dessas coisas. Me sinto mais brasileira do que nunca e com mais direitos às palmeiras e sabiás do que muitos outros que estão lá.

II PARTE
MANUSCRITOS

PASSAGEM DE IDA E VOLTA

por
Artur José Poerner

«Sou brasileiro. Não consta aí?»

«Com eterna gratidão ao grupo berlinense da Anistia Internacional, pelas atenções que me dedicou, desde que a notícia da prisão foi divulgada por *Le Monde*. Aos seus abnegados componentes, que tudo fizeram para amenizar o impacto da adaptação forçada à realidade do exílio, dedico o presente trabalho»

O autor

Lugares

Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Belém do Pará, Argel, Bonn, Berlim, Colônia

Datas

Nasceu em 1939, suspensão dos direitos políticos em 1966, prisão e exílio em 1970

Profissão

Jornalista

«Crime»

«O de procurar colocar a sua pena a serviço do seu povo»

No trem, a caminho de Berlim Ocidental, onde tenho que cumprir uma formalidade relativa ao projetado doutorado em Ciências Políticas, leio, finalmente, uma obra que o saudoso Álvaro Lins me deu, em agosto de 1968, com a observação — contida na dedicatória — de que se tratava do «mais pessoal» dos seus inúmeros livros: *Literatura e Vida Literária*. Alta madrugada, mas não é o sono que consegue, por vezes, desviar-me as atenções do fascinante diário, nem a tristeza que sinto, por um instante, quando penso que o seu autor não viveu o bastante para assistir ao desmoronamento do regime que o considerou *persona non grata*, por ter asilado, como embaixador brasileiro em Lisboa, o general Humberto Delgado. O que me está perturbando, realmente, é a lembrança de um conto, também bastante pessoal, que li, a noite passada, em Colônia: *Um Desastre de Trem*, de um dos maiores escritores deste país em que vivo há quatro anos e meio: Thomas Mann.

É de repente, quando de novo me encontro mergulhado na leitura, que a locomotiva começa a empacar e a espirrar, como os nossos rocinantes, no interior do Brasil, quando pressentem a proximidade de cobra. E um longo relincho, isto é, rangido, acompanha o solavanco que se estende de vagão em vagão, qual ordem militar: «Alto!»

A negaceada paralisação do trem me permite constatar, com alívio, que não se repetiu, afinal, o conto de Mann, embora também não se trate de uma parada normal, em alguma das muitas estações do percurso. Apenas chegamos à fronteira da República Democrática Alemã, cujo território é preciso atravessar para atingir Berlim Ocidental, e os guardas fronteiriços já se aprestam a embarcar, para a inspeção rotineira.

O que vem ter à nossa cabina — em que me encontro com dois alemães: um velho calvo e um jovem cabeludo — é gordo, baixinho, e exhibe, sorridente, um dente de ouro. O velho resmungava qualquer coisa, como todos os de sua geração nessas horas, inconformado com a divisão nacional herdada da II Grande Guerra, enquanto o jovem, certamente partidário da tese em que o ex-chanceler Willy Brandt baseou a sua política de abertura em relação ao Leste — «dois Estados alemães, uma só Nação» —,

parece não ver na formalidade algo que a distinga das exigidas em todas as fronteiras do mundo.

De fato, ambos tiveram os passaportes, imediatamente, devolvidos, e — conluo, agora — se alguém tem alguma coisa a reclamar aqui, sou eu! Pois o guarda alemão oriental, com o seu jeito de camponês — um misto de ingenuidade e esperteza, de confiança e ceticismo estampado no semblante —, não se cansa de folhear, em todos os sentidos, o documento que lhe estendi: um *Travel Document*, que me foi recentemente fornecido, de conformidade com a Convenção de Genebra de 28 de julho de 1951, da qual o seu país não é signatário. Ele não pode, por conseguinte, reconhecer a validade do documento, e terá que me fornecer outro, provisório, somente para a travessia da RDA. Mas disso — mera formalidade — eu já sabia, como sei que irá me cobrar uma taxa de dez marcos, da qual os companheiros de cabina estão isentos desde que entrou em vigor o Acordo Básico entre as duas Alemanhas. O que não posso entender é a demora no cumprimento da praxe. Até que, por fim, depois de mais um minucioso reexame, o guarda me pergunta, de estalo: «Qual é, afinal, a sua nacionalidade?»

— Sou brasileiro. Não consta aí?

Não, não consta, e só agora o percebo, porque é a primeira vez que viajo com este documento, expedido há pouco, após ano e meio de espera. O guarda desiste, enfim, de procurar a minha nacionalidade, e passa a se concentrar no preenchimento da identidade provisória, em que irá apor o visto de trânsito. Mas, como todos os seus colegas por esse mundo afora, ele aprendeu a só confiar — ainda assim, com um pé atrás — em papéis. E em que outras fontes mais ele poderia se basear para atestar a cidadania do passageiro? Na verdade, carregado, por motivos sentimentais — e, quem sabe, de identificação nacional reprimida —, uma guia «cruzada» ao pescoço, presente de estimação de um babalorixá amigo, que fez vibrarem os atabaques, no Morro do Sossego, para obter, a seu modo, a minha libertação. O guarda, no entanto, não é iniciado nas mirongas e decerto nunca ouviu falar de Vovô Catarino. Do seu ponto de vista, eu bem que poderia ser um desses turistas que voltam do Brasil fascinados pelo exótico. Por que não irlandês ou austríaco, como o avô paterno que não conheci? Ensaíar alguns passos de samba seria o derradeiro recurso, mas, nas presentes circunstâncias, além de ridículo, também de pouco valerá. Pois, quando chega ao espaço em que deve mencionar a nacionalidade, o guarda do dente de ouro nem sequer vacila: «*Staatenlos*» — o que, em bom português, significa «apátrida».

Para mim é um choque. E não é para menos: já fui muito xingado (e a minha pobre mãe, por tabela), desde os tempos do «vou te pegar na rua», defronte ao grupo escolar, no Morro de

Santa Teresa — mas disso ninguém me chamou. Além do mais, nunca — que eu me lembre — cruzei, fora do terreno ficcional, com apátridas, assim como jamais, em todas as viagens efetuadas pela América do Sul, Europa e África, me vi diante de um albanês ou de um curdo.

As estações

APÁTRIDA. É a escalada dos adjetivos, que seguiu, inexorável, a sua marcha, como o trem que agora a reinicia. A primeira estação se chamou OPOSICIONISTA, por causa da atitude adotada pelo jornal de que fui redator — o *Correio da Manhã*, do Rio — diante do regime implantado no Brasil, em 1.º de abril de 1964; a segunda, em virtude das críticas emitidas em meus artigos à política externa e sócio-econômica dos novos governantes, mereceu o nome de NACIONALISTA (à época — não sei bem como anda a «revolução» semântica ... — com sabor de palavrão); daí a ESQUERDISTA, o percurso não foi longo: apenas algumas páginas a mais de leitura, bem menos do que já pude ler, hoje, no livro do Álvaro Lins; como os maquinistas não conseguiram se decidir entre as plataformas SOCIALISTA e COMUNISTA, o trem da marginalização (que me conduzia, sem que eu o suspeitasse, para longe do país) só voltou a parar em CASSADO, exatamente no dia 5 de julho de 1966, quando acabara de ser eleito, pelos colegas, para o Diretório Regional do MDB do Estado da Guanabara; mal tivera eu tempo de cientificar-me da nova denominação (através do noticiário da Rádio Nacional), já estávamos em SUBVERSIVO e, finalmente, em abril de 1970, em PRESO, que fica logo ali na Tijuca, na rua Barão de Mesquita, em cujos guichês paguei o que faltava para chegar a EXILADO. Uma vez cruzada a fronteira, as próximas paradas já se verificaram na República Federal da Alemanha, país em que desembarquei no final de setembro de 1970: ASILADO (depois que o meu nome entrou para uma lista, existente em todos os consulados brasileiros, dos compatriotas aos quais mesmo o mais reles e óbvio dos carimbos deve ser negado, para não falar da prorrogação do passaporte) e agora, no itinerário de Berlim, APÁTRIDA. É a estação de destino? O ponto final? O fim da linha?

Talvez se encerre aqui a viagem de ida. Pouco importa, o meu bilhete é de ida e volta. Pois se há algo de que nunca duvido, nem mesmo durante as mais insidiosas crises de banzo, é de que ninguém pode me cassar um direito que adquiri há 35 anos, no bairro carioca do Rio Comprido, por nascimento, e confirmei, daí em diante, por sentimento. Não há autoridade no mundo para isso e o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, do

Aurélio Buarque de Hollanda, não me deixa mentir: «*Apátrida* — estrangeiro que se refugia num país, por haver sido conquistada a sua pátria». Sou, portanto, um estrangeiro na Alemanha Federal e continuarei a sê-lo, aqui ou em qualquer outra pátria que não seja a minha. Minha, agora, mais do que nunca, pois aprendi a amá-la ainda mais, de longe, em silêncio — como nesses casos de amor platônico e não correspondido. Com a única — e fundamental — diferença de que, neste caso, tenho a tranqüilidade de saber, pelas demonstrações recebidas, que ela também me ama. Os seus padraços — ranzinzas e anacrônicos — é que não deixam, atravancando o caminho da nossa felicidade em comum. Mas, como Caetano Veloso, na fase do seu exílio londrino, continuo enviando, além das «*notícias minhas para O Pasquim, | beijos pra minha amada, | que tem saudades | e pensa em mim ...*»

Como também sempre ocorre nesses casos, a imposição e a repressão não lograram os seus objetivos: pensando que nos separavam, conseguiram selar, definitivamente, a nossa união. Tudo o que guardo dela — lembranças, imagens, sons, paladares e até cheiros — me acompanha e acompanhará, dia e noite, na vida consciente e subconsciente. Nos sonhos, ela aparece com frequência, embora — e esse é o lado negativo — os seus tutores ocasionais sempre dêem um jeito de se infiltrar no travesseiro, trazendo consigo a polícia, para frustrar, no último instante, os nossos projetos de convivência.

Também «*não vim aqui para ser feliz*». Por isso, acordo, invariavelmente, realista, disposto a me contentar, enquanto for preciso, com o que ela, burlando a despótica vigilância, consegue me enviar, «*as coisas do meu país*»: os discos de samba, sobretudo do Candeia — querido parceiro, amigo e irmão, do saudoso Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela —, mas sem desfazer de Paulinho da Viola, Baden, Martinho da Vila, Clara Nunes, Beth Carvalho, Nelson Cavaquinho e dos inolvidáveis Ismael Silva e Cartola; as notícias das vitórias do Clube de Regatas do Flamengo (só das vitórias, o que constitui um dos escassos privilégios do exílio), cuja carteirinha de sócio sempre carrego comigo, embora não me tenha ocorrido mostrá-la ao guarda da RDA; os saquinhos de feijão «Uberabinha» e a carne seca, que chegam nos momentos mais críticos; as garrafas de batidas e cachaças, que nos incutem, depois de alguns anos no exterior, uma certa avareza e um sob todos os aspectos lamentável apego à propriedade privada; as cocadas, branca e preta, os pés-de-moleque e os doces-de-leite, que aqui aprendemos a consumir com unção eucarística, deixando que se desmanchem na boca, como na primeira comunhão — na igreja de Santa Teresinha — e como se tivéssemos sobre as línguas o corpo da Nação, também sacrificada e enxovalhada por fariseus e pilatos; e, esporadicamente, quando surge um portador direto, jiló e quiabo, maná

supremo — oferendas e despachos que agradam a muitos desses exus espalhados pelo mundo, orixás irrequietos, às vezes, erroneamente, confundidos com o diabo, e aos quais é atribuída a tendência a perturbar a ordem no terreiro. Ebós e obrigações que continuarão agradando, enquanto prevalecer a proibição de nossa presença nos gongás e abassás nacionais — enquanto permanecer obstruído o caminho de Aruanda. Saravá!

Da mesma forma que a África para os escravos trazidos ao nosso país, o Brasil nunca deixará de ser para mim a «terra da vida», a «Ilu Ayê» exaltada no samba-enredo da Portela, só que, em nagô ou português, reservo-me o direito democrático de lamentar que os seus destinos não tenham sido conduzidos, ao longo desses últimos anos, por *odara* (gente boa). Logo que isto venha a ocorrer, utilizarei a minha passagem de volta.

Não é que não tenha, até agora, pensado em utilizá-la. Penso nisso todos os dias e, mais ainda, às noites, quando o realismo matutino cede lugar ao sentimentalismo das saudades e recordações. No primeiro ano e meio de Europa, pontilhado de viagens e novos conhecimentos, sentia-me, inclusive, numa situação bastante transitória, como a de alguém que espera, sob a marquise, que a chuva amaine, para prosseguir. Por isso, sem me deter ou fixar, propriamente, em algo, eu apenas colhia impressões e tratava de passar o tempo da melhor forma possível: para não sofrer, recusava-me a conferir qualquer caráter de permanência à distância do Brasil e de tudo o que ele representa para mim em termos sentimentais mais imediatos (família, amizades, escola de samba, etc.). Embora não o enunciasse expressamente — para não passar por sonhador e irrealista —, eu acreditava, como o espanhol da anedota e do filme do Alain Resnais (*La guerre est finie*), que o próximo Natal (leia-se carnaval, que não me chamo Pepe, nem moro em Madrid) seria comemorado em casa. Tanto que não mandava buscar os livros — e, muito menos, a enciclopédia para cuja feitura acabara de colaborar —, nem me importava com conforto de moradia ou qualquer outro pressuposto da vida sedentária. Mais cigano do que de costume (Érica, minha mulher, sempre critica essa tendência), eu não estabelecia maiores distinções entre camas ou mesas, nem fazia questão de ter as minhas próprias e definitivas. O importante era não juntar muitas coisas, manter, se possível, a mala arrumada, e, naturalmente, aguardar, todos os dias, no *Le Monde*, o sinal verde para a volta.

O diário parisiense — o melhor do mundo, a meu ver — continua sendo leitura obrigatória e cotidiana, juntamente com a *Coluna do Castello* e, na medida em que chegam aqui, os artigos do Tristão de Athayde e do Barbosa Lima Sobrinho, *Veja*, *Opinião* e *O Pasquim* (sem este, eu teria deixado de acompanhar a renovação semântica que se vai processando, indiferente à

coloração dos regimes políticos, num idioma vivo e dinâmico como o nosso). Mas, na medida em que nem *Le Monde* nem as outras leituras me anunciavam a tão ansiada «abertura» brasileira, comecei a recortar e arquivar o que traziam de mais interessante e significativo. Os recortes — primeiro acréscimo à bagagem — foram se avolumando e passaram a exigir cuidados e atenções, que serviriam de prólogo ao processo de sedentarização. Quando dei por mim, já não regressaria ao Brasil, impunemente: teria que pagar excesso!

Ao mesmo tempo, novas vivências e descobertas me levavam a autocriticar o clima de tensa expectativa em que vivia. Sem que fosse possível apagar as últimas lembranças do Brasil, tristes (perseguição, prisão, tortura, apresentação semanal ao Ministério do Exército) ou alegres (manifestações de solidariedade, feijoada de despedida no Jardim Botânico, etc.), fui assumindo, pouco a pouco, a minha nova condição. Processo longo e doloroso, pois não é da noite para o dia que se fecha um rombo do tamanho do Brasil, nem há sucedâneos que preencham um vazio desse porte! Ainda assim, quando recebi, em agosto de 72, convite para trabalhar, como redator, locutor e tradutor, numa emissora alemã, achei que seria quase uma leviandade firmar contrato por dois anos.

Desde então, a luta pela sobrevivência já me levou a renová-lo por mais dois e a mudança que se operou, em termos de perspectivas, foi acelerada. Depois de haver vivido, em Bonn e Berlim, como bolsista de uma fundação ligada ao Partido Social Democrático da Alemanha, o emprego devolveu-me a sensação de estar lutando pelo pão de cada dia, de ser um dos milhões de trabalhadores deste mundo — reforçando os laços que me ligam aos demais. Além disso, eu vivera, até então, às voltas com sérias dificuldades orçamentárias, já que não é fácil, para quem viveu do seu salário desde os 15 anos — e não deixou de trabalhar nem mesmo durante o curso da Faculdade Nacional de Direito —, transformar-se, aos 30, em bolsista. O contrato radiofônico veio proporcionar-me, assim, uma certa segurança financeira, imprescindível à realização de alguns projetos. E logo passei a desenvolver um dos mais longamente acalentados, pois também seria esperar demais que o emprego satisfizesse a todas as necessidades no plano criativo: comecei a escrever um romance, que me vem absorvendo mais e mais. Fruto da conclusão de que a forma ficcional é a que melhor permite expressar, no momento, o que julgo ter para transmitir, ele faz parte do processo de solidificação das experiências acumuladas nos últimos anos.

Reintegrado ao sistema produtivo e restabelecido dos choques iniciais, inteiro outra vez, pude receber, quase sem emoção, a notícia de que o Itamarati, em circular enviada — cerca de

uma semana após a minha partida — aos consulados brasileiros no exterior, proibia a prorrogação da validade do meu passaporte. Ainda cheguei a empreender uma tentativa com vistas à superação da ordem absurda e inconstitucional, embora ciente de que ao invocar a Constituição, àquelas alturas, provocaria expressões de pasmo e incredulidade nos interlocutores («Afinal» — eles tinham o direito de pensar —, «em que galáxia viveu este cara, depois de 1964?»). Se são tantas as crianças brasileiras que tiveram os seus registros de nascimento negados pelos consulados e que continuam a engatinhar, apátridas, pelo exterior, punidas pelos supostos crimes dos pais ... Nem adiantaria argumentar que arbitrariedades como essas constituem substancial contribuição para a tal «campanha de deformação da imagem do Brasil no exterior» (aliás, a nossa mera presença prolongada aqui fora já nos transforma em condenações ambulantes ao regime: estrangeiro nenhum vai acreditar que — apegados ao Brasil como costumam ser os exilados — estejamos espalhados pelo mundo por livre escolha ou simples fatalidade horoscópica).

A ordem era definitiva e nada restava a fazer, a não ser chamar a atenção dos que me atendiam nos consulados para a semelhança — e esta é a imagem dominante na opinião pública alemã — entre a violência que estamos sofrendo e outras tantas ocorridas neste mesmo cenário há menos de quatro décadas.

Com a solicitação oficial do asilo político às autoridades da República Federal — único recurso que me restou —, o processo evolutivo que eu vinha experimentando no exterior (apesar de todas as crises de afetividade e identificação, que, em certas ocasiões, faziam-no parecer involutivo) foi brindado com um completo reencontro comigo mesmo. Eu me assumia, enfim, integralmente, sem ilusões ou sentimentalismos, e as coisas passavam, de súbito, a ser chamadas pelos seus verdadeiros nomes: eu era — e continuo sendo — um refugiado político, como tantos outros que já houve no mundo, em todas as épocas (nada de original, portanto: qualquer um dos leitores, pelo único motivo de se interessar pelo atualíssimo problema dos compatriotas exilados, já é um candidato potencial ao exílio). Um refugiado político consciente de que nos encontramos no exílio em consequência de atitudes assumidas em defesa de uma causa que temos por justa, a do nosso povo. Ninguém, portanto — e disso não estamos excluídos —, tem o direito de se apiedar de quem goza da maior de todas as liberdades, a da sua consciência. Fora, pois, com a autocompaixão, essa insidiosa moléstia que vive a nos espreitar! Fora, também, com a lamentação das oportunidades perdidas em decorrência do exílio!

Eu havia resistido, afinal, o quanto pude, a todos os convites e perspectivas com que me acenavam do exterior. Indiferente às pressões e ameaças, às violências e processos, esperei que se

esgotassem todas as possibilidades de continuar vivendo, criativamente, em meu país; que me batessem na cara, uma a uma, as portas da vida política (com a suspensão por dez anos dos direitos políticos), literária (com a proibição do livro *O Poder Jovem*) e jornalística (ao ser libertado, fui demitido do *Correio da Manhã*). Até a letra de um samba (*Morro do Sossego*) foi proibida pela censura ... Que outra oportunidade eu ainda poderia esperar, num país em que a invocação dos direitos humanos é recebida pelo governo como «provocação»? Num país em que os governantes não se sentem responsáveis pelos que «desaparecem» em suas masmorras? A de me tornar, igualmente, um «desaparecido»?

Tais considerações, aliadas à convicção de que seria, pelo menos, injusto, desperdiçar as oportunidades surgidas no exterior, quando tantos continuavam a ser presos e torturados, me levaram a aceitar, crescentemente, os novos desafios, com o objetivo de colaborar para que esta experiência coletiva se torne rica e positiva para o nosso povo. Ao impacto do exílio, que me caíra como um tijolo no estômago, seguiu-se, pois, a sua digestão e posterior transformação em novas energias. Os becos sem saída em que às vezes enveredara pelo caminho, impelido pela solidão e na busca illusória de prazeres ou refrigérios, fugazes e efêmeros, cederam lugar à larga avenida em que se deverá constituir a trajetória da comunidade brasileira exilada. A sensação de vida provisória e a fase dos telefonemas adoidados para o Brasil (ocasiões em que, não encontrando a pessoa procurada, eu ficava batendo longos e dispendiosíssimos «papos» transatlânticos com empregadas, telefonistas ou desconhecidos, pela mera ilusão de estar superando a distância) pertenciam, em definitivo, ao passado. Eu deixava a marquise, disposto a me molhar e ciente de que a chuva não cessaria tão cedo.

A missão

Com a volta deixando de ser uma perspectiva a curto prazo, a integração na República Federal da Alemanha se tornou bem mais fácil, pois aumentou, na mesma medida, o interesse pela realidade cultural, política e social que me cerca. Como estrangeiro e, sobretudo, como asilado, não posso participar da vida política alemã, mas isto não me impede de acompanhar, com a maior atenção, a experiência iniciada com a ascensão de Willy Brandt à Chancelaria Federal. No plano social, em compensação, a participação é mais ativa, mediante a permanente e sistemática ampliação do círculo de conhecimentos e da filiação sindical. É no setor cultural, contudo, que a experiência tem sido mais proveitosa — o que, por certo, não é de admirar, em se tratando de um contato

diuturno com uma cultura fértil e multifacética como a germânica. O crescente domínio do idioma me tem propiciado o enorme prazer de conhecê-la e, não faz muito, o de haver conseguido, pela primeira vez, escrever um artigo literário em alemão.

A estas alturas, o leitor tem o direito de perguntar se esta ambientação não implicaria uma gradativa desnacionalização. Estou convencido que não. Pois a superação das confrontações culturais com que se depara no exterior não significa que deixem de existir. Se mesmo os camponeses oriundos das mais remotas aldeias turcas e gregas não se desnacionalizam no Eldorado da Comunidade Européia, por que isso iria ocorrer logo com os exilados brasileiros, que, em sua grande maioria, deixaram o Brasil justamente por já terem atrás de si uma tomada de consciência? A não ser que se entenda como indício de desnacionalização o fato de algum desses brasileiros começar a gostar de chucrute ou mesmo de uma nativa ...

O perigo da desnacionalização me parece, em suma, muito mais grave no Brasil, em virtude das atividades desenvolvidas pelas multinacionais e pelas agências estrangeiras de publicidade e propaganda. Aqui fora, a meu ver, a questão, de maneira geral, somente se postula, com maior seriedade, no que diz respeito à forma de expressão. Excluídos os casos esparsos e anedóticos dos patricios que partem para radicais encampações dos léxicos alienígenas (tem gente por aí dizendo *mira*, ao invés de «olha», ou substituindo a expressão «tomar o café da manhã» por «fristicar», calcada no *frühstück* alemão), o problema afeta, em especial, os artistas e intelectuais. Além de separados das matérias-primas de que se nutriam e dos temas em que se inspiravam, eles correm o perigo de perder o contato com as formas que utilizavam para se exprimir. Heinrich Böll disse, uma vez, que para um escritor, por pior que seja o regime do seu país, nada poderá haver de mais terrível do que o exílio. Depois de se referir aos intelectuais alemães que, após escaparem do nazismo, foram destruídos pelo exílio, ele sustentou que tudo depende da capacidade de cada um de trazer o idioma consigo para o exterior.

Transpondo à tese de Böll para um plano mais geral, eu ousaria afirmar que a vulnerabilidade do exilado aos riscos peculiares ao seu drãma — crises de nostalgia, autodestruição, identificação, afetividade, etc. — se faz sentir na razão inversa do *quantum* do país que conseguiu trazer. Embora tal afirmativa possa, à primeira vista, parecer paradoxal — pois, em princípio, deveria ser o contrário —, parece-me correta. Baseado em experiência própria, acho que, desde que se disponha dos dados referenciais e, evidentemente, técnicos, a gente pode se sentir sempre em contato com o Brasil. Quantas vezes, por exemplo, num apartamento situado em pleno coração de Colônia, não me senti — na primavera ou verão, é claro — no Rio? Lógico, para isso é pre-

ciso um pouco de imaginação, para não falar do feijão na panela e do samba no toca-discos. Pode ser talvez um Brasil sépia e amarelado, como fotografias antigas — o feijão sabendo amargo e a dor superando a satisfação —, mas, sempre é um contato. É o mais importante — como, de resto, em qualquer outro — é o interesse em mantê-lo, através da correspondência, da leitura, do estudo e da reflexão.

Cumpre-nos romper, a todo custo, o isolamento que se nos tenta impor. É por isso que consagro, regular e disciplinadamente, duas horas diárias à leitura dos jornais brasileiros. É por isso, também, que li mais sobre o Brasil, nestes quatro anos e meio de exílio, do que em todo o resto da minha vida. E não é por outra razão que um samba-enredo como o do Baianinho — *A Festa dos Deuses Afro-Brasileiros*, apresentado pela Escola de Samba Em Cima da Hora — desata toda essa torrente de emoções!

O samba continua sendo — como não é difícil perceber — o principal catalisador das minhas saudades e o responsável pela esmagadora maioria dos meus calafrios nostálgicos. Expressão maior da arte de um povo, ele vem contribuindo para o estreitamento, apesar da distância, dos laços que me unem aos seus cultores. Essa mesma distância me permite concluir que o povo, seu criador, ainda não prestou a devida atenção às palavras dos seus grandes poetas, como as expressas por Candeia, no seu *Dia de Graça*: «... Negro acorda | É hora de acordar | Não negue a raça | / Torne toda manhã | Dia de graça | Negro, não humilhe | Nem se humilhe a ninguém | Todas as raças já foram escravas também | Deixa de ser rei só na folia | Faça da sua Maria | Uma rainha todos os dias | ...» E é assim que vejo resumidas as perspectivas de um Brasil melhor, o da volta dos exilados: num despertar coletivo ...

Tal constatação não foi provocada, mas apenas solidificada pelo exílio, e se ela aí vai exposta é só para que sirva de introdução à outra: a de que a atual experiência não altera, em seus traços essenciais, a minha visão do Brasil ou do mundo. Ela a torna, isto sim, bastante mais nítida, conferindo-lhe dimensões mais ajustadas à realidade. Lá dentro, entre o Oiapoque e o Chuí, apenas os mais lúcidos conseguem evitar uma visão por vezes parcial, estimulada pela mitologia (a nossa, ao contrário da grega, situada no futuro) de «grande potência», que nos é inculcada desde os primeiros bancos escolares. A impressão que se tem, com freqüência, é a de que o mundo inteiro está debruçado sobre a experiência brasileira, morrendo de curiosidade pelo que acontece em Brasília. Aqui fora, basta o espaço concedido ao Brasil no noticiário para nos certificar, aos poucos, de que é avaliado como potência média regional — mais ou menos, como a Índia, na Ásia. Para «grande potência mundial», faltam muitas coisas, inclusive — para citar apenas uma — a independência econômica. A observação *in loco* de outras sociedades demonstra, com abso-

luta clareza, que é a partir dessa independência — e não às custas de manifestações de fé em «milagres» ou de *slogans* ufanistas — que elas se desenvolveram. Mas, a independência econômica e o despertar do Brasil para a concretização dos nossos ideais de grandeza são incompatíveis com o desperdício dos recursos e capitais brasileiros. E os exilados constituem um desses capitais malbaratados, guardados debaixo do colchão e ignorados, quando poderiam estar rendendo juros imediatos. Pior ainda: investidos no desenvolvimento de outros países.

Os mais otimistas dirão que o Brasil, de qualquer forma, está ganhando, através deles, experiências e quadros. De acordo, mas é preciso manter a noção de tempo e não ficar adiando para um futuro remoto a aplicação dessas experiências e a utilização desses quadros. Ainda há pouco, tive as atenções voltadas para o problema, ao receber os abraços de despedida dos angolanos que se encontravam por aqui. Na oportunidade, não deixou de ser um consolo a constatação de que alguns chegaram a esperar quinze ou vinte anos pela volta. E quantos, de outras nacionalidades, não esperaram muito mais, sem deixarem, por isso, de ser úteis aos seus povos?

Miguel Ángel Asturias, por exemplo, com a autoridade e a experiência de 28 anos de exílio, me disse, uma vez, numa entrevista: «Toda a grande literatura hispano-americana foi produzida por exilados ou desterrados. As grandes obras sempre foram escritas fora dos países de origem dos autores ...» O escritor — que teve a sua nacionalidade guatemalteca cassada pelo ditador Castillo Armas e, passados dez anos, recebeu um passaporte que lhe dava a condição de turista em seu próprio país — citou alguns exemplos: «O argentino Domingo Faustino Sarmiento escreveu no Chile, o venezuelano Rómulo Gallegos, no México, o cubano José Martí, nos Estados Unidos ...» Ele próprio escreveu todos os seus livros na Europa ou na Argentina (íntegra da entrevista na *Tribuna da Imprensa* do Rio, edição de 29 de janeiro de 1971).

Os exemplos são incontáveis, demonstrando as influências que os exilados de todas as procedências sempre exerceram sobre as culturas dos seus países. As experiências e os novos horizontes propiciados pelo exílio os credenciam para isso. Pois os contatos com outras culturas e realidades, aliados à perspectiva crítica fornecida pela distância, nos proporcionam aquela abertura sem aspas, indispensável ao trabalho criativo.

Vista sob esse prisma, portanto, a condição do exilado, por si só, já pressupõe uma missão em relação ao futuro do país: a de participar da luta pela transformação da realidade que produziu o exílio. E não vai aí a mínima dose de saudosismo ou revanchismo, pois não é de «uma volta ao passado» que se trata e, sim, de uma retomada do futuro e de um avanço contínuo, como o deste trem. Seria uma ilusão procurar rever o Brasil da perspectiva

anterior a abril de 1964, mas, pior do que isso, uma capitulação, aceitar vê-lo do ponto de vista mais distante dos que ainda vivem o auge da Guerra Fria ou da Inquisição.

O Brasil que precedeu os atos institucionais é um quadro na moldura, como a República de Weimar para os exilados alemães durante o regime nazista. E este acabou sendo para eles um pesadelo de 12 anos. Corrijam-me, por favor, se estou sendo otimista em demasia, mas, ao retornar a esta ex-capital do império que deveria durar um milênio, não consigo conter a idéia de que mesmo aqui, onde o fascismo chegou a gozar de uma certa popularidade, não passa hoje de uma vergonhosa e terrível lembrança. E, pensando bem, há pouco mais de três décadas, ninguém seguira a Alemanha hitlerista ...

Abril de 1975

POESIAS
de
Deodato Rivera

Lugares

Rio-infância; Leopoldina-juventude; Rio-trabalho e universidade; Brasília-trabalho. Maior parte do exílio no Chile. Já visitou vinte e seis países. Acha que a humanidade no essencial é muito parecida e que ser brasileiro ajuda a perceber isso

Profissões

Foi securitário, jornalista e funcionário público no Brasil; jornalista e universitário no estrangeiro. Atualmente faz trabalhos literários e pesquisas humanísticas

«Crime»

Ser, talvez, excessivamente, sincero

EXÍLIO

*Aquela que por duplo amor partiu
e por amor jamais quis voltar só — Alice*

*Primeiro o amor profundo, originário,
depois a decisão e o salto ... o resto
é lógica seqüência, corolário
do sentimento que provoca o gesto;*

*e então a dor, a dor e a saudade
e a angústia: dos caminhos não seguidos,
dos anos de alegria e liberdade,
dos dias e das noites não vividos;*

*e sempre a espera de voltar (passada
a vida-faz-de-conta) à vida adiada,
à vida que parou no calendário ...*

*até o cansaço enfim (de um só partir
e não chegar por anos repetir ...)
e a aceitação do nada, esse calvário!*

Paris, 16.9.75

EXÍLIO

Barco à deriva ansiando âncoras
Árvore carpindo raízes
Rio anelando nascentes

Relógio de tempo morto
Tempo cortado em dois
Vida longe no antes

Semente lançada em pedra
Chuva a chover no mar
Pólen intransmitido

Vagalume em noite vã
Ponte dum lado só
Flor de transplante

Sonho a esvaír-se em pó
Lágrima clandestina
Saudade atávica

Janeiro, 1976

NÓS, MANDARINS

I

Amigo, sinal dos tempos:
tanta gente morrendo de fome
e nós, que cuidamos da linha,
nem temos tempo de sentir vergonha.

Tempos de escárnio, amigo:
tanta gente sem ter liberdade
e nós, cultivando o saber,
não temos tempo de indagar razões.

Amigo, tempos de farsa:
tanta gente enganando e enganada
e nós, sempre contra a censura,
não temos tempo de espalhar verdades.

Tempos cruéis, amigo:
tanta gente sofrendo torturas
e nós, a medir conseqüências,
só temos tempo de pensar: coitados!

II

Nós, mandarins, amigo, paus-mandados
dos opressores, sempre estamos bem
se nos dispomos a ficar calados,
querendo nada ouvir e nada ver
dos crimes contra o Homem cometidos:
dão-nos prebendas, prêmios, privilégios
que a vaidade nos mostra confundidos
com reconhecimentos à cultura
adquirida nos livros e colégios.

Mas, ai de nós se ousarmos defender
os direitos dos fracos, revoltados
contra a lei desigual dos fortes amos!
É preciso coragem pra viver
os valores sublimes que pregamos:
se o «pau-de-arara» faz estremecer,
pretextando impotência nos calamos,
fingimos ignorar o que fazer.
Se quem cala consente, torturamos
os irmãos nas masmorras torturados ...
É bem fácil, amigo, perceber
que somos nós, não eles, os coitados.

III

Porém, amigo, se os tempos mudarem,
daremos jeito de «mudar» também
pra conservar confortos e salários,
e diremos, eternamente hipócritas,
às vítimas da fome e da opressão
que sempre fomos (somos?) solidários?

Jamais conquistaremos este medo
de arriscar nossa pele por princípios,
de perder bons empregos, honras, férias?
Jamais renunciaremos à impostura
e execraremos esta condição
de espectadores (neutros?) de misérias?

Mudaremos um dia realmente
— nós, de tiranos cúmplices velados,
entre artes e ciências acoitados?

Abril, 1976

RETORNO

Dez anos-sombra jazem sepultados
do abril primeiro à bela primavera
do abril do cravo em Portugal, quimera
de flores e fuzis conciliados;

decênio de desgostos renovados
a cada abril vencido, a cada mera
visão feita certeza pela espera
baldada, pelos sonhos condenados.

Se triste abril levou, abril radiante
devolveria ao desterrado errante
— já quase a consumir-se de saudade —

aquilo que encontrar não mais previa:
num pátrio lar igual, toda a alegria
da vida entre irmãos e em liberdade.

Sintra, Janeiro, 1975

CARTA A PAULO FREIRE

por
Fernando Batinga

«Àqueles que, nestes anos e exílios, de uma e outra forma nos expressaram amor»

«E para Rose e Ariel, de todas as horas»

Nasci na cidade da Bahia em 1943, em cujas águas e ladeiras brinquei, aprendendo em azul e bananeiras que o homem é bom e que o ódio vem do fundo da fome e da opressão cotidiana contra o pobre e o preto, da humilhação açoitando rostos e casebres.

Publiquei alguma literatura, entre as quais, *Convocação da Palavra, Canto de Amor e Guerra* e um folheto de versos em defesa dos trabalhadores da terra.

Vivi no Chile do «Companheiro Presidente», tendo aprendido no sangue que burguesia e barbárie muitas vezes se confundem. Mas quando os companheiros saíam em liberdade, nós, os milhares de prisioneiros do Estádio Nacional, cantávamos nossa canção fraterna e de esperança.

Escrevi uma ficção estranha (inérita), *Corpo da Morte*, sobre a violência: vivi-a depois em setembro, em Santiago.

Morei na Alemanha Federal, trabalhei na Universidade J. W. Goethe, em Frankfurt, e agora estou em Portugal, a cujo povo dedico a minha *Revolta e Fundação*.

Lembro-me olhando a noite na Pituba, há tanto tempo, águas batendo, e eu me imaginava em Varadero, olhava e via mesmo a ilha, brisa, coqueiral sem fim. Recordo-me depois lá no Rio, caminhava pelo Aterro sozinho e levando nos olhos imagens do filme *La guerre est finie*, talvez já com um pouco de pressentimentos. Depois foi nas pampas, viajava de Buenos Aires a Mendoza, caminho de Santiago, quando um golpe de sol na manhãzinha me acordou. Olhei pela janela e lá estava, densa, gigantesca, com seus pontos brancos lá em cima. Los Andes. Coração batendo, eu não puxava os olhos daquelas montanhas que havia aprendido a amar desde menino. Que era o exílio para mim? Pressentimento? Medo? Esperança na derrota e desencontro? Para um brasileiro perseguido o exílio sempre foi algo remoto, sempre foi possível o «exílio» dentro do país, mudar de Estado, cidade, se do norte perder-se nas multidões do sul. Mas o cerco dos donos do poder crescia implacavelmente, assessorado por técnicas repressivas superiores. A primavera de 70 entretanto trouxe-nos nova luz, a eleição de Allende, vitória da Unidade Popular que me chegou no momento em que as condições de vida no Brasil já estavam insuportáveis. No Chile, poderia integrar-me ao processo político e cultural, reestruturar minha vida globalmente. E assim parti. A descoberta do mundo hispano-americano mais que uma surpresa foi de grande significado em minha nova formação. O brasileiro está limitado pela imensidão de seu país, e, mais recentemente, torna-se vítima da propaganda chauvinista do regime, expressada em *slogans* tipo «Brasil grande». Até há bem poucos anos era quase façanha para um cearense chegar a São Paulo ou um gaúcho à Bahia (à exceção depois dos retirantes). O mundo de cada um, em realidade, começava e terminava nos subúrbios de sua cidade e o país, quando muito, chegava a Porto Alegre. De repente encontramos a linguagem hispano-americana, multidões de Buenos Aires, seus cafés, a intensa atividade político-cultural, o vigor da repressão e a resistência operária e sindical. O encontro com o mundo hispano-americano, começado no rio da Prata, abriu em mim marca profunda que mais se acentuaria quando vivesse em zona andina. Para nós, brasileiros, o exílio na outra parte da AL tem, pelo

menos, um ponto importante e positivo: a derrubada da barreira que isola o Brasil do resto do continente. O brasileiro se universaliza quando encontra seus irmãos hispano-americanos e supera famigerados ufanismos, nacionalismo vazio e prepotente que, por exemplo, caracteriza os escassos e estúpidos turistas nacionais. O brasileiro não é latino-americano até que descobre a Hispano-América. Até então seria um poderoso projeto em busca de realizar-se mas incapaz de fazê-lo pela falta da outra «metade», os países vizinhos de fala espanhola. Ao encontrarmos-nos com a América Latina, afirmamo-nos como projeto de cultura autônoma, ao mesmo tempo articulado a outros povos na busca da realização comum: a independência nacional e o socialismo.

No Chile eu pude «pensar» melhor o Brasil, nosso povo e cultura, nossos mitos e símbolos. De Santiago o Brasil me aparecia desnudo, belo e disforme, infetado e puro. Para muitos dos refugiados que lá viviam, nosso país era basicamente uma zona de combate político, arena para onde regressariam todos os revolucionaristas. E o Chile, estranho porta-aviões terrestre. De lá, o Brasil não lhes aparecia como uma cultura a ser examinada, desvendada, terra e povo sobre o qual pouco sabíamos (haverá outro povo que se desconheça mais do que nós próprios?). Para aqueles, também o Chile não significava povo e processo a serem estudados, pensados, e assim — eternamente em trânsito — nunca estiveram, de fato, nem em um nem em outro país. Alguns viveram o Chile, integraram-se a seu povo e cultura, casaram-se, filhos. Aperfeiçoaram o conhecimento do idioma, viajaram pelo país, trabalharam e enfrentaram as dificuldades surgidas durante o governo de Salvador Allende. Minha decisão foi a de viver o Chile, à sua disposição para, com humildade e esforço, ajudar a levantar uma sociedade mais justa. Havia que transformar o desprezo aos torturadores e assassinos profissionais do regime brasileiro em amor ao povo do Chile. Lá no Rio eu não poderia conhecer a vida chilena, imaginar como seria meu exílio em Santiago, mas em todo caso a idealização positiva que fazia era exagerada (pude constatá-lo em carne própria pelo desemprego prolongado daqueles difíceis meses). O Brasil, em muitos aspectos, era um pesadelo a ser vencido, e como eu não considerava que os problemas de nosso país poderiam ser enfrentados com «expedições libertadoras», «desembarques» e outras gestas heróicas e solitárias e, além de tudo, precisava sobreviver longe do Brasil (por longo tempo, sabia-o), fui, mais e mais, penetrando o Chile, procurando afastar o Brasil de minha mente. Porque, no fundo, o país do exilado é o que mais conta, presente em seus momentos de alucínio ou lucidez. O exilado é um homem em regresso: desde o problema dos documentos à organização de sua vida pessoal, tudo tem o sabor do transitório, amanhã é o dia da volta ... Quando o exilado se adentra em uma cultura

próxima à sua, a angústia que sente por certo é menor, afinal pode integrar-se relativamente à sociedade em que vive: é o caso dos latino-americanos que lá se asilam. Diferente porém é quando um de nós se afunda em culturas onde a própria personalidade vai-se desintegrando, não diagnosticada patologia. Para o revolucionário, o exílio é uma prova decisiva: à sua mão está o gesto suicida, o álcool, solidão brutal, inimizades pessoais que separam antigos amigos e companheiros. Você lembra Stephan Zweig ou Benjamim e tantos outros? O exílio não só arranca os trapos do país de origem, rasga-nos também todas nossas roupas, põe-nos diante de nós mesmos, pergunta-nos insistente: Quem é você? Quais as suas forças, reservas? Resistirá? E enquanto não ouvir e tentar responder a estas perguntas, o exilado não poderia vencer sua própria desintegração e, sem ocultar marca profunda, restabelecer seu vínculo com o mundo. O exílio, Paulo, não é apenas Fidel organizando o *Gramma* ou Ho-Chi-Minh montando a rede da libertação. É também a dispersão, desorientação, oportunismo, também frei Tito de Alencar lancinante anunciado em *Le Monde*.

Você bem o sabe, há que diferenciar o exílio no Chile deste da Europa do Norte. Lá mantínhamos nossa personalidade política e cultural, éramos refugiados e brasileiros. Diferente é a Europa ocidental, de tantos genocídios e ainda co-proprietária do mundo. Lá era basicamente a pobreza. Aqui é a xenofobia, a lei, ameaça de expulsão em massa de emigrantes. O exílio no Chile durante a Unidade Popular teve seu caráter específico devido ao tipo de relação mantida pelo exilado e a terra que o acolheu. E o desfecho trágico de setembro apresentou outro específico e terrível elemento: novo exílio, desta vez banhado em mais sangue. A queda do Chile inaugura o exílio dentro do exílio, e assim, em certa medida, somos equiparados aos espanhóis republicanos (que vagaram pelos campos de concentração), aos antigos judeus, aos palestinos. O golpe de Pinochet repromove os refugiados do Chile a terroristas internacionais, com destaque especial para os refugiados brasileiros. No exame do caso dos refugiados latino-americanos, temos que considerar o caráter especial dos brasileiros. Nosso golpe de Estado ocorreu em 1964 (embora outros houvesse havido dentro deste), lentamente vai passando ao esquecimento e o regime tenta exportar a boa imagem de um país-do-carnaval-futebol-indústria-Brasil-grande, onde só não cabem os terroristas ... Por outro lado, o Brasil exerce sua influência em áreas da América do Sul e sua polícia está presente e assessora outros governos, intervém e persegue os refugiados. Qual das chamadas potências, além disso, está disposta a apoiar os refugiados brasileiros em sua denúncia do sistema brutal que lá impera? Há que ter clareza e coragem para dizer: «Estamos sozinhos / mas não estamos sozinhos». Ninguém quer

enfrentar a «potência do século XXI», atual paraíso dos capitais estrangeiros ... e assim tão brasileiros vagamos por toda a América e a Europa, espreitando papéis, polícia e desemprego. Se muitos não somos no exílio, grande é a carga de sofrimento que levamos. Sentimos isso, carne em fogo, quando estivemos internados no campo de concentração, o Estádio Nacional de Santiago, cerca de 60 brasileiros. Éramos um grupo de uns 300 estrangeiros, mais numerosos os bolivianos, uruguaios e nós. Durante o tempo de nosso encerramento no campo de concentração, vimos a ação dos governos através de seus embaixadores ou representantes em favor dos presos. Todos os países, de uma ou outra forma, intervieram em defesa de seus cidadãos: até o Haiti de Baby Doc interveio, a Bolívia de Banzer, o Uruguai de Bordaberry ... menos o governo de Garrastazu Medici, que, após enviar seu vice-cônsul (sr. Demoro, figura repelente e covarde, asqueroso no físico, tremendo todo o tempo na presença de um major encarregado dos estrangeiros) ao Estádio para «entrevistar-nos», introduziu um grupo de torturadores profissionais vindos do Rio, munidos dos inseparáveis aparelhos de eletrochoque e portadores da técnica já internacionalizada do pau-de-arara. Os reacionários são solidários e se apóiam entre si mais que os revolucionários: para interrogar-me, uma vez, estiveram juntos cerca de 11 agentes, entre chilenos, tipos da CIA e torturadores brasileiros. Éramos considerados e propagandeados na TV e rádio como «estrangeiros que vieram ao Chile para matar chilenos» e se notava claramente o punho do regime do sr. Garrastazu, cujo sistema de terror a serviço dos monopólios do «bem-estar» poderia refletir-se na cara de um dos torturadores vindos do Rio, a expressão mais sinistra que já vi. Depois de todas essas vicissitudes pela América Latina, o golpe sangrento no Chile representa um trauma profundo para os brasileiros que lá viveram e / ou estiveram prisioneiros. Na terra de Violeta Parra todos nós deixamos um pouco de nós mesmos, lembranças, a casa, às vezes o próprio sangue.

Tendo já alguma experiência do exílio, ao ser feito prisioneiro (verdadeira operação de guerra), resolvi não enfrentar outro exílio. Antes havia recusado asilar-me em uma embaixada. Estava preso, faminto, doente e sujo (como os outros do Estádio), mas pude refletir sobre o significado de outro exílio, desta vez na Europa, pois nenhum país da América Latina naquele momento nos aceitava. Decidi então tentar voltar ao Brasil. Discutimos — o pequeno grupo que pensava regressar — dentro do campo de concentração, sabíamos que nos esperariam não apenas as famílias e alguns amigos no aeroporto, mas também os torturadores profissionais, sabíamos do pau-de-arara, do choque elétrico, mas mesmo assim queríamos voltar. Mas o vice-cônsul que veio ver-nos, asqueroso e covarde, não mais retornou ao Estádio.

Em seu lugar chegaram os bravos rapazes cariocas especializados em matar. Que razões levaram-me, em um princípio, a rechaçar o exílio na Europa? Para responder, tenho de regressar ao Brasil, esclarecer um aspecto fundamental de minha formação, vocação e trabalho. Nos últimos tempos eu havia decidido tornar prioritária minha atividade como criador, submeter a luta política prática à atividade no âmbito da literatura e da prática cultural. A criação haveria que ser o principal. Naquele momento decisivo — toda decisão assim é um *desgarramiento* — fui obrigado a deixar o país. Enfrentei-me a um problema de grave dificuldade: minha vinculação como escritor de fala portuguesa num país de fala espanhola, ao nível da criação, problema que nunca pude resolver totalmente, não só por limitações pessoais na época, como também por dificuldades geradas no seio da crise política chilena. Em 1973, já estava claro que a direita daria um golpe de Estado sangrento. Em tal encruzilhada tinha duas alternativas: tentar vir para a Europa ou regressar ao Brasil, entrando discretamente e buscando lá dentro assegurar minha sobrevivência. A primeira alternativa, a de tentar vir para a Europa, poderia ser realizada naquele momento sob meu controle. Mas ocorreu o golpe, a prisão, as matanças, e tudo isso alterou profundamente o que havia antes pensado. No Estádio eu pude saber que um exílio na Europa, e que vivo agora e aqui, significaria um des-governo em minha vida, flutuando completamente entregue às mãos daqueles que têm passaportes, preconceitos e poderes quase ilimitados, e que não estão do nosso lado. Pois como estabelecer vínculos profundos com sociedades que nos temem e desprezam? Como escrever para leitores de outra língua? Quem se interessará por um escritor revolucionário exilado (não os exilados voluntários que, afinal, mantêm controle sobre o próprio curso), que além de dolorosa experiência tem apenas manuscritos e idéias anti-sistema? Enfim, para um escritor exilado já não se trata de vencer barreiras de mercado editorial (da mediocridade organizada, de consumo), mas sim de ter documentos, evitar a expulsão, ter o que comer e evitar o frio nos invernos. O que eu imaginava lá no Estádio vejo aqui e agora, e por isso pude vencer o medo à tortura, à humilhação, o asco à lepra moral que corrói importantes setores sociais urbanos do Brasil. Quis voltar. Mas, como você sabe, expulsaram-me do Chile, e graças à interferência de intelectuais alemães pude ser depositado no aeroporto de Berlim Ocidental naquela sexta-feira fria, arrastando meus quase despojos. A partir de então foi a luta, já não para esquecer o Brasil, amigos, cores, comida, senão para esquecer o Chile. Quanto tempo, Paulo, eu não caminhei pelas ruas de Berlim a me encontrar com ruas que não estavam ali, com pessoas que não pisavam a neve! O exílio dos primeiros tempos, sem asilo, na Alemanha resumiu-se à luta pela lucidez, pela superação do trauma de setembro, à procura

de trabalho e direito à residência temporária em território federal. Cedo dei-me conta que a América Latina, e o Brasil em particular, merecia apenas a atenção de pequenos grupos esquerdistas no aspecto propagandístico. Para a grande burguesia, continuamos sendo fonte de lucro, exportadores de sangue que lhe permite um alto nível de vida material. Para eles somos um contingente de gente castanha e rebelde que precisa de «ordem» para progredir. Para a quase totalidade do povo, somos estrangeiros perigosos ou então exóticos, ouvem falar de vez em quando que existe um lugar chamado América do Sul. Desconhecem-nos e nos desprezam, mas nós os conhecemos e sabemos qual será o destino de suas sociedades abundantes e agônicas. O exílio que eu imaginei no campo de concentração aconteceu aqui nesta experiência coletiva de exilados e emigrantes, de alemães, franceses, europeus do Norte.

Relendo agora as «instruções» destas MEMÓRIAS que você me manda, vejo a repetida e já célebre pergunta: e a volta ao Brasil? Desde o Chile preparei-me para ficar longo tempo fora de nosso país. Por isso busquei uma espécie de segunda pátria. Mas a nova resposta que lhe devo dar agora começa exatamente naquele quarto, aqui em Frankfurt, onde vi o 25 de abril estourar em flores e fuzis, imagem inesquecível de um povo a ocupar ruas e tanques, a libertar seus prisioneiros. A revolução portuguesa devolve-me a esperança, restitui-me a vontade alguma vez quase perdida. Portugal, para nós, os exilados brasileiros, poderia ser em certa forma o fim do exílio. Para mim, como escritor, me permitiria retomar todo o trabalho interrompido, estabelecer novos vínculos, mais resistentes e profundos, não apenas com a «política», mas fundamentalmente com a gente, suas lutas, sua cultura. Como você vê, persiste a opção anterior. O Brasil fica novamente postergado (se assim podemos dizê-lo). O principal agora é Portugal, vivê-lo de dentro, buscar unir meu destino a seu destino.

Esta carta não fecha nem responde totalmente às questões mais importantes suscitadas pelo exílio, antes ilumina-as um pouco, porque só no final é que poderemos avaliar nosso trabalho durante o longo tempo de distância da pátria. E ao introduzir Portugal para nós, brasileiros, bem poderia terminar com uma interrogação, já que o desafio posto a este pequeno e valoroso povo é enorme: poderá Portugal, que descolonizou e derrubou a mais velha ditadura do mundo (sem sangue), construir uma sociedade socialista e de independência nacional cercada pela Europa capitalista? Inúmeras vezes tenho pensado sobre minha opção de ir para Lisboa: resistiria a um novo golpe, nova expulsão (se sobreviver), perda de tudo outra vez? Venceria o trauma se em Portugal se instalasse um regime levantado sobre o sangue

dos companheiros, como no Chile? Pergunto agora a todos nós: poderíamos continuar vivendo se Portugal morresse? Depois do genocídio do Chile creio ter forças para enfrentar tais dilemas, perguntas que me faço nesta máquina, escutando os derradeiros pássaros e a primavera nesta tarde, em Frankfurt. Para mim, Portugal não é somente opção política, é muito mais. É a Bahia, é o Brasil, é a África, é o Chile, somos todos nós, os vivos e os mortos, todos nós os perseguidos, torturados, banidos, exilados, aqueles emigrantes humilhados nestas cidades geladas que apesar de tudo não perderam sua identidade. Portugal, como o Vietnam, é a resposta do ser humano, da própria vida, contra a máquina de extermínio que governos e empresas deflagraram sobre a terra. Portugal é nossa língua, instrumento de amor e trabalho, é o filho crescendo em uma sociedade de pessoas. Claro está que tal decisão aumentará os cadastros da CIA e de seus fiéis e incondicionais amigos brasileiros. Por certo não compreenderão esta carta, afinal o que conta para os que se apossaram de Brasília é a participação no lucro e no saque e a histeria anticomunista de que padecem. O brasileiro ao optar por Portugal é novamente promovido pela ditadura a antibrasileiro. Mas isso pouco importa quando temos pela frente a possibilidade de participar em uma experiência que não poderá fracassar. Também já sabemos que um fracasso histórico e uma contra-revolução significariam nosso extermínio: Santiago foi outro aviso, que o aprendam de uma vez por todas os burocratas, verbalistas e sectários, que no Chile foram coveiros de Salvador Allende.

Agora você já pode entender aquela espécie de «introdução poética» do início da carta. Aquele exílio, mais parecendo uma temporada de férias, por mim imaginado, não existia. Ruiu de repente o sonho com o desemprego de meses, doença, depressões. Ruiu de repente com a morte de José de Oliveira Falcón, poeta e irmão de todos nós, dia 13 de maio de 1971. E seguiu depois com as crises, setembro e as matanças, prossegue nesta Europa do Norte.

A última observação que lhe faço refere-se à condição específica do escritor brasileiro exilado. No exílio, em Hispano-América, tivemos de nos vincular à cultura daqueles países, fomos a seu fundo, já que o Brasil não significa muito para o que se chama a intelectualidade hispano-americana. Tal decisão gerou um relativo distanciamento dos problemas brasileiros, pois estávamos, de fato, vinculados a outra língua e cultura. Mesmo aqui, na Europa, ainda persiste meu dilema: os escritores exilados que conheço são quase todos de fala espanhola, meu contato pessoal e inclusive meus temas de trabalho na universidade foram quase todos da outra parte de nossa América. Novamente o Brasil fica postergado ... sob pena de não termos sufi-

cientos alunos, sempre mais interessados na parte hispano-americana. Os intelectuais hispano-americanos no exílio podem inclusive trabalhar juntos, tal a quantidade deles que se encontra fora de seus países (praticamente todos estão fora do Chile, no momento). Para o escritor brasileiro vincular-se a eles é quase a única maneira de não «perder» a América Latina (embora Portugal permita agora alterar esta relação e propicie um certo «regresso» ao Brasil).

O escritor exilado sofre as mesmas agruras que os demais exilados, embora carregue uma outra cruz, que é a língua, a comunicação, a necessidade de contato com outros escritores e os leitores. No exílio, o escritor se depara com a mais brutal das solidões. Por certo não foi por medo que tantos e tão bons intelectuais alemães na época da guerra, e mesmo antes, se suicidaram. Agoniado pelos documentos, direito à residência, etc., e a inexistência de leitores, editores e algumas vezes até mesmo pessoas com as quais possa simplesmente conversar sobre temas importantes de sua cultura, reduzido ao silêncio, o escritor exilado tem de buscar sua mais funda humanidade para resistir e escrever. E quando o faz tem de espantar o fantasma do ódio e do ressentimento, procurar levar a outros a esperança e a coragem que muitas vezes lhe escapam. O escritor no exílio está mais só: resta-lhe apenas o papel, a máquina. E nesta luta silenciosa e desigual ele deve expressar o sussurro de seu povo, resistência de uma cultura encurralada.

Maio de 75, em Frankfurt.

ESPERANÇA É MEU SIGNO

por
Francisco Julião

«Para essa gente do brejo
Da catinga e do sertão
Tu serás como o tição
Que o vento sopra e acende
Serás a eterna canção
Do bico de um sabiá»

Lugares

Nordeste, Brasil, México

Datas

Exílio em 1965

Profissão

Advogado e deputado

«Crime»

Organizador das ligas camponesas

Nasci em um recanto perdido de Pernambuco, em um velho engenho de açúcar, chamado Boa Esperança. Esperança é meu signo!

A fuga

Meu exílio começou antes de deixar o Brasil. Começou no dia em que abandonei definitivamente a Câmara de Deputados em Brasília e rumei a pé com destino a Belo Horizonte, de onde partiu Mourão Filho, à frente da contra-revolução. Foi exatamente a 8 de abril de 1964. O deputado Francisco Julião, cassado no dia seguinte, deixava de existir! No seu lugar surgia o camponês Antônio Ferreira da Silva, dono de uma bíblia, um cachorro subdesenvolvido, mas bom caçador, chamado Tenente, e um rádio transistor que lhe permitia saber o que se passava no oco do mundo.

Nessas condições o agarraram de surpresa numa manhã do Brasil Central, no momento em que planejava ir para outros pagos, nas margens do rio Tocantins. Da traição ninguém se livra! Quando um homem necessita de se esconder é porque já perdeu a liberdade! Aí começa o exílio; dentro ou fora da pátria, não importa onde, assim começa.

Como esse período que vai desde a minha fuga de Brasília até minha prisão já está narrado no *Até Quarta, Isabela*, posso saltar aqueles dias primeiros, aqueles dois primeiros meses de exílio e os que se seguiram de prisão, num total de 18.

Contarei agora, sem detalhes, o que me passou depois que eu obtive pela precária maioria de um voto o *habeas corpus* impetrado por Sobral Pinto no Supremo Tribunal Federal.

Ao conquistar a «liberdade», não pude desfrutá-la nem por um segundo, já que tive que viver de novo clandestinamente, durante mais que um mês em pleno Rio de Janeiro, pulando de morro em morro.

Confesso que, no curso daqueles dias, tudo fiz para permanecer pela segunda vez como exilado dentro do país. Recorri ao Partido Comunista e à Ação Popular, as únicas organizações

capazes de oferecer-me um esconderijo; mas ambas me mandaram dizer que estavam com seus dispositivos super-habitados. Não havia um lugarzinho para mim! Além disso, eu tinha muito cheiro de Cuba e cheirar a Cuba era cheirar a pólvora, o que não convinha naquele momento.

Sem recursos, com as ligas camponesas despedaçadas, não tive outra saída senão buscar o exílio fora do Brasil. Recorri à Iugoslávia; seria como uma ponte para chegar à Argélia, onde já estava meu amigo Miguel Arraes, com quem havia compartilhado, durante mais de seis meses, a mesma prisão na Companhia de Bombeiros do Recife. Mas a Iugoslávia me cerrou suas portas. Era o cheiro de Cuba! Naquele tempo as relações entre os dois partidos estavam na iminência de uma ruptura. Borba e Gramna se estraçalhavam entre si.

Então busquei Chile! Mas nem a dialética de Sobral Pinto, nem as gestões de Thiago de Melo puderam vencer a resistência do embaixador chileno — um conotado jurista da Democracia Cristã. Salvador Allende, então presidente do Senado, protestou com sua conhecida grandeza contra esse gesto insólito e vergonhoso do governo de Eduardo Frei. Era a primeira vez que se negava o exílio político a um brasileiro em Chile!

Bolívia e Indonésia me queriam receber, mas em Bolívia governava Barrientos, que sem nenhum escrúpulo me entregaria aos gorilas brasileiros quando estes o exigissem. Indonésia de Sucarno, era o fim do mundo! Além disso eu sabia menos javanês que aquele personagem do conto de Lima Barreto que não sabia nada! Por isso escapei do banho de sangue que Suharto deu em Jacarta com luxo de crueldade e ajuda da CIA.

Argélia também me prometeu exílio, mas eu tinha que esperar o regresso do embaixador ou a nomeação de um novo pelo governo de Boumedién. Foi então que consultei o México, através do meu amigo Antonio Callado. E México me mandou dizer imediatamente que suas portas estavam abertas para me receber. Tenho ainda na memória as palavras do embaixador Sanchas Gavito, que foram: «El asilo político no si negocia, si hace». Isso se verificou no dia seguinte à expedição do Ato n.º 2, pelo ditador Castello Branco, ato esse que liquidou com o resto das liberdades democráticas ainda existentes no país.

No consulado mexicano encontrei um exilado político, o sargento Prazeres, filho de José dos Prazeres, um dos fundadores da Liga Camponesa da Galiléia. Imediatamente depois chegou o padre Francisco Lajes e em seguida Bambirra, ex-deputado por Minas Gerais e líder operário. Depois um mecânico de S. Paulo, Antônio Quinhones, um estudante também de S. Paulo, Colobone; dois sargentos, um do Exército — João Barbosa — e outro da aeronáutica — Mauro Ribeiro Alves. Finalmente Eugênio Caillard, secretário privado do presidente João Goulart.

Vivíamos todos muito apertados, em dois quartos pequenos, onde devíamos permanecer até as 2 horas da tarde, quando terminava o expediente no consulado. Nossa permanência durou ali dois meses intermináveis! Era como se fôssemos prisioneiros sem a disciplina rígida nem o toque de cornetas dos quartéis, já que a comunicação com o mundo exterior era difícil e as visitas familiares se faziam apenas uma vez por semana.

Uma manhã, o primeiro-secretário da embaixada, de nome Cantu, homem de fino trato, me buscou e me fez o seguinte relato:

Um capitão do Exército o havia procurado para que ele me entregasse o texto do depoimento que eu havia prestado meses antes, quando estava na fortaleza de Santa Cruz, como um dos muitos implicados no IPM ¹ do ISEB ². O coronel que presidira àquele inquérito se esquecera de tomar minha assinatura.

Cantu, entre irônico e sibilino, fez o capitão ler por duas vezes o depoimento para finalmente perguntar se ele estava seguro de que o caminho que elegera para obter minha firma era o correto. E como o militar lhe respondera que assim lhe parecia, não só a ele, senão ao presidente do inquérito também, Cantu teve que lhe explicar que a coisa não era tão simples, já que eu me encontrava em território mexicano. Fazia-se necessário o envio do documento, através do Itamarati, à Secretaria de Relações Exteriores do México. Foi quando o capitão se deu conta da gafe.

Ao relatar-me Cantu esse episódio, eu percebi de fato e direito que já não vivia no Brasil, apesar de ver pela varanda do consulado uma das curvas harmoniosas da baía da Guanabara. Era o outro exílio, que ainda agora, depois de 10 anos, estou vivendo!

Um episódio mais quero narrar aqui, antes de nossa partida para o México. Eugênio Caillard foi o último que chegou ao consulado e o primeiro que nos deixou! Mas elegeu um caminho trágico: o suicídio. Possuído por uma insuportável mania de perseguição, não suportou a angústia de viver entre quatro paredes. Uma hora se deixava embalar por uma euforia sem limites para logo cair na prostração mais desalentadora! Era como um pêndulo! Uma noite esse pêndulo deixou de oscilar.

Caillard tivera comigo, nas vésperas de seu suicídio, uma longa conversação filosófica sobre esse tema. Repassamos os casos de suicídios notáveis. Eu os condenei a todos; condenei como desesperados, loucos ou covardes. É necessário viver até o último segundo essa extraordinária e maravilhosa aventura

¹ Inquérito Policial Militar.

² Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

que é a vida. O homem é um ser biófilo; o suicida é um necrófilo, portanto um anormal.

Caillard estava eufórico, feliz, imaginando planos para México. Mas naquela noite, em que fomos todos dormir tarde como sempre, pediu que não o despertassem para a hora do café. E o fez premeditadamente, porque a dose de barbitúricos franceses que tomou daria para aniquilar um pelotão! Toda a minha filosofia contra o suicídio ruíra por terra. A sombra de Caillard, que parecia uma tocha acesa quando chegou ao consulado, tombou sobre todos nós como um capuz negro.

Que nos daria o outro exílio? De mim para mim, nunca quis crer, desde que abandonei Brasília para viver como um fugitivo no Brasil Central, que o retorno à pátria seria em um prazo curto. Quando os militares chegam ao poder, há que se dar tempo ao tempo. É o que estamos vendo.

A vitória contra o regime constitucional foi tão fácil que eles mesmos não puderam acreditar! Não duvido que muitos se sentiram frustrados porque não encontraram resistência. Queriam combater, guerrear, pôr à prova seus conhecimentos acadêmicos, mas só encontraram moinhos de ventos! Sombras que se esfumavam, gente que sumia pelas embaixadas adentro ou que, como um outro Quixote, se escondia esperando a sublevação das massas, ou o caos econômico, já que, segundo a tradição, «a baioneta mata, mas não governa». Porém assim não o foi. Aí está o Brasil feito um monstro devorador de esperanças!

O avião que nos trouxe a México partiu do Galeão em uma manhã cheia de sol. A distância que o separava do aeroporto não permitia que os amigos e familiares pudessem nos distinguir, a não ser através de óculos de alcance. Os jornalistas não tiveram acesso à pista para uma última entrevista, mas lograram tirar algumas fotos com teleobjetivas. Assim foi que o padre Lajes e eu pudemos aparecer nos periódicos beijando a terra sufocada pela tirania.

Catorze horas depois estávamos sendo abraçados com alegria e exaltação pelos compatriotas que já viviam em México e por centenas de mexicanos, jovens na sua maioria, que vieram demonstrar sua solidariedade e simpatia. «Viva Brasil!», «Viva México!», «Abaixo a ditadura!», «Morra o fascismo!» Os *vivas*, os *abaixos*, os *morra* estalavam em espanhol e português!

Esse encontro entre os dois idiomas havia de se dar muitas vezes, aqui e em outros rincões de nossa América, como querendo dizer que já era tempo! Tempo de romper as barreiras, as distâncias, os preconceitos e as histórias de cada um de nossos povos, para ir forjando a unidade e empreender a marcha juntos até derrotar o inimigo comum: o imperialismo que nos mantém divididos e dominados.

O exílio

Não era a primeira vez que eu estava em México; era a terceira. Em uma delas com os quatro filhos que regressavam a Cuba, onde tinham bolsa de estudos. Foi quando tentei levar ao grande pintor David Siqueros, na prisão, a solidariedade das ligas camponesas do nordeste. Não me deixaram vê-lo! Mas vi Angélica, sua companheira, na casa de Três Picos que agora é museu. Com ela deixei a mensagem.

Em outra ocasião, um mês e meio antes do golpe de 1964, por aqui passei na grata companhia de Álvaro Lins e Heloísa, sua mulher. Nosso destino era Cuba. Álvaro ia como jurado da Casa das Américas, eu levava duas missões: uma de Arraes, interessado em saber como fabricar madeira e papel de bagaço de cana, e a outra, mais íntima, pessoal, relacionada com o próximo noivado de minha filha Anataírces — Tatá —, que nove anos depois, em 1973, cairia nas garras de Pinochet e viveria o pesadelo fascista de 15 dias no Estádio Nacional de Santiago do Chile. Mas agora eu me dispunha a ficar ... México. E digo bem: FICAR! Porque, dois dias depois de estar aqui, Joaquín Hernández Armas, embaixador de Cuba que serviu no Brasil, onde nos tornamos amigos, me buscou para dizer que Fidel Castro me convidava a ir viver em Havana. Agradei o convite e escrevi a Castro uma longa carta dando as razões por que permaneci em México.

«Armas para o Brasil», foi assim que a imprensa nacional tinha anunciado a designação de Joaquín Hernández Armas como embaixador no meu país. Era um homem jovial, alto, modesto, advogado brilhante. Sua morte repentina, há dois anos atrás, foi recebida como um golpe profundo, desses que sangram no coração dos amigos que soube fazer em toda a parte.

Sempre que eu lhe perguntava como estava, sua resposta risonha era a mesma que aprendeu rapidamente com os cariocas: «Tudo azul com bolinhas brancas!»

A sobrevivência no exílio

E fiquei ... México. Fiquei para sentir o exílio de verdade, depois de haver passado pela clandestinidade e a cadeia. Enfermo, com 300 dólares — toda minha fortuna —, a companheira e os três filhos pequenos (Isabela entre eles, de dois anos), sem dominar o espanhol, que só agora escrevo mais ou menos, proibido de exercer como estrangeiro minha profissão de advogado, tive que declarar no Departamento de Imigração, para obter meu visto, que era escritor. Talvez eu fosse mas sem querer, já que dá vergonha de sê-lo depois de ler um Lins do Rego, um Jorge

Amado, um Guimarães Rosa, um García Marquez, um Carpentier. Mas o fato é que fiquei e aqui estou vivo e me bolindo. Solidariedade nunca me faltou! Siqueros, Allende, Cárdenas, Sedigre, Ivan Illich, Pajes, Silva Resogue, Jorge Hermoso, Pablo Gonzalves Casanova, Montañes, Pulvo Hernández, Chico Oliveira. Quantos não me ajudaram naqueles primeiros anos duros, em forma discreta, fina e delicada, até que saí adiante com os cursos, com os livros e as investigações!

Cheguei à conclusão que o exílio fora da pátria, em um país capitalista, foi feito especialmente para os políticos que dispõem de recursos, para os técnicos, os professores e os politólogos. Ai dos operários! Dos camponeses! Da gente pobre sem eira e nem beira que um dia caiu em desgraça porque se ligou a uma causa, pejejou por ela mas a perdeu! É por isso que não buscam as embaixadas! Nem sequer sabem onde elas estão e para que servem. A pátria é o seu exílio!

Com a ajuda de Siqueros pude vir para Cuernavaca, a uma hora da capital. Aqui o sangue que me jorrava do nariz estancou de uma vez; comecei a ver de novo cara de camponês, a conversar com eles. Fazendo de conta que me falavam em português, constatei que eram os mesmos que eu havia deixado no nordeste: com seu apego à terra, a pele endurecida, os pés como dois troncos querendo enterrar-se chão adentro. As caras sugadas pelo arado do tempo, as mãos com os mesmos calos redondos e amarelos, ironicamente amarelos, como moedas de ouro!

Caminhei léguas, descobri as mesmas plantas, os mesmos paus, os mesmos pássaros, como os sabiás, que os astecas chamavam de aves de cem cantos. As mesmas serras azuis, mais altas e mais ásperas, e, sobretudo, os canaviais! Encontrei o cortador de cana, tão desamparado como os nossos, e os filhos barrigudos, comendo tortilha de milho em lugar de farinha de mandioca, o que vem a dar no mesmo.

Quando Allende passou por aqui, fazia pouco mais de um ano que havia sido derrotado por Frei. Mas era o mesmo homem que eu havia conhecido em Havana, em 1961. De coração aberto e uma cordialidade irresistível. Com os 500 dólares que me deixou delicadamente dentro de um envelope ao partir, pude escrever o *Cambão*. Esse pequeno livro, traduzido para alguns idiomas, me deu um bom pecúlio. E com esse pecúlio a companheira que vivia comigo pôde regressar ao Brasil com os três filhos. A solidão não me acompanhou por muito tempo! Um homem deve sempre compartilhar sua vida com uma mulher! E se é nordestino, com mais razão ainda.

Tocou-me por sorte uma chilena — María Angélica! Com ela viajei a sua pátria uma semana depois das eleições, em que a Unidade Popular saltou de 36 % para 44 %, fazendo o imperialismo acelerar os passos para o golpe fascista.

Era a segunda vez que eu deixava o México. A primeira vez foi para ir à Argélia reunir-me com Arraes e outros companheiros. Em Chile vi de novo Betinho e Almino Afonso, que antes passara por aqui. Também vi o Darcy Ribeiro, casualmente na rua, quando me dirigia ao palácio da Moeda.

Somente duas vezes deixei México para ir ao estrangeiro. Ao estrangeiro, digo bem, pois México já é minha segunda pátria. Aqui vivo faz quase dez anos e, segundo os biólogos, todas as minhas células já se renovaram com o feijão e a tortilha que comi neste país.

Mudei de casa muitas vezes, em busca de outros ares e outros horizontes. Ivan Illich foi dos primeiros que me abriram os braços — ao Cidoc me levou. Trabalhei em sua biblioteca, dei curso sobre consciência e ideologia camponesa. A princípio vinham muitos estrangeiros, americanos sobretudo; com os anos foram diminuindo. A guerra do Vietnam abriu cavernas nas entranhas do monstro. E trouxe a recessão. Os árabes deram outra caçambada forte com o petróleo e o Watergate fechou a rosca!

A solidariedade e a identidade

Então chegaram mais latino-americanos que gringos. Nos entendemos melhor com eles! Somente quando vinha o Paulo Freire é que a «Casa Branca», como chamam esse centro de documentação de Ivan Illich, se abarrotava de gente.

O nosso Paulo, barbado como um profeta, puxando a Buda, com a sua mania de feijoada e seu modo de ser, sempre repousado e provincial dentro de seu universalismo, era uma flor de maracujá-peroba, porque chamava a atenção de todos! Agora está em Genebra, desfrutando de uma neutralidade que nunca existiu e nem existirá, porque a neutralidade é um conto suíço.

O exílio acerba as qualidades, mas também os defeitos de quem deve enfrentá-lo! Conviver não é fácil! Sobretudo quando estamos fora do nosso *habitat*, enfrentando situações novas, em busca de adaptação. Aqui a solidariedade se estreita, mas também se afrouxa, e às vezes se parte.

Conheci em duras circunstâncias compatriotas que merecem ser cantados em versos alexandrinos. Coisa difícil! E outros que eu mandaria à lua na esperança de que a árida solidão os humanizasse e os fizesse sentir que fora da solidariedade não adianta que alguém bata no peito e diga: eu sou revolucionário! Eu sou marxista! Eu sou cristão!

Mas uma coisa é certa. O imperialismo é o maior forjador de unidade deste continente! A prova aqui está: Cuba não seria o que é sem o bloqueio. Foi duro, mas serviu. «O bom aço se

forja com muito fogo». Sua revolução radicalizou-se porque era verdadeira, pra valer! O Peru de Velasco Alvarado tomou consciência de sua força quando foi ameaçado com a emenda Hickenlooper e outros garrótes que o imperialismo usa para dividir e dominar.

Salvador Allende cresceu mais depois de morto, está ganhando batalhas! Panamá surge da vergonha para a história! E o que passa com os povos, passa com os homens. À medida que vamos nos encontrando por esse vasto mundo de que nos fala Carlos Drummond de Andrade descobrimos o que antes só admitíamos vagamente, liricamente: nossa identidade. Assim o brasileiro, o argentino, o boliviano, o chileno, o centro-americano, o caribenho, todos concluímos em longos papos, com as cifras negativas e as análises positivas, que somos irmãos siameses de costas uns para os outros.

As oligarquias nacionais, movidas pela mesma força, a que o imperialismo lhes injeta, porque de outra maneira já não podem com a rebeldia dos oprimidos, nos tangem para fora da pátria, nos fazem latino-americanos e cidadãos do mundo, sem que calculem em sua estupidez que estão criando um novo homem: um homem continental, senhor de instrumentos mais agudos para usá-los contra ele e seu patrão quando soar a hora de cada um e a hora de todos.

Hoje estou convencido cem vezes mais que, cair por México, Panamá, Peru, Nicarágua ou Haiti é cair por cada uma das pátrias em que nascemos. Aprendemos também outra lição no exílio. A de que o tempo fisiológico deve ceder o passo ao tempo histórico. Assim é que chego aos 60 anos com muito mais entusiasmo do que quando tinha 50 e aqui cheguei como exilado.

E para encurtar essas memórias do exílio — porque as outras não sei quando ou se um dia poderei escrever —, quero deixar aqui um poema que me chegou de sopetão, uma tarde quando eu subia a ladeira do Cidoc para dar uma aula.

Antônio Cícero foi meu primo. Um homem como poucos! Um daqueles exilados em sua própria pátria. Era analfabeto, mas sabia fazer tudo. Sela, freio, rede de pescar, esparrela, tamborete, pilão, faca, quicé e facão. Antônio Cícero negociava com açúcar e cachaça entre o brejo e o sertão. E quando tinha dinheiro comprava fumo, pão, cigarro, cachimbo, rede e outros objetos. Chegava em uma cidade, ia à cadeia e dava tudo aos presos. Se via um cego pedindo esmola, levantava um mocambo numa encruzilhada de caminho e o cego deixava de peregrinar pelas feiras.

Outras proezas mais fazia Antônio Cícero, entre elas a de conversar de dia com o senhor de engenho e de noite com os camponeses. Aí pelo ano de 1945, quando nos juntamos, ele mais velho do que eu, e lançamos os primeiros documentos falando contra o cambão, o aumento do foro e outras desgraças, Antônio

Cícero foi crescendo na minha estima e da da gente que dele recebia de tudo em troca de nada. Era homem valentão! De não levar desaforo para casa. Quando o mataram eu compreendi que era um aviso para mim. Mas segui de ânimo firme depois de enterrá-lo e assumir junto a sua cova o compromisso de defender aqueles mesmos camponeses que começamos a defender juntos.

Um dia, vinha eu subindo a ladeira do Cidoc, de repente ouvi o cháchá de suas alpargatas quando ele tangia a burrama carregada de cachaça e de açúcar. Virei-me espantado, não era nada! Mas saiu o poema que aqui deixo em memória de mais um desterrado que morreu em seu posto da reforma agrária.

O poema, como já disse, saiu de sopetão, com a sílaba *ão* acompanhando o galope do começo até o fim.

MEU IRMÃO ANTÔNIO CÍCERO

Foi depois das oito horas
De uma noite sem estrelas
Que tombaste, meu irmão.

Trinta caroços de chumbo
E uma bala se enterraram
No peito de quem viveu
Lutando contra a injustiça
A miséria e a escravidão.

Em cada calo da mão
Eu vi que estava estampada
Como uma moeda de ouro
A tua resolução.

Com tua faca afiada
Teu escopro e teu formão
Tu fazias maravilhas
Como um cabresto trançado
Um tamborete, um pilão.

Tudo que era de bom
De necessário e sem luxo
Saía de tua mão
Como de um sabiá da mata
De uma pequena cascata
Já sai bonita a canção.

Sabias fazer pião
Arapuca e esparrela
Porque nasceste artesão
Mas também nunca deixavas
Perdido na escuridão
Um pobre cego e mendigo
Que tocasse em tua mão.

Quem te matou já sabia
Que apagava uma candeia
Feita de consolação
Pois tudo o que tu dizias
Vinha sempre misturado
Com um punhado de feijão.

Meu irmão Antônio Cícero
Por toda parte aonde vou
Nunca deixo de escutar
Aquele bonito trote
Da burrama que levavas
Carregada de açúcar
De rapadura e cachaça
Para a fome do sertão.

Sempre ouço o estalo alegre
Do relho que manejavas
Com astúcia e perfeição
Como a espingarda de caça

A faca de cortar couro
A sovela de furar
Teu escopro e teu formão.

Por estes mundos de cá
Parecidos com os nossos
Eu vejo pelas estradas
A tua imagem passando
Ouço as tuas alpargatas
Estalando compassadas
Sem abandonar o rojão.

Escuto vindo de longe
Das ladeiras e sopés
Tua voz inconfundível
Cantando as mesmas toadas
Que já cantavam os pajés
E os negros de costas d'África
Que chegaram como escravos
Embarcados nas galés.

O barro bom que tu foste
O massapê da doçura
Da bondade e da ternura
Agora está misturado
Com aquele sangue coalhado
Que eu ajudei a enterrar
Debaixo do teu silêncio.

Mas as canções e toadas
Estão vivas como a luz
Que jorra das madrugadas
Como a chama das fogueiras
Das noites frias de junho
Como as tuas alpargatas
Batendo cadenciadas
Do brejo para o sertão
E do sertão para o brejo.

Meu irmão Antônio Cícero
Nada ficou para trás
Porque o tempo caminha
E tu caminhas com o tempo
Tu caminhas, meu irmão
Como o pássaro ligeiro
Que aprende a rufar as asas
Pra vencer a solidão.

Para bem poucos morreste
Meu irmão Antônio Cícero.

Se os ingratos te esqueceram
Não importa, meu irmão
Pois os ingratos são pedras
Onde não nasce uma flor
São como aquela emboscada
Que feriu teu coração.

Mas eu te posso afirmar
Sem qualquer vacilação
Que sempre estarás fincado
Como se finca um morão
No peito de Severino,
De Manuel e de Maria
De Josefa e Sebastião
Da gente boa do brejo
Da catinga e do sertão.

Quem quiser notícias tuas
É só buscar os humildes
Que conhecem a gratidão
Basta escolher o caminho
Por onde foste sozinho
Levando o teu matulão.

Por aí vive uma gente
Que fala de um tecelão
Que era capaz de tecer
Bondade e consolação
E fala da humildade
Que morava em tua mão
Daquele jeito que tinhas
De dar sem ostentação
De partir com cada pobre
A metade de teu pão
De iluminar com teu riso
As grades de uma prisão
De cantar com a tua voz
A mais bonita toada
Toda ela misturada
De esperança e liberdade
De terra abundante e boa
De colheita e salvação.

Meu irmão Antônio Cícero
Para essa gente do brejo
Da catinga e do sertão
Tu serás como o tição
Que o vento sopra e acende
Serás a eterna canção
Do bico de um sabiá
Serás o melhor sermão
Para o tempo que virá
Porque teu corpo é a terra
Onde uma flor nascerá.

Tudo o que sei, meu irmão
É que estás vivo e bem vivo
Como a saudade enterrada
Na cova do coração

Como a semente guardada
No samburá, no surrão
Do camponês do nordeste
Que acredita no milagre
Da tua ressurreição.

Meu irmão Antônio Cícero
Aqui finda esta toada
Aqui acaba a canção
Mas não finda a caminhada
Que nós combinamos juntos
Fazer do brejo ao sertão.

Até breve e não adeus
É assim que se despede
O teu irmão Julião.

DEPOIMENTO
de
Leandro Konder

«No fundo, receio voltar e tornar a passar por uma experiência análoga à de 1970, não me sinto garantido contra uma repetição da violência»

Lugares
Rio de Janeiro, Bonn

Datas
Exílio em 1971

Profissão
Intelectual

«Crime»
Ser contra a ditadura

Antes de mais nada uma ressalva: não me sinto propriamente um exilado. Minha situação é substancialmente diversa da dos brasileiros que se vêem obrigados a viver no exterior. Posso voltar para o Brasil quando quiser, e essa possibilidade me poupa os sentimentos depressivos que envolvem os sujeitos compulsoriamente «arrancados» à terra natal. É verdade que a minha saída do Brasil não foi o resultado de uma decisão espontaneamente amadurecida: a experiência de uma semana passada numa prisão, em dezembro de 1970, submetido a interrogatórios nos quais se recorria eventualmente à aplicação de choques elétricos, gerou em mim da noite para o dia a disposição de deixar o país por algum tempo e de passar uns anos num lugar onde eu pudesse estudar e trabalhar com um mínimo de tranqüilidade. Mas a absolvição no processo feito na época contra alguns amigos meus e contra mim criou condições que me permitem, em princípio, circular legalmente pela minha terra.

A qualquer momento, se me der na veneta, posso pegar um avião e voltar para o Rio. A idéia desse regresso tão fácil me tranqüiliza, o Brasil está à mão, por isso a ausência dele não me pesa muito. No entanto, os meses vão se passando, os anos vão se passando, e até agora eu ainda não me decidi a cruzar o Atlântico de volta, vou ficando por aqui mesmo, numa terra estranha, povoada por gente estranha, numa cidadezinha sem praia e sem vida noturna, onde me incumbo diariamente, na universidade, de ensinar um pouco de português e rudimentos de história da literatura brasileira a disciplinados estudantes alemães. O que é que me prende a Bonn e a esta ocupação, que não é propriamente a dos meus sonhos? O que é que me tem levado, até agora, a não usufruir do meu direito ao retorno?

Tenho me colocado a questão com certa insistência e não tem sido fácil formular uma resposta unívoca e transparente. Creio que, no fundo, receio voltar e tornar a passar por uma experiência análoga à de 1970, não me sinto garantido contra uma repetição da violência. Depois, todas as vezes em que indago quais as condições de trabalho existentes no Brasil de hoje para um estudioso da filosofia marxista, as respostas são bastante desanimadoras. Entre a curtição do clima de ampla liberdade de

discussão dominante entre os estudantes alemães com que lido e as tensões e incertezas com que me defrontaria no meu país, acabo optando — por inércia — pela permanência em Bonn.

Mas há outra razão para ficar, uma razão que talvez seja mais decisiva que as outras, embora, pela complexidade que ela apresenta, seja a de abordagem mais delicada: o processo de revisão dos conhecimentos que trazemos do Brasil, da imagem do Brasil que nós formamos antes, quando passamos a vê-lo de fora, de longe, e à luz de outras novas experiências, proporcionadas pela vida no estrangeiro.

A aquisição de conhecimentos novos seria muito simples se, em determinados momentos decisivos, não nos obrigasse a desfazer-nos de alguns conhecimentos que havíamos adquirido num período anterior, que julgávamos sólidos, conhecimentos sobre os quais tínhamos nos acostumado a nos apoiar, aos quais nos havíamos afeiçoado, e que durante as indispensáveis revisões críticas precisamos arrancar de dentro de nós, com todas as ramificações que eles já criaram na nossa maneira de ver as coisas. A gente vem do Brasil com uma carga de recordações, uma profusão de imagens e conceitos, vivências tão intensas e dados empíricos tão ricos que nos submergem. Nos primeiros tempos, eu tinha a impressão de que tinha trazido o Brasil inteirinho na cabeça e no coração, nos olhos, nos ouvidos, na pele e na memória: ele era uma realidade tão óbvia, tão notória, que me faltava toda e qualquer possibilidade de «estranhá-lo».

Depois, a representação dessa realidade «notória» começou a se problematizar. Lembrei-me de uma frase de Hegel, que dizia que o que é «notório» exatamente por isso não é *efetivamente conhecido*. Foi o que eu verifiquei, na prática. Comecei a comparar o Brasil com os outros países que ia visitando, que ia aprendendo a conhecer, novos padrões de referência foram sendo assimilados e me vieram diversas dúvidas, numerosas perplexidades. Percebi que a profusão de imagens que me dava a ilusão de conhecer bem o meu país constituía um patrimônio útil mas espantosamente *limitado*. Descobri que a tarefa de avaliar o alcance e a significação das coisas que eu tinha vivido, diretamente, que eu tinha visto e ouvido, no Brasil, era uma tarefa muito mais complicada do que eu pensava. E o que é pior: aquilo que eu tinha podido conhecer, no limitado plano *empírico*, e agora tinha de submeter a uma reordenação drástica, não era senão uma ínfima parte da realidade brasileira, diante da qual nós nos encontramos em uma situação idêntica à de Édipo em face da Esfinge, quando esta o interpelou: «Decifra-me, ou te devoro».

Essa realidade brasileira desafiadora se acha agora fora de mim porque eu estou fora dela. E o desafio que a Esfinge me impõe exige de mim um reaparelhamento teórico: as armas tra-

dicionais de que eu dispunha para o combate mostram-se obsoletas. O caminho capaz de levar do conhecimento limitadamente empírico ao conhecimento teórico efetivo passa, na minha opinião, por uma reelaboração rigorosa dos instrumentos de análise: antes de partir para um corpo-a-corpo com a Esfinge, sinto necessidade de depurar meus conceitos, coordenar mais solidamente meus princípios e refinar a minha metodologia. Não é verdade que a revolução brasileira, para superar seus impasses, precise de menos teoria e de mais prática: ela precisa é de uma teoria melhor para chegar a ter uma prática mais eficiente. E a permanência aqui na Alemanha me oferece condições excepcionais de estudo pra eu tentar levar o meu tijolinho à construção desse edifício que um dia vai ser a teoria da revolução brasileira.

No momento, estou estudando a evolução do pensamento político do jovem Lukács, de um lado, e o amadurecimento das ideologias de tipo fascista na Europa dos anos vinte, de outro. Aparentemente, a coisa não tem nada a ver com o Brasil. (E se eu tentasse estabelecer quaisquer relações diretas, acabaria por prejudicar a compreensão tanto da realidade histórica específica da Europa dos anos vinte como da realidade brasileira.) Mas tenho esperança de que os *instrumentos* que estou tentando utilizar no meu trabalho atual venham a abrir caminho para que sejam forjados, mais tarde, os *instrumentos novos* de que careço para, num esforço conjugado com o de uma porção de gente, passar a conhecer, de fato, o meu doloroso país. É essa esperança me permite desenvolver com um mínimo de paciência e serenidade, sem exageros ou capitulações, o reexame da minha aparelhagem conceitual. Mais ainda: essa esperança me aquece a alma no meio do frio europeu e me anima a ir ficando por aqui.

Abril, 1975

**CARTA CIRCULAR
AOS AMIGOS E COMPANHEIROS
A QUEM,
RELAPSO, NÃO TENHO RESPONDIDO
por
Luís Alberto Sanz**

Estocolmo, 22 de junho de 1974

Os suecos chamam de *midsommardag*, ou o solstício de verão. É, teoricamente, o dia mais longo do ano (para nós, a noite mais longa é o 24). De ontem para hoje, não deveria escurecer. O máximo a que se chega é a uma penumbra, que foi bastante ajudada pelo fato de estar o céu carregado de nuvens (a chuva veio pela madrugada). Os bergmanianos empedernidos e os cinéfilos seletivos lembram com satisfação de *Sorrisos de Uma Noite de Verão*. Como todo o povo de origem bárbara, o sueco é ainda, no fundo do coração e da tradição cultural, um camponês. O sueco sai a festejar o solstício de verão. Pelas estações ferroviárias velhos e jovens, metidos em roupas típicas ou em ternos comuns, ensaiam passinhos tradicionais. Surpreendentemente, sua alegria não é fruto da muito boa Tuborg (a cerveja dinamarquesa), ou do caro *sprit* (*Skonska Aquavit*, por exemplo), ou ainda de um bom tinto francês, argelino ou espanhol. É uma autêntica alegria de verão, onde os sorrisos e a sensualidade parecem mais espontâneos, onde este povo amargurado consegue voltar um pouco às suas raízes e vai dançar nos bosques, ao ar livre, fantasiado como seus ancestrais já cristãos, mas ainda não industriais.

É neste tempo com o verão invadindo as janelas através de vidros e cortinas, com o calor deslizando entre os músculos e agarrando-se, docemente, aos velhos ossos que, praticamente, haviam esquecido a força do sol, das flores, do ar fresco da madrugada bem desperta — é neste tempo que a Remington plástica, negra e amarela (cor de edifício português), recupera a vida e começa a parir quanta besteira me ocorra.

Estou vivo. O silêncio demorado não significa morte — no presente caso — mas sim uma vida mal controlada, uma busca por aqui, por ali, estrada complicada, buracos, montes de pedras, areia espalhada. Estou vivo e trabalhando. Todos os dias um ônibus, um trem e um metrô me levam de um lado a outro da cidade. Moro num subúrbio do norte e trabalho num bairro do leste.

Trabalho e ganho bem. Mais que todos os meus amigos que estão em outras profissões não qualificadas. Sou um *Extra hamnarbetare*, exercendo a categoria de *stypvelse* e ganhando cerca de 20 *kronor* à hora. *Pa portugisiska* isto quer dizer: sou um trabalhador extra do porto (só se passa a efetivo depois de três meses), trabalhando como estivador e ganhando cerca de 29 *kronor* por hora (o que significa 232 por dia e 4 640 por mês). É mais ou menos o que ganha um jornalista ou um professor (um diretor de cinema ganha 6 000 *kronor* — mais ou menos 8 500 cruzeiros — por um filme para a TV). Um vizinho brasileiro, que foi produtor de TV aí, está ganhando menos que eu (18,5 kr a hora) para trabalhar na linha de montagem da Scania-Vabis em Södertälje (\pm hora e meia de viagem). Ele chega em casa muito mais cansado que eu (tem que parafusar 4 peças diferentes em cerca de 3 minutos, dobrando a espinha, etc. e tal, com toda a barulhada de uma grande indústria). Eu trabalho parte ao ar livre e parte dentro do armazém. O trabalho varia, entre manobrar as operações do guindaste, soltar ganchos, ordenar pequenas caixas, até descarregar caixas e sacas de café, farinha ou similares. Mas a coisa é muito pouco parecida com a forma de trabalho em países latino-americanos. O máximo de distância que a gente tem que agüentar um saco (máximo de sessenta quilos) é cinco metros. Em geral caminhamos dois metros.

O porto de Estocolmo não é o mais importante do país (é Gotemburgo) porque é de mais difícil acesso — principalmente no inverno. Mas atualmente se desembarcam muitas coisas, do Brasil, da Argentina, África, e União Soviética. Nos grupos em que trabalhei nos coube café do Brasil, de Uganda, Quênia, Tanzânia e Zâmbia; castanha de caju e compota da Tanzânia. Outros companheiros descarregaram passas soviéticas (excelentes, comemos montões), pias e latrinhas soviéticas, maçãs argentinas (realmente muito boas), suco de laranja do Brasil (em barris de metal, não foi possível provar), laranjas de Israel (boas, bem como os sucos em lata e a compota de pêssego). Para fora, em geral, vão produtos de indústria pesada (aço para a União Soviética, máquinas para o Brasil) ou de alto refinamento (cristais para o Brasil). Desembarcam também muito cobre do Zaire.

A Didi resolveu fazer regime para emagrecer e arrumou emprego numa fábrica de ... chocolates. A função se chama *paketerare*, ou seja, está encarregada (com outra brasileira e duas finlandesas) de fazer os pacotes em que são organizadas as caixas de pastilhas que são enviadas ao comércio. Sua fábrica (Marabou, creio que existe no Brasil, pelo menos no Chile existe) oferece uma série de vantagens para os trabalhadores — pequeno supermercado com redução nos preços dos seus produtos e de outras fábricas (congelados Findus, por exemplo), alimentação barata, parque de descanso, piscina para crianças, apartamento barato

para os que queiram, etc. É um capitalismo muito inteligente. Aliás, as coisas aqui são feitas com grande inteligência para que o povo não perceba claramente a exploração que sofre. E isso deixa a esquerda com as calças na mão. Uma incapacidade enorme em constituir-se em alternativa ao poder social-democrata parece ser a principal característica da esquerda sueca. As leis sociais e trabalhistas são tão desenvolvidas que o Estado paternalista se constitui no máximo da sua opressão: *o indivíduo não tem sequer o direito de morrer de fome*. O Serviço Social mantém os que não têm emprego, os que nunca trabalharam regularmente e o seguro-desemprego mantém os que perderam seus empregos. Os seguros de saúde, velhice, etc. e tal mantém os enfermos, os velhos, as grávidas, as recém-paridas, etc. Os estudantes têm direito a empréstimos de estudo que deverão ser pagos três anos depois de saírem da universidade, desde que o devedor esteja trabalhando. A maior taxa de desemprego é entre os profissionais universitários que são, gentilmente, reorientados no sentido de aprenderem uma «profissão rentável», ou seja, soldador (em primeiro lugar), mecânico de máquinas, torneiro-mecânico ou alguma outra extremamente necessária à produção metalúrgica — principal fonte de divisas. Os trabalhadores marginais (excetuando-se os lavadores de prato) são bem pagos, posição geralmente ocupada por estrangeiros ou velhos (ou profissionais e estudantes universitários). É assim que o porto está cheio de estrangeiros, velhos (comigo trabalhou um de 60 anos) que não aceitam o ostracismo da «aposentadoria» e elementos que preferem a indisciplina dos serviços portuários à sufocante disciplina industrial. O setor «restaurante» é dominado — no referente à limpeza e ao serviço de mesas — por espanhóis e gregos, cuja filosofia é puramente fisiológica (fruto da má adaptação ao meio) e se traduz em comer, cagar, foder e dormir. E a esquerda segue com alternativas economicistas, sem saber dar o salto qualitativo. A exigência agora é de seis horas com salário de oito. O capitalismo sueco pode, muito bem, conceder tais exigências. Não afetará seus enormes lucros — em grande parte produzido nas «colônias» (70 % do investimento sueco no exterior está localizado em São Paulo da Garoa), onde tais reivindicações não têm eco.

A direita tem conquistado algum terreno, ainda que, neste momento, a social-democracia haja solidificado um pouco mais seu prestígio — abalado com a crise do petróleo — em função principalmente do plano internacional (Portugal e Chile, dois opostos). A direita recalca muito no plano interno: inflação, poluição do meio ambiente.

Familiarmente, as coisas vão entremeadas de pequenas desgraças. Depois de haver queimado as mãos nos fornos da *dag-mamma* (senhora que cuida de crianças durante o dia) há cerca de dois meses, antontem o pequeno monstro decidiu experi-

mentar as sensações de um peixe e, em lugar de fisgar-se com um anzol, enfiou o gancho de um cabide na boca, embaixo da língua, junto aos dentes, baixando no hospital, mas recuperando-se prontamente (hoje já nem parece ter tido nada).

Terça-feira, o pequeno Luís faz um ano. Fazendo um balanço, concluímos rapidamente que já viveu mais que muito vegetal de trinta anos ou mais. Um rápido *racconto*: no quarto dia de nascido (29 de junho) houve um ensaio do golpe que, mais tarde, derrubaria o Allende. Em todo o tempo, desde o nascimento até o exílio, sofreu os apertos e pressões de um *black-out* dos empresários de transporte e do comércio. Ausência de distribuição de alimentos infantis, mercado negro de alimentos infantis e de adultos. Terrorismo militar e psicológico. Atentados por todos os lados. Destruição de torres elétricas, interrupção nos serviços de ônibus e lotações, afetando a sua assistência médica. O clima psicológico provocando o enfraquecimento do leite de sua mãe; o clima de atentados e provocações levando a que se visse encerrado no meio de manifestações de direita reprimidas a gás lacrimogêneo pela polícia militar. Depois vem o golpe propriamente e os tiroteios e bombardeio na zona circunvizinha à nossa casa, principalmente em La Legua, San Ramón, San Joaquín, La Victoria e La Bandera. Ao longe, a coluna de fumaça resultante dos bombardeamentos em Puente Alto se opunha cardinalmente às colunas de La Legua (segundo dia) e La Moneda (primeiro dia). Em nossa casa, a tensão nervosa da perseguição iniciada e da busca incessante de perspectivas — à espera de um único sinal que fosse da existência de uma direção revolucionária. Os mortos pela rua, a ausência de notícias quanto aos companheiros e parentes, o medo incontrolável nas caras dos simpatizantes e militantes, tudo isso se refletindo no seu pequeno universo do leite, dos ruídos, da insônia coletiva dos habitantes da casa (pegados à rádio chilena e argentina), dos toques de mãos em sua pele sensível, do choro da pequena (20 dias) que o pai refugiou em sua casa, em sua cama. Depois a fuga (primeiro a operação fracassada de meter-se em uma embaixada que não ficava ali) e entrada na embaixada argentina. A permanência aí por 14 dias sem banho, quase sem higiene (um colchão no chão como leito seu e da mãe), com precária alimentação (sem leite adequado), depois a prisão na Argentina (Hotel Ezeiza) durante quase 20 dias, os primeiros com leite de vaca fervido em uma suja máquina de café e até mesmo quase um dia sem comer. Os adultos sem comida, sob provocação policial, o clima difícil, histérico, onde apenas a solidariedade entre os mesmos presos era capaz de melhorar a situação.

Depois a Suécia, a neve, a renitente gripe, a *guarderia*, a *dagmamma*, o verão entrando de surpresa por uma vida que nem sequer sabia da sua existência. O balanço é favorável: muita vida

condensada em pequeno frasco. O que o inconsciente terá guardado de tudo isso é difícil dizer, mas os reflexos externos são de um «vivaldino» que maneja a manha com muita habilidade. Terá muitas coisas a contar aos seus netos se a vida continua desse jeito.

Até agora não decidimos o que fazer das férias (Didi tem 3 semanas em julho), uma vez que as contas estão apertadinhas (começamos a trabalhar tarde, foi difícil arrumar emprego). A vontade mesmo é de botar a barriguinha ao sol no Algarve (água e temperatura de 25 graus) e esticar uns dias em Lisboa. Mas se não vamos agora, aproveitamos no fim do ano. Eu posso deixar de trabalhar quando queira, faltar um dia e trabalhar outro — enquanto haja trabalho.

No plano cultural, trato de investigar a fundo o que se passou no Chile e, daí, talvez produzir alguma coisa boa em cinema, literatura, televisão ou teatro. Por outro lado, estou (com outros loucos) experimentando o vídeo-tape como linguagem. Além disso recebi carta, finalmente, de Ernesto Malbrán, de Berg, Noruega, que me oferece um roteiro para um documentário. Passei um tempão no Chile querendo filmar algo dele, ou que ele me escrevesse algo especial. Agora talvez haja condições.

No mais, continuo falando muito, pensando muito, realizando muito pouco, ocupado com o meu destino de judeu errante, despedido dos mais agressivos rótulos. (Hoje, parece que quase todos me consideram alguma coisa que os outros não consideram — uns me dizem perigoso subversivo, outros um desbundado filho da puta, para alguns sou um social-democrata, para outros sou um ultra-esquerdista, uns me dizem pró-soviético, outros me chamam foquista, quase todos: *oportunista*.)

Eu mesmo acho que não sou nada disso, mas também não digo o que sou. Abrações a todos,

Luís Alberto Sanz

CONTINUO SONHANDO
por
Maria Auxiliadora Lara Barcellos

«Eu era criança e idealista. Hoje sou adulta e materialista, mas continuo sonhando. Dentro da minha represa. E não tem lei nesse mundo que vai impedir o boi de voar»

Lugares

Minas Gerais, Chile, República Federal Alemã

Datas

Banida pela ditadura brasileira, esteve refugiada no Chile até Setembro de 1973. Segundo exílio em Berlim (RFA).
30 anos de idade

Profissão

Estudante de medicina

«Crime»

Luta armada contra a ditadura no Brasil
Um dos 70 prisioneiros políticos trocados pelo embaixador suíço
em 1971

«...te conheci no Recife dos
rios orçados de pontes
no bairro das fontes
coloniais.

Dora chamei...»

É a mesma cantada por Caymmi e que numa tarde de maio de 76 colocou-se
fora da vida, sob a brutalidade veloz das rodas do metrô de Berlim Ocidental.
Mas ainda continuaremos a te chamar Dora!

Me chamo Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Apelido Dorinha-Dora-Dorinha ou Doralice. Tenho 30 anos, nasci e me criei no Brasil, pra onde irei voltar, apesar de você. Sou um dos mais autênticos produtos nacionais, nasci em Antônio Dias, Minas Gerais, pra seu e nosso governo, amém. Num quarto de pensão — destino —, meu pai tava sempre de passagem e minha mãe sempre em sua, sempre em sua, sempre em sua companhia. E a gente, por que não? Afinal, a maioria no Brasil está de passagem, procurando seu posto definitivo, mas as aranhas e piranhas não dão chance, não dão sossego.

Querendo fazer a gente de gato e sapato? Os Safadões! Mandando a gente calar a boca, e seguir fugindo. Mas a gente faz é diferente, só pra chatear: sai procurando a saída, sem calar a boca.

Foi isso que eu fiz. Os senhores me perdoem, eu era criança e idealista. Hoje sou adulta e materialista, mas continuo sonhando. Dentro da minha represa. E não tem lei nesse mundo que vai impedir o boi de voar.

Sou um boi marcado, uma velha «terrorista». Fui aprendiz de feiteiro, não sabia usar a varinha, deu merda. E feia.

Pisei no calcanhar do monstro, e ele virou sua pata sobre mim, cego e incontrollável. Fui uma das vítimas inumeráveis do machão crioulo, monstro verde-amarelo de pés imensos de barro.

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos.

Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro.

A Apologia da Violência. A luta pelo poder absoluto. A destruição do outro, da antítese da sua alma negra. O sacrifício dos bebês.

Onde já se viu jabuticaba de asa, meu filho? Eu tinha comido um besouro. Ele zumbia dentro de mim furioso, pra me lembrar que a imaginação incomoda muita gente. Parar de imaginar, parar de ser e de querer. Aceitar, resignar é bom, traz brisa fresca, café com leite de manhã, muita fartura.

Aurora, lugar de mulher donzela é na barra do marido e lugar de puta safada é no puteiro, uai. Pra que é que nós estudamos

aritmética no Exército? Pra saber que 2 mais 2 são 4 e que não existe pecado sem expiação. Moça donzela você não quis, puta safada também não quer. Minha querida, esse bicho não existe.

Perdão, meu capitão, eu sou gente. Pra mais além do meu sexo. E minhas matas só percorre quem é nascido no bosque. O senhor tá do outro lado da cerca, já sentiu? Milhões de anos-luz nos separam. Se o senhor, meu capitão, chegasse a entender um dia essa distância, talvez pudesse criar asas e voar. Houve já na História quem o fez. Mas aqui os perigos são imensos. Eu nem posso tentar ajudá-lo, os perigos são imensos e Janaina tá se vestindo pra atravessar as águas.

Depois do Inferno, o Paraíso. Saboroso, caloroso e sorridente, pura esperança e muita ingenuidade. Minha também, confesso.

EN CHILE NO PASARÁN! Y el pueblo lo decía bien alto, para no oír las olas que ya se elevaban.

Meu Chile lindo, o reencontro da esperança, do amor, da liberdade embriagadora. Chile-cometa, há mil anos viajando e de repente surgindo no céu azul de janeiro. O reencontro dos tupiniquins com o Tupac Amaru e o Atahualpa, irmãos mais velhos e mais sábios, nos emprestaram seus cocares e pintaram nossas caras com as cores da bandeira sul-americana.

Três anos de desassossego, esperanças, mil formiguinhas picando os corpos inquietos.

Y afinal chegaram. Y passaram. Un tractor mui, mui, pesado, viejo, las cabezas rolaron y insepultas claman por venganza, su veneno se infiltró de Arica a Punta de Arenas del Fuego.

Otra vez la huida. Verde que te quiero verde, porque no? México, bananas e abacaxis imensos, não tem Chile, pero tenemos chili, picante talvez demasiado para el gusto de ustedes.

Miguel Aceves Echeverría Cantinflas, me apresento con gusto, con mayor gusto le conozco a ustedes, por el sí y por el no, todo lo contrario, pero que sí pero que no, porque más me quieren, pero por la chingada, aquí no se quedan que México es caliente, un calor más sutil que de Brasil, pero tan abrasador cuanto, perdoneme.

O comboio segue viagem. Hermanos americanos, nos asilamos en Europa, frutos ricos y aparatos eletrodomésticos aos montes no lixo. Podemos pelo menos nos conservar refrigerados, cada um vai ter a Sua geladeira.

E aqui estamos, senhores. A fábrica de papel Schwartz & Weiss nos acaba de informar por la Post que em poucos meses receberemos nossos passaportes, o mais nobre pedaço do Homem, segundo o Bertolt Brecht.

O atraso de dois anos na entrega de nossos passaportes se deve à crise petro-energo-poli-papeleira, verstanden? Verstanden und Einverstanden, meine Herren. A gente aprendeu a concordar, pra sobreviver. João Teimoso tem um centro de gravidade.

E nenhum aqui perdeu o seu. Pra seu e nosso governo. Pra continuar a voar, e a mergulhar.

Unamos nossas vozes, meu povão preto-e-branco:

Salve lindo pendão da esperança
Salve símbolo augusto da paz.
Tua nobre presença a lembrança
Da grandeza da pátria nos traz.

Recebe o afeto que se encerra em nosso peito infanto-juvenil,
querido símbolo da terra
Da amada terra do **Brasil**.

**SENTIR, MESMO DE LONGE,
A VIDA DO BRASIL**

por
Roberto Morena

«Penso nas enormes possibilidades que a natureza deu para que o povo brasileiro possa viver ao abrigo da miséria, do atraso, da angústia e da incerteza do futuro»

Lugares
Brasil e Mundo

Datas
No exílio várias vezes desde a Guerra Civil espanhola

Profissão
Marceneiro

«Crime»
Líder sindical, deputado (1950-1954), dirigente operário comunista

Várias vezes cruzei as fronteiras do Brasil. Uma vez para representar as organizações sindicais e políticas de que sou membro, outras para continuar a luta revolucionária que travamos em nosso país, devido à impossibilidade temporária de permanecer dentro dele para realizar uma atividade mais útil ao movimento revolucionário.

Uma vez fui deportado de forma «oculta» pelas autoridades policiais durante o governo Getúlio Vargas, isto é, «despejado» da fronteira do Rio Grande do Sul para o território do Uruguai. Assim, propriamente nunca fui um exilado político dentro de todas as regras conhecidas e consagradas. Seria mais justo considerar-me um emigrado político.

Sobre o comportamento de um emigrado político há inúmeras obras. Existe uma literatura feita por grandes dirigentes revolucionários, que contém muitos ensinamentos, ao par de constituírem valiosas obras literárias. Para a realização dessas obras, que continuam a ser lidas e estudadas como um grande patrimônio do pensamento humano, concorreu uma época de profundos debates e polêmicas de questões teóricas e pela alta qualidade intelectual e científica dos revolucionários que haviam emigrado devido às imensas dificuldades de poder elaborá-las em seus países.

Assim, uma das maiores preocupações que sempre tive e tenho é de continuar as minhas atividades políticas no exterior, guardadas devidamente as condições existentes nos países em que fomos viver e dentro dos limites impostos a um estrangeiro e sempre de acordo com a orientação das organizações políticas a que pertencemos. Esse contato, essa militância foi e será sempre uma escola política de grande valor. Participando da vida política, dentro das proporções determinadas por nossa condição de estrangeiro, nos países em que nos encontramos transitóriamente, podemos constatar a similitude de muitas questões econômicas, políticas e sociais que esses países enfrentam, das que travamos em nosso país.

Assisti, por exemplo, às jornadas finais da campanha eleitoral no ano de 1964, no Chile, na qual foi eleito o candidato do Partido Democrático Cristão, Eduardo Frei. Fui um participante,

como povo, das concentrações políticas do candidato das forças populares, o inesquecível líder da emancipação latino-americana, Salvador Allende. Para quem acabava de presenciar as brutais depredações cometidas pelos golpistas triunfantes em 1964, no Brasil, como a invasão dos sindicatos dos trabalhadores, a queima das instalações da União Nacional dos Estudantes, essas demonstrações democráticas me emocionavam. Meu pensamento e minha visão estavam voltados para o Brasil. Recordava, também, as grandes manifestações populares que havíamos realizado e por tudo que se passava nesse momento, depois da implantação do governo militar reacionário como corolário do golpe de Estado de março-abril de 1964. Não podia evitar a emoção que se produzia em mim ao assistirmos ao contraste entre o que se desenrolava nessa época no Chile e o que se passava nessa ocasião no Brasil e que já perdura há tantos anos.

Em outra oportunidade, anos depois, fui testemunha de cenas brutais de repressão. Encontrava-me, de passagem, na Europa em 1968. Uma manhã, quando menos esperava, fui tomado de surpresa com ruidosos distúrbios entre estudantes e as forças policiais de repressão, numa avenida de um histórico bairro de estudantes. As manifestações estudantis se desenrolavam como sempre, ruidosas, mas sem nenhuma outra consequência. Imediatamente irromperam policiais de todos tipos, fardados ou não, armados com apetrechos modernos. A primeira impressão que tive é que se tratava de uma representação de uma obra histórica, com soldados com escudos, com capacetes blindados, com grandes capas impermeáveis, brandindo longos cassetetes e municiados com gases tóxicos. Marchando em filas compactas como nas guerras nos tempos de Roma antiga, iam espancando a torto e a direito a todos que se encontravam pela frente. Jovens e crianças desarmadas, que gritavam suas reivindicações, eram maltratados impiedosamente, mesmo que já estivessem exangues caídos no chão. Essas cenas brutais de repressão não ofereciam nenhum contraste com as que já havia visto e sofrido em nosso país e alguns outros que tinha conhecido.

Todas essas manifestações da luta para a conquista de um autêntico poder do povo, de um regime de liberdade e democrático, que temos vivido nestes anos que estamos longe de nossa terra, do convívio diário de nossos companheiros, de nossos familiares, são demonstrações claras da existência de uma luta comum em muitos países para terminar para sempre com o sistema de vida e de governo que é responsável pela exploração do trabalho humano, pela desigualdade e injustiças sociais. Tudo isso tem levado à maior compreensão entre os povos, entre as organizações sindicais e políticas que lutam para a conquista de um sistema de igualdade social. É, assim, o militante revolucionário se encontra perfeitamente identificado com o desenvol-

vimento das lutas que se travam nos países em que temporariamente deve permanecer.

A vivência em países sob o sistema socialista nos deu uma clara visão da viabilidade e a realidade das idéias revolucionárias que abraçáramos desde a juventude, já na escola e fortalecida nas fábricas e na militância nas organizações sindicais e no Partido Comunista. Uma esplêndida realidade do que se pensava, do que se propunha, do que se preconizava: uma sociedade sem donos de fábricas, uma sociedade em que o homem se sente seguro no presente e no futuro, em que a desigualdade social desaparece, a possibilidade de cultura e de saber está aberta e ao alcance para toda a coletividade e vai avançando com firmeza no caminho da edificação completa do socialismo.

Evidentemente que não foi e não é durante essa permanência no exterior que me levou a compreender a absoluta viabilidade da sociedade socialista, pois o que havíamos estudado, lido e já visto nos países socialistas que havíamos visitado foram elementos capazes de permitir, para propagar, difundir, o que o sistema socialista já tinha dado ao povo dos países em que a forma de governo socialista existia e cada dia mais conquistava o bem-estar, tranqüilidade e confiança no futuro.

Aprende-se muito a valorizar a obra realizada pelo trabalho produtivo do povo quando se sente a falta dele. Os homens de cultura e de saber, para vencer as dificuldades e os obstáculos que a reação criou, tiveram de emigrar ou exilar-se para continuar seus estudos ou sua produção. Muitos deles, que só pude conhecer no exterior, como também suas obras, constituem valiosos elementos para saber e compreender melhor o que se passa na vida econômica, política e social do Brasil. Um livro ou um disco de música brasileira nos liga a nossa terra. Ouvir o idioma materno ou receber cartas, ouvir as emissões da rádio ou ler jornais e revistas nos mantém em dia com o desenrolar dos acontecimentos da situação interna de nosso país.

Como se valoriza, no exterior, uma conversa e as informações que nos trazem as pessoas amigas vindas do interior de nosso país para os que estão no exterior!

Nestas notas despretensiosas, de colaboração na iniciativa de brasileiros de cultura, dos que lutam pela libertação do Brasil, da miséria, do atraso e da opressão, de sua real independência econômica e política, devo deixar bem claro que não são meras acusações sem fundamento. Sinto a situação de tantos e tantos companheiros e amigos que vivem e lutam em condições difíceis em todo o Brasil.

Penso, ao contrário, nas enormes possibilidades que a natureza deu para que o povo brasileiro possa viver ao abrigo da miséria, do atraso, da angústia e da incerteza do futuro. Recordo-me assim dos momentos intensos de nossa luta nos sindicatos,

nas reuniões e nos debates políticos, nos quais examinávamos os problemas econômicos e políticos que se apresentavam e quais deveriam ser nossa linha de conduta e nossos planos de ação para enfrentá-los.

No exterior tivemos e temos de explicar, na medida do possível e de nossa capacidade, o que é nosso país, nosso povo e suas lutas. Tudo temos feito para que não se confunda o valor de nosso povo, sua capacidade produtiva, o seu espírito inventivo, sua índole generosa e democrática, os sentimentos de luta e de solidariedade, com os regimes de exceção, com os que empregam os métodos brutais de repressão, que são repudiados pelo povo e causam horror e protestos.

Os exilados ou emigrados políticos que gozam da solidariedade das organizações sindicais e políticas, do movimento internacional de apoio a nossa luta interior, realizaram e realizam uma obra positiva de divulgação e conhecimento do Brasil, de sua história e de suas lutas. Em muitos países há o aproveitamento dos homens de ciência, de cultura, que depois de 1964 foram perseguidos, que sofreram inclusive torturas e viram seus direitos políticos suspensos.

Os trabalhadores, militantes ou dirigentes sindicais, que aprendemos o que representa o sentido internacional da luta da classe trabalhadora, quando recebíamos o apoio de nossos irmãos de classe e de suas organizações nas ocasiões em que sofríamos os rigores da reação ou quando tínhamos de conquistar ou defender reivindicações e direitos comuns, a nossa permanência no exterior veio fortalecer e ampliar os laços que unem os trabalhadores de todo o mundo.

O exílio e a emigração política, mesmo com as dificuldades de que às vezes se revestem, ampliam a visão dos problemas mundiais e ao mesmo tempo acumulam experiências e ensinamentos tão necessários para nossos conhecimentos teóricos e políticos, para uma melhor e mais eficiente atuação no interior de nosso país.

O importante para quem teve de recorrer ao exílio ou emigração política é saber manter firme e seguro o pensamento que essa passagem no exterior é temporária. O compromisso revolucionário é particularmente com o nosso povo. Mas nessa passagem nos sentimos identificados com a luta do povo onde vivemos, mesmo por períodos curtos de nossa vida, pois as aspirações de liberdade, de democracia, de paz e bem-estar são de toda a humanidade.

No exílio ou na emigração política se adquire sempre novas e duradouras amizades e muitos constituem família. Muitos sofrem a perda dos seus amigos e companheiros e outros queridos familiares.

Assim aconteceu comigo. Estava no Chile quando minha companheira me comunicou aflita que minha mãe, companheira de luta, posso dizer com emoção, estava à morte. Sugeriu que voltasse com a devida segurança, mesmo que fosse para assistir só seus derradeiros instantes de vida. Consultou antes a minha mãe já moribunda. Ela tinha profunda experiência de todos os anos que teve de enfrentar a polícia política e as visitas às prisões, quando ainda tinha as marcas dos espancamentos, sabendo o que representava o aparelho de repressão e os riscos a que me expunha nessa viagem. Disse a minha companheira: gostaria de ver-me antes de morrer, mas preferia a minha liberdade.

Devo aproveitar essa liberdade que ela queria para mim para militar nas organizações internacionais, no movimento de solidariedade aos lutadores pela libertação do povo brasileiro, para estudar e preparar-me para ser melhor militante revolucionário.

Setembro, 1975

UM DIÁLOGO
entre
Ida Schrage e Clemens Schrage

«... se irritavam com o fato de eu, sendo uma pessoa com nível universitário, estar metida num meio operário»

Ida Schrage

32 anos, orientadora educacional e profissional, paulista, saiu do Brasil em fins de 1969 e vive em Colônia, na República Federal Alemã. É casada com

Clemens Schrage

32 anos, biólogo, nascido na Alemanha, viveu no Brasil durante 20 anos

CLEMENS: Depois de 20 anos de Brasil, eu só podia mesmo me sentir completamente brasileiro. Requeri minha naturalização, o processo foi despachado favoravelmente, mas, no dia em que eu me apresentei para jurar a bandeira, me prenderam.

IDA: Naquele tempo, eu estava fazendo uma pesquisa sobre o movimento operário, em Osasco, e o Clemens estava empenhado em ajudar os operários das fábricas a se reorganizarem.

CLEMENS: Eu tinha desistido de fazer carreira universitária e tinha chegado à conclusão de que a pesquisa acadêmica, tal como ela era feita na Universidade de São Paulo, não levava a nada. Minha atividade em Osasco foi considerada subversiva, eu fui preso, fiquei seis meses em cana. Doze dias depois da minha prisão, prenderam a Ida também.

IDA: Os caras que me interrogaram foram estupidiísimos, se irritavam com o fato de eu, sendo uma pessoa com nível universitário, estar metida num meio operário. Naquela época eu não estava ainda casada com o Clemens, mas, como não vivia com a minha família, os tipos me chamaram de prostituta. E, como acharam que eu não queria «colaborar», me deram choques elétricos. Mas com o Clemens a coisa foi bem pior, ele foi muito torturado.

CLEMENS: A tortura se concentrou em um mês, os outros cinco meses eu passei no DOPS, esperando ser expulso do país. A expulsão foi pra mim um alívio, a experiência de ser torturado, passar pelo pau-de-arara, etc., foi a experiência mais desagradável da minha vida. A Ida foi solta três meses antes da minha expulsão, porque os sujeitos não conseguiram apurar nada contra ela. Posteriormente, contudo, quando a gente já estava na Alemanha, a Ida foi condenada — inexplicavelmente — a seis anos de prisão.

IDA: Eu vim antes do Clemens para a Europa, fui para a Bélgica, porque sabia falar francês e me disseram que lá era mais fácil resolver o problema da subsistência. No começo, trabalhei como babá numa casa de família; depois fui trabalhar num restaurante universitário, fritando batatas. Quando o Clemens che-

gou, eu vim para a Alemanha. Como não existe convênio entre a República Federal e o Brasil, eu não podia trabalhar, e a única coisa que o Clemens achou foi um trabalho de vendedor de enciclopédias.

CLEMENS: Quem me ajudou a sair do Brasil foi o então ministro do Trabalho da República Federal da Alemanha, Hans Katzer, democrata-cristão, irmão da minha madrinha. Ele tentou me arranjar emprego, mas não conseguiu. Quando os alemães tomavam conhecimento do fato de que eu tinha sido expulso do Brasil por razões políticas, ficavam assustados. Pedi emprego a várias firmas e não consegui nada. Algumas firmas chegaram a me mandar cartas explicando que eu tinha qualificação profissional elevada demais para o emprego a que tinha me candidatado. Passei então a omitir qualquer informação sobre o meu passado político. Aí consegui o emprego que continuo a ter até hoje, numa indústria farmacêutica. É um trabalho chato, mas me toma pouco tempo e eu ganho bem. E procuro continuar a travar o mesmo combate político que eu empreendia no Brasil: a política é uma coisa essencial na minha vida.

IDA: E eu, quando consegui superar a proibição de trabalhar, arranjei emprego numa fábrica, mas não cheguei a começar, porque o Clemens conseguiu o tal lugar nessa indústria farmacêutica e com o que ele ganhava dava pra nós vivermos. Então eu me dediquei a estudar alemão (o Clemens não teve esse problema, porque ele já falava alemão em casa, desde criança). Depois, eu engravidei e tive uma filha e o nascimento da menina (ela se chama Maitê) me prendeu muito em casa e dificultou bastante, em certo sentido, a minha integração no meio alemão. Até hoje não me sinto integrada na Alemanha, não consigo entender direito a mentalidade dos alemães, é uma outra cultura, um mundo que me parece muito fechado. No Brasil tinha um círculo de amigos, gente que gostava muito de mim, gente de quem eu gostava muito, tinha calor humano. E a minha família é uma família muito unida, eu sinto muita falta de meu pai, de minha mãe, de meus irmãos. Às vezes, comparando o meu modo de sentir atual com aquilo que eu era no Brasil, tenho a impressão de que era mais criativa, agora me sinto como que meio murcha. Apesar disso, eu procuro sempre reagir e trato de estudar, consigo manter uma atitude ativa diante da vida, uma disposição de intervir, de interferir no meio social a minha volta, como compete a uma pessoa de esquerda.

CLEMENS: A Ida acha que a minha integração na Alemanha é maior, mas a verdade é que isso se refere apenas ao fato de eu falar alemão, porque no mais eu não me sinto integrado em nada, não tenho nada em comum com os alemães. Só que eu acho que a gente não pode ter ilusões em relação ao Brasil, tal

como ele é hoje. O Brasil de hoje não é o Brasil da minha adolescência, do círculo dos meus amigos. Não adianta a gente ficar curtindo a ilusão de voltar para um Brasil que não existe. É como disse o Thomas Wolfe: «You can't go home again!»

IDA: Eu concordo com essa amarga verdade do Thomas Wolfe e não tenho nenhuma ilusão quanto ao Brasil de hoje. Mas acho que o Clemens consegue se adaptar às condições de vida na Alemanha menos dolorosamente do que eu e do que diversos outros brasileiros que conheço. Talvez não seja bom, no caso, dizer que ele se adapta, mas ele reage de maneira menos problemática.

GERALDA

Conto de autor anônimo. 1975

«Xi, como estou feia, fala pra si mesma. Depois, joga seus documentos na privada. Está morta a filha do seu Mário e dona Tereza. O simpatizante abre a porta do banheiro, pede pra ela ir-se embora. No rádio, dão o nome de Geralda ...»

«Cinco anos depois, a morte de Rômulo ainda dá volta na garganta de Geralda. Um dia eles vão ter que pagar pela morte de tanta gente ...»

«Menininha, vocês andam depressa demais, têm que dar tempo ao tempo, é como tangerina, pra amadurecer é preciso o dia passar e outros dias nascerem ...»

«Sair do entocamento. Encontrar de novo o Rômulo, dar uma choradinha no seu ombro pensando numa infância qualquer ...»

Cinco anos mais tarde, a moça ajeita o cabelo e passa um pouco de batom, mais um lance, o quarto andar, uma borboleta *rouge* passou perto do corpo dela, como na véspera, ao reconhecer a voz dele no telefone.

Ver o amigo, seus olhos, seu nariz, sua boca de novo com bigode, seus braços, suas mãos.

A moça entrou debaixo do braço do homem, procurando na cara, barriga, cabelo, as marcas destes cinco anos.

Vontade de beijar a cicatriz. A moça ficou com vergonha. Olhou pra dentro dos óculos do amigo, fez festa no seu cabelo. Mais tarde, que bom a voz dele no seu ouvido: Geralda, ele disse. A voz dele não tem sotaque, a voz dele é tão quentinha. Foi embora domingo de manhã pensando que ele disse que gosta mais de passarinho que de gato, besteira, é tão diferente um do outro.

Cinco anos atrás, domingo à tarde em Copacabana, a moça conta ao homem que foi seguida desde a ladeira, Torturador Sílvio Fleury. Três homens numa camioneta branca e azul. Um vestia terno escuro, óculos quase pretos. Polícia fantasiado de polícia. A cada esquina, Geralda comprovava a presença deles atrás, como num sonho ruim. O medo dá frio na espinha, faz suar nas mãos. Também, que calor hoje! Pensou: «Talvez eu morra, mas pelo menos fiz alguma coisa». Época de termos vagos. Esquerda idealista.

A repressão continua a seguir Geralda e seu carro até a avenida Viva o Imperialismo Internacional, mas dirigir automóvel e fugir ao mesmo tempo não dá pé, largar o carro e se perder na multidão que toma fresco na rua. Peixe na água. Entrar na farmácia, talvez haja uma saída para a rua dos fundos. Não pensar muito. Pensar em uma coisa de cada vez. Andar, andar, entrar no ônibus, trocar de ônibus, ufa, desta vez eles sumiram no tráfego.

Assim que anoiteceu, o encontro com José. Saíram andando até o aparelho, que era perto, foi uma puta ação, ele dizia, nós também fomos seguidos até quarta-feira. Geralda pensava que se

trepassem bem naquele momento talvez ela tivesse menos medo, talvez um pouco da força que ele tinha passasse pra ela, besteira. Tanta coisa que passa pela cabeça que é difícil ficar só com um pensamento. Sente uma dor na barriga e no peito quando pensa na filha Luciana, mamãe, não te esquece não, se está metida nessa história é porque acredita que esta é também a melhor forma de ser mãe. É tudo ligado, a miséria do trabalhar e do camponês brasileiro, a superexploração, a repressão da ditadura, a neurose, o câncer. Mais tarde, na Europa, Geralda, quando fazia esse discurso pra ela mesma, acrescentava: é o capitalismo que me separa da minha filha, é ele que gera o tribunal que me impede de ver minha filha. Vai pensando enquanto corta o cabelo. Xi, como estou feia, fala pra si mesma. Depois, joga seus documentos na privada. Está morta a filha de seu Mário e dona Tereza. O simpatizante abre a porta do banheiro, pede pra ela ir-se embora. No rádio, dão o nome de Geralda, o simpatizante não considera o lugar seguro.

No dia seguinte, os jornais já falam de algumas quedas ligadas à ação. Paciência, Geralda, espera até o dia e a hora do ponto, assim você terá notícias, o interesse deles é dizer o mais possível que prenderam todo o mundo, serve para desmoralizar a esquerda, serve para atemorizar. No lugar que o simpatizante Rômulo arranjou para ela, Geralda fica relativamente tranqüila. Está só, por dois dias, quarta-feira no encontro com a organização vai entender talvez um pouco do que está acontecendo. A análise que Geralda pode fazer sozinha é fatalmente incompleta, pouco tempo faz que milita, mas a ação é tão desproporcional às forças que a esquerda revolucionária parece ter ... Além do mais, Geralda se sente só, sem Luciana, sem José, sem a mãe, os irmãos, sem Maria Fátima, companheira e amiga. Geralda pensava como era bom o tempo que, quando voltava do trabalho, encontrava a filha nos braços de Maria Fátima.

No encontro com a organização, ninguém apareceu, do outro lado do Rio devem pensar que ela caiu. Na volta pro aparelho, Geralda vê seu retrato no jornal que seu vizinho de cadeira lê. Jornal dos Esportes. Merda. E ela sem ter pra onde ir. Perdida. Desligada da O. a uma altura destas. Calma. Contata o simpatizante Rômulo.

Cinco anos depois, a morte de Rômulo ainda dá volta na garganta de Geralda. Um dia eles vão ter que pagar pela morte de tanta gente. Rômulo morreu sem contar que no dia seguinte tinha ponto com uma direção. A polícia negou sua prisão, mas o corpo ensangüentado de Rômulo foi visto nos corredores do DOPS, parece que sua morte foi um acidente, mancada do médico de plantão. Geralda lembra do seu riso, de sua maneira de dizer menininha, das longas conversas.

Menininha, quanto mais gente houver do nosso lado, melhor. Quando o aparelho caía, quando Geralda não sabia aonde ir, como se esconder, era Rômulo e sua solidariedade que buscava.

Geralda justificava como podia os caminhos escolhidos pela esquerda. Rômulo, as ações de propaganda armada sintetizam praticamente o que a parcela mais explorada do povo brasileiro sente. Geralda não sabia nada das coisas, mais tarde vai ter que passar dois anos tomando conta de duas cabras e uma cachorra, dois anos pensando em como iria digerir aqueles meses de clandestinidade no Brasil, de qualquer forma, dizia ou pensava, em média as pessoas são presas antes de completar um ano, salvo exceções que não podem ser muitas, até por razões políticas: as organizações de esquerda revolucionária estão tão longe do proletariado.

Menininha, vocês andam depressa demais, têm que dar tempo ao tempo, é como tangerina, pra amadurecer é preciso o dia passar e outros dias nascerem, é preciso o sol bater em cima, e mesmo um princípio de vento, sobretudo alguma chuva. Deve ter sido Rômulo que arrumou o contato com os Glupt-glupt de esquerda.

A Glupt-glupt levou a moça para o interior, num ônibus muito confortável. Eu não quero ser policial, Geralda pensava, e não fazia nenhuma pergunta. As coisas aconteciam magicamente. No ponto final, um homem esperava. Com ele, Geralda seguiu mais longe, até a hora de se separarem.

Viver a vida da professora primária e sua família, o marido veterinário, o filho, a empregada. Juntos discutem o dia-a-dia, as notícias dos jornais. Dona Mariana tinha em sua classe um menino muito pobre, que não tinha agasalho, a assistente social também não pode fazer nada, o problema era a falta de verbas, na televisão eles contam que o Brasil vai comprar alguns *Mirages*, o critério deles é bastante claro. Dona Mariana se queixava do custo de vida, dos baixos salários que ela e seu marido ganhavam. Sábado à tarde, a professora faz doce pra fora, até ensinou Geralda a fazer mãe-benta e molho de maionese. Sábado à tarde, o marido vai ver os amigos, leva o filho com ele. À noite, vê televisão, o braço dele molemente passado em volta da cadeira dela. Geralda lavava a louça domingo de manhã. Nos outros dias, Geralda ajudava a empregada, as leis da casa impediam que Geralda lavasse toda a louça quando havia empregada.

Durante a semana, os dias se arrastavam. Na casa vazia, Geralda esperava o próximo noticiário, a próxima hora. Na casa não havia muitos livros. Lia os jornais e ficava a imaginar a vida passando do outro lado da janela e da porta. Ficava esperando a

notícia do seqüestro que vai libertar os companheiros que caíram. Esperava a visita do Glupt-glupt que fazia o contato.

Mais tarde, a professora e seu marido foram presos, separados de seu filho e espancados. Mais tarde, a professora dona Mariana saiu da prisão, um dia na Europa, Geralda teve notícias. A vida é estranha.

O Glupt-glupt levou Geralda pra casa da operária da fábrica de sabão. Geralda ficou lá só alguns dias, foi pena. O problema era o pai da moça, quando entrou na fábrica de sabão não tinha nada, hoje é proprietário ou, melhor, vai ser, quando acabar de pagar os dez anos de prestação que ainda faltam.

Quanto tempo já nem sei, mais tarde a volta ao Rio, na barriga uma cinta, um travesseiro, toda a postura de mulher grávida. Assim, ninguém lhe pediu carteira nenhuma, pois documento falso, coisa utilíssima nessas horas, ela ainda não tinha. *Voilà*, Rio de Janeiro *again*, quer marcar um encontro com a O., quer ter notícias da filha.

Coisa que eu tenho mais medo é choque elétrico, dizia ela pra Sebastião, no aparelho onde a O. decidiu escondê-la até que seu destino fosse decidido. Sebastião, mais procurado ainda que Geralda, sobretudo mais conhecido, dividia com ela o esconderijo e o dia-a-dia. Discussões intermináveis, tempo não faltava, sobre a situação da esquerda *coincêe* entre a apatia popular e a repressão. Sebastião queria ir pro campo e lá desenvolver lentamente um trabalho político-militar. Tinha dente-de-coelho nesse lentamente. A moçada tinha pressa. Geralda queria ter uma prática clandestina, que continuasse a sua prática anterior, o que, visto seu nível de queimação, era completamente absurdo. Geralda gostaria de voltar ao interior e lá fazer um trabalho junto às pessoas que tanto lhe tinham ajudado.

Segundo Sebastião, a O. tinha aberto um processo de discussão, depois as coisas seriam mais claras, chama-se avaliar as nossas forças. De noite, Geralda prestava atenção ao barulho do elevador, «desta vez são eles», pensava. Sebastião ensinou-lhe como usar a *Beretta*, atira na barriga, dizia Geralda pra ela mesma, eu prefiro morrer a ser presa. De noite, a saudade da Luciana: minha mãe, você vai cuidar dela direitinho, ai José, você anda comendo a simpatizante numa hora destas, seu sacana.

Toda semana o companheiro vem conversar com Sebastião, traz notícias: Geralda, qualquer dia destes você vai ver o José. Ele não pára de pedir pra ver a mulher dele.

Tinha tanta novidade na história de amor de José e Geralda, ih, era uma história de amor cheia de novidades. Mas os dois não podiam viver juntos não, cara de um grudada na do outro no anúncio publicado no jornal, colado nas ruas e nos aeroportos ... José na clandestinidade virou louro, os dois passaram o

Natal juntos, comeram galinha e tomaram o vinho que a simpatizante deu.

José e Sebastião um dia foram embora, ficou Geralda ouvindo o elevador subir e descer, desta vez são eles, ai, prefiro morrer a ser torturada.

Sair do entocamento. Encontrar de novo o Rômulo, dar uma choradinha no seu ombro pensando numa infância qualquer. Mas na Europa as lembranças da infância despontam rapidamente, são pedaços de vida que se perderam no caminho, mas isto é depois, faz parte do que aconteceu cinco anos mais tarde. Assim que saiu do entocamento, Geralda recebeu o documento falso, uma carteira de identidade com um nome qualquer. Alugou um quarto na casa de dona Maria, que faz pastel pra fora. Todo dia o cheiro de pelanca frita invadia a casa, mas Geralda pensava que este era talvez o último dia antes da morte. Ter coragem de morrer como Zé Roberto, metralhado pela polícia. Um dia, no Grajaú, ia com um companheiro buscar um carro roubado, estacionado numa rua de pouco movimento. Era sábado de manhã, num canto qualquer da rua havia dois, talvez três homens vestidos de terno escuro, carregando umas pastas grandes, estilo James Bond, é preciso ser feito um estudo sobre a contribuição do filme policial americano na formação ideológica do policial latino-americano, eu farei talvez isto, quando completar os vinte anos de exílio, vinte anos pensando sempre em termos de mundo de cá e mundo de lá, mas ainda bem que nada de grave aconteceu no sábado de manhã, lá no Grajaú ...

A casa tinha duas peças, cozinha, área, a família toda dormia na pequena sala, alugavam o quarto da frente, o preço eu não sei, mas devia ser proporcional ao salário de militante de Geralda, 150 cruzeiros. Quando legal, Geralda ganhava um milhão e meio por quatro horas diárias de trabalho.

O quarto tinha uma boa janela pra rua, janela que permitiu a amizade de Geralda com as duas filhas de dona Maria. Como o pai proibia qualquer namoro, as moças pulavam a janela. Ambas ajudavam no sustento da casa, trabalhando como secretárias, mas o pai não queria conversa e as vigiava de perto.

Geralda dizia que era professora em alguns colégios primários. Passava a maior parte do tempo deitada na cama de casal de dona Maria, espantando as moscas que vinham se proteger do calor da rua na semi-obscuridade do quarto. Corria perigo de vida, e seu dia-a-dia era absolutamente inútil e ineficaz. Sua pouca prática anterior, sua queimação e sobretudo a prática que a esquerda revolucionária desenvolvia no Brasil, completamente desligada das classes revolucionárias, completamente incapaz de olhar a realidade do país que Pedro Álvares Cabral descobriu

pouco tempo faz e jogou na história já semicapitalista do mundo. São Paulo é importante, mas não é o Brasil. Pensando no absurdo daquilo tudo, Geralda espantava as moscas que pousavam num resto de guaraná, nos traços de sanduíche que sobravam num prato no chão, junto à cama.

Saía diariamente para cobrir vagos pontos. Na última semana que passou espantando as moscas do quarto da dona Maria, todos os pontos foram furados. Geralda foi protegida pelo silêncio de seus companheiros na tortura, foi protegida por sua quase ausência de prática.

Pouco antes de sair do Brasil, pegou o trem à hora que os operários terminam o dia de trabalho. No meio da viagem, recebeu um olhar vago e terno de uma mulher preta que carregava o filho no colo, devia ser doméstica na Zona Sul. Geralda pensou que, de certa forma, aquela mulher e ela dividiam a mesma tristeza, o mundo certamente poderia ser diferente. Geralda se sentiu menos só, como naquela manhã de fim de inverno, começo de primavera, saindo da casa de José.

BRASIL, MAIO, 1972
Anônimo

É um tempo da Santa Inquisição.

A aldeia toda respira o clima de denúncia e repressão. Não vivemos mais na era maldita, nos malditos anos, ou será que vivemos? Tentativas esparsas de localizar o medo individual num plano coletivo. O terror não é criado apenas pela minha (nossa) mente convulsionada. Ele existe, real, paralisante, deixa o grito solto no ar.

Tempo de bruxas, este. Agnus sei que sou, envolvida pelo horror. Resta alguma coisa? A vontade estranha e enraizada que era a afirmação da vida parece perder no espaço vazio da minha vontade. É mais fácil, no momento, pensar do que realizar as coisas. Eu não agüento mais isso! É a asfixia total.

Viver eu quero, amar também. Só isso me resta, mas não tô conseguindo!

A impressão é de um mecanismo pensante-falante, gelado. Ou entorpecido pelo frio do ar condicionado da cela vermelha. Isto aí sou eu? O medo ronda o ambiente. Não quero me contaminar, mas tá impossível. Estar viva já é o bastante?

Não quero concessões para respirar! PARA RESPIRAR!

Quero existir sem licenças, sem permissões, vigias.

Sou (somos) bonequinha sem manejo; apertada pelo tempo e pela consciência, amordaçada pelo pânico, morrendo de medo de ser, porque para ser se paga um preço. Agora tá sendo muito alto. Tenho medo mas não quero morrer, menos desistir ...

O dia que ... (sempre a condição, o futuro, a espera crônica do amanhã), se alternam em mim ódio-desespero, mas sempre apáticos. O ódio reprimido, que dá câncer e úlcera perfurada. O desespero que vai diluindo a nossa capacidade de sentir as coisas possíveis: o mundo fica impossível, como uma grande cela. Quero renascer numa nova forma, de uma maneira mais total, em busca da metade perdida na fúria dos «homens».

Os amigos são maravilhosos, fonte de tudo agora. Mas eles, também, tão acuados! Tão morrendo, tão perdidos ...

Tamos aqui no clube da esquina, bebendo nossas dores, copo e cruz, amando um pouquinho com as artérias entorpecidas, olhando pros lados, isso é muito verdadeiro. BRASIL 72!

III PARTE

DOSSIER FREI TITO

O TESTEMUNHO DE FREI TITO

Carta-denúncia de um preso político, frei Tito de Alencar Lima, 24 anos, dominicano.

Fui levado do Presídio Tiradentes para a «Operação Bandeirantes» (OB, polícia do Exército) no dia 17 de fevereiro, terça-feira, às 14 h. O capitão Maurício, que veio buscar-me em companhia de dois policiais, disse: «Você agora vai conhecer a sucursal do Inferno». Algemaram-me as mãos e jogaram-me no porta-malas da perua. No caminho as torturas tiveram início: cutiladas na cabeça e no pescoço, apontavam-me seus revólveres.

Preso desde novembro de 1969, eu já havia sido torturado no DOPS. Em dezembro tive minha prisão preventiva decretada pela 2.^a Auditoria de Guerra da 2.^a Região Militar. Fiquei sob a responsabilidade do juiz-auditor, dr. Nelson Guimarães. Soube depois que este juiz autorizara minha ida para a OB sob «garantias de integridade física».

Ao chegar ao OB fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto se referia ao congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiram para que eu «confessasse». Pouco depois levaram-me para o «pau-de-arara».

Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-me «telefones» (tapas nos ouvidos) e berravam impropérios. Isto durou cerca de uma hora. Descansei quinze minutos ao ser retirado do pau do «pau-de-arara».

O interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até as 22 h. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado de hematomas, o rosto inchado, a cabeça inchada e dolorida. Um soldado carregou-me

até a sala 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 m X 2,5 m, cheia de pulgas e baratas, terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo.

Na quarta-feira fui acordado às 8 h. Subi para a sala de interrogatórios onde a equipe do capitão Homero esperava-me. Repetiram as mesmas perguntas do dia anterior. A cada resposta negativa eu recebia cutiladas na cabeça, nos braços e no peito. Nesse ritmo prosseguiram até o início da noite, quando serviram-me a primeira refeição naquelas 48 h. Arroz, feijão e um pedaço de carne. Um preso, na cela ao lado da minha, ofereceu-me copo, água, cobertor. Fui dormir com a advertência do capitão Homero de que no dia seguinte enfrentaria a «equipe da pesada».

Na quinta-feira três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio fui para a sala de interrogatórios. Um capitão, cercado por uma equipe, voltou às mesmas perguntas. «Vai ter que falar senão só sai morto daqui», gritou. Logo depois vi que isto não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na «cadeira do dragão» (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça.

Dois fios foram amarrados às minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao «pau-de-arara». Mais choques, pauladas no peito e nas pernas a cada vez que elas se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo sangrando e todo ferido, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a carga elétrica para 230 volts a fim de que eu falasse «antes de morrer».

Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, batiam em minhas mãos com palmatória. Assim ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais: tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais. Restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isto durou até às 10 h quando chegou o capitão Albernaz.

«Nosso assunto agora é especial», disse o capitão Albernaz. Ligou os fios em meus membros. «Quando venho para a OB» — disse — «deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede: guerra é guerra, ou se mata ou se morre. Você deve conhecer fulano e cicrano» (citou o nome de dois presos políticos que foram barbaramente torturados por ele).

«Darei a você o mesmo tratamento que dei a eles — choques o dia todo. Todo não que você disser, maior a descarga elétrica que você vai receber.» Eram três militares na sala. Um deles gritou: «Quero nomes e aparelhos» (endereços de pessoas). Quando respondi «não sei» recebi uma descarga elétrica tão forte diretamente ligada à tomada que houve um descontrole de minhas funções fisiológicas.

O capitão Albernaz queria que eu dissesse onde estava um frei. Como não soubesse, levei choques durante 40 minutos. Queria os nomes de outros padres de S. Paulo, Rio e Belo Horizonte, «metidos na subversão». Partiu para a ofensa moral: «Quais os padres que têm amantes», «Porque a Igreja já não expulsou vocês?» «Quem são os outros padres terroristas?», etc. Declarou que o interrogatório dos dominicanos feito pelo DOPS tinha sido feito a toque de caixa e que todos os religiosos presos iriam à OB prestar novamente depoimentos. Receberiam o mesmo «tratamento». Disse que a Igreja é corrupta, e pratica a agiotagem, o Vaticano é dono das maiores empresas do mundo.

Diante de minhas negativas, aplicavam-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. A certa altura o capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca para receber a «hóstia sagrada». Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, berravam que os padres são homossexuais porque não se casam. Às 14 h encerraram a sessão. Carregado voltei à cela, onde fiquei estirado no chão.

Às 18 h serviram jantar mas não consegui comer, minha boca era uma ferida só. Pouco depois levaram-me «para uma explicação». Encontrei a mesma equipe do capitão Albernaz. Voltaram às mesmas perguntas, repetiram as difamações. Disse, que em vista de minha resistência à tortura, concluíra que era um guerrilheiro e devia estar escondendo minha participação em assaltos a bancos. O «interrogatório» reiniciou para que eu confessasse os assaltos a bancos: choques, pontapés nos órgãos genitais e no estômago, palmatórias, pontas de cigarros apagadas no meu corpo.

Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim fizeram eu passar pelo «corredor polonês». Avisaram que aquilo era a «estréia» que iria acontecer com os outros dominicanos. Quiseram deixar-me toda a noite dependurado no «pau-de-arara», mas o capitão Albernaz objetou: «Não é preciso. Vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar será quebrado todo por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis! Se sobreviver jamais esquecerá o preço de sua valentia».

Na cela eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento, sentia a cabeça três vezes maior do que o corpo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não ia agüentar mais o

sofrimento prolongado. Angustiava-me a possibilidade de outros frades sofrerem o mesmo. Só havia uma solução: matar-me. Na cela cheia de lixo encontrei uma lata vazia. Comecei a amolar a ponta no cimento.

O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas no meu caso tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isto seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela li a paixão segundo S. Mateus. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei em dor e fé.

Na sexta-feira 20 de fevereiro fui acordado por um policial. Havia ao meu lado um novo preso: um rapaz português que chorava pelas torturas sofridas durante a madrugada. O policial advertiu-me: «O senhor tem hoje e amanhã para decidir falar. Senão a tortura da pesada repete o mesmo pau. Já perderam a paciência e estão dispostos a matá-lo aos pouquinhos».

Voltei aos meus pensamentos da noite anterior. Nos pulsos eu havia marcado o lugar dos cortes, continuei amolando a lata. Ao meio-dia tiraram-me para fazer a barba. Disseram que eu iria para a penitenciária. Raspei a barba mal, voltei à cela. Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a gilete para acabar a barba. O português dormia. Tomei a gilete, enfiei-a com força na dobra interna do braço do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu as veias vasílicas e a artéria. O jato de sangue manchou o chão. Aproximei-me da privada, apertando o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde recobrei os sentidos num leito do pronto-socorro do Hospital das Clínicas.

No mesmo dia transferiram-me para o Hospital Militar. O Exército temia a repercussão, não avisaram a ninguém do que ocorrera comigo. No corredor do Hospital Militar o capitão Maurício dizia desesperado ao médico: «Doutor, ele não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo senão estamos perdidos». No meu quarto a OB deixou dois soldados de guarda.

No sábado teve início a tortura psicológica. Diziam: «A situação agora vai piorar para você que é um padre suicida e terrorista. A Igreja vai expulsá-lo, etc.» Não deixavam que eu repousasse, falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas estórias. Percebi logo que a fim de fugirem à responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.

Na segunda noite recebi a visita do juiz-auditor acompanhado de um padre do convento e um bispo auxiliar de S. Paulo. Havia sido avisado pelos presos políticos de Tiradentes. Um médico do hospital examinou-me à frente deles, mostrando os

hematomas e cicatrizes, os pontos recebidos no Hospital das Clínicas, as marcas da tortura. O juiz declarou que aquilo era uma «estupidez» e que iria apurar as responsabilidades. Só pedi a ele garantia que eu não voltaria à OB, o que prometeu fazer.

De fato fui bem tratado pelos militares do Hospital Militar, exceto os da OB que montavam guarda em meu quarto. As irmãs vicentinas deram-me toda a assistência necessária. Mas não se cumpriu a promessa do juiz. Na sexta-feira, dia 27, fui levado de manhã para a OB. Fiquei numa cela até o fim da tarde, sem comer. Sentia-me tonto e fraco, pois havia perdido muito sangue e os ferimentos começavam a cicatrizar. À noite entregaram-me de volta ao Presídio Tiradentes.

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos como Chael Schreider e Virgílio Gomes da Silva morreram nas salas de tortura. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora de controle estatal militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana.

Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um Basta às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo! Se a Igreja não se manifestar contra essa situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como esse o silêncio é omissão. Se falar é um risco, muito mais é um testemunho. Igreja existe como sinal sacramento da justiça de Deus no mundo.

«Não queremos, irmãos, que ignoreis a tribulação que nos sobreveio. Fomos mal tratados desmedidamente, além de nossas forças, a ponto de termos perdido a esperança de sair com vida. Sentimos dentro de nós mesmos a sentença de morte: deu-se isso para que saibamos pôr a nossa confiança, não em nós, mas em Deus que ressuscita os mortos» (II Cor. 1, 8-9). Faço este apelo e esta denúncia a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas.

Frei Tito

**EXAME CLÍNICO GERAL FEITO EM FREI DE ALEN-
CAR NO RECOLHIMENTO TIRADENTES NO DIA 7
DE DEZEMBRO DE 1970**

INTERROGATÓRIO:

Paciente queixando-se de dores generalizadas pelo corpo, sendo mais acentuada em todo o tórax, principalmente na região esternal ombros D. e E., pescoço, região das lojas renais D.E., região bexiga, ...

Refere, além disso, tonturas quando se levanta, sem condições para se manter em pé, relata apresentar fraqueza intensa. Refere como causa desses sintomas as torturas que sofreu na Oban bem como a tentativa de pôr termo à vida para livrar-se das torturas, com ferimento provocado por gilete na prega do cotovelo, com grande perda de sangue, que acarretou a perda de consciência. Refere ainda ter sido medicado no dia 20 (vinte) no Hospital das Clínicas, no Hospital Militar em São Paulo onde recebeu massagens, novalgina injetável e tranqüilizantes que não sabe precisar quais, ...

EXAME CLÍNICO GERAL:

Estado geral debilitado, facies de sofrimento, palidez, mucosas descoradas, dificuldade de se manter em posição erectostática, tornando-se mais pálido quando nessa posição. Na tentativa de caminhar sente dificuldade de apoiar o pé E., devido à grande dor na planta do pé referido.

ESTADO PSÍQUICO:

Normal. ...

EXAME CLÍNICO ESPECIAL:

Segmento cefálico:

Olhos encovados, com dor à apalpação da região orbicular D. Dor à apalpação da face anterior do pescoço, na região da laringe ...

Tórax:

Reliquat de hematoma nas regiões escápulo-umeral D. e E., apresentando no lado E. extensa área com descamação da pele e hiperchromia. Algumas lesões cicatrizadas do tamanho de um confete, provavelmente devido às queimaduras. Dor acentuada à apalpação do hemitórax E., região esternal e regiões escápulo-humerais D. e E. Não há indícios clínicos de fraturas de costelas.

Percussão e Ausculta:

Nada digno de nota. ...

Coração e Ausculta:

Bulhas normais. P.A. 11,5 x 7,5. Pulso rítmico 80 batimentos por minuto. ...

Abdômem:

Apresenta alguns pontos cicatrizados do tamanho de um confete, provavelmente devido a queimaduras. *Apalpação.* Dor na região umbelical e flancos, assim como no percurso dos músculos retos do abdômem. Região coccígea dolorosa à apalpação.

Segmentos Intestinais:

Nada digno de nota. Hipogástrio levemente doloroso à apalpação. ...

Membros Superiores:

Direito, pequenas cicatrizes do tamanho de um confete, provavelmente devido a queimaduras. Esquerdo, apresenta as mesmas cicatrizes que encontramos no D., além de extenso ferimento produzido por objeto cortante com marcas evidentes de sutura, num total de 10 (dez) pontos cirúrgicos. Edema da palma de ambas as mãos em fase de resolução. Há marcas evidentes de lesões circulares já cicatrizadas em ambos os pulsos.

Membros Inferiores:

Pequenas cicatrizes do mesmo tamanho e formato das encontradas nos membros superiores, provavelmente produzidas por queimaduras. Edema da planta de ambos os pés mais acentuado na planta do pé E. Hematoma em fase de resolução nos 1.º e 2.º pododáctilos dos pés D. e E. Lesões de forma circular em ambos os tornozelos em fase de cicatrização.

CONCLUSÃO:

Evidente anemia aguda produzida por hemorragia abundante. Sinais evidentes de lesões produzidas por objetos contundentes. Sinais evidentes de lesões produzidas por fontes de calor (queimaduras).

Assinado por quatro (4) médicos:

Dr. Antônio Carlos Madeira CRM 9922

Dr. David Unovich CRM 5849

Dr. Aytan Miranda Sipahi CRM 13443

Dr. Benedito Arthur Sampaio CRM 10514

A TORTURA E A MORTE DE TITO

O trecho que transcrevemos em seguida descreve a evolução de Tito de Alencar desde 1970. Ele foi tirado, com autorização da revista, do *Bulletin de Liaison de la Province Dominicaine de Lyon*, da qual dependia Tito desde o ano passado. O boletim traz, em evidência: «Frei Tito de Alencar Lima, mártir, irmão da Província Dominicana do Brasil exilado de seu país, sepultado no convento de Asbresle em 12 de agosto de 1974. Ele nasceu em 14 de setembro de 1945».

«Eles tinham a intenção de me deixar pendurado toda a noite no 'pau-de-arara', porém o capitão Albernaz objetou: 'Não, não é necessário. Ele ficará aqui conosco alguns dias. Se ele não falar, será quebrado por dentro, pois nós sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se ele sobreviver, não esquecerá jamais o preço de sua audácia'.»

Tito havia sido preso em novembro de 1969 com vários frades de S. Paulo (Beto, Ivo, Fernando, Giorgio ...) e, como eles, como centenas de outros inculpados, sofreu uma tortura prolongada, indiscutível, nas mãos do comissário Fleury, responsável pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e pelo Esquadrão da Morte. Na prisão foram escritas essas linhas destinadas a seu provincial; Tito acabava de restabelecer-se das conseqüências de uma tentativa de suicídio consecutiva ao final de sofrimentos peníveis e na necessidade de gritar ao mundo o inferno das prisões brasileiras.

Tito terminou de morrer cerca de cinco anos mais tarde, na primeira semana de agosto de 1974, entre a terra e o céu, em parte alguma, a 25 quilômetros de nosso convento de Eveux onde ele havia chegado um ano antes. Ele descansa agora em nosso pequeno cemitério.

Na revolta, na cólera ou na esperança nós sentimos a necessidade imperiosa de dizer, de gritar. Eis aqui um pouco de sua vida.

Tito completaria 29 anos em 14 de setembro próximo. Ele era o décimo-quinto filho de uma família do nordeste do Brasil. Depois de estudos aplicados, ao fim dos quais encontramos-lo engajado na Ação Católica de estudantes, onde é encarregado de responsabilidades regionais, Tito, cuja fé é ardente desde

a infância, decidiu entrar na Ordem dos Pregadores, onde professou em 10 de fevereiro de 1967. Em seguida, prosseguiu sua militância no seio da Ação Popular, movimento político destinado a ser a liça de combate socialista. A radicalização da situação política brasileira desde o golpe de Estado de 1964 e a publicação do Ato Institucional n.º 5, dando plenos poderes ao Executivo, em dezembro de 1968, conduziu nessa época a esquerda brasileira a organizar-se para a resistência apesar do desenvolvimento de uma repressão impiedosa. Os estudantes, entre eles nossos frades, foram duramente atingidos. Em novembro de 1969, Carlos Marighela, líder da Aliança Libertadora Nacional, foi assassinado pela polícia política que, ao mesmo tempo, prendeu vários de nossos frades sob a inculpação de cumplicidade com a ALN. Uma campanha de imprensa contra os dominicanos apoiou as tentativas da polícia para fazer o público acreditar na tese da dupla traição: «Eles traíram sua fé passando para o comunismo, depois traíram o comunismo entregando Marighela; são os novos Judas» (Jornal *O Globo*).

Por ocasião do processo dos frades em outubro de 1970, o requisitório do Ministério Público os acusara de serem duplamente culpáveis: contra sua Igreja, a quem desobedeceram passando ao comunismo, contra a lei brasileira de Segurança Nacional, uma vez que davam sua ajuda à ALN, órgão de subversão. Os frades desmentiram pertencer a essa organização e reconheceram apenas ter ajudado algumas pessoas a fugir da polícia «em nome dos direitos humanos desrespeitados no Brasil ditatorial atual e em nome do Evangelho» (Fernando e Ivo).

Já psicologicamente frágil, Tito é brutalmente submetido a uma tortura feroz que imprime em seu corpo e incrusta em seu coração essas inculpações, essa dupla recusa dos compromissos fundamentais de sua resistência: o Evangelho para o homem. No auge da dor ele teme ter falado e entregue novas vítimas aos torcionários; ele experimenta em sua carne até onde podia ir a perversidade e considera seu próprio sacrifício. Ele escreveu essas linhas citadas por d. Hélder Câmara: «Vestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca para ‘receber o sacramento da Eucaristia’. Eles introduziram um fio elétrico. Minha boca ficou completamente inchada». Ele escreveu também: «Eu já não tinha forças suficientes para ser capaz de sofrer mais, no estado em que me achava. Só me restava uma solução: dar-me a morte ... Eu desmaiei, envolvido pela dor e pela fé». No dia seguinte da tentativa de suicídio, a tortura psicológica ia intensificar-se: «Eles diziam: ‘A situação vai agravar-se agora para você pois você é um padre suicida e terrorista; a Igreja decidirá sua expulsão ...’ Eles procuravam me enlouquecer».

Em seguida, um comando seqüestra um embaixador e obtém a libertação de uma cinquentena de presos políticos; Tito está entre estes e é imediatamente expulso. É no Chile que começa seu exílio. Quatro semanas depois, Tito chega à Europa, deixa no Brasil os frades presos por quatro anos e encontra, na Itália e na França, outros, refugiados políticos como ele.

Até junho de 1973 ele vive no convento de St. Jacques, de Paris, onde retoma seus estudos. Seu estado necessita ser acompanhado de psicoterapia, começando, em seguida, uma análise que interrompeu por vontade própria, brutalmente. Tito está angustiado e continua a sentir-se perseguido, espionado, acusado. Ele sente fortemente a expatriação — «a adoção» por um país que o acolhe sem que o tenha convidado — e a dependência que disso resulta.

Em junho de 1975, Tito decide com o frei de Canesongle vir residir em Lyon a fim de encontrar um ambiente mais calmo e prosseguir seus estudos. Nós o acolhemos em Eveux. Durante o verão ele fez projetos para o ano e participou da vida da comunidade, então ocupada por sessões. Em setembro, no dia seguinte ao *putsch* militar chileno, Tito tornou-se ausente, impenetrável, caindo depois em um delírio amedrontador: ele ouvia permanentemente a voz do comissário Fleury, seu torcionário, que lhe ordena que se renda enfim e confesse, do contrário cada um dos membros de sua família será torturado. Tito ouve os gritos dos seus. Ele obedece à interdição de entrar no convento, que lhe é ditada por Fleury. Ele não se alimenta mais; geme sob o peso de uma culpabilidade intensa. No hospital da Granja Branca onde o acolhem Michel Gillet e depois o dr. Rolland e sua equipe, ele espera que o liquidem. Esses médicos acompanharão Tito o ano todo com inteligência e amizade. Progressivamente, graças ao repouso e à psicoterapia, à exclusão de tratamentos químicos brutais, o delírio se interrompe. Tito permanece extremamente angustiado; se ele tem esperança, é no além de sua morte, perto de seu Deus para o qual «grita das profundezas» com o salmista. Após três semanas retorna ao convento. Não há mais, porém, projetos para o futuro, ele se interessa por poucas coisas, foge dos contatos, fecha-se em si mesmo, dando a impressão às vezes de sentir falta do hospital, onde uma ligação de segurança parece ter-se criado entre ele e o psiquiatra, visita este último duas vezes por semana. Durante o inverno ele fará duas ou três estadas de curta duração no hospital da Granja Branca.

Durante esse longo inverno, a chegada de sua irmã Nildes, vinda do Brasil para passar três semanas com ele no meio de nossa comunidade, é um momento pungente para cada um de nós. Tito parece ignorar sua irmã; esconde dela seu estado e quer continuar a parecer o homem seguro, culto e sólido que ela conheceu, que ele «criou» em outra época. Depois ele fraqueja e

abre-se a ela. Visitam juntos o dr. Rolland; eles se apóiam um no outro.

Nildes volta ao Brasil. Nós experimentamos fazê-lo retomar seu lugar na comunidade. Tito quer ser o menor dentre nós e reclama as tarefas ingratas, como para fazer-se perdoar. Ele se aferra à convicção de que não é mais digno de ser frade dominicano, que merece ser excluído, como o comissário Fleury o havia persuadido. Continua sempre extremamente angustiado. Um dia, esgotado, absorve um tubo de *Valium*. Para ele, que estava arrasado, foi como um retrocesso. Depois de um dia de cuidado, reaparece entre nós como «ressuscitado»: recomeça a falar normalmente e se interessa por tudo que o rodeia. Distraí-se em grandes discussões teóricas, especialmente com J.-Y. Jolif, de quem gosta muito. O contraste é surpreendente, em relação ao período anterior em que ele havia chegado, mesmo no hospital, a um mutismo total, a uma recusa de todo o contato com o exterior (médico, capelão, alimento). É então que Tito aceita a sugestão proposta pelo dr. Rolland há vários meses: conquistar sua autonomia e, desse modo, um lugar na sociedade onde foi lançado, trabalhar e ganhar sua vida. Tito participa a frei Belaud seu desejo de viver de modo independente. Ele está persuadido de que é demais entre nós, que é tolerado porém não amado («então vocês gostam de mim?», perguntou um dia a frei Belaud), e esta situação tornou-se para ele insuportável. Daí em diante Tito abster-se-á não somente de solicitar o menor apoio como procura evitar-nos por meio de fugas repetidas e de curta duração. Daí em diante também ele considera como desfeita sua ligação com a ordem e abandona totalmente certos comportamentos de tipo místico que ele antes valorizava muito. Porém ao mesmo tempo parecia que progredia a grandes passos para um estado de lucidez sobre sua situação.

Não foi sem calcular os riscos de inadaptação e as possibilidades de inserção em um novo meio social, que nós afastamos a «solução» de uma permanência curta em estabelecimento especializado e confiamos na experiência da aquisição de um emprego, que Tito desejava fosse manual. Ao que parece, ele desejava muito essa nova condição; se apresenta fugas, é quando essa perspectiva parece impedida e que ele se vê condenado a permanecer entre nós.

Em junho, Tito trabalhou uma semana na colheita de cerejas em casa de uma família amiga, ao lado de Eveux; aí encontra um amigo, Daniel Béghin, com o qual passa em seguida oito dias na montanha. A experiência foi feliz; ele volta contente, bronzeado. Recomeça então algumas antigas ocupações: leitura, música, jornais, e as conservará até o fim. Encontrar um emprego mais estável não é coisa simples, além do mais porque Tito parece sempre algo ausente da realidade e sempre pronto a ter um

aspecto descuidado. Ele trabalha alguns dias na adega cooperativa de Sain Bel, como ajudante de entregas, porém é rapidamente despedido. Uma outra experiência com um madeireiro do Dant Beupolais não foi mais feliz. A cada fracasso, Tito foge. Depois de algum tempo nós nos esforçamos em ser fraternalmente firmes com ele; ele evocou uma vez ou outra a loucura que sente invadi-lo e fala de «descontrole». Vai a uma entrevista com o dr. Rolland; ficou decidido de comum acordo que se encontraríamos de novo no início de setembro. Tito parecia lúcido.

A etapa final situa-se em Villefranche-sur-Saône, onde, por intermédio da Agência do Emprego, Tito foi admitido por um horticultor; instala-se em um quarto que aluga com seu dinheiro; é um alojamento Sonacotra para trabalhadores estrangeiros. Instalou-se aí satisfeito, comprou o mínimo de utensílios necessários e algumas provisões. Ao fim de uma semana, durante a qual Tito recebeu várias vezes a visita de um ou outro frade de Éveux, o empregador teve que despedi-lo: Tito é indolente, distante, ausente. Na semana seguinte um novo emprego é encontrado em um depósito de Villefranche; Tito permanece no alojamento que ele havia temido ter que deixar. Nessa semana, que é a penúltima, ele recebeu Roland Ducret em seu quarto, falou-lhe do seu trabalho; recebeu também em duas ocasiões um amigo de longa data que voltou para o Brasil, Michel Saillard: foi a este que ele confiou um desespero radical onde se confundiam no nada Freud, Marx e Cristo.

Expatriado, recusando em suas solidariedades maiores desde o dia em que foi torturado, ferido em sua carne, aniquilado quase objetivamente, porém vindo do delírio à razão, Tito ia pôr fim à indulgência que lhe haviam infligido seus torcionários. Na última semana, Roland Ducret veio duas vezes para vê-lo: ninguém respondeu. Tito estava morto, entre terra e céu, em parte alguma; seu corpo foi descoberto no sábado 10 de agosto.

Com a ajuda de uma psiquiatria de choque, Tito teria podido continuar a sobreviver como um animal aterrorizado. A 12 de agosto em uma prece de revolta, nós acompanhamos um homem e um irmão, Tito, aquele que não se calou quando era preciso falar. Durante a Eucaristia presidida por Michel Pervis, provincial do Brasil, em presença de numerosos amigos brasileiros e franceses, de freiras e frades, nós reconhecemos com Isaías o servidor de Iavé e com os discípulos de Emaús, o Cristo vivo. Como dizes? Esse irmão nós o conhecemos há 20 séculos.

Frei Xavier Plassat, Op.

(Extraído do *Bulletin de Liaison de la Province Dominicaine de Lyon*. XXX ano — n.º 9 — setembro 1974, com a amável autorização da revista.)

«ELE LUTOU CONTRA A OPRESSÃO»

Texto escrito pelo psiquiatra de frei Tito

Tito de Alencar atingido em suas faculdades mentais: nada mais é necessário para que o destino deste homem se esvazie de seu poder e seu dever de interrogar. Uma permanência em hospital, uma morte provocada por sua própria mão ... tomados literalmente, estes acontecimentos vêm a ser os fermentos da desdramatização.

Nós afirmaremos porém a força do «drama» na vida de Tito de Alencar. É esta talvez, mesmo, a mensagem mais clara que ele desejaria transmitir. Sem discursos. Salvo os de seus tormentos. Há situações que não necessitam de outras palavras além da sua tragédia e seu irremediável.

«Quando secar o rio de minha infância, secará minha dor»

Nós diremos aqui simplesmente o que pensamos ter compreendido do drama de Tito. Sem nenhuma certeza, como o de toda pessoa desafiada por seu destino, o caso de Tito seria diminuído injustamente por nossa tentativa de explicação. Sobre Tito, como sobre os outros, permanece uma margem de desconhecido e de mistério, uma opacidade que talvez nos inquiete mas que nos edifica.

Acreditamos que Tito tenha descoberto, através das provas por que passou, alguma coisa que ele não pôde exprimir de outra maneira senão por essa impossibilidade de viver daí em diante. O que? Seríamos tentados a dizer imediatamente a dúvida. Mas não a dúvida que se opõe à fé, porém a que se opõe à evidência. Para Tito de Alencar em uma certa ocasião não houve mais evidência em existir ou vir a ser. E isto não somente porque alguma coisa nele estava morta, destruída por seus torturadores,

mas também porque, através da experiência que ele viveu, produziu-se uma ruptura em sua relação com o mundo, uma inversão da ordem das coisas, uma visão radicalmente diferente, sardônica, caricaturesca, atormentada.

Inominável para nós a quem essa experiência jamais foi apresentada nem é talvez possível, proibindo-nos a empatia do fundo de sua desgraça.

Inominável também para ele que se encontrava fora, relegado do outro lado do espelho, em um universo que não temos o direito de converter nem em sonho nem em alucinação.

Daí esse silêncio que sempre pesou entre ele e nós, sob o qual nós adivinhamos a angústia, o medo, a tormenta e ... o ruído. E que não podemos imaginar e reconstituir senão metaforicamente sob a forma, por exemplo, dessas cenas infernais povoadas de malvados e de monstros que a Idade Média esculpiu com impaciência e alívio sobre os capitéis das igrejas romanas.

Ele sofreu a tortura física, os castigos corporais, a tortura moral quando se caluniava e depravava os símbolos de sua família espiritual. Alguns amigos seus participaram dessas provações e puderam testemunhar. Porém, sob o ardor de seus torturadores, sob seu furor e sua ignomínia, Tito descobriu algo que o separou radicalmente dos seus companheiros: a imagem inimaginável, monstruosa do homem; este torturador que o persegue, feito no entanto à mesma imagem que ele, da mesma carne, um compatriota, talvez um irmão, aparecendo sob um aspecto tão louco, animado de um tal ódio quando se aferrava bestialmente a destruir sua presa ... essa imagem deve tê-lo assaltado de súbito, quebrando com violência sua própria imagem, agindo como uma revelação negativa: destruindo a diferença que outros puderam sempre manter entre o homem e o carrasco. Tito duvidou então do homem, dos outros, de si próprio. Teria sido essa revelação que ele pôs em ação no seu primeiro suicídio tão cuidadosamente preparado e executado, e que foi impedido pela vigilância e obstinação de seus torturadores. Há muito que refletir sobre esse acontecimento do qual seu enforcamento, na mais extrema solidão, em um ramo de álamo na periferia fria de uma cidade operária não foi senão o acabamento adiado.

Tito de Alencar teria sido morto para a vida que nos é familiar nesse dia de fevereiro de 1970 em que, sobre a pia da sua cela, seccionou a artéria? Geralmente os carrascos aplacam seu ódio matando a vítima. Por um terrível paradoxo foi obrigando-o a sobreviver que eles agiram sobre Tito. É certo que havia razões políticas. Sabe-se porém, por outros testemunhos, em que proporções se estabelece entre o carrasco e a vítima uma osmose, um entendimento onde cada qual adivinha por meio de meia palavra, meio gesto, ou um pensamento apenas formulado. O carrasco não tinha senão que se guiar por sua intuição

para saber que é que destruiria o seu parceiro, e isso não seria a morte ... Somente a relação estabelecida exclusivamente sobre o ódio pode ter uma tal capacidade destruidora e não seria afastar-nos do problema sublinhar a convivência das forças reacionárias e do sadismo, escondendo-se e alimentando-se mutuamente. Só o sadismo pode ser responsável por uma tal regressão ética da relação inter-humana, que nenhum propósito político poderia justificar. É o que se deduz das palavras tão emocionantes de Tito, que Xavier Plassat pôs em evidência em seu artigo:

«Eles tinham a intenção de me deixar pendurado toda a noite no 'pau-de-arara' mas o capitão Albernaz objetou: 'Não, não é necessário. Ele ficará conosco alguns dias. Se ele não falar, será quebrado por dentro, pois nós sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se ele sobreviver, não esquecerá jamais o preço da sua audácia'.»

Essa proximidade psicológica entre o carrasco e sua vítima, essa comunhão satânica que torna bruscamente o indivíduo transparente e sem força constituiu, em nossa opinião, para Tito, a experiência destruidora fundamental. Pois que, se mesmo no limiar da morte ele não lhe pôde escapar, não é de se estranhar que jamais tenha deixado de se sentir perseguido pelo comissário Fleury, mesmo na França ... mesmo em Arbresle. Quem seria o louco, Fleury ou Tito? Nós nunca quisemos considerar o caráter alucinatório das experiências ulteriores de Tito. É que, efetivamente, Fleury havia tomado posse do corpo, do destino de Tito, e continuava a torturá-lo. Não se trata apenas de uma metáfora mas, por meio do ódio, o carrasco introduziu-o na pessoa da sua vítima. Por essa razão Tito nos apareceu ao mesmo tempo tão distante e tão desconfiado e, ao mesmo tempo, tão emocionante e tão desafiante.

A expatriação não tinha libertado Tito de seus torturadores. Nós sempre pensamos que uma nova expatriação (em um hospital psiquiátrico ou numa clínica) não seria melhor solução. Essa decisão apenas nos aliviaria, pois o drama que ele vivia nos inquietava violentamente ... Talvez, nós também, estivéssemos começando a duvidar ...

Quem seria louco, Tito ou seus torturadores?

Esta nos parece a questão essencial, pela qual o processo entre Tito e seus opressores, começado no Brasil, prolongar-se-ia na França. Tivemos sempre a impressão de que as «perturbações» que ele apresentou entre nós se inscreviam em uma continuidade política e que teria sido muito perigoso responder literalmente. Tito, a seu modo, diferente dos outros refugiados, testemunhou sobre a opressão no Brasil, «dramatizando-a» em seu comportamento. Foi somente dessa maneira que ele pôde demonstrar o caráter insidioso, injusto e injustificável da opressão que agia subjugando o adversário, como Tito o foi, por suas vozes,

possuindo-o intimamente (e Tito em Eveux não cessava de obedecer às ordens de Fleury) e destruindo-o nas próprias realidades de suas convicções, na autenticidade de sua *praxis* (nem sacerdote nem revolucionário), e seus amigos sabem o quanto foi dolorosa, para Tito, e motivo de uma investigação impossível, a confusão de valores que lhe deixaram as torturas e o encarceramento.

Se afirmamos que, através do comportamento de Tito na França, continuava o processo, é que o último esforço da reação era fazer Tito passar por louco. A inversão de sentido teria sido completa e Tito seria assim, uma última vez, vítima dos torturadores cuja própria loucura ele assumiria.

Dependia apenas de seus amigos na França que o comportamento «anormal» de Tito fosse considerado como sinal ou testemunho. E, afirmando a autenticidade do testemunho, seus amigos também resistiram à opressão.

Doutor Rolland
Assistente chefe de clínica
Serviço de urgência médica e psiquiátrica
Hospital Edouard Herriot
Lyon

POEMA

Quando secar o rio da minha infância,
Secará toda dor.
Quando os regatos límpidos do meu ser secarem,
Minh'alma perderá sua força.
Buscarei então pastagens distantes
Onde o ódio não tem teto para repousar.
Aí, erguerei uma tenda junto aos bosques.
Todas as tardes me deitarei na relva,
E nos dias silenciosos farei minha oração:
Meu eterno canto de amor: expressão pura de minha
Mais profunda angústia.
Nos dias primaveris, colherei flores para
Meu jardim da saudade.
Assim, exterminarei a lembrança de um passado sombrio.

Por Tito de Alencar op.
Paris, 12.10.72

ORAÇÃO PARA FREI TITO DE ALENCAR

Longo é teu morrer.
Que cidades, que portos,
templos e quartéis
viram teu rosto
lentamente exterminado?
Denso é teu mistério.
Tenso foi teu pacto
com teu povo: compartilhado.
Uno e Antagônico
foste Tito e o Mestre
em ti mesmo Revelado:
vossa cruz, vossa crença.

Teu amor foi agonia
quando o capitão Albernaz
te abria em ferros,
faíscas e sangue
sob a pele.

E de São Paulo a San Tiago
— no vôo dos deserdados —
viste a esperança e o alucínio
da quebrada humana.

Em ti se arrastavam memórias e destroços,
a pontual visitação dos mortos,
mas a Maior Tortura foi teu chão distante,
vosso rebanho: rosto e paisagem.
Solidão na cidade
que algum dia
fora luzes.

Multidões da Terra
no *boulevard*, no Sena,
desembarcam
e perdem.

Quantos Seres Humanos
fazem Paris?
Há Pontes ligando
uma à outra margem?

Quem interrompe
o gesto suicida
e o acaricia?

Quem devolverá às Obras Completas
a condição de livros?

Quem arrancará de si
a imagem do inimigo?

Quem conduzirá a Palavra
à Vida
também dentro de si mesmo?

Dizem que Paris é multidão compacta
e que a Revolução possível,
dizem que há muitos brasileiros.
Mas, onde estiveram neste escuro morrer?

Saíram da Página Absoluta,
do Discurso Perfeito, Onisciente,
para vos ajudar?

Romperam o círculo estreito,
Organização e Seita,
(em que se perdem)
e desceram ao vosso ser?
Levaram-te a Presença Humana
neste Mercado de Coisas?
E poderiam fazê-lo
assim tão mutilados,
frágeis, superfície?

Frei Tito de Alencar, brasileiro, banido, torturado.

morreu um dia qualquer
de forma qualquer
numa cidade qualquer.
Um dominicano francês publicou necrológio no *Monde*.
A vida aqui e lá continuou mesmíssima,
com os cretinos mais cretinos
e os melhores mais tristes.

Frei Tito de Alencar, brasileiro, banido, torturado.

tomou comprimido
deu-se um tiro, não sei.
Notícias são poucas neste telex geral.
Haverá uma mãe, vizinha,
um e outro que recordam a infância:
menino-correria-araçazeiro.

Frei Tito de Alencar, brasileiro, banido, torturado.

Depois, a página branca,
sem esta folha, talvez.
E eu já estarei morto,
e haverá secado
esta lágrima que me escorre.

Fernando Batinga

Escritor e poeta baiano, exilado na RFA
(No casarão da Friedrichstrasse, fim de 74)

LEITORES «DE MUITOS CAMINHOS»:
ENVIEM COMENTÁRIOS SOBRE ESTE VOLUME AOS COORDENADORES
DO PROJECTO

O SEGUNDO VOLUME DAS MEMÓRIAS ESTÁ EM PREPARAÇÃO

O OBJETIVO É:

Reunir memórias, documentos biográficos e reflexões de brasileiros que passaram pelo exílio depois de 1964.

Expressar as mudanças de mentalidade e de situação propiciadas pelo exílio.

Reduzir a dispersão de experiências acumuladas e que correm o risco de serem perdidas.

Produzir documentos de valor histórico.

Incorporar a experiência e o pensamento dessa geração no exílio como parte positiva da vida do país.

ENVIEM:

textos — os coordenadores tratarão o material recebido como uma documentação que merece respeito escrupuloso. Nenhuma modificação será introduzida sem autorização dos autores.

entrevistas — quem prefere falar a escrever deve contatar os editores. Entrevistas possibilitam uma espontaneidade dificilmente encontrada em textos escritos solitariamente.

cartas, diários — escolha fragmentos concernentes à problemática do exílio e cite referências que possam causar dano a terceiros.

contos, poemas, crônicas — devem tratar dos temas destas memórias.

PARA:

Memórias
Latin American Working
Group N.C.C.
475 Riverside Drive n.º 882
New York, N. Y. 10027
U. S. A.

Memórias
c/o Paulo Freire
W. C. C.
150, Route de
Ferney
1221 Genève 20
Suíça

Memórias
Apartado 5011
Lisboa 3
Portugal

UM PRÓXIMO VOLUME:

BRASILEIRAS EXILADAS FALAM DO SEU EXÍLIO E DO EXÍLIO DA MULHER

Em todo o mundo as mulheres começam a escrever a sua própria história. Mulheres no exílio podem e devem contribuir na construção da sua história neste período da vida brasileira, acrescentando uma dimensão até então esquecida.

O SEU TESTEMUNHO É INDISPENSÁVEL

Para tanto entre em contato conosco: Apartado 5011,
LISBOA-5 — PORTUGAL.



Impresso por
W. Roth & Cia. Ltda.
R. Professor Pedreira de Freitas, 580
Fones: 295-9684 e 295-9691
São Paulo

O exílio é parte da experiência brasileira na última década.

Líderes sindicais, políticos, acadêmicos, artistas, militares, estudantes - uma parcela significativa da vida nacional passou estes anos no estrangeiro. Alguns estiveram em Paris, Roma, Berkeley, Nova York; outros em Moscou, Praga, Varsóvia; e há os que viveram em Santiago do Chile, em Lima, em Havana; há gente que está na China, Argélia, Israel.

Como esta internacionalização de brasileiros afeta a sua visão do mundo?

Como esta experiência modifica a visão que os exilados têm do Brasil?

Que impacto terá o exílio sobre a cultura do país?

Perguntas como estas precisam ser respondidas, pois os brasileiros no exílio não estão fora, mas sim dentro da história do Brasil contemporâneo.

Esperamos que esta obra abra também o caminho para uma reflexão sobre a influência do exílio de milhares de portugueses na sua história recente.

